

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

O Voto da Costela

o sufrágio feminino

nas páginas do *Correio do Povo* (1930-1934)

Dissertação de Mestrado

Mônica Karawejczyk

Porto Alegre

2008

MÔNICA KARAWEJCZYK

O VOTO DA COSTELA:
O sufrágio feminino nas páginas
do *Correio do Povo* (1930-1934)

Dissertação apresentada como requisito parcial e final à obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sob a orientação da Professora Dr^a Sandra Lubisco Brancato.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Carlos Hohlfeldt – FAMECOS/ PUCRS
Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu – PPG-História /PUCRS
Prof^a. Dr^a Sandra L. Brancato – Orientadora

Porto Alegre, janeiro de 2008

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação é um ato solitário. Muitas vezes me senti como se estivesse num barquinho no meio do oceano, sem saber que rumo tomar ou para onde o vento iria me levar. Mas tive a sorte de contar com a ajuda de muitas pessoas que contribuíram cada um de sua maneira especial e única, a tornar essa jornada mais agradável.

A professora Sandra Brancato que com uma orientação precisa e palavras amigas, procurou sempre me lembrar da realidade da vida acadêmica e dos prazos a se cumprir, fazendo com que este barco tivesse não só um leme, mas também uma âncora. A ela dedico os meus mais sinceros agradecimentos.

A minha família que sempre esteve presente em todas as horas, até mesmo enfrentando as tempestades e os dias de sol intenso e pouca inspiração. Palavras são pouco para expressar o quanto sou grata por vocês fazerem parte da minha vida. Um especial obrigada a minha mãe – Cecília, a minha irmã – Tamára e a minha tia Anna Carolina.

Aos professores da UFRGS que me iniciaram neste caminho tortuoso da pesquisa histórica e sempre estiverem disponíveis para responder as minhas muitas dúvidas e incertezas. Uma cordial saudação ao professor José Rivair Macedo, por me apresentar Christine de Pisan e por tudo que isso representou como amadurecimento profissional e tema de pesquisa. Um agradecimento especial a professora Regina Xavier, exemplo de profissionalismo e dedicação, que mesmo com os ventos contrários nunca desistiu de fazer pesquisa e inspirar seus alunos. E mais uma vez me ajudou lendo o esboço inicial do projeto, que deu origem a esta dissertação, apontando de forma tão precisa os seus muitos “furos.” Nem tenho palavras para lhe agradecer devidamente.

Ao professor René Gertz pelas sempre preciosas dicas de leitura, que ajudaram e enriqueceram o meu conhecimento da época em questão. Ao professor Anderson Zalewski pela gentileza do envio da introdução de sua tese que me ajudou na elaboração do segundo capítulo. A todos os meus professores tanto da graduação, quanto do pós que de uma forma ou outra contribuíram para a minha formação profissional, dando-me a conhecer os

instrumentos mais adequados para fazer essa viagem ser mais segura. A Clarice Esperança pelo envio de sua dissertação, logo após a sua defesa, obrigada pela gentileza e presteza, esteja certa que ela muito me ajudou na elaboração deste texto.

Aos amigos que fiz nesta jornada, todos foram importantes e com eles a viagem se tornou um pouco menos solitária. Obrigada pelas risadas e pelas conversas, é nesses momentos que percebemos que não estamos sozinhos e que as nossas dúvidas e receios (se compartilhados) ficam mais leves e às vezes até desaparecem. Um agradecimento especial a Aline Matte, Arilson Gomes, Bianca Costa, Carla Xavier, Eduardo Soares, Ione Castilho, Marcelo de Lima Melnitzki, Marlise Sanchotene de Aguiar, José Luiz Costa Neto - Zeca, apenas para nomear alguns dos parceiros de momentos imemoráveis pelo campus da PUC e fora dele. A Ana Paula Zanella pela dica do livro do Peter Gay e seu empréstimo, cuja leitura foi fundamental para minha pesquisa.

Aos parceiros de sempre, que com sua mão amiga, horas de conversas ao telefone e pessoalmente me ajudaram a entender que esta é apenas uma fase da vida, que passa rápido demais, que deve ser vivida de forma intensa, mas que no final é apenas uma fase. Espero que tenham entendido as ausências e as dificuldades de se fazer uma dissertação. Agradeço também aos que me tiraram da frente desse computador e me fizeram esquecer um pouco a pesquisa. Meu muito obrigado a Débora Gomes, Felipe Piletti, Marisângela Martins – Nina, Michele Bonatto, Ricardo de Lorenzo, Tatiana Vargas Maia (que mesmo de longe ainda continua a escutar os meus desabafos e me ajudar sempre) e tantos outros que de tantas formas diferentes me ajudaram nesta trajetória.

A Carla e ao Davi que trabalham na secretaria do pós e sempre me ajudaram a esclarecer as mais diversas dúvidas. Irmão Demétrio, pelas palavras de incentivo e pela correção do original, suas palavras me deram alento num momento de grande incerteza. Aos funcionários dos arquivos pesquisados pelo quase sempre gentil atendimento. E finalmente um agradecimento especial ao inventor da máquina fotográfica digital, seja você quem for sem a sua invenção esta dissertação não teria sido completada em tão curto espaço de tempo e a PUCRs pelo ótimo ambiente e estrutura que facilitaram a feitura desta pesquisa. Não me esquecendo de que sem o financiamento do CNPq eu nunca teria a possibilidade de ao menos começar uma pesquisa e muito menos de passar dois anos inteiros dedicados exclusivamente a ela. Muito obrigada!

*Deus, ao criar a mulher,
não a tirou da cabeça de Adão
para mostrar que ella não lhe era superior;
também não a extrahiu dos pés
para demonstrar que ella não lhe era inferior,
mas foi buscal-a ao lado do primeiro homem
para significar que ella era igual a este.*

Correio do Povo, Porto Alegre, 5.junho.1931, p.3

RESUMO

A presente dissertação enfoca a questão do sufrágio feminino sob a ótica do jornal *Correio do Povo* da cidade de Porto Alegre. A inserção de grandes massas na vida política é um fato bastante recente, o sufrágio universal e a igualdade do voto só foram conquistados, de uma maneira geral, nos primeiros decênios do século XX. No Brasil é com a promulgação do Código Eleitoral em 1932 que as mulheres alcançam tal direito. Por acreditar que a questão do voto é uma faceta importante da participação feminina no espaço público e uma conquista recente – pouco mais de 70 anos – é que se deu a proposta desta pesquisa. Na busca de tal intento, selecionou-se 262 matérias veiculadas entre os meses de dezembro de 1930 e julho de 1934, marcos temporais da pesquisa. Para se analisar o *corpus documental* da pesquisa elegeu-se como método a **Análise de Conteúdo** baseada, principalmente, nas obras de Laurence Bardin e Albert Kientz. Procurou-se destacar o papel desempenhado pelo estado do Rio Grande do Sul em tal discussão, além de se mostrar uma das tantas maneiras de se trabalhar com a imprensa como fonte primária. Foi dado destaque a uma abordagem tanto quantitativa, quanto qualitativa do mote proposto.

Palavras-chave: Análise de Conteúdo. Correio do Povo. Imprensa. Sufrágio feminino.

ABSTRACT

The present thesis focuses on the question of the feminine suffrage under the viewpoint of the newspaper *Correio do Povo*, from the city of Porto Alegre. The insertion of the masses in the political life of societies is a considerably recent fact: the universal suffrage and the equality of the vote have been conquered, in general, during the first decades of century XX. In Brazil, women reached such right with the promulgation of the Electoral Code, in 1932. The proposal of this research is based on the belief that the question of the vote is one important source of the feminine participation in the public space and, at the same time, a very recent conquest – little more than 70 years. To accomplish this proposal, 262 news, published between the months of December of 1930 and July of 1934 (the time period encompassed by research) were selected. To analyze this documental body, the Content Analysis technique, as mainly established in the books of Laurence Bardin and Albert Kientz, was chosen as method. The intent was to highlight the role played by the state of Rio Grande do Sul in such debate, and to show one of the many ways of working with the press as primary source. Both quantitative and qualitative approaches were employed and emphasized in the development of this inquiry.

Key-words: Content Analysis. *Correio do Povo*. Press. Feminine suffrage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Bertha Lutz	51
Figura 2 – Panfleto de campanha de Getúlio Vargas.....	54
Figura 3 – Detalhe do cabeçalho do <i>Correio do Povo</i>	85
Figura 4 – Porto Alegre nos anos 1920	86
Figura 5 – Redação do <i>Correio do Povo</i> em 1934.....	91
Figura 6 – Detalhe do expediente do jornal.....	92
Figura 7 – Exemplo da diagramação do jornal.....	93
Figura 8 – Reprodução da capa da revista <i>Propaganda</i>	99
Figura 9 – As eleições	146
Figura 10 – Inversão de papéis	169
Figura 11 e 12 – Modelos dos gabinetes de votação.....	196
Figura 13 – O Gabinete de votação	196
Figura 14 – Seção feminina no Meyer	208
Figura 15 – Flagrantes do dia da votação em Porto Alegre	212
Figura 16 – Flagrantes do dia da votação no interior do Rio Grande do Sul	215
Figura 17 – Candidatas a uma vaga na Assembléia Constituinte pelo Distrito Federal	216
Figura 18 – A deputada Carlota Pereira de Queiroz	219

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição por mês das matérias – 1ª parte	106
Gráfico 2 – Incidência das matérias encontradas por página no <i>Correio do Povo</i>	109
Gráfico 3 – Distribuição por mês das matérias – 2ª parte	143
Gráfico 4 – Quantidade de matérias por página no <i>Correio do Povo</i>	147
Gráfico 5 – Distribuição por mês das matérias – 3ª parte	201
Gráfico 6 – Quantidade de matérias por página no <i>Correio do Povo</i>	203
Gráfico 7– Totalização das matérias encontradas no <i>Correio do Povo</i>	243
Gráfico 8– Totalização das matérias encontradas no <i>Correio do Povo</i>	243
Gráfico 9– Quantidade de matérias por página – totalização	244

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição espacial das notas no <i>Correio do Povo</i>	113
Quadro 2 – Distribuição espacial das notícias no <i>Correio do Povo</i>	114
Quadro 3 – Distribuição espacial dos editoriais no <i>Correio do Povo</i>	120
Quadro 4 - Distribuição espacial dos sueltos no <i>Correio do Povo</i>	123
Quadro 5 – Argumentos e origem dos sueltos publicados no <i>Correio do Povo</i>	124
Quadro 6 – Distribuição espacial das entrevistas no <i>Correio do Povo</i>	127
Quadro 7 – Distribuição espacial dos artigos no <i>Correio do Povo</i>	130
Quadro 8 – Totalização para a primeira parte e distribuição por tipo definida para o <i>Correio do Povo</i>	138
Quadro 9 – Distribuição espacial das notícias no <i>Correio do Povo</i>	149
Quadro 10 – Distribuição espacial das notas no <i>Correio do Povo</i>	154
Quadro 11 – Distribuição espacial dos sueltos no <i>Correio do Povo</i>	157
Quadro 12 – Direção dos argumentos encontrados nos sueltos do <i>Correio do Povo</i>	159
Quadro 13 – Distribuição espacial do editorial no <i>Correio do Povo</i>	162
Quadro 14 – Distribuição espacial dos artigos no <i>Correio do Povo</i>	165-166
Quadro 15 – Distribuição espacial das entrevistas no <i>Correio do Povo</i>	175
Quadro 16 – Distribuição espacial dos “a pedidos” no <i>Correio do Povo</i>	181
Quadro 17 – Totalização para a segunda parte e distribuição por tipo definida para o <i>Correio do Povo</i>	190
Quadro 18 – Distribuição espacial das notícias no <i>Correio do Povo</i>	205
Quadro 19 – Distribuição espacial das notas no <i>Correio do Povo</i>	222
Quadro 20 – Distribuição espacial dos sueltos no <i>Correio do Povo</i>	223
Quadro 21 – Distribuição espacial das entrevistas no <i>Correio do Povo</i>	226
Quadro 22 – Distribuição espacial dos artigos no <i>Correio do Povo</i>	229
Quadro 23 – Totalização para a terceira parte e distribuição por tipo definida para o <i>Correio do Povo</i>	236
Quadro 24 – Totalização – distribuição por tipo definida para o <i>Correio do Povo</i>	245

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Listagem dos presidentes-diretores do <i>Correio do Povo</i>	89
Tabela 2 – Comparativo da quantidade de páginas do <i>Correio do Povo</i>	94
Tabela 3 – Quantidade de matérias encontradas por mês no <i>Correio do Povo</i>	106
Tabela 4 – Quantidade de matérias por página no <i>Correio do Povo</i>	108
Tabela 5 – Quantidade de matérias encontradas por mês no <i>Correio do Povo</i>	143
Tabela 6 – Quantidade de matérias por página no <i>Correio do Povo</i>	147
Tabela 7 – Número de eleitores alistados por Estado (eleições de 3 de maio de 1933)	195
Tabela 8 – Quantidade de matérias por mês no <i>Correio do Povo</i>	201
Tabela 9 – Quantidade de matérias por página no <i>Correio do Povo</i>	203
Tabela 10 – Totais encontrados para o <i>Correio do Povo</i>	242

LISTA DE SIGLAS

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

LEC: Liga Eleitoral Católica

LEIM: Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher

FBPF: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

PL: Partido Libertador

PRL: Partido Republicano Liberal

PRR: Partido Republicano Rio-Grandense

PUCRS: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RJ: Rio de Janeiro

RG: Registro Geral

Rs: Rio Grande do Sul

SP: São Paulo

TRE: Tribunal Regional Eleitoral

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Sumário

Lista de Figuras	8
Lista de Gráficos	9
Lista de Quadros	10
Lista de Tabelas	11
Lista de Siglas	12
Introdução	15
Capítulo 1	
Sufrágio Feminino	26
1 Onde essa história começa	26
1.1 A mulher e o sufrágio: algumas considerações.....	28
1.1.1 Ultrapassando uma fronteira invisível: a história das mulheres.....	29
1.2 Primeira conquista: o reconhecimento como indivíduo	33
1.3 Sufrágio feminino - uma questão de cidadania?	39
1.3.1 Em busca de uma maior liberdade de expressão	42
1.4 A luta pelo voto no Brasil - os anos decisivos.....	46
Capítulo 2	
O jornal como documento	63
2 Novas fontes - novos problemas	65
2.1 Imprensa e história - usos e abusos de tal aproximação	70
2.2 Radiografia do <i>Correio do Povo</i>	82
2.2.1 RG do <i>Correio do Povo</i>	84
2.3 "Se deu no Correio é verdade"	97

Capítulo 3

Do decreto ao Código Eleitoral	102
3 Da forma ao sentido	103
3.1 O <i>Correio do Povo</i> informa	110
3.1.1 Notas & Notícias	110
3.2 O <i>Correio do Povo</i> opina	119
3.2.1 Os Editoriais	119
3.2.2 Os Sultos	123
3.2.3 Entrevistas	126
3.2.4 Artigos	129

Capítulo 4

Do alistamento à Constituinte	142
4.1 O <i>Correio do Povo</i> informa: rumo ao alistamento	148
4.1.1 As Notícias	148
4.1.2 As Notas	153
4.2 O <i>Correio do Povo</i> publica e opina	156
4.2.1 Os Sultos	157
4.2.2 Os Editoriais	162
4.2.3 Os Artigos	165
4.2.4 As Entrevistas	174
4.2.5 A Pedidos	180

Capítulo 5

Das eleições à Constituição	192
5 As filhas de Eva vão às urnas	192
5.1 O <i>Correio do Povo</i> informa	204
5.1.1 Notas & Notícias	204
5.2 O <i>Correio do Povo</i> opina	223
5.2.1 Os Sultos	223
5.2.2 As Entrevistas	226
5.2.3 Os Artigos	229
Considerações Finais	239
Locais de Pesquisa	249
Fontes	250
Referências Bibliográficas	261
Apêndices	269
Anexos	284

Introdução

*É o olhar que faz a História.
No coração
de qualquer relato histórico,
há a vontade de saber.*

Michelle Perrot

Toda história tem um princípio. Toda pesquisa surge de um momento, de uma idéia, de uma dúvida. Esta pesquisa não é diferente. Começou como uma mera curiosidade para se transformar quase numa obsessão. O primeiro contato com o tema do voto feminino surgiu no ano de 2005, enquanto ainda freqüentava as cadeiras de graduação em História na UFRGS. Confesso que mais fruto de uma desatenção do que propriamente de uma exaustiva procura por um tema de pesquisa. A história que exponho a partir de agora busca desnudar os passos iniciais da minha trajetória de pesquisa.

Tudo começou enquanto escutava a palestra do professor da UFMG José Antonio Dabdab Trabulsi intitulada *A Democracia Ateniense e Nós*. O palestrante discorria sobre as diferenças entre a cidadania do mundo antigo e a nossa percepção atual de cidadania (muita mais inclusiva que a antiga), quando uma frase me chamou a atenção. Segundo o palestrante as mulheres só conquistaram o direito à cidadania política no Brasil há pouco mais de 70 anos. Foi essa pequena informação no meio de tantas outras que me intrigou e despertou uma vontade quase insaciável de saber mais sobre tal assunto. Eu também estava à procura de um tema para desenvolver na cadeira de *Prática de Pesquisa em Estudos Brasileiros* e assim a questão do sufrágio feminino me pareceu muito adequada para atender a mais essa demanda escolar.

Porém, quanto mais procurava dados sobre tal mote, mais me convencia de que o assunto ainda não tinha sido totalmente explorado. Eu estava procurando dados sobre o Rio Grande do Sul, o estado que é considerado o mais politizado do Brasil e lugar onde resido. Contudo, quase todas as obras consultadas trazem informações sobre manifestações nos

estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Norte (o estado brasileiro pioneiro na concessão do voto feminino), e se omitem sobre o Rio Grande do Sul. Até mesmo Céli Regina Pinto, na sua obra *Uma História do Feminismo no Brasil*¹, não faz menções às contestações em favor (ou mesmo contra) ao voto feminino oriundos do estado do Rio Grande do Sul, ausência também notada em outras obras tais como *História das Mulheres no Brasil* e *História da Vida Privada no Brasil*, organizadas respectivamente por Mary Del Priore e Fernando Novais (responsável pelos três livros que compõem a referida série).²

Essa ausência me trouxe mais inquietações e questionamentos: *Não houve manifestações no Rio Grande do Sul, a favor ou contra o sufrágio feminino? Como a questão da cidadania e, mais diretamente, da conquista dos direitos políticos da mulher, foram aqui tratados? Que marco temporal seria o mais adequado para este tema? E afinal, em que fonte buscar tal informação?*

Antes, porém de tentar responder algumas dessas perguntas, um esclarecimento é necessário quanto ao uso do termo *fonte*. Peter Burke traz uma valiosa contribuição no entendimento de tal termo, utilizado de forma indiscriminada por nós, historiadores (e não é diferente aqui nesta dissertação), ao salientar que,

tradicionalmente, os historiadores têm se referido aos seus documentos como ‘fontes’, como se eles estivessem enchendo baldes no riacho da Verdade, suas histórias tornando-se cada vez mais puras, à medida que se aproximam das origens. A metáfora é vívida, mas também ilusória no sentido que implica a possibilidade de um relato do passado que não seja contaminado por intermediários. É certamente impossível estudar o passado sem a assistência de toda uma cadeia de intermediários, incluindo não apenas os primeiros historiadores, mas também os arquivistas que organizaram os documentos, os escribas que os escreveram e as testemunhas cujas palavras foram registradas. Como sugeriu o historiador holandês Gustaaf Renier [...] pode ser útil substituir a idéia de fontes pela de indícios do passado no presente. O termo ‘indícios’ refere-se a manuscritos, livros impressos, prédios, mobília, paisagem [...], bem como a muitos tipos diferentes de imagens: pinturas, estátuas, gravuras, fotografias.³

¹ PINTO, Céli R. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. Por tratar-se de uma autora que vive, trabalha e escreve no estado do Rio Grande do Sul esta poderia ser uma de suas preocupações, ou seja, situar a discussão do feminismo no Brasil a partir do Rio Grande do Sul e desse modo abordar a questão do sufrágio feminino no nosso estado, o que não ocorre.

² Grande parte das obras consultadas, nesta primeira fase da pesquisa, estão citadas ao longo desta dissertação, principalmente no primeiro capítulo. Sobre a discussão do sufrágio ele é apenas mencionado num capítulo do volume três da série *História da Vida Privada no Brasil*, organizado por Nicolau Sevcenko. E que está referenciado no primeiro capítulo.

³ BURKE, Peter. *Testemunha ocular. História e imagem*. São Paulo: EDUSC, 2004, p. 16.

Apesar de concordar com a proposição de Burke, decidi utilizar, ao longo deste texto, o termo ‘fonte’, mas sempre levando em consideração as ponderações do autor sobre as implicações do seu uso. Outra opção foi manter a grafia original em todas as matérias citadas do *Correio do Povo*. Convém também esclarecer que defini como foco de análise o que foi **publicado no jornal** sobre a questão do sufrágio feminino, e não a forma como foi assimilada pelos leitores, na época.

Feito esse parêntese, pode-se agora voltar a nossa história. Comecei uma busca sobre o mote do sufrágio feminino (ainda que parcial) no ano de 2005, como já salientei, aproveitando o tema para o trabalho de conclusão do curso de Bacharelado em História. Nesta primeira inserção a esse mundo, elegi como fonte principal, para colher as informações sobre o sufrágio feminino, a *Revista do Globo*, publicação quinzenal da Livraria do Globo, de Porto Alegre. Tal periódico foi eleito por mim (como fonte primária) por ser uma revista gaúcha e que, eu imaginava, traria muitas informações sobre o voto feminino. Ledo engano. A revista mal se referiu a tal questão⁴. Motivo que mais me instigou do que desanimou.

Já nesta época, escolhi o título “fantasia” de minha pesquisa: *O Voto da Costela*. A princípio, tomei de empréstimo esta expressão de Ana Maria Colling⁵ que a coloca como um dos subtítulos de um capítulo de sua tese. Mas, a cada vez que alguém me pergunta de sua escolha, mais ela me parece acertada. Pois, no meu entender, tal expressão tem uma dupla significação. Ao mesmo tempo em que denota uma igualdade pretendida pela mulher (baseada nas palavras bíblicas da criação humana, onde Deus supostamente criou a mulher da costela de Adão, para sinalizar que era igual a ele, nem superior, nem inferior), também coloca em evidência uma posição de dependência da mulher em relação ao homem, considerada como eterna devedora do homem que lhe ‘concedeu’ uma parte do seu corpo para viver. Vertentes quase antagônicas de uma mesma expressão e que a minha pesquisa procura expor, ou seja, ao mesmo tempo em que pode denotar uma igualdade, também pode significar a dependência.

Ainda em 2005, tomei contato com a obra de José Murilo de Carvalho *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. A sua leitura foi importante por ter me apontado duas questões

⁴ De um total de 108 exemplares consultados encontrei apenas 12 referências ao voto feminino. O trabalho desenvolvido na *Revista do Globo* gerou um artigo intitulado “*O Voto de Saias*”: *breve análise das imagens veiculadas na Revista do Globo (1930-1934)*. Podendo ser consultado em <<http://www.historiaimagem.com.br/edicao3setembro2006/votodesaias.pdf>>

⁵ COLLING, Ana Maria. *A Construção da Cidadania da Mulher Brasileira. Igualdade e Diferença*. 2000. 383 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

primordiais e que muito me ajudaram a definir os rumos da pesquisa. A primeira, e talvez mais importante contribuição de Murilo de Carvalho, é a sua definição de *cidadania*, que passei a utilizar ao longo da minha pesquisa. Como indica Carvalho, a cidadania plena combina liberdade, participação e igualdade para todos.⁶ A partir das definições do autor, pude compreender que, em busca da cidadania, as mulheres percorreram um caminho longo, repleto de barreiras e preconceitos. Parte desta luta se resumiu na sua busca pelo direito de participar do mundo público e político, considerado (até a metade do século XIX, no Ocidente) um reduto exclusivamente masculino. Na minha pesquisa, focalizo especialmente a conquista dos direitos políticos pelas mulheres, no que diz respeito ao direito de votar e ser votada, pois, segundo afirma Carvalho, “em geral quando se fala de direitos políticos é do direito do voto que se está falando.”⁷

A outra questão que me intrigou, na leitura desta obra, é que há apenas duas menções ao voto feminino ao longo do seu texto. A primeira salienta que

não houve no Brasil, até 1930, movimentos populares exigindo maior participação eleitoral. A única exceção foi o movimento pelo voto feminino, valente mas limitado. O voto feminino acabou sendo introduzido após a Revolução de 1930, embora não constasse do programa dos revolucionários.⁸

A outra menção ao voto feminino é feita quando o autor expõe que, no ano de 1932, “houve avanços na cidadania política. Pela primeira vez, as mulheres ganharam o direito ao voto.”⁹ Estas são as únicas palavras de Murilo de Carvalho sobre a questão. Reconheço que, apesar de não diminuir a importância dessa conquista feminina, o autor não a explora em suas várias nuances. Porém, foram estas poucas informações que me ajudaram a definir o marco temporal da minha pesquisa como sendo a década de 1930. Afinal no Brasil, como salienta o autor, a inclusão feminina na cena eleitoral data dos anos trinta, após a Revolução de 1930. Getúlio Vargas, ao assumir a chefia do Governo Provisório, designa, pelo decreto nº19.459, de 6 de dezembro de 1930, uma subcomissão legislativa para estudar e propor a reforma da lei e do processo eleitorais. Uma das reformas propostas era estender o direito de voto às mulheres, o que se deu efetivamente em 1932, com a promulgação do Código Eleitoral.

⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 9.

⁷ *Ibid.*, loc. cit. Para o autor, o cidadão pleno é definido por quem tem garantido três direitos básicos: o civil, o político e o social; o cidadão incompleto, o que possua apenas algum destes direitos, e o não cidadão, o que não se beneficia de nenhum desses direitos. Esta discussão será retomada no primeiro capítulo.

⁸ *Ibid.*, p. 42.

⁹ *Ibid.*, p.101.

Escolhi, assim, como marcos limítrofes da minha pesquisa, os meses de *dezembro de 1930 e julho de 1934*. O marco inicial pela razão exposta acima, e o final, simplesmente, por ser o dia 16 de julho a data da promulgação da nova Carta Magna do país, que determinou, no artigo 108, quem seriam doravante os eleitores: os brasileiros de um e de outro sexo, acima de 18 anos, que se alistassem na forma da lei.

Ao procurar mais dados sobre a cidadania feminina, encontrei a tese de Ana Maria Colling, defendida no ano de 2000, na PUCRS. Nesta, a autora pretendeu apresentar a construção da cidadania feminina no Brasil, desde o descobrimento, até 1988, momento em que (na Constituição) fica plenamente estabelecida a igualdade formal entre homens e mulheres. E é assim, através da análise das mais variadas fontes, que a autora faz a sua pesquisa, utilizando-se desde as Ordenações Filipinas; catecismos; manuais pedagógicos para homens e mulheres; o Código Civil de 1917; as Constituições brasileiras de 1824, 1891 e 1934; o Código Eleitoral de 1932, até os debates na imprensa gaúcha, relacionados à conquista da cidadania feminina.¹⁰

Mas foi a forma como Colling trata a imprensa, na sua tese (como um mero receptáculo de informações), que mais uma vez me intrigou. Apesar de usar a imprensa como uma das suas fontes de investigação (dedica a ele o último capítulo de sua tese), a autora centra a sua análise em poucos artigos¹¹, não esclarecendo os critérios que utilizou para sua incorporação: se havia apenas estes ou se foi uma escolha pessoal, por supor que bastavam para exemplificar a análise que estava fazendo. E foi exatamente esse quase descaso de Colling para com o material da imprensa que passou a me intrigar e me fez optar por ali iniciar a minha investigação. Quis verificar se não havia mais matérias¹² sobre o voto feminino e, em caso positivo, se estas pediam insistentemente o repúdio do voto para a mulher, tal como a autora fez parecer na sua referida tese.

Assim é que surgiu a idéia de me concentrar na imprensa como fonte principal da minha pesquisa. E, como mencionei, a minha primeira opção foi pela *Revista do Globo*. O

¹⁰ COLLING, op. cit. Para a autora, cidadania é a qualidade de uma pessoa que possui, em uma determinada comunidade política, o conjunto dos direitos civis e políticos, conforme pode ser verificado na nota de rodapé 397, encontrada na página 253 da sua tese.

¹¹ Ana Maria Colling se apropria de dados publicados no *Diário de Notícias*, fazendo referências a apenas três edições de 29/07/31; 20/03/31 e 10/01/33. Do jornal *Correio do Povo*, utiliza um total de 19 artigos, espalhados entre os anos de 1931 e 1933, e também edições esparsas do *Estado do Rio Grande* (6 edições do ano de 1931) e *Correio Serrano*, da cidade de Ijuí (2 edições de março de 1933).

¹² Entende-se como matéria qualquer material encontrado no jornal; as devidas distinções por tipo serão apresentadas no capítulo três.

seu quase silêncio sobre o sufrágio feminino é que definiu o projeto de pesquisa que deu origem a esta dissertação, por querer saber se o tema foi tratado com o mesmo descaso em outros órgãos de comunicação. Assim, mais uma decisão teve que ser tomada, entre os jornais publicados no Rio Grande do Sul, no início da década de trinta, em qual deles iria procurar as respostas às minhas dúvidas? Selecionei o jornal de maior representatividade junto à população da capital gaúcha - o *Correio do Povo*. Este diário é sempre lembrado como o maior jornal do Rio Grande do Sul (pelo menos até os anos 1980), quer pela sua credibilidade, quer pela sua história centenária.¹³

Uma vez tendo escolhido o jornal como fonte principal outra dúvida surgiu: *de que forma trabalhar com esse material?* Tal resposta despontou com maior clareza ao frequentar as aulas do curso de pós-graduação em História, especialmente na cadeira *Imprensa e História*, ministrada pela minha orientadora. Entre os vários métodos de análise trabalhados (tendo o jornal como fonte), o que melhor se adequou à minha proposta foi o método denominado *Análise de Conteúdo*¹⁴. Afinal, os objetivos que tracei para serem alcançados com a minha pesquisa, foram basicamente dois: o primeiro, sendo **um levantamento quantitativo da fonte**, para a determinação do número de matérias sobre o sufrágio feminino e, em seguida, verificar de que forma tal mote foi abordado pelo jornal, ou seja, uma abordagem **qualitativa do tema**. E é nesta dupla abordagem que me proponho a analisar o *corpus documental* encontrado durante a investigação nas páginas do jornal nos 44 meses aqui determinados.

Não se pode negar a relevância do tema. Palavras como **cidadania, participação política e inclusão social** nunca estiveram tão em voga e na moda. Nos dias atuais, são questões que suscitam muitas discussões e preocupações na sociedade e nos meios de comunicação.

A inserção de grandes massas nos mecanismos da vida política é um fato bastante recente: excetuados os Estados Unidos, o sufrágio universal e a igualdade do voto só foram conquistados, de uma maneira geral, nas primeiras décadas do século XX.¹⁵ A questão do sufrágio feminino, apesar de ter mobilizado muitas pessoas e ser considerado como “um dos

¹³ A história do jornal e sua inserção na sociedade gaúcha podem ser conferidas no capítulo dois.

¹⁴ Para maiores esclarecimentos sobre a forma de aplicação do referido método, ver capítulo três.

¹⁵ O Estado do Wyoming, nos EUA, estabelece o sufrágio feminino em 1869. Cito alguns países como exemplos: Inglaterra, em 1918, com caráter restritivo; Espanha, em 1931; Uruguai, em 1934; França, em 1944; Itália, em 1945; Suíça, em 1971 e Portugal em 1976. Outras datas podem ser consultadas em: SANTOS, Wanderley Guilherme dos (org.). *Votos e partidos: almanaque de dados eleitorais: Brasil e outros países*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

movimentos políticos de massa de maior significação no século XX, tem merecido dos livros de História, quando não o silêncio, apenas uns poucos parágrafos ou uma nota de pé de página”¹⁶, como já registravam a historiadora Branca Moreira Alves e a socióloga Jacqueline Pitanguy, nos anos 80.

Segundo a historiadora estadunidense June Hahner, o feminismo “[...] abrange todos os aspectos da emancipação das mulheres e inclui qualquer luta projetada para elevar seu *status* social, político ou econômico; diz respeito à maneira de se perceber da mulher e também à sua posição na sociedade.”¹⁷ A minha pesquisa busca salientar **uma das vertentes do feminismo**, a que diz respeito à luta política. Que fique claro que esta pesquisa não enfocará todo o movimento feminista, mas apenas uma de suas vertentes, *o movimento sufragista*.

Acredito que esta pesquisa se insere nas fronteiras de vários campos de conhecimento, entre eles, a história cultural, a história de gênero, a história política, a comunicação, a sociologia, a antropologia e o direito. A eles, sou eterna devedora das várias contribuições que os seus mais variados estudos deram para um melhor entendimento do tema. O primeiro capítulo faz um resgate bibliográfico do sufrágio feminino e, tanto nele, quanto no capítulo dois, pode-se notar a contribuição de todas essas áreas do conhecimento.

A dissertação foi tomando forma no desenrolar da pesquisa. O primeiro ano foi tomado em incursões quase diárias aos arquivos, para coleta dos dados da pesquisa e formação do *corpus documental*.¹⁸ Adotei como arquivo principal o Setor de Imprensa do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MUSECOM); os outros arquivos foram consultados apenas quando encontrei alguma lacuna na coleção do *Correio do Povo* no referido arquivo.¹⁹ Tais visitas renderam onze CD-ROM (700mB) com fotografias das matérias encontradas no jornal. Durante a fase de coleta do material, desenvolvi uma ficha²⁰, a ser preenchida para cada matéria que encontrei, com o mote do sufrágio feminino. A determinação dos itens essenciais que a compõem foi tomada depois da leitura das obras,

¹⁶ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo?* São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 44. Ver especialmente o capítulo “O Feminismo como Movimento Político”.

¹⁷ HAHNER, June. *A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 25.

¹⁸ O *corpus documental* da pesquisa pode ser consultado no item “Fontes” ao final da dissertação.

¹⁹ Os outros arquivos consultados são: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV) e o Acervo de Pesquisa em Jornais do Correio do Povo (ACP). O acesso a coleção na sede do jornal é o único cuja consulta não é gratuita, nem tampouco é permitido fotografar os exemplares do jornal. A localização dos arquivos pode ser conferida no final desta dissertação, sob o nome de “Locais de Pesquisa.”

²⁰ Conferir o modelo da ficha no apêndice A.

tanto de Laurence Bardin, quanto de Albert Kientz sobre a aplicação do método da Análise de Conteúdo. Tais critérios estão expostos detalhadamente no início do terceiro capítulo, onde começo a expor a análise dos dados encontrados no *Correio do Povo*.

Antes, porém, de me centrar na procura específica do material veiculado nas páginas do *Correio do Povo*, tentei responder à seguinte pergunta: *de que modo os estudos históricos tem se “servido” do jornal como fonte?* Uma breve explanação sobre tal assunto pode ser conferida no capítulo dois, que também tenta fazer uma diferenciação entre o *fazer jornalístico* e o *fazer história*, e apresentar o jornal *Correio do Povo* ao leitor desta dissertação.

Após a coleta de todo o material, nos arquivos de Porto Alegre, surgiu mais uma dúvida: *como trabalhar com tanta informação?* Selecionei nada menos que 262 matérias com alguma menção à questão do sufrágio feminino. Decidi, então, dividir a análise do referido *corpus documental* levando em consideração o seu tipo²¹, para melhor compreensão e visualização da importância das matérias selecionadas. Tal critério ficará mais claro ao longo da leitura dos três capítulos finais desta dissertação, que trazem a análise de todas as matérias encontradas no *Correio do Povo*.

Os capítulos desta dissertação, não por acaso, seguem a ordem em que empreendi a minha investigação, e mostram um pouco da trajetória percorrida para compreender o tema. Após definir que queria entender melhor a questão do sufrágio feminino, foi atrás de tal assunto que parti. O resultado dessa busca pode ser conferido no capítulo um, intitulado: *O Sufrágio Feminino*. Neste capítulo, busquei compreender a maneira como a questão do voto estava inserida na luta pela emancipação feminina de uma forma mais geral, para então me centrar no caso brasileiro e, especificamente, do Rio Grande do Sul (uma vez que a minha fonte de informações é um jornal oriundo desse estado).

Atendendo às peculiaridades da fonte escolhida – jornal – senti necessidade de fazer uma breve incursão no campo da comunicação, para entender como os estudos históricos têm incorporado este tipo de fonte nas suas pesquisas, como já mencionei acima. O capítulo dois é fruto de tal necessidade.

²¹ Por tipo, entenda-se o gênero a que pertence cada matéria, por exemplo, nota, notícia, suelto, etc. Para maiores detalhes, consultar o capítulo três.

E como a proposta da pesquisa (salientada desde o seu título) é saber o que saiu publicado nas páginas do jornal sobre o sufrágio feminino, os três capítulos de análise dão ênfase a isto. Ou seja, nestes capítulos, o leitor vai encontrar o que o jornal veiculou sobre o tema, o que justifica as poucas inserções de outras fontes que não o material coletado no próprio *Correio do Povo*.

Apenas mais alguns esclarecimentos são necessários antes de se iniciar a história que aqui se pretende contar. Um deles diz respeito aos nomes próprios citados ao longo das matérias do *Correio do Povo*, muitos dos quais (como se verá) estão em destaque no meu texto. Saliento que, sempre que foi possível localizar esta informação, procurei fazer uma breve biografia do articulista²² ou do entrevistado em questão. Todas essas informações estão expostas à parte do texto principal, em notas de rodapé, e foram acrescentadas somente para que o leitor conheça um pouco mais sobre quem eram os “personagens” que fizeram parte desta história.

Da mesma forma, procurei tomar alguns cuidados ao agregar as fotografias e as charges (encontradas no jornal) ao meu texto. Procurei sempre fazer considerações sobre algum dos métodos propostos pelos especialistas em tais áreas, antes de me atrever a fazer a sua análise. Na medida em que foram sendo necessários, os conceitos e limitações da minha pesquisa estão expostos ao longo dos capítulos. Optei por apresentar alguns deles ao longo do texto, e não aqui, na introdução. A dissertação ainda inclui, ao final, dois anexos e quatro apêndices. Como anexo, apresento ao leitor um título eleitoral da década de 1930 e trechos selecionados do Código Eleitoral de 1932. Trago, nos apêndices, alguns dados sobre as eleições de 1933 - as primeiras da República Nova (devido à carência de dados detectada na bibliografia sobre tal eleição). Estes apêndices expõem os candidatos a deputado constituinte pelo Rio Grande do Sul, dados estatísticos da população e o resultado final da apuração.

Assim, a análise do *corpus documental* foi dividida em três partes, cada uma delas definindo um capítulo. O capítulo três expõe os dados encontrados no jornal da edição de primeiro de dezembro de 1930 até 24 de fevereiro de 1932. Esse período é marcado pela divulgação do anteprojeto da lei eleitoral e a discussão, que este proporcionou, sobre a inserção da mulher no Código Eleitoral.

²² Articulista: profissional que, periodicamente escreve artigos assinados para jornais e revistas, onde opina pessoalmente sobre fatos econômicos, políticos e sociais. Pode ou não fazer parte do quadro funcional. Segundo a definição de RABAÇA, C.; BARBOSA, G. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro: Campus, 2001, p. 42.

O capítulo quatro começa a sua análise exatamente na aprovação do código, até as vésperas das eleições para a Assembléia Constituinte, que ocorreram no dia três de maio de 1933. Uma vez conquistado o direito de participar do pleito eleitoral, as matérias do jornal privilegiam o alistamento feminino. Por fim, o último capítulo procura salientar, num primeiro momento, como se processaram as eleições e como nela ocorreu a inédita participação feminina. Estendo a análise até o ano de 1934, para acompanhar as discussões da Assembléia Constituinte sobre a definitiva incorporação feminina nas lides políticas do país.

Por acreditar que a análise quantitativa do *corpus documental* é tão importante quanto a sua análise qualitativa, é conveniente fazer uma breve reflexão sobre este tipo de abordagem.²³ Para isso levo em conta as ponderações feitas por Jean-Yves Grenier, no capítulo “A História Quantitativa Ainda é Necessária?” do livro *Passados Recompostos*.²⁴

Este especialista em história econômica faz uma acurada exposição sobre os problemas de se fazer uma história quantitativa. Segundo Grenier, o auge desta abordagem foi nos anos 1960 e, desde então, “[...] o recurso ao quantitativo deve ser justificado; sua necessidade não é mais evidente.”²⁵ Apesar do autor centrar sua análise na história econômica, creio que traz significativas contribuições para se entender o uso de métodos quantitativos em qualquer “abordagem” histórica que se pretenda fazer, como no caso desta pesquisa, que a utiliza no material encontrado nas páginas de um jornal.

Grenier coloca em evidência a dificuldade de se encontrar uma proposta ou um método para ser aplicado nos estudos históricos, e apresenta os chamados “paradigma galilaico” e “paradigma indiciário” (ambas designações dadas pelo historiador italiano Carlo Ginzburg). O primeiro dá uma ênfase excessiva ao quantitativo e as explicações macro-históricas e o segundo quase que ignora por completo estas abordagens para enfatizar, ao contrário, o mundo da micro-história, da singularidade para explicar o todo.

A proposta feita nesta pesquisa é uma tentativa de unir esses campos de análise, o quantitativo e o qualitativo, procurando não priorizar um em detrimento do outro. Acredito que, nos estudos que envolvem fontes como a imprensa, este cuidado deve ser levado em

²³ Quero deixar claro que a minha pesquisa não traz exaustivos cálculos estatísticos e nem mesmo tenta aplicar algum *software* estatístico de análise dos dados coletados, mas tão somente agrupar o material selecionado em tabelas e gráficos para uma melhor identificação e classificação das matérias encontradas no jornal.

²⁴ GRENIER, Jean-Yves. A História Quantitativa ainda é Necessária? In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (Org.) *Passados Recompostos – campos e canteiros da História*. Editora UFRJ-FGV: Rio de Janeiro, 1998.

²⁵ *Ibid.*, p.183.

consideração. Creio que uma boa maneira de se iniciar a procura de qualquer tema, nas páginas de um jornal, é fazendo uma análise quantitativa do material, até para que se tenha uma idéia da importância que o órgão de comunicação estudado deu ao tema por nós escolhido. Mas, não custa salientar, essa é somente a primeira etapa de uma análise mais abrangente, pois os números, tabelas e gráficos não dizem tudo e não explicam nada por si só, são apenas mais uma ferramenta que o historiador pode utilizar para construir a sua narrativa e defender as suas hipóteses.

Maurice Mouillaud é outro autor que também faz essa distinção, propondo que mais que o conteúdo das matérias, também se procure salientar a forma como tais matérias são apresentadas pelo jornal que se está analisando.²⁶ Suas idéias estão expostas no início do terceiro capítulo.

No Brasil, as discussões sobre a possibilidade de se estender o direito de voto às mulheres foram retomadas nos anos iniciais da década de 1930²⁷, enquanto os estopins das armas mal silenciaram pelas ruas brasileiras e o poder recém mudava de mãos na Capital Federal.²⁸ E é esta a história que agora começo a contar. Entretanto, antes de descobrir o que o jornal *Correio do Povo* publicou sobre o sufrágio feminino é necessário retroceder um pouco no tempo, até o século XIX, para se compreender os argumentos propalados pelo jornal nos primeiros anos da década de 1930.

²⁶ MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D (Org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997. O autor expõe tais considerações no capítulo um dessa obra.

²⁷ As primeiras discussões sérias sobre este assunto começaram a surgir logo após a queda da Monarquia, porém não obtiveram sucesso, tal como se poderá verificar no capítulo um.

²⁸ Enquanto o Brasil, entre os anos de 1930 e 1934, vivia um momento de insegurança e de mudanças, é interessante assinalar que o *Correio do Povo* dava uma grande ênfase, nas suas edições, para os assuntos mais diversos. Entre eles, apresento o julgamento de Al Capone (EUA), que mereceu destaque na edição do dia 17 de outubro de 1931, até a morte de personagens famosas, tais como de Tomas Edison, ocorrida em 18 de outubro de 1931, sendo que o jornal dedica a capa da edição do dia 20 para lamentar a sua morte, ou ainda, o suicídio de Santos Dumont, amplamente divulgado nas suas folhas, no dia 26 de julho de 1932. Um fato que me chamou a atenção foi o interesse demonstrado pelo periódico sobre a caçada ao famigerado Lampião e seu bando pelos sertões brasileiros, noticiado em todo o período abarcado nesta pesquisa.

Capítulo 1

O Sufrágio feminino

*A perturbação eventual
provocada pelo sufrágio feminino
no jogo político clássico
foi desde sempre tanto mais temida
quanto as mulheres
representam por todo o lado
mais de 50% do corpo eleitoral
e estão em situação de desempenhar
um papel de arbitragem.
Foi, portanto a um duplo título
que a sua chegada ao mercado político
pôde chocar as consciências masculinas:
à perda de um monopólio
acrescentava-se a ultrapassagem pelo número.*

Mariette Sineau

1 Onde esta história começa

O também chamado *longo século XIX* é definido por Eric Hobsbawm como o período compreendido entre 1776 e 1914. O século começa, assim, com a dupla e decisiva irrupção da primeira revolução industrial, na Grã-Bretanha, e termina em agosto de 1914, considerado por Hobsbawm, como “[...] uma das ‘rupturas naturais’ mais inegáveis da história; [...] o marco do fim do mundo feito por e para a burguesia.”²⁹

²⁹ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios. 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 19. Para mais informações sobre esta discussão, ver a introdução do livro.

A guerra mundial teria transformado de modo decisivo os valores, os costumes e até mesmo a forma com que o homem se relacionava com o mundo, a sociedade e o meio ambiente. Este século é também considerado como de vitórias decisivas para o sexo masculino e tem sido muitas vezes descrito como um século sombrio, triste, opressivo e austero para as mulheres, mas tal perspectiva, segundo as historiadoras francesas Geneviève Fraisse e Michelle Perrot, está equivocada. Na obra *História das mulheres no Ocidente*, elas afirmam que, numa investigação mais apurada, percebe-se que,

esse século assinala o nascimento do feminismo, palavra emblemática que tanto designa importantes mudanças estruturais (trabalho assalariado, autonomia do indivíduo civil, direito à instrução) como o aparecimento coletivo das mulheres na cena política.³⁰

Para elas, o melhor seria denominar o século XIX como o momento histórico, quando a vida das mulheres se altera e, de acordo com suas palavras, “tempo de modernidade em que se torna possível uma posição de sujeito, indivíduo de corpo inteiro e atriz política, futura cidadã”.³¹ Mas como a vida das mulheres pode se modificar de tal forma? Como se deu tal inserção feminina no mundo público e político? Este capítulo tenta responder a essas perguntas e, também, compreender onde o Brasil e, mais especificadamente o Rio Grande do Sul, insere-se nesta discussão.³²

Não é minha pretensão contar a história do feminismo, ou mesmo do movimento feminista, como já foi esclarecido na introdução deste trabalho, pois, afinal, tal caminho já foi percorrido por muitos especialistas em quem me apoiei para entender melhor esta questão e que estão citados ao longo de minha dissertação, aqui apresentada. Mesmo assim, creio ser importante dar alguns esclarecimentos para que se possa acompanhar melhor o desenrolar deste “novo” que é a questão do sufrágio feminino e o mote da minha pesquisa.

³⁰ FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. Ordens e Liberdades. In: DUBY, G; PERROT, M. (org). *História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1991, vol. 4, p. 9. Estas autoras discordam um pouco de Hobsbawm quanto à delimitação dos marcos temporais do século XIX, sendo que, para elas, “o século XIX abre e fecha com dois acontecimentos, uma revolução e uma guerra [...] de 1789 a 1914.” Essas discordâncias não são relevantes neste trabalho, que procura, antes de mais nada, desvelar e revelar os comportamentos e o modo de pensamento vigente na época sobre a mulher e, mais especificadamente, os argumentos propalados em relação ao voto feminino.

³¹ Ibid., loc. cit.

³² Não é o objetivo da minha pesquisa enfatizar os nomes das pioneiras da luta pelo voto feminino no Brasil ou no exterior. O que se está procurando entender, neste capítulo, são os comportamentos, os valores, a visão de mundo e os argumentos levantados pela sociedade ocidental sobre as mulheres e a sua participação na vida pública e política. Este texto busca, antes de mais nada, subsídios para que possam ser melhor compreendidas as matérias do jornal *Correio do Povo*, que serão apresentadas nos capítulos posteriores, e que são, afinal, o foco principal da pesquisa.

1.1 A mulher e o sufrágio: algumas considerações

Na virada para o século XX, a ênfase principal da luta feminista foi pelo direito ao sufrágio³³, mas esta não foi uma luta isolada. Branca Alves e Jacqueline Pitanguy apontam que o século XIX se caracteriza por duas frentes de luta do operariado, uma por melhores condições de trabalho e a outra pelos direitos de cidadania, aí incluída a reivindicação do direito de votar e ser votado, sem o critério censitário. O sufrágio universal surge, assim, como uma das principais conquistas dos homens da classe trabalhadora no final do século XIX, mas ela não incluía o sufrágio feminino, pois

esta foi uma luta específica que abrangeu mulheres de todas as classes, foi uma luta longa, demandando enorme capacidade de organização e uma infinita paciência. Prolongou-se, nos Estados Unidos e na Inglaterra, por 7 décadas. No Brasil, por 40 anos, a contar da Constituinte de 1891.³⁴

Mas, antes de se aventurar nesta discussão, vamos primeiro tentar entender porque as mulheres estavam quase que praticamente invisíveis na história ocidental e como foi possível ultrapassar esta fronteira oculta, contudo verdadeira e quase indestrutível. O que torna tal discussão interessante e importante, para esta pesquisa é que, no momento em que as mulheres começam também a ser consideradas como *sujeitos da história*, sua trajetória passa a ter uma maior significância e a perder a opacidade a que tinha sido renegada até então. Com isto, surgiram novas perguntas a serem respondidas como a que esta pesquisa, por exemplo, se propõe.

³³ Como afirma KÄPPELI, Anne-Marie. Cenas Feministas. In: *História das mulheres...* vol.4, p. 556.

³⁴ ALVES; PITANGUY, op. cit., p. 44. Como informa BRESCIANI, M. S. O Anjo da Casa. *História & Perspectivas*. Uberlândia, n° 7, jul./dez. 1992, p.192, não custa lembrar que tanto os homens quanto as mulheres sem propriedade foram afastados das decisões políticas nas sociedades autodenominadas modernas e civilizadas, sendo somente no século XIX que tal situação começou a ser contestada de uma forma mais organizada.

1.1.1 *Ultrapassando uma fronteira invisível: a história das mulheres*

As mulheres, e sua história, já ganharam visibilidade. Hoje, em pleno século XXI, não se pode mais afirmar que elas estão “fora da história”. Esta inserção só foi possível graças “em grande parte pela ascensão da história social e pelo interesse crescente pelos acontecimentos locais e pela vida familiar e cotidiana das pessoas”³⁵, como atesta a historiadora estadunidense June Hahner.

A ascensão feminina na história também se deve à história cultural que, nas últimas décadas do século XX, apostou em novas temáticas e se interessou por grupos sociais “até então excluídos do seu interesse [...]. Pluralizam-se os objetos da investigação histórica e, nesse bojo, as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da história”.³⁶

Joan Scott, no já clássico artigo “História das Mulheres”, mostra que a

emergência da história das mulheres como um campo de estudo acompanhou as campanhas feministas para a melhoria das condições profissionais e envolveu a expansão dos limites da história. Mas esta não foi uma operação direta ou linear, não foi simplesmente uma questão de adicionar algo que estava faltando.

E conclui que

a maior parte da história das mulheres tem buscado de alguma forma incluir as mulheres como objetos de estudo, sujeitos da história [...]. Entretanto, desde que na moderna historiografia ocidental, o sujeito tem sido incorporado com muito mais frequência como um homem branco, [...] reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como ‘verdadeiros’, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado.³⁷

³⁵ HAHNER, op.cit., p. 15.

³⁶ SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, C.; VAINFAS, R. (org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 275. Para Soihet: “A onda do movimento feminista ocorrida a partir dos anos 60, contribuiu, ainda mais, para o surgimento da história das mulheres.”

³⁷ SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História*. Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, p. 75 e 77. Joan Scott, tal como Rachel Soihet, aponta para a segunda “onda” feminista, surgida após a década de 1960, como a precursora da história das mulheres.

De modo semelhante, Eric Hobsbawm também credita esta “invisibilidade” feminina na história ocidental ao próprio caráter ou caminho que as mulheres haviam percorrido pois, segundo ele,

na medida em que o grosso das mulheres do mundo continuavam a viver [...] agrilhoadas pelo duplo trabalho e pela sua inferioridade em relação ao homem, pouco há que dizer sobre elas que não se dissesse igualmente nos tempos de Confúcio, de Maomé ou do Velho Testamento. Elas não estavam fora da história, mas estavam fora da história da sociedade do século XX.³⁸

Assim sendo, só algumas mulheres, as que se destacaram por qualquer razão deste amálgama coletivo, é que tiveram sua vida contada e lembrada, tal como Joana D’Arc, heroína francesa, por exemplo.³⁹ June Hahner salienta que, uma das razões para a ausência das mulheres na história tradicional, é devido ao fato de que

os homens, enquanto transmissores tradicionais da cultura na sociedade, incluindo o registro histórico, veicularam aquilo que consideravam e julgavam importante. Na medida em que as atividades das mulheres se diferenciam consideravelmente das suas, elas foram consideradas sem significação e até indignas de menção. Por isso as mulheres permaneceram à margem das principais relações do desenvolvimento histórico.⁴⁰

Trabalhando ainda neste viés, as ponderações de Michelle Perrot são bem apropriadas quando destaca que “[...] o silêncio sobre a história das mulheres também advém do seu efetivo mutismo nas esferas políticas, por muito tempo privilegiadas como os locais exclusivos do poder.”⁴¹ A esfera política e pública foi, durante muito tempo, vetada às mulheres, que ali eram vistas com estranheza e desconfiança. Rachel Soihet, neste sentido, assevera que

o século XIX teria em toda parte acalentado uma crença nas esferas isoladas da feminilidade e da masculinidade que chegaria aos extremos de uma fé religiosa, e *sempre que essas fronteiras foram ameaçadas, argumentos em defesa das absolutas diferenças entre os sexos foram enfiadas na brecha aberta.* [...] A crise da identidade sexual afetou também os homens, o que

³⁸ HOBBSAWM, op.cit., p. 277.

³⁹ Cf. HAHNER, op., cit., p. 19. A autora aponta que “esta é a abordagem que pergunta: quem são as mulheres ausentes da história? Quais são as mulheres de feitos e que feitos realizaram? [...] fala-nos antes de mulheres notáveis, excepcionais, do que da massa de mulheres na história”.

⁴⁰ Ibid., p. 14.

⁴¹ PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 185. Nesta obra, a autora dedica um terço do seu livro a analisar a situação da mulher na Europa, em especial na França.

explicaria a sua reação desmesurada às postulações femininas de participação na sociedade.⁴²

Mais uma vez, o século XIX aparece como o precursor de uma tomada de consciência das limitações que eram impostas às mulheres, e Perrot também assinala que foi este século que “[...] levou a divisão das tarefas e a segregação sexual dos espaços ao seu ponto mais alto. Seu racionalismo procurou definir estritamente o lugar de cada um. Lugar das mulheres: a Maternidade e a Casa [...].”⁴³ O papel do homem, e mais ainda do marido, fixou-se como o de provedor e o da mulher como a única responsável pelos serviços domésticos, pelo bom funcionamento do lar, e também pela educação das crianças. Assim as “atividades masculinas foram mais reconhecidas que as exercidas pelas mulheres” e nesta divisão natural de tarefas, por assim dizer, o papel masculino consagrou-se como uma “função de valor positivo e dominante na sociedade conjugal.”⁴⁴

Maria Stella Bresciani também destaca que a concepção entre público e privado encontrava-se

enraizada já nas origens do mundo burguês e do estado nacional [...] ser proprietário de bens e livre das mazelas do trabalho cotidiano constituíram as premissas para que um homem ascendesse à condição de cidadão e nela fosse reconhecido por seus iguais.⁴⁵

Tal concepção restritiva, apesar de ter sido contestada pelos revolucionários franceses e pelos radicais ingleses do século XVIII, continuou a regular “as representações diferenciadas dos direitos civis e dos direitos políticos, estabelecendo uma nítida divisão entre vida privada e vida pública; perdurou mesmo até um momento bastante avançado do século XIX.”⁴⁶ Justamente esta “cristalização” de papéis e que, segundo tais autores, foi obra do século XIX, é que interessa na discussão sobre a participação feminina no mundo político, sendo a fonte principal dos argumentos contrários à inserção das mulheres na esfera pública, como se verá na análise do *corpus documental* da minha pesquisa.

⁴² SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n° 15, set.out.nov.dez. 2000, p. 98-99. Grifo do autor.

⁴³ PERROT, op. cit., p. 186.

⁴⁴ MALUF, Marina; MOTT, Maria L. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 3, p. 380 e 381.

⁴⁵ BRESCIANI, op. cit., p. 191. Perrot também salienta que é no século XIX que a figura da dona-de-casa é identificada com a função de única provedora do lar, a responsável por todas as tarefas domésticas, segundo ela: “a novidade de sua situação, no século 19, reside na acentuação da divisão do trabalho e na separação dos locais de produção e de consumo. O homem na fábrica, a mulher em casa, ocupando-se de sua família”. PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005, p. 201.

⁴⁶ BRESCIANI, op. cit., p. 191.

Tal cristalização também pode ter sido favorecida pelo positivismo de Auguste Comte⁴⁷, uma nova corrente dominante na vida intelectual, que surgiu pelos meados dos anos 1810. Essa nova tendência de pensamento estava impregnando todo o ambiente cultural do século XIX, como informa João Ribeiro Júnior, tanto na Europa, e em especial na França (terra natal de Comte), como no Brasil, aonde veio aportar com algumas especificidades.⁴⁸

Elisabete da Costa Leal analisa, na sua dissertação, a forma como o Partido Republicano Rio-Grandense – PRR – partido hegemônico no Estado do Rio Grande do Sul durante a vigência da Primeira República, foi influenciado pela doutrina positivista comteana e como esta contribuição ajudou “para a configuração de uma ordem moral para a sociedade gaúcha e para a construção e definição de papéis femininos.” Segundo suas pesquisas, apesar do destaque dado à figura feminina nesta teoria, ela não foi contestadora da concepção patriarcal já existente da sociedade. Elisabete Leal igualmente destaca que todo o pensamento filosófico de Comte esteve voltado à idéia de que se deveria reorganizar a sociedade, os costumes e as crenças. O papel reservado para a mulher seria o de regenerar a vida social e moral, pois caberia a ela, aos intelectuais, sacerdotes e proletários, a tarefa de empreender a ordem social, visto que somente eles possuiriam o “poder espiritual”. Porém,

na teoria positiva da moral, o poder temporal, representado por industriais ou homens que tinham poder material, deveria governar a sociedade e a família, sob auxílio e direção do poder espiritual. Diz Comte que, segundo a lei do reino animal, o homem sobrepujou a mulher, pois a vida prática era dominada pela força e por uma incessante atividade penosa, dependendo muito mais da energia e talento do que de zelo. Com isso, o governo seria o da força e não o da afeição e, nele, o homem deveria mandar, a despeito de sua menor moralidade.⁴⁹

A autora parte da hipótese de que

⁴⁷ O ano de 2007 assinala a passagem dos 150 anos da morte de Auguste Comte, ocorrida em 5 de setembro de 1857. Filósofo, matemático, foi um dos mais famosos reformadores sociais da Europa do século XIX. Sua doutrina positivista exerceu enorme influência nos destinos de algumas nações latino-americanas, especialmente o Brasil, cuja bandeira até hoje sustenta um dos seus lemas favoritos: “Ordem e Progresso”. Especialmente no Rio Grande do Sul, o positivismo lançou raízes profundas na vida política, no urbanismo, na arquitetura, na escultura e demais artes, fazendo com que sua herança até hoje se faça presente na vida dos cidadãos e cidadãs sul rio-grandenses. Como informa: PENSAMENTO de Comte. *Caderno de História Memorial do Rio Grande do Sul*. Nº 24, 2ª edição, p.2, 2007. Secretaria de Estado da Cultura – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

⁴⁸ RIBEIRO JÚNIOR, João. *O que é positivismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 55. O positivismo começa a ser conhecido no Brasil através de Benjamin Constant, no final da década de 1880. As especificidades citadas no texto serão apresentadas mais adiante, quando se tornarem necessárias.

⁴⁹ LEAL, Elisabete da Costa. *O Positivismo, o Partido Republicano Rio-Grandense, a Moral e a Mulher (1891-1913)*. 1996. 272 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 27-49.

houve, na verdade, uma conjunção de idéias que, por caminhos diferentes, contribuíram para a construção de uma comunidade de sentido: o ideário positivista e a apropriação que dele fez o PRR consolidaram a imagem que a sociedade patriarcal fazia da moral e da mulher no final do século XIX.⁵⁰

O que se torna importante, para a minha pesquisa, é a leitura da obra de Comte feita por Elisabete Leal, no que diz respeito ao ideário dos republicanos gaúchos, salientando que “não houve, portanto uma ‘disputa’ para enunciar a concepção legítima dos papéis da mulher e sim uma confluência para um mesmo plano de idéias.”⁵¹ E assim sendo, acredito que se pode concluir que o ideário positivista também serviu para cristalizar comportamentos já existentes na sociedade ocidental (em especial no Rio Grande do Sul) e dar uma evidência, talvez inusitada, ao papel que cada um deveria desempenhar nesta sociedade. Destarte, enquanto aos homens era definido um lugar de posição e destaque na sociedade, às mulheres restavam o recolhimento no lar e a educação moral dos filhos.

Entretanto, recordando agora as palavras de Geneviève Fraisse e Michelle Perrot, que iniciaram este texto, o século XIX deveria ser lembrado na história da vida das mulheres como um “tempo de modernidade em que se torna possível uma posição de sujeito, indivíduo de corpo inteiro e atriz política, futura cidadã”. Mas que modernidade seria essa? E mais, que indivíduo é esse que surgiu “de corpo inteiro”? Como foi possível ultrapassar esta outra fronteira, que embora invisível, parece quase intransponível? É o que tentarei responder a seguir.

1.2 Primeira conquista: o reconhecimento como indivíduo

Com a modernidade, as mulheres puderam emergir como partícipes do jogo político no século XX, ou, tomando, mais uma vez, de empréstimo as palavras de Fraisse e Perrot, “se a modernidade é um ensejo para as mulheres, é porque as conseqüências das mudanças econômicas e políticas, sociais e culturais, características do século XIX, lhes eram favoráveis.”⁵² Porém, a própria definição do termo modernidade é recoberta por vários

⁵⁰ LEAL, op. cit., p. 7.

⁵¹ Ibid., loc. cit.

⁵² Conforme FRAISSE, PERROT, op. cit., p. 9-12. Para as autoras, as características do século que podem ser consideradas como favoráveis para as mulheres são: 1) o aparecimento de uma história da humanidade que faz supor que a mulher também tem uma história, 2) a revolução industrial e a formação progressiva de um espaço

significados, o que suscitou uma busca pela que melhor se adequasse a esta pesquisa. Outrossim, centrei-me na procura por uma definição que, ao trazer para o eixo das discussões a emergência do indivíduo e, neste ínterim, o reconhecimento da mulher como integrante da sociedade, pudesse ajudar no entendimento de tal tema. Pelo que não se fez aqui uma exaustiva revisão bibliográfica sobre tal conceito.

Jean-Marie Domenach é o primeiro autor que trago para tentar aclarar um pouco este termo. Ele adverte da dificuldade de definição da palavra *moderno*, pois é um termo que está em constante transformação de sentido. Afinal, “é considerado moderno, o objeto ou o indivíduo do qual se diz estar em conformidade com a sua época. [...] O moderno define-se por oposição ao antigo.” Assim, a modernidade é demarcada pela sua constante mutação, pela aceleração do tempo, das conquistas das minorias. Ela se alimenta do seu próprio dinamismo, e mais, para a modernidade, nada é sagrado. “Nada deve escapar à investigação e às conquistas da ciência, da arte e da técnica.”⁵³ Pode-se observar, neste ponto, uma das dificuldades de sua definição, pois ela se recusa a qualquer limitação.

Jürgen Habermas é outro autor que apresenta o conceito de moderno e de modernidade. Para ele, a modernidade é como uma *renovação contínua* e o termo *tempos modernos* adquire o significado que tem hoje em dia somente no século XVIII. Em outras palavras, ao ouvirmos hoje o termo *moderno*, associamo-lo a conceitos como **novo, progresso, emancipação, desenvolvimento, crise, espírito de época**, etc.⁵⁴ Basta prestar atenção aos meios de comunicação e aos comerciais ali veiculados, para se ter uma exemplificação desta associação, principalmente no que diz respeito ao progresso, ao desenvolvimento e à novidade, palavras que dão um sentido positivo à palavra *moderno* e, conseqüentemente, à *modernidade*.

Neste mesmo viés argumentativo, concorrem às idéias de Alain Touraine que, na obra *Crítica da Modernidade*, faz uma interessante discussão sobre esta temática. Touraine começa a sua explanação se perguntando o que é a modernidade? Para ele,

político democrático se revelam lugares sociais onde o indivíduo, como ser completo, é privilegiado. Neste sentido, o indivíduo feminino poderá tornar-se semelhante ao indivíduo masculino, ao trabalhador e ao cidadão, poderá romper os laços de dependência econômicos e simbólicos que o ligam ao pai e ao marido. E finalmente 3) o surgimento do feminismo como movimento organizado, cujo objetivo é a igualdade dos sexos e cuja prática é a de um movimento coletivo, social e político.

⁵³ DOMENACH, Jean-Marie. *Abordagens à modernidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995, p. 21 e 25.

⁵⁴ HABERMAS, Jürgen. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990, p. 18.

a modernidade rompeu com o mundo sagrado [...] ela não o substituiu pelo mundo da razão e da secularização, devolvendo os fins últimos para um mundo que o homem não pudesse mais atingir; ela impôs a separação de um *Sujeito* descido do céu à terra, humanizado, do mundo dos objetos, manipulado pelas *técnicas*. Ela substitui a unidade de um mundo criado pela vontade divina, a Razão ou a História, pela dualidade da *racionalização* e de *subjetivação*.⁵⁵

O rompimento com o mundo sagrado é-nos importante pois, na medida em que também rompeu com alguns antigos padrões de comportamento, tão profundamente arraigados na sociedade ocidental, fez emergir a figura do indivíduo. As raízes de tais comportamentos estão em um lugar mais afastado no tempo, e se podem perceber suas origens na sociedade do medievo⁵⁶. Jacques Le Goff, historiador francês e especialista nesta época histórica, salienta que, na Idade Média “o indivíduo pertencia, em primeiro lugar à família. Família no sentido lato, patriarcal ou tribal. Sob a direção de um chefe de família, abafava o indivíduo impondo-lhe propriedade, responsabilidades e acção coletiva.”⁵⁷ No entanto quem seria esse indivíduo? Seria válido declarar, então, que, já na Idade Média, haveria uma divisão plena e irrevogável dos papéis masculinos e femininos na sociedade ocidental?

Esse tema pode ser mais bem compreendido na leitura do verbete *masculino/feminino* do *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, que apresenta tal dualidade como uma construção feita pela cristandade que, desde a Antiguidade Tardia e os primeiros Pais da Igreja, reforça a representação do desequilíbrio entre os sexos e favorece uma tendência tanto a favor do masculino, como faz uma elegia à inferioridade feminina, marcando de forma irremediável o pensamento ocidental, do qual somos os herdeiros.⁵⁸ Tudo leva a crer que a visão de mundo das pessoas do medievo apontava para a inferioridade feminina, pois, segundo se veiculava na época, “[...] por natureza, a mulher só pode ocupar uma posição secundária [...]. Homem e mulher não se equilibram nem se completam: o homem está no alto, a mulher em baixo.” A autora do verbete credita a idéia da submissão e inferioridade feminina ao fato de que, na Idade Média, não se concebia a

⁵⁵ TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 12.

⁵⁶ O modo de viver e pensar “medieval” persistiram até basicamente a Revolução Industrial, não estando restrito aos mil anos (476-1453) a que usualmente foi convencionado de se conceber, definir e restringir a Idade Média, tornando-se, por esse motivo, importantes para a discussão levantada neste capítulo. Como informa AMALVI, Christian. Idade Média. In: LE GOFF, Jacques, SCHMIDT, Jean Claude (org.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002.

⁵⁷ LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Lisboa: Estampa, 1995, vol. II, p. 37.

⁵⁸ KLAPISCH-ZUBER, Christiane. Masculino/Feminino. In: *Dicionário Temático...* p. 138-139.

ordem sem hierarquia. A construção do masculino/feminino respeita essa noção e se esforça em articular entre eles os dois princípios da polaridade e da superposição hierarquizada [...]. Desta difícil combinação resulta uma imagem negativa e inferior do feminino na sua relação com o masculino.⁵⁹

Emerge, assim, a imagem da mulher como *auxiliar do homem*, pois tendo sido criada a partir da “costela de Adão”, Eva (e todas as mulheres) deve a ele (ao homem) a sua vida e a ele precisa mostrar obediência e submissão, reforçando a idéia da *natural* inferioridade feminina. Portanto, é interessante observar que “a partir do momento em que um sistema simbólico determina posições relativas ao masculino e ao feminino e papéis específicos aos homens e às mulheres, estes não podem ser modificados sem questionar a ordem do mundo à qual eles se referem”⁶⁰ A ordem do mundo e o papel que as mulheres desempenham nele começa a ser questionada de uma forma mais organizada somente no século XIX, que é o momento quando, nas palavras de Anne-Marie KâPELLI, aparecem duas posições teóricas que apóiam as feministas do século XIX e que

estão essencialmente ligadas a duas representações da mulher: uma, baseada no humano, anima uma corrente igualitarista; a outra, postulando o eterno feminino, engendra uma corrente dualista. O paradoxal é as mulheres pedirem a igualdade dos sexos sendo no entanto diferente dos homens. Assim, as feministas são apanhadas no conflito entre o geral e o particular: na definição do estatuto político quais são as qualidades que prevalecem, as do gênero humano ou as do sexo feminino? A corrente igualitária burguesa considera o legislador como o motor central da mudança. O Estado será o parceiro que vai regular os conflitos de interesses. A procura de reconhecimento da mulher enquanto cidadã e as repetidas campanhas pela igualdade política são a expressão disso.⁶¹

O movimento em prol do voto feminino no Brasil adere ao movimento igualitário, buscando o reconhecimento como cidadãs pelo caminho legal, como se verá mais adiante. Porém, retomando a discussão em torno do reconhecimento das mulheres como cidadãs, parece ser válido então declarar que é naquele século que elas começam a se perceber enquanto sujeitos e como indivíduos separados das suas *funções naturais* de mãe – educadora – figura amorosa. Contudo, como insiste Jean Delumeau, pode-se identificar a expansão do indivíduo já no Renascimento⁶², para os homens; tal não foi a realidade para as mulheres,

⁵⁹ KLAPISCH-ZUBER, op. cit., loc. cit.

⁶⁰ Ibid, p. 148.

⁶¹ KÂPELLI, Anne-Marie. Cenas Feministas. In: *História das mulheres...* vol. 4, p. 541.

⁶² Essa noção é dada por DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Renascimento*. Lisboa: Estampa, 1994. vol. II, p. 39 e p. 45. Para o autor “o tempo do Renascimento assistiu ao afrouxamento dos vínculos sociais. [...] Homens que não pertenciam às classes dirigentes impuseram-se à admiração ou à atenção de todos. [...] A promoção do indivíduo foi, pois, pelo menos ao nível mais elevado da sociedade, uma das características principais da civilização européia no momento em que esta se afastava das margens da Idade Média.”. Apesar de esta época

que continuaram a desempenhar o seu papel dentro da hierarquia da sociedade, quase sempre reclusas no ambiente doméstico. Ao trabalhar com o tema da separação do mundo privado do mundo público, Maria Stella Bresciani alerta que

a esfera privada, enquanto domínio da reprodução da espécie, configurava o lugar do trabalho e da vida de mulheres, servos e escravos [...]. Constituía, portanto, pessoas atadas às tarefas que devem suprir as necessidades de manutenção da vida caracterizadas pelo labor do campo, pelo artesanato, pelo trabalho doméstico e pela gestão de seres humanos.⁶³

Se a questão da busca do reconhecimento como indivíduo, pelas mulheres, pode ser identificado no século XIX, qual a importância de tal definição, na busca que se empreende aqui, para explicar a questão de uma maior participação das mulheres no mundo político? Para tentar entender melhor esta associação, vamos primeiro compreender a noção de indivíduo.

Conforme Aron Gurevitch, tal conceito (o de indivíduo) possui pelo menos dois aspectos diversos: o da *pessoa* e o da *individualidade*, sendo que pessoa pode ser definido como “[...] um elo intermediário entre sociedade e cultura” e o indivíduo torna-se uma pessoa ao “interiorizar a cultura, o sistema de valores, a visão de mundo que são próprios de uma sociedade ou de um grupo social.”⁶⁴ Também Paul Veyne trabalha este conceito e define o indivíduo como “um sujeito, um ser ligado à sua própria identidade pela consciência ou pelo conhecimento de si.” E vai mais além, ao dizer que

a noção de indivíduo não se opõe de modo algum à noção de sociedade ou de Estado [...] esse indivíduo é atingido no coração pelo poder público quando é atingido na sua imagem de si, na relação que tem consigo mesmo quando obedece ao Estado ou à sociedade.⁶⁵

trazer a público mulheres de destaque como Joana D’Arc, Isabel a católica, Catarina de Médici, entre outras, a maior parte das mulheres continuava renegada a seu papel tradicional de esposa, mãe e provedora do bem estar doméstico. Outros autores, tais como Aron Gurevitch, Jean-Claude Schmitt, Louis Dumont e Colin Morris situam a origem do individualismo ocidental nos primórdios do cristianismo, mas salientam que não se trata exatamente do conceito de individualismo atual e que o que ocorreu, ao longo do tempo, foi uma transformação na sociedade e na atuação do indivíduo em tal sociedade.

⁶³ BRESCIANI, op. cit., p. 192.

⁶⁴ GUREVITCH, Aron. Indivíduo. In: *Dicionário Temático...* p. 621. O antropólogo Louis Dumont também distingue dois sentidos para a palavra “indivíduo”: uma que é “o sujeito *empírico* que fala, pensa, quer, ou seja, a amostra individual da espécie humana, tal como a encontramos em todas as sociedades”, o outro sentido é o “ser *moral*, independente, autônomo.” DUMOND, Louis. *O individualismo – Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 36.

⁶⁵ VEYNE, Paul et al. *Indivíduo e poder*. Lisboa: Ed. 70, 1988, p. 9 e 10.

É o segundo sentido da palavra que interessa nesta pesquisa, ou seja, a que ressalta a tomada de consciência pelas mulheres de seu valor como indivíduos e a sua vinculação plena com a sociedade em que está inserida.

O sociólogo alemão Norbert Elias escreveu um livro denominado *A sociedade dos indivíduos*, cuja questão central é o estudar da correlação entre os indivíduos e a sociedade através da busca desta relação entre a pluralidade de pessoas (que é a sociedade) e a pessoa singular que se denomina de indivíduo. Elias salienta que

comparados aos seus predecessores medievais, os membros das sociedades européias a partir do *Renascimento* ascenderam a um novo nível de autoconsciência. Tornaram-se cada vez mais capazes de se verem como que à distância, tomando o Sol por centro do Universo, em de presumirem ingenuamente que a Terra, e, portanto, eles próprios, eram esse centro.⁶⁶

Porém, a importância da contribuição de Elias, verifica-se na ênfase que o autor dá para a relação do indivíduo com a sociedade a que pertence. Segundo ele, “o que caracteriza o lugar do indivíduo em sua sociedade é que a natureza e a extensão da margem de decisão que lhe é acessível dependem da estrutura e da constelação histórica da sociedade em que ele vive e age.”⁶⁷ Assim, compreender o contexto histórico em que se deu a luta feminina pelo voto torna-se primordial para que se entenda as tomadas de decisões das feministas e dos argumentos levantados para se pedir e, mesmo, para se renegar, tal direito, tal como se verá mais adiante.

Também para Alain Touraine,

o mundo moderno é [...] cada vez mais dominado pela referência a um Sujeito que está libertado, isto é, que coloca como princípio do bem o controle que o indivíduo exerce sobre suas ações e sua situação e que lhe permite conceber e sentir seus comportamentos como componentes da sua história pessoal de vida, conceber a si mesmo como ator.⁶⁸

Desta maneira, ao participar cada vez mais da vida pública, ao se tornar um participante e uma “atriz” desta modernidade, as mulheres reivindicaram um reconhecimento de sua individualidade e de sua identidade enquanto “mulheres sujeitos”, como as nomeia Touraine. A mulher não está mais confinada num reino escondido e protegido – a vida

⁶⁶ ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 86.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 49.

⁶⁸ TOURAINE, op. cit., p. 219-220.

privada de suas casas e famílias – mas sua vida agora se torna pública e plena de direitos e deveres.⁶⁹

É, neste sentido que a modernidade foi entendida e empregada nesta pesquisa, ou seja, mais como uma conquista, como uma nova forma de pensamento, uma mudança de rumo na história da humanidade, principalmente a ocidental, do que como uma doutrina. A importância do reconhecimento da mulher como indivíduo pode assim ser compreendido como o primeiro passo de uma longa estrada até o reconhecimento das mulheres como cidadãs.

Portanto, a questão da luta feminina pelo reconhecimento da sua cidadania se coaduna de maneira admirável com a modernidade e uma de suas tantas vertentes, a da mudança, a da renovação e a da emancipação. Acredito ser possível identificar, na conquista do sufrágio universal, uma ruptura com a ordem antiga e uma abertura para os *novos tempos*, e daí concluir que o movimento feminista, na vertente que interessa a este trabalho, ou seja, o movimento sufragista, está inserido plenamente na modernidade. Resta agora tentar esclarecer o que seria a conquista da plena cidadania.

1.3 Sufrágio feminino: uma questão de cidadania?

A participação na vida política, na sua forma mais banal é através do voto⁷⁰, também a única à disposição de grandes parcelas da população nos dias atuais. Para as mulheres e os homens das camadas mais baixas da sociedade, esta foi uma conquista recente. Hobsbawm destaca que, no final do século XIX, tanto a economia quanto a política estavam nas mãos masculinas, sendo que,

À medida que a democratização avançava e o direito de voto – local e nacionalmente – era concedido, após 1870, as mulheres eram sistematicamente excluídas. A política tornou-se, assim, essencialmente um assunto de homem, a ser discutido em tavernas e cafés onde os homens se juntavam ou nas reuniões às quais compareciam, enquanto as mulheres

⁶⁹ TOURAINE, op. cit., p. 234-237.

⁷⁰ Como informa SANI, Giacomo. Participação Política. In: BOBBIO, Norberto (org.). *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, p. 889.

permaneciam confinadas à parte privada e pessoal da vida, para a qual a natureza as havia exclusivamente predisposto (ou assim se argumentava).⁷¹

Letícia Bicalho Canêdo chama a atenção para o fato de que

foi o aparecimento do voto individual masculino que trouxe ‘uma visibilidade sem precedente para a separação política entre os homens e as mulheres’, em razão da não-inclusão das mulheres no corpo eleitoral. Mais do que a exclusão, [...] é a não-inclusão que começou a ser questionada e se transformou em luta política parlamentar e, sobretudo, intelectual.⁷²

Apesar de estar se referindo ao caso francês, tais argumentos também são pertinentes ao caso brasileiro, uma vez que a maior parte dos debates em torno do voto feminino foi estabelecida a partir de 1891, momento em que é adotado o sufrágio universal masculino na Constituição, quando também foi aprovado o ambíguo artigo 70 que determinava: “são eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da Lei.”⁷³ Tanto Rachel Soihet quanto Branca Alves apresentam que, por conta desta ambigüidade, algumas mulheres requereram seu alistamento eleitoral, vendo-os indeferidos.⁷⁴ Assim, o que toma uma dimensão importante nesta discussão é a questão do direito da cidadania. Então, quais seriam os direitos?

José Murilo de Carvalho considera que, para se exercer a cidadania, é preciso ter garantidos três direitos, a saber: o civil, o político e o social, sendo que, para ser considerado um cidadão pleno, deve-se ter os três direitos garantidos ao mesmo tempo. Desta maneira, o cidadão incompleto seria o que tem acesso a apenas alguns destes direitos, e o não-cidadão o que não se beneficie de nenhum deles. Levando-se em conta a classificação de Murilo de Carvalho, as mulheres no Brasil poderiam ser classificadas, até o ano de 1932, como cidadãs incompletas, pois não desfrutavam destes três direitos simultaneamente, sobretudo o direito

⁷¹ HOBBSAWM, op. cit., p. 280. Hobsbawm aponta para três significativas mudanças ocorridas no final do século XIX, que teriam influenciado de forma decisiva as aspirações femininas, podendo ser resumidas como: 1) expansão da educação secundária para as meninas; 2) uma maior liberdade de movimento adquirida por elas, dentro da sociedade, aqui incluída a ativa participação no mundo dos esportes e 3) a atenção pública, acentuadamente maior, concedida às mulheres, como um grupo que possuía interesses e aspirações especiais como pessoas, como a criação de um mercado especial voltado para as mulheres. Cf. p. 286-291.

⁷² CANÊDO, Letícia. B. (org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005, p.19. Nesta citação, a autora está se remetendo ao capítulo escrito por Anne Verjus, na parte IV do livro, denominado: “Masculino e feminino no exercício do voto”: tal discussão feita por Verjus é baseada de modo exclusivo no caso francês. Salienta que, “em 1848, a despeito do aparente imobilismo que caracteriza a situação política das mulheres, ocorreu uma mudança: ao atingir pela primeira vez os limites da comunidade natural dos homens em ‘idade viril’, a cidadania oriunda da abolição do sufrágio censitário fez emergir com uma visibilidade *sem precedentes* a separação política entre homens e mulheres.” (p. 428).

⁷³ Ver Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de Fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/expo/const_pdf.htm>. Acesso em 19. Jun. 2006.

⁷⁴ Ver SOIHET, op. cit., p. 99 e ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 94-97.

político. Como a presente pesquisa busca a inserção das mulheres no mundo político, sob a forma do sufrágio, é somente este direito que esta pesquisa abordará.

Para Carla Pinski e Joana Maria Pedro, a distribuição dos direitos políticos, no século XIX, foi muito deficiente na sociedade ocidental como um todo, sendo praticamente um “monopólio de grupos - só podia votar quem tinha base econômica suficiente”, sendo que, “em todos os países, o direito de participar na política em âmbito nacional é negado às mulheres em nome dos males e perturbações que tal desafio às leis da natureza sobre os papéis dos sexos traria à sociedade.”⁷⁵

Essas autoras salientam que os argumentos propalados contra o voto feminino e também contra a sua participação em qualquer outro assunto de ordem pública eram de que “o exercício do voto por parte das mulheres, traria conflitos para os lares, desviando-as de suas funções ‘naturais’, ou de que a natureza feminina as torna incapazes de escolher racionalmente.”⁷⁶ Do mesmo modo, Peter Gay mostra que, durante todo o século XIX, a imagem propagada pela cultura vigente no ocidente é o ideal do homem como um espécime exemplar, forte, o provedor e protetor do lar, em contrapartida à mulher frágil, passiva, doméstica, suave, zeladora do lar. A difusão de tais imagens são como “estigmas que os ideólogos da masculinidade confessavam – ou desejavam – ver em todas as partes.”⁷⁷ O que, por si só, justificaria que os movimentos feministas fossem sempre vistos como ameaçadores, pois desafiavam “tais distinções supostamente dadas por Deus e eternamente válidas. Os feministas, homens e mulheres, pareciam desejar apagá-las, ou talvez eliminá-las de vez.”⁷⁸ E esta é a razão, segundo o autor, que levou a tantos protestos contra o acesso das mulheres à propriedade, às profissões e ao voto. O autor ainda levanta a questão de que as percepções vitorianas dominantes eram variações, a maioria delas corriqueiras, de uma única e simples tese: os sexos diferem tão radicalmente em mentalidade quanto em corpo.

Hobsbawm lembra que uma parcela muito pequena de mulheres se envolveu no movimento reivindicatório por uma maior participação no mundo político e que, até 1914, este direito só havia sido conquistado na Nova Zelândia (1893), na Austrália (1902), na

⁷⁵ PINSKY, C., PEDRO, J. M. Igualdade e Especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (org.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 271 e 273.

⁷⁶ Ibid., p. 294. Esses também são os argumentos que mais foram encontrados na análise das matérias do *Correio do Povo*, como se poderá verificar nos próximos capítulos.

⁷⁷ GAY, Peter. *A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 292.

⁷⁸ Ibid., p. 294.

Finlândia (1907) e na Noruega (1907), e também em alguns estados dos EUA. Insiste na idéia de que

o sufrágio feminino não era questão que mobilizasse importantes movimentos de mulheres ou que desempenhasse papel importante na política nacional, exceto nos EUA e na Inglaterra, onde recebia substancial apoio das mulheres das classes superiores e médias, além de o receber de líderes políticos e ativistas dos movimentos socialistas.⁷⁹

Mas tudo isso mudou com a Grande Guerra, e Hobsbawm ainda salienta que, por volta de 1914,

apesar das aparências indicarem o contrário, as mulheres estavam à beira de uma vitória maciça na longa luta por iguais direitos de cidadania, simbolizada pelo voto. [...] menos de dez anos depois as mulheres votavam nas eleições nacionais pela primeira vez na Áustria, Tchecoslováquia, Dinamarca, Alemanha, Irlanda, Países Baixos, Noruega, Polônia, Rússia, Suécia, Inglaterra e EUA.⁸⁰

Assim, pode-se concluir que os distintos papéis masculinos e femininos acabam por “ruir” com a guerra? Como isso aconteceu? E de que forma afetou as mulheres na sua busca pelo direito ao voto? E mais, com o advento do século XX, como explicar o que parece ser um súbito reconhecimento da mulher como plena cidadã?

1.3.1 Em busca de uma maior liberdade de expressão

Somente no final do século XIX é que as mulheres conseguiram ultrapassar algumas das fronteiras que lhe eram impostas. Como informa Peter Gay, até aquela data,

as mulheres foram frustradas em suas reivindicações de administrar suas propriedades, de testemunhar em um tribunal, ou controlar suas próprias contas bancárias. À parte algumas esparsas e heróicas exceções, não tinham acesso ao voto, à educação superior e às profissões liberais. [...] A saraivada de furiosos epítetos sexuais, que os antifeministas dispararam contra o próprio termo ‘emancipação feminina’ revela seu orgulhoso desprazer com uma idéia que achavam mais do que ofensiva, profundamente assustadora. [...] chamavam as feministas de hermafroditas, ‘hommes-femmes’,

⁷⁹ HOBBSAWM, op. cit., p. 299-300.

⁸⁰ Ibid., p. 304. Lembrando que o ano de 1914, segundo a periodização apresentada por Hobsbawm, pode ser considerado como o ocaso do século XIX.

‘homesses’, sua raiva atestando as ansiedades gerais masculinas a respeito de uma possível confusão dos papéis sexuais.⁸¹

Mas no final do século, com a expansão do comércio, da indústria e das lojas, as mulheres surgem como uma nova força de trabalho e, aos poucos, o trabalho feminino passa a ser valorizado. Contudo, como assinala Hahner, os trabalhos ainda mais recomendados para as mulheres são aqueles que poderiam ser considerados como uma extensão de suas funções maternas e que não destoavam de seu papel doméstico, tais como a profissão de enfermeira, de vendedora e a de professora.⁸²

Para Hahner, o advento da República, no Brasil, em 1889, não apenas fortaleceu o desejo feminista por direitos políticos, mas também deu às mulheres brasileiras argumentos adicionais em favor do sufrágio e fez surgir uma pergunta: “a implantação da república abriria um novo mundo de possibilidades também para as mulheres?”⁸³ Tudo levava a crer que sim. Porém, ainda foi uma luta demorada. Somente na década de vinte é que a luta pelo direito ao voto feminino toma uma direção mais definitiva e definida. Mas antes de se entrar nesta discussão, vamos entender um pouco melhor a questão da ascensão feminina ao mundo público, ocorrida no final do século XIX.

Eric Hobsbawm aponta que, no século XIX, o ideal perpetrado na sociedade ocidental era de que “[...] o fato da mulher não precisar trabalhar era a prova visível, perante a sociedade, de que a família não estava pauperizada.” E que, durante as décadas precedentes a 1914, ocorreu uma “notável mudança da posição e das aspirações das mulheres, principalmente nas classes médias.”⁸⁴ Mudança esta tão significativa que leva Carla Pinsky e Joana Maria Pedro a considerar a Primeira Guerra Mundial como “um divisor de águas” na luta feminina pelos direitos políticos. Tais autoras creditam esta mudança de rumo ao fato de as

[...] mulheres terem sido convocadas para substituir a mão-de-obra masculina no esforço de produção das indústrias, principalmente a de armamentos, [o que] jogou por terra muitos argumentos centrados na natureza que definiam, para as mulheres, a domesticidade e a maternidade como suas únicas virtudes.⁸⁵

⁸¹ GAY, op. cit., p. 303.

⁸² HAHNER, op. cit., p. 77.

⁸³ Ibid., p. 80.

⁸⁴ HOBBSAWM, op. cit., p. 280 e 285.

⁸⁵ PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. Mulheres. In.: PINSKY, op. cit., p. 295. A participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial não foi muito expressiva. Durante os primeiros anos da guerra, o país manteve-se

Assim, o século XX parece que se inicia com bons augúrios para as mulheres.⁸⁶ Para Françoise Thébaud, “a guerra destrói, por necessidade, as barreiras que opunham trabalhos masculinos e trabalhos femininos e que vedavam às mulheres numerosas profissões superiores.” Com o conflito se arrastando por longos quatro anos, a mão-de-obra feminina passa a ser empregada em setores até então exclusivos dos homens, tais como a metalurgia, a eletricidade ou a química, fazendo crescer as oportunidades de inserção feminina no mundo público.⁸⁷

Parece ser correto considerar que é com a Primeira Grande Guerra que uma mudança na concepção do trabalho começa a se forjar, ou seja, o trabalho fora das cercanias domésticas era considerado, até então, como algo natural para o homem e anormal para a mulher. Nos tempos de guerra, tal concepção sofre mudanças, pois as mulheres passam a ser, não somente convocadas para o trabalho, mas até mesmo estimuladas a trabalhar pelo bem da nação.⁸⁸

Rose-Marie Lagrave também credita à guerra (iniciada em 1914) como “útil para as mulheres”, útil no sentido em que os homens, partindo para os campos de batalha, cederam seus espaços às mulheres, que os ocuparam de forma exemplar. Todavia, alerta que, com o fim do conflito, “e o regresso dos homens às fábricas e aos campos, desencadeiam de novo uma ofensiva ideológica de grande envergadura para que as mulheres regressem ao lar.”⁸⁹ É lançada assim uma campanha agressiva para empreender a volta da mulher casada ao convívio da família e do cuidado dos filhos.

O trabalho da mulher, especialmente da casada, passa então a ser apresentado em campanhas orquestradas pela Igreja Católica, como a fonte de todo o mal, pois “a ele é

neutro. No entanto, depois do torpedeamento de cinco navios brasileiros por embarcações da esquadra alemã, o presidente Venceslau Brás declarou estado de guerra contra a Alemanha. A partir de outubro de 1917, pouco mais de um ano antes do fim da guerra, o Brasil entrou no conflito, ao lado da França, da Inglaterra, dos Estados Unidos e de outras nações aliadas. O patrulhamento do Atlântico Sul e o envio de um corpo médico à Europa foram as maiores contribuições brasileiras.

⁸⁶ No último terço do século XIX, verificou-se uma série de descobertas e de progressos científicos e tecnológicos que fizeram recuar a mortalidade materna e infantil. Essa redução se deveu aos numerosos progressos da higiene, da medicina e da alimentação ocorridas ao longo do século, fazendo com que a expectativa de vida subisse sensivelmente no século XX. Tal como informa LEFAUCHEUR, Nadine. *Maternidade, Família, Estado*. In: DUBY, G.; PERROT, M. (org.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1998, vol. 5, p. 486 e 487.

⁸⁷ Como informa THÉBAUD, Françoise. *A Grande Guerra – O triunfo da divisão sexual*. In: DUBY, op. cit., p. 49 e 40. Até mesmo a moda feminina sofre mudanças com a guerra, manifestando-se uma tendência para a simplificação do vestuário.

⁸⁸ Ver mais em THÉBAUD, Françoise. *Introdução*. In: *Ibid.*, p. 9-23.

⁸⁹ LAGRAVE, Rose-Marie. *Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX*. In: *Ibid.*, p. 507 e 508.

imputada a queda da natalidade, a mortalidade infantil, a desagregação do lar, a degenerescência dos costumes e a abdicação dos pais face à educação dos filhos.”⁹⁰ Acusações graves, no entanto, não encontram um terreno fértil em que prosperar. Afinal, esta é a época florescente do capitalismo, onde os patrões já não queriam desistir de uma mão-de-obra barata como a feminina. Desta maneira, entre os interesses do mundo capitalista do trabalho e as aspirações de um suposto retorno aos “bons tempos”, patrocinados por uma volta das mulheres para o restrito mundo doméstico, não há dúvida de quem venceu este embate.

O novo século também viu surgir uma nova forma de se relacionar com o trabalho, pelo menos entre os habitantes das cidades ocidentais, pois

as formas pré-capitalistas de trabalho, como o trabalho domiciliário e o trabalho familiar, cedem o passo ao trabalho assalariado. Assiste-se a um triplo processo: uma redistribuição industrial da mão-de-obra feminina, um aumento dos empregos femininos no setor dos serviços, um avanço das mulheres nas carreiras intelectuais e liberais.⁹¹

Não se pode negar que, com o fim da guerra, também foi conseguido um outro tipo de liberdade, a saber, a “liberdade de movimentos e de atitudes femininas: desaparecem os espartilhos e os vestidos largos, modificam-se os penteados e pratica-se desporto.”⁹² Contudo, logo depois, há um refluxo nas reivindicações femininas por igualdade, e Thebáud destaca que

ofensivo e forte na sua diversidade, o feminismo anterior a 1914 fazia reivindicações simultaneamente em nome da igualdade de todos os indivíduos e da especificidade de cada sexo; o do período entre as guerras parece mais unívoco e aceita as concepções comuns do masculino e do feminino, definidas como elementos da natureza.⁹³

É nesta tendência que o movimento feminista no Brasil melhor pode ser descrito. Céli Pinto identifica que “a primeira fase do feminismo teve como foco a luta das mulheres pelos direitos políticos, mediante a participação eleitoral, como candidatas e eleitoras” e salienta que,

⁹⁰ LAGRAVE, op. cit., p. 508.

⁹¹ Ibid., p. 510. Para a França a autora traz impressionantes números quanto à quantidade de mulheres casadas empregadas entre os anos de 1921 a 1936 passam de 35,2% para 41,4%.

⁹² THEBAUD, op. cit., p. 84.

⁹³ Ibid., p.87.

se a luta das mulheres cultas e das classes dominantes se estruturava a partir da luta pelo voto, não era tão-somente porque esta se colocava como a luta do momento nos países centrais, mas também porque encontrava respaldo entre os membros dessa elite e conseguia respeitabilidade até na conservadora classe política brasileira. Era, portanto, um **feminismo bem comportado**, na medida em que agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais.⁹⁴

Pode-se agora perguntar qual era a margem de manobra que a mulher, no Brasil, e mais especificadamente no Rio Grande do Sul, possuía para fazer as suas reivindicações valerem. E para tentar responder a tal questionamento, vamos retomar às palavras do sociólogo Norbert Elias sobre a relação do indivíduo com a sociedade: “o que caracteriza o lugar do indivíduo em sua sociedade é que a natureza e a extensão da margem de decisão que lhe é acessível dependem da estrutura e da constelação histórica da sociedade em que ele vive e age.” Deve-se, assim, antes de mais nada, tentar entender a sociedade brasileira e gaúcha no interregno entre o final do século XIX e as décadas iniciais do século XX.

1.4 A luta pelo voto no Brasil - Os anos decisivos

Antes de se analisar os conturbados anos de 1910 e 1920, vamos tentar entender a maneira como os brasileiros e, mais especificadamente os sul-rio-grandenses, lidavam com a República recém inaugurada no final do século XIX. É o momento de se perguntar: quais eram as principais idéias circulantes neste momento? Seriam as mesmas do restante do mundo ocidental? Como já alertava Marc Bloch, “não se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento. [...] O provérbio árabe disse antes de nós: *Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais.*”⁹⁵

Sandra Pesavento explicita que “a instalação da República no país representou um ajustamento do nível político – mudança de regime – às novas necessidades geradas na economia e na sociedade brasileiras.”⁹⁶ Mas a consolidação da República no Brasil pode também ser caracterizada como um período conturbado. O Rio Grande do Sul, mais

⁹⁴ PINTO, Céli R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p.13 e p. 26. Grifo meu.

⁹⁵ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 60.

⁹⁶ PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002, p. 63.

especificadamente, passou por várias contendas, até que se estabeleceu o Partido Republicano Riograndense (PRR) no poder, sob a effigie de Júlio de Castilhos. A república que surgiu, em 1889, foi plenamente inspirada nos ideais liberais e numa busca de descentralização e de maior autonomia dos estados, tal como afirma o brasilianista Joseph Love, podendo ser tal afirmação confirmada num estudo mais apurado sobre a Constituição de 1891⁹⁷. Para ele, a série de revoltas que assolaram o Rio Grande, neste período, “[...] de seis anos de começo da República moldaram de forma distinta a política gaúcha”⁹⁸, podendo ser este o momento decisivo que consolidou no estado um sistema político centralizado.

Joseph Love também salienta que durante a segunda metade da República Velha, apenas três estados tiveram autonomia efetiva, tanto política, quanto econômica, sendo eles Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Não se deve esquecer que, durante todo este período, a “mobilização política permaneceu baixa [...] a política republicana continuou a ser dominada por uma elite.”⁹⁹

Mas o Rio Grande do Sul se diferencia dos outros estados da federação pela adoção dos preceitos do positivismo de Auguste Comte no seu ideário político.¹⁰⁰ De tal modo, que se pode perguntar se o papel destinado às mulheres, no ideário positivista e castilhista, era o mesmo, visto que, para Comte, as mulheres eram as depositárias da moral e da educação dos futuros cidadãos.

Elisabete Leal, na sua dissertação, examina a influência do positivismo no Rio Grande do Sul até as vésperas da Primeira Guerra Mundial e demonstra que, enquanto para Comte as mulheres deveriam desempenhar um papel fundamental na “[...] tarefa regeneradora da sociedade, no entanto, para o castilhismo, o Estado deveria assumir esta função, reafirmando a antiga exclusão da mulher.”¹⁰¹ Assim, tudo leva a crer que, no Rio Grande do Sul, os papéis femininos e masculinos foram apenas reforçados e praticamente legitimados com a adoção dos princípios castilhistas na política, assim em nada se diferenciando dos praticados em outras partes do Brasil e do mundo ocidental.

⁹⁷ Para esta discussão ver LOVE, Joseph L. *O Regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

⁹⁸ LOVE, op. cit., p. 78.

⁹⁹ Ibid., p. 115-116.

¹⁰⁰ A versão de Júlio de Castilhos dos princípios do positivismo de Auguste Comte e que foi implantada no Rio Grande do Sul ficou mais conhecida como ‘castilhismo’.

¹⁰¹ LEAL, op.cit. p. 121.

A figura feminina idealizada durante a Primeira República parece ser a que Clarisse Ismério apresenta em sua obra, a saber, a figura de *rainha do lar* e *anjo tutelar*. A mulher estaria assim sempre disponível para conduzir com dignidade sua família e zelar pelo bom andamento do lar. A autora apresenta tal imagem com a seguinte descrição:

Frágil, sentimental, obediente e pura, estes eram os atributos da ‘rainha do lar’ e do ‘anjo tutelar.’ Representavam a imagem da perfeição feminina e foram amplamente reverenciados e difundidos pelos positivistas. Esses modelos exemplares tinham que ser seguidos por todas as mulheres, independentes de sua condição social.¹⁰²

Ismério ainda define quais seriam as funções desta figura idealizada. Para ela, a “rainha do lar” tinha como funções principais: “procriar e criar seus filhos, cuidar do marido respeitando sempre suas exigências e administrar a casa.” Já na sua função de “anjo tutelar”, caberia à mulher o cuidado com a educação das crianças, além de “servir de musa para inspirar o marido e os filhos a serem homens honrados [...]. Ambos os modelos deveriam zelar pela moral da família, conservando sempre o espírito puro, além de doarem-se por completo.”¹⁰³ Tanto Ismério quanto Leal creditam a grande aceitação das idéias positivistas no Rio Grande do Sul ao já existente caráter conservador e patriarcal da sociedade gaúcha.

A grande virada neste “modo de pensar” parece mesmo ter-se verificado na época da Primeira Guerra, que assim também se mostra importante para o Brasil. Tal conflito foi uma das causas que incentivou o país a aumentar tanto o seu processo de industrialização, devido à interrupção do fornecimento dos produtos industrializados, quanto levou o Rio Grande do Sul a ampliar a sua participação no mercado interno agrícola. Boris Fausto, porém, faz a ressalva de que “a década de 1920 foi pelo menos tão significativa quanto os anos de guerra, pois nela começaram a aparecer tentativas de superar os limites de expansão industrial”¹⁰⁴

Sandra Pesavento chega a afirmar que “ocorreu um segundo surto industrial no Rio Grande do Sul, com a implantação de novas fábricas” e que “o período da Primeira Guerra Mundial veio criar no estado uma conjuntura ótima de mercado e uma perspectiva de euforia, atenuando tensões, marcando crises e fomentando ilusões ao *celeiro do país*.” E conclui que

¹⁰² ISMÉRIO, Clarisse. *Mulher. A moral e o imaginário. 1889-1930*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 30.

¹⁰³ *Ibid.*, p. 34.

¹⁰⁴ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 2003, p. 288. Fausto mostra que os principais ramos industriais da época, no Brasil, foram o têxtil, em primeiro lugar, e a seguir a alimentação, incluindo bebidas e o vestuário, sendo que a indústria têxtil contratava grandes contingentes femininos.

“os anos que se seguiram, até o final da Primeira Guerra Mundial, foram os melhores momentos do domínio republicano no estado”, pois incentivaram as exportações estaduais.¹⁰⁵

Pode-se considerar que a crise suscitada na economia brasileira, com o término da guerra, foi uma das responsáveis pelas insatisfações que se seguiram em todos os setores nacionais na década de 1920. Neste sentido, Ismério lembra que, com o fim do conflito no Rio Grande do Sul, tem-se também a contestação da já sacramentada imagem da mulher como *guardiã da moral*, e dá como exemplo o ano de 1922, em que “as livrarias do Globo e Selbach empregavam mulheres na seção de cartonagem e encadernação. Seus cabelos curtos e saias oito centímetros abaixo do joelho seguem a nova tendência da moda.”¹⁰⁶

Quanto à questão do voto feminino, Branca Moreira Alves informa que ele já havia sido debatido no Brasil antes das décadas de 1910-1920, mas, até aquela data, tivera um caráter restrito e de pouca penetração na sociedade brasileira. Somente em 1918, quando da fundação da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher (LEIM), pela paulista Bertha Lutz, é que as mulheres se organizam de uma forma mais sistematizada na busca pelos direitos políticos.

Também June Hahner assevera que houve algumas reivindicações esparsas no século XIX, quando “um pequeno grupo pioneiro de feministas brasileiras proclamou sua insatisfação com os papéis tradicionais atribuídos pelos homens às mulheres.”¹⁰⁷ Tais discussões foram feitas através de jornais editados por mulheres, mas que não tiveram nem uma vida longa, nem tampouco grande divulgação em nível nacional. Carla Pinsky e Joana Maria Pedro, ao trabalhar com este tema, salientam que

a consciência e [a] circulação de idéias feministas aumentou no final do século XIX e início do século XX, atravessando mais facilmente as fronteiras locais e nacionais, intensificando as trocas e as redes feministas por meio da imprensa feminina, da tradução de livros e documentos feministas, da criação de associações e encontros nacionais e internacionais, mas também da circulação de mulheres viajantes, imigrantes ou militantes exiladas.¹⁰⁸

¹⁰⁵ PESAVENTO, op. cit., p. 76, 77 e 80. Em relação à definição do estado do Rio Grande do Sul como ‘celeiro do país’, Fausto salienta que “o Rio Grande desenvolveu-se quase inteiramente em função do mercado interno.” Cf. FAUSTO, op. cit., p. 290.

¹⁰⁶ ISMÉRIO, op. cit. p. 103.

¹⁰⁷ HAHNER, op. cit., p. 25.

¹⁰⁸ PINSKY, C.; PEDRO, J. Mulheres. In: PINSKY, op. cit., p. 287.

Hahner, porém, salienta que “as primeiras feministas não tinham advogado o voto da mulher.”¹⁰⁹ Esta luta só começou a ser travada no final da década de 1880, quando a

proclamação da república, em 15 de novembro de 1889, ofereceu inicialmente a possibilidade de uma estrutura política mais fluida e aberta. Com a extensão do voto, em teoria, a todos os homens alfabetizados, a questão do sufrágio pôde tornar-se um tópico mais vital para as feministas cultas que experimentavam um sentimento de frustração e privação política.¹¹⁰

Na Assembléia Constituinte, reunida em 1891, houve uma série de debates para estabelecer o sufrágio feminino, estabelecendo-se argumentos, ora contra, ora favoráveis à inclusão das mulheres nas pugnas eleitorais, mas acabou fracassando, até “mesmo uma proposta em favor do sufrágio limitado, para mulheres altamente qualificadas, com títulos universitários ou de ensino, ou que tivessem propriedade, sem estarem sob a autoridade do pai ou do marido.”¹¹¹ Contudo, uma vez abertas as discussões em torno do voto feminino, nos anos iniciais da Primeira República, este não mais arrefeceria até a conquista de tal direito. Tudo leva a crer que os anos decisivos para a conquista do voto pelas mulheres são os anos posteriores à Grande Guerra. Com a aparição de Bertha Lutz no mundo público, em 1918, as mulheres se organizam de uma forma mais sistemática para fazer frente aos argumentos contrários à inserção da mulher no mundo político.

Bertha Lutz é apresentada na bibliografia consultada como a líder incontestada do movimento feminista brasileiro.¹¹² Paulista, nasceu na cidade de São Paulo em 1894, filha de Adolpho Lutz (especialista em medicina tropical) e Amy Fowler (enfermeira inglesa). Diplomou-se em biologia, na Universidade de Paris, e, em direito, pela Universidade do Rio de Janeiro. No ano de 1919, concorreu, com êxito, a uma colocação de secretária no Museu Nacional no Rio de Janeiro, tornando-se a segunda mulher a ocupar um posto no serviço público brasileiro. Segundo a historiadora estadunidense Susan Besse, Bertha Lutz “construiu

¹⁰⁹ HAHNER, op. cit., p. 78.

¹¹⁰ Ibid., p. 80.

¹¹¹ Ibid., p. 87. Sobre a discussão acerca do voto feminino na Constituinte de 1891 ver também COLLING, Ana Maria. *A Construção da Cidadania da Mulher Brasileira. Igualdade e Diferença*. 2000. 383 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Ou ainda PORTO, Walter da Costa. *História eleitoral do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1989, p. 144 e p. 213-215.

¹¹² ALVES, op. cit.; BESSE, Susan K. *Modernizando a Desigualdade*. Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil. 1914-1940. São Paulo: Edusp, 1999; HAHNER, op. cit. e SOIHET, op. cit.; PINSKY, Carla e PEDRO, Joana Maria. Mulheres. In: PINSKY, op. cit., p. 507-508.

uma carreira extremamente bem-sucedida como administradora, política e cientista. Nem casamento, nem maternidade jamais fizeram parte de sua vida.”¹¹³



Figura 1 – Bertha Lutz

Legenda: Bertha Lutz, líder feminista em plena campanha política como candidata à Câmara dos Deputados, sobe o morro de São Carlos, no Rio, à caça de votos, 1934. (autoria de Augusto Malta)

Fonte: KANZ, Leonel, LODDI, Nigge. (org). *Século XX - A Mulher Conquista o Brasil*. Rio de Janeiro: Aprazível, 2006/2007, p.19.

Na figura um, pode-se observar Bertha Lutz em campanha num dos morros do Rio de Janeiro. Note-se a presença de mulheres e crianças entre os espectadores do discurso de Lutz, todos com um ar de seriedade estampados em seus rostos. A polícia também se faz presente, como se observa pelo homem fardado, em primeiro plano. Lutz parece mesmo estar em pleno ato de discursar, se levarmos em consideração a postura eternizada nesta bela foto de Augusto Malta.

Na sua estada na Europa, Bertha Lutz tomou contato com as idéias feministas, o que a fez fundar (1918) a Liga para a Emancipação Intelectual Feminina, que tinha por princípio não ser

¹¹³ BESSE, op. cit., p.184.

[...] uma associação de ‘sufragetes’ para quebrarem as vidraças da Avenida, mas uma sociedade de brasileiras que compreendessem que a mulher não deve viver parasitadamente [das prerrogativas] do seu sexo, aproveitando dos instintos animais do homem, mas que deve ser útil, instruir-se e a seus filhos, e tornar-se capaz de cumprir os deveres políticos que o futuro não pode deixar de repartir com ela.¹¹⁴

Carla Pinsky e Joana Maria Pedro também chamam a atenção para a fundação do Partido Republicano Feminino pela professora primária Leolinda de Figueiredo Daltro, no ano de 1910, o que, segundo elas, “comprova a importância da luta pelo voto entre mulheres da classe média, professoras primárias e profissionais liberais.”¹¹⁵

Desta maneira, surge, no Brasil, um “feminismo comportado”, que defendia mudanças menos drásticas e traumáticas nos papéis e atitudes das mulheres, lutando primeiro pelo direito ao sufrágio pela via legal. Em 9 de agosto de 1922, a Liga transforma-se na *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* (FBPF), dirigida também por Bertha Lutz. Segundo Branca Alves,

sua origem liga-se à viagem feita aos E.U.A. por Bertha Lutz, como representante brasileira à Conferência Pan-Americana de Mulheres [...] Dessa forma, diretamente inspirada pelo movimento americano de cunho tradicional, foi fundada [...] a FBPF. A idéia de Bertha Lutz era [...] formar uma federação que incluísse diversas associações de mulheres.¹¹⁶

Lutz é descrita por Branca Alves como “a alma do movimento”, mas também como uma líder autoritária, “fechando o movimento ao acesso de outras classes sociais, limitando-o quanto ao alcance de suas idéias, contidas apenas no nível jurídico e político das reivindicações.”¹¹⁷ Porém, de forma diversa de Alves, acredito que essa via legal era a única aceitável para a sociedade da época, sendo que a proposta de uma luta mais ampla e contumaz talvez não encontrasse um “terreno fértil” entre o público, tanto feminino quanto masculino, que estava se interessando por este tema e considerando válidas as reivindicações femininas. Tomando de empréstimo as palavras de Rachel Soihet, também creio que,

¹¹⁴ LUTZ, Bertha apud BESSE, Susan, op. cit., p. 184. Trechos do artigo de autoria de Bertha Lutz publicado em 28 de dezembro de 1918 na *Revista da Semana* do Rio de Janeiro. Este artigo é considerado por June Hahner como “um artigo germinal, que ajudaria a iniciar um movimento pelo sufrágio feminino no Brasil.” HAHNER, op. cit., p. 101.

¹¹⁵ PINSKY, op. cit., p. 508. As autoras também salientam o papel do presidente do estado do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine que, em 1927, “atende os anseios femininos e iguala, para ambos os sexos, o direito de votar e ser votado” no seu estado.

¹¹⁶ ALVES, op. cit., p. 110.

¹¹⁷ Ibid., p. 112-113.

nas condições em que se desenvolvia a luta feminina no país [...] não havia, naquele momento, espaço para uma outra opção. Havia que exaltar a maternidade, valor uníssono na sociedade brasileira, especialmente para aqueles que ocupavam posições de poder e que tinham acesso aos meios de comunicação na época.¹¹⁸

A década de vinte é apresentada pelos historiadores como uma época conturbada e como o prenúncio das transformações que viriam a se cristalizar no período subsequente, posterior à revolução de 1930. Branca Alves, por exemplo, define (década de 20) como um “período de transição, de mudança nas estruturas sócio-econômicas e ideológicas.”¹¹⁹ Paulo Vicentini a identifica como uma época de crise e contestação da ordem, sendo por ele definido como “um período crucial da história gaúcha e brasileira. Trata-se de uma fase de acentuados conflitos sociais e políticos em que determinada ordem estabelecida passa a ser contestada [...] por novas forças políticas.”¹²⁰

É nesta década que acontece no Brasil o crescimento do feminismo, as revoltas tenentistas e também a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, além da Semana de Arte Moderna (que revolucionou o pensamento artístico nacional) e a fundação do Partido Comunista. Momento também em que o descontentamento com a “política dos governadores”, praticada durante toda a Primeira República, se agrava.

Em meio a tantas agitações, sobe ao governo do Estado do Rio Grande do Sul Getúlio Vargas (1928). Vargas, apesar de ser do mesmo partido que seu antecessor (PRR), demonstrava ter um modo de governar diferente, tanto de Júlio de Castilhos, quanto de Borges de Medeiros. Joseph Love exprime tal diferença com as seguintes palavras:

[...] diferentemente de Castilhos, Vargas gostava mais de governar pela conciliação do que pelo domínio. [...] Por sua habilidade em reconhecer e utilizar combinações políticas vitoriosas (indiferente a incoerências doutrinárias), assim como pelo seu completo autocontrole, Vargas era totalmente o oposto do quase fanático Castilhos.¹²¹

¹¹⁸ SOIHET, op. cit., p.108.

¹¹⁹ ALVES, op.cit., p.16.

¹²⁰ VICENTINI, Paulo F. *A crise dos anos 20: conflitos e transição*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998, p.7.

¹²¹ LOVE, op. cit., p. 236.

Vargas é lançado como o candidato da oposição à presidência da República, numa coalização entre os partidos dirigentes de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul (Aliança Liberal). O principal atrativo de sua campanha era a *reforma eleitoral*, tal como se pode verificar num panfleto de sua campanha (figura dois).



Figura 2

Legenda: Panfleto de campanha de Getúlio Vargas (1929)

Fonte: URBIM, Carlos (org.). *Rio Grande do Sul: um século de história*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999, p. 201.

Com as eleições encerradas, a apuração é feita, mais uma vez de forma fraudulenta, e concede a vitória ao candidato paulista Júlio Prestes. Este fato, agravado ainda pelo colapso econômico vivido em outubro de 1929, fez com que a década de trinta se iniciasse com uma grave crise, tanto no setor econômico quanto no político. A queda da bolsa de valores (1929) colocou em colapso as economias ocidentais mundiais, o que pode ser constatado no caso do Brasil, com o principal produto exportador da época - o café.¹²²

A Revolução de 1930 vem modificar tal quadro, com a ascensão de um novo grupo ao poder, cuja proposta de governo era a de *moralização na política*, a começar pela eleitoral. Getúlio Vargas, “a 3 de novembro, investiu-se no posto de Chefe do Governo Provisório. Daí

¹²² ABREU, Marcelo de Paiva. O Brasil e a Economia Mundial (1929 -1945). In.: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.13. O autor aponta que “no final da década [de 1920] oito produtos primários ainda representaram 90% em valor do total de exportações: café (cerca de 70% do total), açúcar, cacau, algodão, mate, tabaco, borracha e couros e peles.”

a oito dias suspendeu a Constituição” , como informa Joseph Love, que também descreve a Revolução de 30 como um “veredito à viabilidade do federalismo brasileiro e da aliança café-com-leite em que este se baseava.”¹²³

Boris Fausto, no livro *História do Brasil*, apresenta os anos iniciais da década de 1930 como o momento em que

o governo provisório tratava de se firmar, em meio a muitas incertezas. A crise mundial trazia como consequência uma produção agrícola sem mercado, a ruína de fazendeiros, o desemprego nas grandes cidades. As dificuldades financeiras cresciam [...]. No plano político, as oligarquias regionais vitoriosas em 1930 procuravam reconstruir o Estado nos velhos moldes.¹²⁴

Já o economista Luiz Carlos Bresser-Pereira diz que, “no decorrer dos anos 1930, tem início a decolagem do desenvolvimento brasileiro; é nesta década que o Brasil entra propriamente na fase de sua Revolução Industrial”.¹²⁵ Bresser-Pereira sustenta que essa “decolagem” do país adveio tanto da depressão econômica que se instaurara no mundo ocidental, que culminou com a quebra da bolsa em 1929, quanto da Revolução de 1930, e considera a tomada de poder pelos revolucionários de 30 como “uma nova era na história do Brasil, tendo estabelecido as condições políticas necessárias para a Revolução Industrial Brasileira”.¹²⁶

Não se pode negar que o Brasil estava vivendo uma nova fase de desenvolvimento econômico, na qual o principal aspecto era o processo de industrialização verificado a partir de 1930. Luiz Roberto Lopez, em tal sentido, relata:

com a crise econômica dos anos 30, o Brasil viu decair muito a exportação de café, ficando, pois, sem receita para importar a quantidade de produtos manufaturados que costumava trazer de fora. Daí resultou que nossa própria capacidade industrial precisou suprir um mercado necessitado. A possibilidade de semelhança expansão ficou ainda maior por causa de três outros fatores: o desvio de capitais do setor agrário, que vivia um momento de desestímulo; a aquisição dos estoques de café por parte do governo para queimá-los, garantindo destarte o nível do mercado interno na medida em que evitou-se o desemprego e, finalmente, a possibilidade de importar máquinas a baixo preço, de segunda mão, dado que não poucas indústrias das grandes nações faliram naquela ocasião. Resumindo, não há como negar que o crescimento industrial brasileiro, que datava já da República Velha,

¹²³ LOVE, op. cit., p. 261.

¹²⁴ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 331-332.

¹²⁵ BRESSER -PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. São Paulo: Ed.34, 2003, p. 41.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 43.

beneficiou-se em larga margem da conjuntura crítica do capitalismo internacional dos anos 30.¹²⁷

Da mesma forma, Edgard Carone aponta que, após a crise de 1929 (que atingiu todas as formas produtivas), a indústria nacional não só se recuperou como também conheceu um progresso até então nunca visto, tudo isto “graças à necessidade de ser abastecido o mercado interno”, uma vez que “a quebra do domínio oligárquico do café fez com que ascendessem ao poder novos grupos, não só agrários, mas também de classe média”.¹²⁸ Porém, talvez seja um pouco precipitado considerar tais mudanças como uma “decolagem” rumo a uma Revolução Industrial, como os considera Bresser-Pereira.

Outro autor que apresenta a década de 1930 é o historiador estadunidense Thomas Skidmore. Segundo o autor, esta é uma década de rupturas. Rupturas não só no setor político, mas também no setor econômico. Para este brasileiro, com a queda da República Velha, e a conseqüente ascensão de uma nova força política, “praticamente, todas as características do sistema político e da estrutura administrativa foram objeto do zelo reformista”.¹²⁹ Skidmore ainda caracteriza as diferenças desta nova guinada política como distintas das manifestações políticas que aconteceram no Brasil, e destaca:

Havia dois fatores, entretanto, que distinguiam os acontecimentos, de 1930 de todas as lutas precedentes pelo poder na história da República. Em primeiro lugar, a Revolução de 30 pôs fim à estrutura republicana criada na década de 1890. Os revolucionários arrombaram uma porta aberta, evidenciou-se mais tarde, de vez que a República Velha desabou de repente sob o peso de suas dissensões internas e da pressão de uma crise econômica em escala mundial. Em segundo lugar, havia uma concordância disseminada, antes de 1930, quanto a necessidade urgente de uma revisão básica no sistema político.¹³⁰

Assim, as mudanças no sistema econômico já podiam ser vislumbradas nos anos finais da República Velha, não sendo este um privilégio da República Nova¹³¹. Para o estado do Rio Grande do Sul, Fábio Kuhn salienta:

com o início da Primeira Guerra Mundial, criou-se uma grande demanda para os produtos gaúchos, ativando-se a atividade econômica de exportação de produtos primários, com destaque para a carne bovina frigorificada. Em

¹²⁷ LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil Contemporâneo*. 9ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000, p.78-79.

¹²⁸ CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1982, p. 5 e 7.

¹²⁹ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 21.

¹³⁰ *Ibid.*, p.26.

¹³¹ Ver para este tópico SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, Ed. Unicamp, 2000.

função do bloqueio do comércio internacional, ocorreu um segundo surto industrial no Rio Grande do Sul, com a implantação de novas fábricas. A indústria ocupava uma posição subordinada num estado agropastoril.¹³²

Neste sentido também aponta Sandra Pesavento, ao garantir que,

analisando [...] a realidade rio-grandense, constata-se que no ‘fin de siècle’ a renovação capitalista partiu do complexo colonial imigrante e não da pecuária tradicional. [...] O capital que permitiu a inversão em indústrias proveio, predominantemente, da comercialização de produtos coloniais ou das reservas de alguns poucos ‘burgueses imigrantes’ que, vindos da Europa com certo capital, aqui passavam a investir.¹³³

Contudo, pode-se perguntar o que a breve explanação acima, sobre o desenvolvimento econômico, tem a ver com a questão do voto feminino. Levando-se em conta a já referida crescente incorporação das mulheres ao mercado de trabalho, ocorrida após a Primeira Guerra Mundial¹³⁴ e que tal incorporação só foi possível graças ao desenvolvimento econômico, pode-se compreender a conexão entre o desenvolvimento econômico e a crescente incorporação da mulher na vida pública. Dessa forma, as suas reivindicações, seus desejos e anseios também mudam de direção, buscando uma maior participação nas decisões dos rumos do país.

Giselle Martins Venâncio, ao trabalhar com a questão do trabalho feminino neste período, atesta que,

apesar do caráter autoritário, e ao preço de uma legislação sindical corporativa, o Estado liderado por Getúlio Vargas promoveu um conjunto de leis de proteção ao trabalho, reivindicadas há algum tempo pelos proletários, entre estas, as leis de proteção ao trabalho feminino.¹³⁵

A autora ainda salienta que o governo provisório foi um período

em que o poder Executivo legisla sem obstáculos, visto que estavam suspensas as Assembléias Federal, Estaduais e Municipais e os canais políticos de representação partidária, [...] [mas que, em contrapartida, é nesse momento que] a maior parte da legislação trabalhista, inclusive a que regulamentava o trabalho feminino, foi elaborada.¹³⁶

¹³² KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004, p. 123-124.

¹³³ PESAVENTO, Sandra J. *O cotidiano da República*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1990, p.16.

¹³⁴ A participação feminina no mercado de trabalho cresceu mais de 53% entre os anos de 1920 e 1940, como informa PETERSEN, Áurea. *Trabalhando no Banco: Trajetória de Mulheres Gaúchas desde 1920*. 1999. 374 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 96.

¹³⁵ VENANCIO, Giselle Martins. Lugar de Mulher é... na fábrica; estado e trabalho feminino no Brasil (1910-1934). *História: Questões & Debates*. Curitiba, n.34, 2001, p. 192.

¹³⁶ VENANCIO, loc. cit.

Porém, o que se deve destacar desta explanação? Creio que o sentido de que o governo de Getúlio Vargas encontrava-se preocupado em, de alguma forma, regulamentar práticas já estabelecidas na República Velha e incluir novos atores na vida pública. Neste sentido, Pedro Fonseca traz uma importante compreensão da figura de Vargas, o líder maior da Revolução de 30 e do Estado Novo, ao fazer uma análise de seus discursos. Segundo Fonseca, já a partir de 1928 Getúlio Vargas começa a discursar em torno da idéia de um desenvolvimento econômico e não de um progresso econômico. A importância desta diferenciação é vista pelo autor da seguinte forma:

O desenvolvimentismo transforma-se-á em verdadeira ideologia, formando uma visão mais abrangente e procurando concatenar e organizar palavras de ordem e ações, enfim, uma práxis ampliadora da agenda estatal, nesta inserindo como prioridade o crescimento e a diversificação da produção, sob a liderança do setor industrial [...] a grande construção ideológica dos primeiros anos do governo, na técnica de diferenciação dos governos passados; a revolução, agora, era a responsável pela construção de um novo Brasil. O desenvolvimentismo, dessa forma, propunha-se francamente modernizador e considerava-se encarregado de trazer o Brasil para os “novos Tempos”. [...] **Aos poucos o desenvolvimento torna-se sinônimo de modernização** e transforma-se na pedra angular da legitimidade do governo, papel este que será central durante o Estado Novo.¹³⁷

Assim, ao tentar trazer o Brasil para os *novos tempos*, Getúlio Vargas deu impulso a um antigo anseio de expandir o direito de voto, retirando todas as restrições para que o maior número possível de pessoas pudesse exercê-lo e assim participar efetivamente da vida pública. Tanto isto parece ser verdade que um dos primeiros atos de Getúlio Vargas, assumindo a chefia do Governo Provisório foi designar, pelo decreto nº19.459, de 6 de dezembro de 1930, uma subcomissão legislativa para estudar e propor a reforma da lei e do processo eleitorais. Uma das reformas propostas era estender o direito de voto às mulheres, o que se efetivou com o Código Eleitoral de 1932.

Boris Fausto aponta o processo político que se estabelece a partir de fevereiro de 1932, e que nele o governo provisório:

dispôs-se a atender às pressões contra o prolongamento da ditadura que vinham não só de São Paulo como do Rio Grande do Sul e de Minas, promulgando o Código Eleitoral. O código trouxe algumas importantes inovações. Estabeleceu a obrigatoriedade do voto e seu caráter secreto. **Pela primeira vez, reconhecia-se o direito de voto das mulheres.** A lei

¹³⁷ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. As fontes do pensamento de Vargas e seu desdobramento na sociedade brasileira. In: RIBEIRO, Maria Thereza Rosa (org.) *Intérpretes do Brasil – leituras críticas do pensamento brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001, p. 111-112. Grifo meu.

eleitoral do Rio Grande do Norte, de 1927, tinha sido pioneira, mas ficara restrita àquele Estado.¹³⁸

Assim, as questões políticas e econômicas não podem, ou não deveriam pelo menos ser analisadas de forma isolada, pois ambas interagem no campo uma da outra, modificando e, às vezes, até mesmo determinando certos rumos que foram tomados pelos dirigentes da nação, no caso em questão, por Getúlio Vargas, de tal maneira que a busca por novos rumos, para o Brasil, levou a uma renovação no Código Eleitoral e à introdução das mulheres no mundo político.

É neste contexto que a luta das mulheres brasileiras toma um rumo mais direcionado e que as manifestações esparsas das mulheres, até a metade do século XIX, cedem lugar a “uma campanha mais orgânica pelos direitos políticos de votarem e de serem votadas.”¹³⁹ Porém, a luta pelo direito de participar da cena eleitoral no Brasil não teve as mesmas características de movimento de massas, como nos Estados Unidos e na Inglaterra. No Brasil, o voto feminino

nunca foi uma tentativa de revolucionar o papel da mulher na sociedade ou mesmo a própria sociedade. Muitas das participantes do movimento eram graduadas em direito. A lei serviu como caminho tradicional para o sucesso político e aceitação na elite, e algumas mulheres seguiram esse caminho também.¹⁴⁰

Segundo Hahner, foi a obtenção do sufrágio feminino em vários países da Europa, após a Primeira Guerra Mundial, que influenciou uma nova forma de se defender o voto para a mulher, e assim passou a ser elegante a defesa deste voto em alguns círculos da elite brasileira.¹⁴¹ As mulheres brasileiras que ocupavam cargos públicos de alto nível começaram a liderar uma campanha pelo sufrágio, o que teria possivelmente sido a grande “arma” feminina para que o voto fosse estendido às mulheres brasileiras, ainda em 1932.

Hahner ainda enfatiza que,

no Brasil, talvez mais do que em algumas outras nações latino-americanas, vários membros da elite, especialmente no Rio e em São Paulo, enviaram suas filhas para a Universidade e para profissões, e muitas dessas mulheres tornaram-se sufragistas. O sufrágio feminino não foi apenas um movimento

¹³⁸ FAUSTO, op. cit., p. 342-343. Grifo meu.

¹³⁹ PINTO, op. cit., p. 13.

¹⁴⁰ HAHNER, June. *A Mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 99.

¹⁴¹ Idem. *A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 96-102.

da classe média brasileira. Pode ser que as sufragistas brasileiras desfrutassem de laços próximos com a elite política, o que teria facilitado a obtenção do voto feminino no Brasil mais cedo do que na maioria dos países latino-americanos.¹⁴²

Deve-se salientar que a campanha pelo sufrágio feminino no Brasil não esteve ligada a nenhum partido político ou a qualquer outro movimento social, que não o liderado por Bertha Lutz. Ainda segundo Hahner,

embora a campanha pelo sufrágio feminino do Brasil nunca se tenha tornado um movimento de massas – poucos desses podem ser encontrados na história brasileira –, mostrou-se maior e mais bem organizado que a maioria dos que se seguiram na América Latina. O direito de voto às mulheres no Brasil pode ter dependido dos homens, como ocorreu em maior ou menor escala em todos os países, mas as brasileiras, ao contrário de suas irmãs de alguns países da América espanhola, não tiveram o voto simplesmente entregue pelas mãos dos líderes masculinos conservadores que as vissem como uma força para a manutenção do *status quo*.¹⁴³

Foi assim que, nos anos trinta, as mulheres brasileiras tiveram a sua inserção na cena eleitoral. Getúlio Vargas, assumindo a chefia do Governo Provisório, designou uma subcomissão legislativa para estudar e propor a reforma da lei e do processo eleitorais, uma de suas promessas de campanha. Deste modo, estende-se o direito de voto às mulheres, em 1932, com o Código Eleitoral, que garantiu o direito de voto às mulheres que puderam, enfim, participar da eleição dos deputados constituintes (1933) e escolher seus próprios representantes para a feitura da nova Constituição do Brasil que determinou, nos seus artigos de número 108 e 109, quem seriam doravante os eleitores do país:

Art 108 - São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistarem na forma da lei.

Art 109 - O alistamento e o voto são obrigatórios para os homens e para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determinar.¹⁴⁴

Porém, com o estabelecimento do Estado Novo, em 1937, vêm-se suspensas temporariamente as eleições no país e igualmente a participação das mulheres até 1945. Hahner finaliza, dizendo que

¹⁴² HAHNER, op. cit., p.110-111.

¹⁴³ Ibid., p. 120.

¹⁴⁴ A constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934 foi consultada no *site* <www.presidencia.gov.br> . Acesso em 01.jun.2007. Grifo meu.

as profissionais que levaram a campanha sufragista à vitória em 1932 compreendiam apenas um pequeno segmento da população feminina nacional. A maioria das mulheres, bem como dos homens, continuou sem instrução. [...] Mesmo entre os brasileiros mais bem situados, a maioria das mulheres ainda ocupava uma posição subalterna, com seus horizontes limitados ao lar [...]. Hesitantes ou indiferentes, muitas mulheres não tentaram atravessar a longa e árdua trilha para a igualdade e a independência.¹⁴⁵

Através desta explanação tentei entender um pouco melhor a luta empreendida pelas mulheres para garantir o seu direito a uma cidadania política e também compreender o modo de pensar da época, não só sobre as mulheres, mas também das mulheres. O Rio Grande do Sul, apesar das peculiaridades que apresenta em relação ao resto do Brasil, na adoção de um sistema político inspirado na vertente positivista de Auguste Comte, não apresentou divergências no que diz respeito ao tratamento dado à mulher. O direito do sufrágio feminino não foi estendido às mulheres até os primeiros anos do século XX, sendo que, em todos os países ocidentais, a mulher foi conquistando o direito de participar nas pugnas eleitorais de uma forma paulatina. Tal direito foi ainda contestado de forma contumaz, através de argumentos que salientavam a propensão feminina para o mundo doméstico e para a vida familiar, entre outros.

No Brasil, a partir de 1932, as mulheres finalmente foram reconhecidas em sua plena cidadania, pelo menos no que se refere à cidadania política, conseguindo o direito de participar ativamente da vida política do país, ultrapassando assim mais uma fronteira. Nos dias atuais, o eleitorado feminino supera numericamente o masculino em mais de quatro milhões, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).¹⁴⁶ Outra fronteira invisível foi conquistada a partir dos anos 60, com o reconhecimento das mulheres como “sujeitos da história.”

Os próximos capítulos buscam verificar o que o periódico *Correio do Povo* veiculou sobre o sufrágio feminino e, assim, tentar reconstruir uma parte da história das mulheres brasileiras e gaúchas. Hahner salienta que, para se reconstituir tal história, deve-se explorar

¹⁴⁵ HAHNER, op. cit., p. 125.

¹⁴⁶ Segundo dados do TSE para abril de 2007 - eleitorado masculino: 61.350.427; eleitorado feminino: 65.455.813. Consulta feita no site < <http://www.tse.gov.br/internet/index.html> > Acesso em 20.abril.2007.

novas abordagens e novas fontes, desde baladas e crônicas de acontecimentos memoráveis de famílias, passando por registros notariais ou judiciais, testamentos, até

fontes impressas ainda mais convencionais, como debates em congressos, jornais e revistas, para o esclarecimento de uma variedade de itens, como divórcio, **sufrágio feminino** ou feminismo, incluindo tanto conceitos tradicionais quanto os pontos de vista reformadores acerca das mulheres e da família.¹⁴⁷

Também é esta a conclusão de Rachel Soihet, pois, para ela,

a escassez de vestígios acerca do passado das mulheres, produzidos por elas próprias, constitui-se num dos grandes problemas enfrentados pelos historiadores. Em contrapartida, encontram-se mais facilmente representações sobre a mulher que tenham por base discursos masculinos determinando quem são as mulheres e o que devem fazer. [...] Nos arquivos públicos sua presença é reduzida. [...] Fala-se das mulheres, sobretudo, quando perturbam a ordem pública, destacando-se, nesse caso, os documentos policiais, aliados aos processos criminais. Constituem-se numa fonte privilegiada de acesso ao universo feminino dos segmentos populares, inclusive através dos seus próprios depoimentos. Também os jornais não devem ser esquecidos.¹⁴⁸

Assim, levando em conta tais considerações, procuro explorar, no próximo capítulo, uma das tantas propostas de se trabalhar com os periódicos como fonte primária, antes de apresentar a análise feita nas matérias do *Correio do Povo*.

¹⁴⁷ HAHNER, op. cit., p. 21. Grifo meu.

¹⁴⁸ SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, C.; VAINFAS, R. (org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 295.

Capítulo 2

O jornal como documento

*Um dos meios mais eficazes
para vehicular conhecimento ao povo
é indiscutivelmente o jornal.
Na actualidade serve de motor
para generalizar a sciencia
entre as classes trabalhadoras que,
sem tempo disponível,
sem recursos para compra de livros,
podem ler nas páginas do seu diário
artigos instructivos.
Encontram-se hoje
muitas pessoas cujos conhecimentos
são hauridos quasi
exclusivamente nos jornaes.
Mas onde estes se tornam mais
imprescindíveis é no
fornecimento de informações
e de noticiário. [...]
Para o triumpho dos partidos políticos,
Para a formação de opinião popular
nada há como a imprensa.*

Correio do Povo, 21.maio.1931, p.3.

A epígrafe que inicia este capítulo remete à importância assumida pelo jornal como veículo de informação. No excerto acima, pode-se ler que a imprensa é, muitas vezes, utilizada pela população como umas das maneiras (quando não a única) de se informar sobre o que se passa no mundo. Destaco das linhas citadas, a frase: “[...] as classes trabalhadoras [...] sem tempo disponível, sem recursos para compra de livros, podem ler nas páginas do seu diário, artigos instructivos”¹⁴⁹, constatação do articulista do artigo nos idos dos anos de 1930,

¹⁴⁹ Artigo assinado por João Henrique, publicado em destaque na página três, colunas dois e três, na sessão denominada “Impressões”. Como já citado na introdução, decidiu-se manter, em todas as citações das matérias do jornal, a grafia original.

mas que bem poderiam ter sido feitas na atualidade do século XXI. Hoje, também, se não por outro motivo, pelo simples fato de esta ser uma maneira acessível e barata de se informar sobre o que acontece no mundo, grande parte da população busca, nas páginas de um jornal, ou nos noticiários do rádio e da televisão, as informações que deseja ou acredita que necessita.

Não se pode negar que os historiadores têm, cada vez mais, incorporado periódicos no seu arsenal de consulta¹⁵⁰, utilizando-os muitas vezes, como fonte exclusiva. Mas diante desta incorporação surgem alguns questionamentos sobre o uso dos periódicos como fonte e também sobre as diferenças entre o *fazer história* e o *fazer jornalismo*, o que leva a uma reflexão sobre a aproximação entre a história e a imprensa.

Francisco Rüdiger chama a atenção para o uso dos termos *imprensa* e *jornalismo*, que à primeira vista podem se confundir, mas que não são a mesma coisa. Rüdiger apresenta o termo *jornalismo* como “uma prática social componente do processo de formação da chamada opinião pública; prática que, dotada de conceito histórico variável conforme o período, pode se estruturar de modo regular nos mais diversos meios de comunicação, da imprensa à televisão.” O que o diferenciaria da imprensa e seus mais variados tipos, pois, como salienta tal autor, “o Rio Grande do Sul conheceu diversos tipos de imprensa (política, literária, operária, religiosa, humorística, noticiosa), mas nem todas possibilitaram a formação do correspondente jornalismo.”¹⁵¹

Deste modo, a proposta deste capítulo vem ao encontro de duas expectativas: a primeira é uma tentativa de se compreender como a imprensa pode ser agregada aos estudos históricos, e a outra é apresentar o jornal *Correio do Povo*, fonte exclusiva do *corpus documental* da minha pesquisa. Lembrando que o objetivo principal é tentar identificar a opinião veiculada no periódico sobre o tema do sufrágio feminino, assunto que será apresentado nos próximos capítulos.

¹⁵⁰ Somente para fins de comparação, trago a informação de que, no simpósio nacional de história, em junho de 2007 (XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH), ocorreram simultaneamente dois simpósios mostrando uma parte da produção acadêmica nacional com a utilização exclusiva dos periódicos como fonte de pesquisa. Os simpósios receberam a seguinte denominação: “História e Comunicação: Mídias, Intelectuais e Participação” (com 32 trabalhos apresentados) e “Política, Imprensa e Cultura” (41 trabalhos). Ocorreu também um mini-curso ministrado por Kátia Aily Franco de Camargo intitulado “Revista como fonte de pesquisa.”

¹⁵¹ RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993, p.7. Essa diferenciação, assinalada por Rüdiger, difere da apresentada no *Dicionário de Comunicação* que define jornalismo e imprensa da mesma forma, ou seja: “Imprensa: 1. conjunto dos jornais e revistas de um lugar ou de determinada categoria, gênero ou assunto (ex: imprensa europeia, imprensa esportiva, imprensa católica, imprensa marrom). 2. o mesmo que jornalismo. 3. o conjunto dos processos de difusão de informações jornalísticas por veículos impressos (jornais e revistas – imprensa escrita) [...]” Cf. RABAÇA, C.; BARBOSA, G. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro: Campus, 2001, p. 379.

2 Novas fontes – Novos problemas

Como indica Jacques Le Goff, desde que a história cultural alçou todo e qualquer documento como fonte privilegiada para o conhecimento histórico, a incorporação de novas fontes pelos historiadores pôde ser constatada. O próprio conceito de *documento*¹⁵² sofreu uma profunda modificação de sentido, em meados do século XX, quando o termo ultrapassou o sentido mais convencional (de ser essencialmente um testemunho escrito), para ter um sentido mais amplo onde, por exemplo, as imagens e os sons também foram alçados a esta categoria. O autor salienta que “este alargamento do conteúdo do termo documento foi apenas uma etapa para a explosão do documento que se produz a partir dos anos 60 e que levou a uma verdadeira revolução documental”, tanto qualitativa quanto quantitativa.¹⁵³

Le Goff também adverte que

a intervenção do historiador que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da própria posição da sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos ‘neutra’ do que a sua intervenção. [...] [O documento] é antes de mais nada o resultado de uma montagem (consciente ou não) do historiador, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver [...] durante as quais continuou a ser manipulado.¹⁵⁴

A historiadora estadunidense Lynn Hunt utiliza praticamente os mesmos termos, para chamar a atenção dos seus leitores, quanto à questão da manipulação que os documentos sofrem antes de serem considerados como fontes. Assim, segundo suas palavras,

os documentos que descrevem ações simbólicas do passado não são textos inocentes e transparentes; foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias para lê-los. Os historiadores sempre foram críticos com relação a seus documentos – e nisso residem os fundamentos do método histórico.¹⁵⁵

A partir de tais considerações, surge uma pergunta: quando, afinal, a imprensa começa a ser considerada como fonte pelos historiadores? A historiadora brasileira Tania Regina de

¹⁵² Este conceito é trabalhado no capítulo intitulado “Documento/Monumento”. In: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1990.

¹⁵³ LE GOFF, op. cit., p. 540-541.

¹⁵⁴ *Ibid.*, p. 547.

¹⁵⁵ HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 18.

Luca informa que na década de 1970, “ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos que se valia de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história no Brasil.”¹⁵⁶ Os periódicos, e o jornal em particular, eram considerados, até então, como fontes não confiáveis, pois não teriam o critério de neutralidade, objetividade e mesmo de credibilidade, requisitos considerados básicos para que um documento fosse alçado à categoria de objeto de estudo pelo historiador. Tania de Luca observa que os jornais eram avaliados como *enciclopédias do cotidiano* (dando ênfase ao tom depreciativo que o termo pode assumir) e que “continham registros fragmentários do presente, realizados no influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas.”¹⁵⁷

O historiador britânico Peter Burke salienta que é com a renovação de temas e procedimentos metodológicos, advindos da redescoberta da história cultural (anos 1970), que se observa uma valorização, e mesmo uma incorporação de novas fontes, tais como a imprensa, até então negligenciada, e que passa assim a ser considerada como documento.¹⁵⁸ Com tal valorização, é auferido aos periódicos um espaço de credibilidade entre os historiadores e um lugar privilegiado como fonte de conhecimento do passado. É pela via da história cultural que os historiadores têm cada vez mais apresentado explicações para mudanças no mundo político, fazendo com que o termo *cultura* também sofresse uma transformação de sentido pois, como salienta Peter Burke, “de uns trinta anos para cá, ocorreu um deslocamento gradual do termo pelos historiadores. Antes empregado para se referir à alta cultura, ele agora inclui também a cultura cotidiana, ou seja, costumes, valores e modo de vida.”¹⁵⁹

A pesquisa aqui apresentada também se insere nesta vertente, ao tentar dar uma explicação de uma questão política (sufrágio feminino) sob o viés de um produto cultural como o jornal, que salienta nas suas páginas os costumes, os valores e o modo de vida da sociedade em que está inserido, no caso da pesquisa em questão, a sociedade gaúcha da

¹⁵⁶ DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111.

¹⁵⁷ DE LUCA, op. cit., p. 112.

¹⁵⁸ BURKE, Peter. *O Que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 7.

¹⁵⁹ BURKE, op. cit., p. 47. O termo cultura é entendido neste texto como “um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepção herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes em relação à vida.” Tal como apresenta GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 66.

década de 1930. Neste sentido, as ponderações de Maria Helena Capelato se tornam significativas, ao indicarem que

a reconstituição das lutas políticas e sociais através da imprensa tem sido o alvo de muitas das pesquisas recentes. Nos vários tipos de periódicos e até mesmo em cada um deles encontramos projetos políticos e visões de mundo representativos de vários setores da sociedade.¹⁶⁰

Desse modo, uma das “vantagens” da leitura dos discursos expressos nos jornais parece ser exatamente a que permite acompanhar o movimento das idéias que circulam na época pesquisada, sendo uma *fonte de mil e uma utilidades*, para usar uma expressão de Capelato, que também alerta que

o confronto das falas, que exprimem idéias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos.[...] Os jornais oferecem vasto material para o estudo da vida cotidiana. Os costumes e práticas sociais, o folclore, enfim, todos os aspectos do dia-a-dia estão registrados em suas páginas.¹⁶¹

Contudo, o uso da imprensa como fonte (pelos historiadores) nem sempre foi acompanhada de uma revisão de métodos adequados para sua análise. Muitos dos trabalhos que buscam informações nos periódicos os utilizam apenas para ilustrar os fatos que estão pesquisando, sem uma preocupação em definir claramente os métodos utilizados para a sua incorporação nos textos e nas pesquisas históricas.

Não se pode negar que, com o emprego de novas fontes na pesquisa histórica, surgiram novos problemas, entre eles, por exemplo, qual a melhor maneira de se trabalhar com tais fontes? Como se pode “interrogá-las”? Numa das tentativas de sanar tais dúvidas foi lançada, na década de 1970 (França), uma coletânea organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora que recebeu o nome de *Faire de l'histoire*. Os três livros que formam tal coletânea receberam no Brasil os seguintes títulos: *História: novos problemas*; *História: novas abordagens* e *História: novos objetos*. Entre outros temas propostos, esta coleção procurava discutir a entrada de novas fontes no manancial de documentos à disposição do pesquisador em ciências humanas. Na introdução da coletânea, os autores explicitam o objetivo do trabalho:

¹⁶⁰ CAPELATO, Maria H. R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988, p. 34.

¹⁶¹ *Ibid.*, loc. cit.

Obra coletiva e diversificada, pretende, no entanto, ilustrar e promover um novo tipo de história [...] desejamos mostrar as articulações entre os diversos caminhos da pesquisa histórica contemporânea [...] . A novidade parece-nos estar ligada a três processos: *novos problemas* colocam em causa a própria história; *novas abordagens* modificam, enriquecem, subvertem os setores tradicionais da história; *novos objetos*, enfim, aparecem no campo epistemológico da história.¹⁶²

A importância dessas obras pode ser constatada no sentido que trouxeram, para a discussão historiográfica, uma nova percepção de métodos para o tratamento das fontes históricas, acentuando a interdisciplinaridade e o uso de conceitos de outras disciplinas, tais como a Lingüística, a Psicanálise, a Antropologia e a Sociologia, por exemplo. Tania de Luca, sobre esta discussão, acentua que

os aportes analíticos provenientes de outras Ciências Humanas [...] ao mesmo tempo em que incentivavam a interdisciplinaridade e traziam contribuições metodológicas importantes, forçavam o historiador a refletir sobre as fronteiras da sua própria disciplina, cada vez mais difíceis de precisar.¹⁶³

As discussões em torno do uso da imprensa como fonte, pelos historiadores, giravam quase todas, no sentido de que os pesquisadores consideravam os periódicos como

meros receptáculos de informações a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel prazer do pesquisador. Daí o amplo rol de prescrições que convidavam à prudência e faziam com que alguns só se dispusessem a correr tantos riscos quando premidos pela falta absoluta de fontes.¹⁶⁴

Para Tania de Luca, é somente a partir de 1970 que se pode observar, no Brasil, uma crescente utilização da imprensa como objeto de estudo, abordando temas desde a história dos próprios periódicos¹⁶⁵ até pesquisas que utilizam “a imprensa como objeto.”¹⁶⁶ Neste sentido, Peter Burke denota que, a partir da década de 1980, houve o surgimento do que se convencionou denominar de “Nova História Cultural”, trazendo para o arcabouço histórico

¹⁶² LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. v. 1, p. 11-12.

¹⁶³ Conforme informa DE LUCA, op. cit., p. 112. Esta autora ainda aponta para a renovação temática proposta pela história cultural também procurou incluir uma gama extensa de assuntos até então renegados ao limbo histórico, tal como o tema da mulher, assunto debatido no capítulo um dessa dissertação.

¹⁶⁴ Ibid., p. 116.

¹⁶⁵ Tal como os livros de SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966 e BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica*. História da imprensa brasileira. São Paulo: Ibrasa, 1972.

¹⁶⁶ DE LUCA, op. cit., p. 116-119.

uma grande variedade de temas que foram “descobertos e explorados com a ajuda de novos conceitos.”¹⁶⁷

Nesta “redescoberta” da história cultural, tanto a idéia quanto o conceito de *representação* ganham um papel de ênfase na busca por novas explicações ou, como considera Burke, o conceito de representação “parece significar que imagens e textos simplesmente refletem ou imitam a realidade social.”¹⁶⁸ Nota-se este tipo de ênfase no conceito de representação utilizado pelo historiador italiano Carlo Ginzburg, que o apresenta ressaltando o seu caráter ambíguo, e de pelo menos dois significados implícitos: “por um lado, a ‘representação’ faz às vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença”.¹⁶⁹ Também é a abordagem de Roger Chartier que, na década de 1990, apresenta o conceito de representação como um “instrumento de um conhecimento mediador que faz ver um objeto ausente através da substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar como ele é”.¹⁷⁰ Porém, alguns anos mais tarde, Chartier dá uma definição mais precisa de tal conceito e que, acredito, é o que vem melhor se adequar à pesquisa aqui desenvolvida, pois, segundo as palavras do autor

é do crédito concedido (ou recusado) à imagem que uma comunidade produz de si mesma, portanto de seu ‘ser percebido’, que depende a afirmação (ou a negação) de seu ser social. O porquê da importância da noção de *representação*, que permite articular três registros da realidade: por um lado, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; por outro lado, as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ser reconhecida; enfim, a delegação a representantes (indivíduos particulares, instituições, instâncias abstratas) da coerência e da estabilidade da identidade assim afirmada.¹⁷¹

Para a minha pesquisa, é este conceito do termo *representação* que mais se aproxima do mote proposto, no sentido em que acredito que as matérias veiculadas no *Correio do Povo* podem ser entendidas como “representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam esquemas de percepção a partir dos quais eles

¹⁶⁷ BURKE, op. cit., p. 97. O autor ainda salienta que mais que uma revolução, a assim chamada Nova História Cultural proporcionou uma reforma na forma como a história cultural era praticada até então, sendo mais correto considerar que ocorreu mais “uma mudança de ênfase [...] do que a ascensão de alguma coisa nova.” (p. 98).

¹⁶⁸ Ibid., p. 99.

¹⁶⁹ GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira*. Nove Reflexões sobre a Distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 85.

¹⁷⁰ CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990, p. 20.

¹⁷¹ Idem. *À beira da falésia*. A História entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2002, p.10-11.

classificam, julgam e agem”, tal como se pode verificar no excerto citado anteriormente. Desta forma, é neste sentido que tal conceito aqui é empregado. Em outras palavras, os textos jornalísticos devem ser compreendidos como uma representação que deixa entrever a sociedade da época retratada e as atitudes ali introjetadas.¹⁷² Do exposto acima, acredito que se pode concluir que é válido o uso de fontes jornalísticas para se fazer uma análise histórica, desde que, é claro, não se perca de vista o conceito de representação que elas possuem. Fazendo eco a essas deliberações, Sandra Pesavento dá uma importante contribuição a esta pesquisa ao enfatizar que

o campo do político tem demonstrado ser um dos mais ricos para o estudo das representações, [...] não seria demais falar em uma verdadeira revolução do político, trazida pela História Cultural. Sobretudo, o uso dos meios de comunicação de massa, lidando com efeitos de verdade e efeitos de real, operando cada vez mais com fazer crer, com imagens computadorizadas, ou discursos distanciados do real, mas que são legitimados e aceitos, com curso de verdade.¹⁷³

Cabe agora fazer uma breve explanação sobre a forma como os historiadores têm incorporado à imprensa nas suas pesquisas e também tentar decifrar nesta apropriação as diferenças e semelhanças entre o trabalho do historiador e do jornalista.

2.1 Imprensa e História – Usos e abusos de tal aproximação

Uma vez que a imprensa tem sido cada vez mais incorporada como objeto de estudo pelos historiadores, como já ressaltado, cabe agora fazer uma breve diferenciação entre o papel desempenhado pelo jornalista (aquele que redige a matéria) e o historiador (que lê esta matéria muitos anos depois que ela foi escrita). Começemos com o jornalista Danton Jobim que, na sua exposição sobre o jornalismo e a história, alerta que “só um historiador, impregnado da atmosfera do tempo em que o artigo foi escrito, tendo bem presente as

¹⁷² Tal constatação levanta a questão sobre a recepção das idéias veiculadas no jornal, porém esse viés interpretativo apesar de interessante, não será explorado neste trabalho. Estou mais interessada em verificar de que maneira a questão do sufrágio feminino foi apresentada pelo *Correio do Povo* do que em determinar a recepção de tais matérias no público leitor do jornal, aspiração que em muito extrapola a proposta de minha dissertação.

¹⁷³ PESAVENTO, Sandra J. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 75-76.

circunstâncias históricas em que se produziu, é que pode captar o eco das intensas vibrações sociais que porventura tenha provocado.”¹⁷⁴

Jobim também salienta que

o jornalista move-se na realidade ‘de hoje’. [...]. O jornalista fala aos seus contemporâneos, procurando retirar dos acontecimentos aquilo que supõe útil ao esclarecimento da conjuntura política e à causa que defende. Age como político, não como um filósofo.¹⁷⁵

Ao se analisar com mais vagar tal afirmação, algumas questões surgem, tais como a forma como o jornalista lida com o acontecimento que quer transformar em notícia. Ele faz isso através do destaque que dá (ou que não dá) ao fato investigado, para conseguir angariar simpatias para a sua matéria, tal qual o faz um político. Isenta-se assim o jornalista de refletir sobre a “verdade” do fato, procurando antes de tudo dar a sua “versão” dos acontecimentos. Jobim, da mesma forma, destaca que

o jornalista tem a ‘sua verdade’, uma verdade por assim dizer provisória e contingente, melhor ainda, uma hipótese, impossível de ser verificada através dos processos de que se serve o historiador. É sobre essa hipótese que ele trabalha, tirando conclusões que não podem ser as de um sociólogo. Ninguém vai exigir de um advogado que seja mais que advogado, isto é, o prático que expõe e avalia as provas unilateralmente, com o espírito voltado para a defesa de seu constituinte.¹⁷⁶

Já a jornalista Christa Berger, no seu estudo sobre o *movimento dos sem terra*, no jornal *Zero Hora* de Porto Alegre, também faz a sua distinção entre o jornalismo e a história, ressaltando que

a característica que identifica o jornalismo, a história e a ficção, ou seja, a expressão verbalizada de uma realidade, também marca a sua diferença. A intenção do olhar dos narradores/autores serve de metáfora para explicar as diferenças. O jornalista *olha* o acontecimento acontecendo por todos os lados. Busca pessoas e cenas. Seu movimento é de aproximação distanciada. O tempo é o presente, ele trabalha com o aqui e o agora e seu texto repercute instantaneamente. O historiador *olha* o acontecimento acontecido através de outros olhares. Busca nos documentos, depoimentos e arquivos os elementos

¹⁷⁴ JOBIM, Danton. *Espírito do Jornalismo*. São Paulo: EDUSP/ComArte, 1992, p. 26. Tais ponderações são frutos de uma adaptação de um curso ministrado, pelo autor (na Universidade de Paris), no ano de 1957, e se tornam mais interessantes por serem a visão de um jornalista sobre as aproximações entre a história e o jornalismo. Ver mais no capítulo intitulado “Jornalismo e História”, do livro citado.

¹⁷⁵ JOBIM, op. cit., p. 28.

¹⁷⁶ Ibid., loc. cit.

para refazer o trajeto do fato, reconstruindo-o na distância do tempo, contando com isto para a garantia do distanciamento.¹⁷⁷

Em todo o caso, mais do que um distanciamento, tem-se uma aproximação do *fazer história e do fazer jornalismo* na busca pela “verdade dos fatos”, porém distanciados pela perspectiva do tempo em que cada ação se desenrola, o jornalista analisa a sua “ação”, enquanto o fato ainda “está quente”, recém-acontecido; ou, como tão bem explicita o jornalista português Nelson Traquina,

[...] os jornalistas são freqüentemente obrigados a elaborar a notícia, a escrever a ‘estória’, em situações de grande incerteza, com falta de elementos, confrontados com terríveis limitações temporais, pressionados pela concorrência de outros órgãos de informação. Ainda mais, precisam seleccionar certos acontecimentos dentro duma avalanche de múltiplos acontecimentos, fazendo escolhas quase imediatas, sem grande tempo para reflectir sobre o significado e o alcance histórico do que acaba de acontecer e que ‘precisa’ de ser informado imediatamente.¹⁷⁸

De forma diversa, o historiador se relaciona com a sua fonte de informação; afinal, ele (o historiador) analisa o mesmo fato “gelado”, com muitos anos de distanciamento, já terminado, e com todas (ou quase todas) as devidas conclusões tomadas. Assim, o historiador muitas vezes começa a analisar o seu objeto de estudo já sabendo o final da história, enquanto o jornalista o analisa sem saber que rumo o acontecimento tomará. Em relação ao jornalismo, Danton Jobim acredita que,

[...] desde o nascimento do grande informativo que os historiadores dispõem de um **espelho de muitas faces refletindo os acontecimentos sociais sob vários ângulos**, oferecendo-lhe, pois, a imagem viva e cambiante da nossa existência cultural, política, econômica, bem como de nossos costumes. Todo o universo num retrato dinâmico, em incessante mudança, eis o que essas enciclopédias cotidianas parecem querer aprisionar em suas páginas. Só o conseguem, por certo, captar em doses infinitesimais e, além do mais, deformando as imagens, mas o fato é que todo esse registro é uma contribuição inexcelsível para a história, todos esses comentários e notícias são história, no senso lato da expressão. Mais propriamente, só o serão na medida em que o historiador os recolha, pondere e coordene na síntese.¹⁷⁹

¹⁷⁷ BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p.18-19. As explanações de Berger sobre as aproximações do jornalismo e da ficção, apesar de interessantes, não serão aqui trabalhadas. Para esta discussão, ver o primeiro capítulo do livro citado.

¹⁷⁸ TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Vega, 1993, p. 12. Esta obra é composta por uma série de ensaios, sendo dividida em três partes distintas, cada uma abordando um dos temas indicados no seu título. Nelson Traquina, além de organizador, é o responsável pela abertura de cada uma das partes, onde escreve uma breve introdução a cada novo tema.

¹⁷⁹ JOBIM, op. cit, p. 29. Grifo meu.

Destaco em **negrito** algumas palavras usadas pelo autor, por considerar que elas não foram utilizadas de modo aleatório, mas sim, que exprimem bem o modo como o referido jornalista considera a sua profissão. Isto é, ao utilizar a palavra “espelho” Jobim remete ao modo como ele mesmo considera o *fazer jornalismo*, ou seja, como um reflexo do que se tem na realidade e na sociedade, e não como uma versão dos acontecimentos mediados pelo seu próprio olhar, sua visão de mundo, seus preconceitos e conceitos. Nelson Traquina, a este respeito, faz algumas considerações que merecem aqui serem evocadas. Para ele, a evolução do jornalismo, e em particular da imprensa no decorrer do século XIX, trouxe uma “subordinação da lógica político-ideológica à lógica econômica”, o que, segundo suas palavras, teria acarretado numa

[...] procura de públicos mais vastos, crescentes vendas e receitas (incluindo a publicidade) e a apresentação de um produto que privilegia factos e não opiniões e implica um novo conceito de notícia, em termos dos interesses de uma nova classe de leitores. Numa época marcada pelo positivismo, também os jornalistas são levados ao culto dos factos e à tarefa de reproduzir fielmente a realidade, impressionados com novos inventos, como a máquina fotográfica.¹⁸⁰

O que talvez tenha afetado a forma como os jornalistas pensam a sua profissão, até os dias de hoje, como se pode acompanhar neste outro texto de Traquina, onde o autor (ao discorrer sobre a evolução dos estudos do jornalismo), chama a atenção para a chamada *Teoria do Espelho*:

[...] as notícias apenas reflectem o mundo exterior porque os jornalistas são observadores neutros, [...] limitam-se a recolher a informação e a relatar os factos, porque, enfim, os jornalistas são simples mediadores que ‘reproduzem’ o acontecimento na notícia.¹⁸¹

É desta forma que Danton Jobim, em pleno século XX, define o *fazer jornalismo*, como se pode constatar na leitura dos excertos apresentados anteriormente. Assim, devem-se ter alguns cuidados ao se incorporarem os escritos dos jornalistas em qualquer texto de carácter histórico.

Um outro aspecto que não se deve esquecer, quando lidamos com a imprensa é a transitoriedade e vida curta que um jornal diário e suas matérias possuem, limitados há pouco mais de 24 horas e mesmo enclausurado nestas horas, pois somente pesquisadores é que se

¹⁸⁰ TRAQUINA, op. cit., p. 23. Apesar de o autor estar se referindo à Europa e, mais especificadamente, a Portugal, acredito que tais ponderações são válidas para o caso brasileiro.

¹⁸¹ Ibid., p. 133.

interessam por ler “jornais velhos”, por assim dizer. Mais uma vez, as ponderações de Traquina se tornam interessantes ao lembrar que

[...] é o próprio conceito de ‘atualidade’ que constitui o coração e a alma da actividade jornalística: o jornal, [...] [é suposto] de dar a conhecer o que há de ‘novo’, o que ‘acaba’ de acontecer. Lemos o jornal para saber o que é que aconteceu ontem e não há 15 dias [...]. Os acontecimentos devem ser actuais; a própria actualidade constitui um factor de noticiabilidade.¹⁸²

Vindo de encontro a estas constatações, as ponderações de Jobim devem ser levadas em consideração, quando ele salienta que

O jornalista ao comentar um acontecimento, não o faz com o ânimo de servir à história, de pronunciar um juízo de valor perene. O máximo que se lhe pode pedir são conclusões provisórias [...]. Por isso mesmo nenhum mortal está mais sujeito à incoerência do que ele. As revisões de julgamento, as mudanças de ponto de vista em face das situações novas, decepcionam o público e podem desacreditar um jornal, mas são inevitáveis [...]. As idades, as épocas, os séculos, os anos, sequer os meses, não dão a medida do tempo para o jornalista. O passado, para ele, é o dia de ontem – talvez menos que isso. Impossível exigir-lhe, pois, perspectiva histórica. Mas que imenso e riquíssimo acervo de documentos oferece um jornal moderno para os que se vão incumbir de escrever a história desses tempos!¹⁸³

Neste sentido, Christa Berger também pondera que,

à primeira vista, à imprensa cabe noticiar os acontecimentos do passado imediato, não só para informar aos cidadãos o que acontece ao seu redor (do bairro, do planeta) mas, também, para registrar o que no futuro servirá de matéria-prima aos historiadores na tarefa de escrever a história do passado.¹⁸⁴

Evoco ainda, sobre tal assunto, as palavras de Jean-Pierre Rioux, que lembra que a *missão quotidiana* do jornalista

consiste em forçar a atenção do leitor [...], em mergulhar sem enfado na torrente ininterrupta de acontecimentos confusos que faz a actualidade, em vencer a angústia da pequena morte diária – a página de jornal é destinada ao lixo, a palavra e a imagem voam sem deixar traço tangível e são pouco arquivadas – redobrando de profissionalismo, só de acreditar que ele trabalha para o futuro ou de sonhar em editar um dia em volume seus trechos escolhidos.¹⁸⁵

¹⁸² TRAQUINA, op. cit., p. 174.

¹⁸³ JOBIM, op. cit., p. 28-29.

¹⁸⁴ BERGER, op. cit., p. 17.

¹⁸⁵ RIOUX, Jean-Pierre. Entre História e Jornalismo. In: CHAVEAU, Agnes (org.). *Questões para a história do presente*. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 120.

Já a profissão do historiador, ou o *fazer história*, é descrita por Rioux com as seguintes palavras:

O historiador, este se move comodamente desde o fim do século XIX em seu triplo papel de sábio moderno exercido na crítica das fontes, de grão-sacerdote da memória nacional e de intelectual em pleno exercício. Ele mantém uma discussão permanente com seus confrades em ciências sociais, constrói e erige a distância seu objeto de estudo e lhe dá assim um estatuto científico, procura sempre inserir o acontecimento singular na cadeia de um tempo significativo, tenta distinguir o perdurável do efêmero, relata os fatos sem ser perseguido pela hora do “fechamento” [...]. Ele escolhe o momento, torna objetivo seu propósito, pretende dar sentido, enquanto que o jornalista é o homem apressado que relata fatos juntados, que acredita entregar a vida em estado bruto, mas que a simplifica e desfigura mediatizando-a em jato contínuo, que recolhe material de qualquer jeito e inventa fontes sem poder tratá-las.¹⁸⁶

De tal forma, que a distinção entre a história e a imprensa deve ir mais além do que o sentido mais comum da palavra, ou seja, do destaque que se dá ao fato de que a imprensa trabalha com o imediato, com o hoje, e a história se preocupa com o ontem, o passado. Maria Lourdes Motter também apresenta tal distinção, acentuando o aspecto da cotidianidade na imprensa como

aquele que, restrito a um espaço de vinte e quatro horas, envolve a escolha dos acontecimentos, que merecem ser elevados à categoria de notícias, dentro da multiplicidade do acontecer na vida dos homens [...]. A importância da escolha, freqüentemente aleatória, do ponto de vista do leitor (não do ponto de vista do jornal), está na atribuição de *status* ao acontecimento pela sua divulgação e inscrição como registro impresso num documento histórico que é o jornal.¹⁸⁷

Assim se ressalta, no trabalho com o jornal, a atribuição de “acontecimento” que é dada à matéria veiculada neste meio de comunicação, ou seja, ao registrar um fato nas páginas do jornal ele é elevado à categoria de acontecimento que mereceu um destaque em relação a outros fatos que foram colocados de lado. Como salienta Adriano Duarte Rodrigues

o acontecimento jornalístico é, por conseguinte, um acontecimento de natureza especial, distinguindo-se do número indeterminado dos acontecimentos possíveis em função de uma classificação ou de uma ordem

¹⁸⁶ RIOUX, op. cit., p. 120-121.

¹⁸⁷ MOTTER, Maria Helena. História e Imprensa. *Revista Comunicações e Artes*. São Paulo: USP, n. 24, p. 55-61, setembro/dezembro 1990, p. 56. Sobre a aproximação entre o jornalismo e a história, ver também BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: Um olhar e duas temporalidades. In: COLÓQUIO HISTÓRIA E IMPRENSA, 1998, Rio de Janeiro. *Anais do colóquio História e Imprensa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997, p. 87-91.

ditada pela lei das probabilidades, sendo inversamente proporcional à probabilidade de ocorrência.¹⁸⁸

Motter também destaca: “história e imprensa, enquanto produtos do fazer humano, mediados pela linguagem, interferem de modos diversos na constituição da consciência e na visão que o homem tem do mundo e de si.”¹⁸⁹ Chama a atenção, nesta sentença de Motter, a ênfase dada à linguagem que aproxima o jornalista do historiador, mas ao mesmo tempo os difere pela forma como tais profissões são encaradas na sociedade. Nesse ponto, Motter e Berger concordam plenamente.

Outro autor que trabalha com a questão da diferenciação entre a história e a imprensa é Maurice Mouillaud, um dos autores da obra *O Jornal: da forma ao sentido* e que, ao fazer a distinção entre a atualidade [o presente que sai nos jornais diários] e a história, salienta que

a atualidade parece sem memória porque é feita de presentes que se apagam uns aos outros. O jornal não faz memória, e a coleção de um jornal não tem existência para seu leitor. O fundamento da Atualidade é o próprio leitor. É a seu presente que ela é ligada e é nele que ela encontra sua evidência. [...] Mas se a coleção não se constitui de memória para o leitor, ela pode se constituir de um arquivo para o historiador [...]. Da Atualidade à História, se é que há uma passagem, esta exige uma conversão da leitura espontânea do jornal.¹⁹⁰

Levando-se em consideração as ponderações apresentadas até aqui, pode-se concluir que, para se utilizar a imprensa como fonte, deve-se, em primeiro lugar, levar em consideração a leitura que o pesquisador faz, ao buscar meticulosamente na imprensa suas informações, se difere e muito da leitura do leitor usual do jornal que, no seu dia-a-dia, ao manusear o seu jornal, o faz muitas vezes se concentrando apenas nos títulos das matérias, para então dedicar um pouco mais de tempo aos assuntos que mais lhe chamem a atenção. Não é isso o que historiador faz, ao agregar matérias de periódicos no seu *corpus documental*. Antes de mais nada, o pesquisador está a procura de um tema específico e faz uma seleção rigorosa nas páginas do periódico eleito por ele como fonte principal de seu trabalho, passando aí a reunir todas as menções ao fato pesquisado, num período de tempo também determinado por ele. Por exemplo, no caso da pesquisa apresentada nesta dissertação, depois

¹⁸⁸ RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, op. cit., p. 27. O autor também destaca que, “ao relatar o acontecimento, os *media*, além do acontecimento relatado, produzem ao mesmo tempo o relato do acontecimento com um novo acontecimento que vem integrar o mundo.” Citação retirada da página 31. Sobre esta discussão, ver também, na mesma obra, o capítulo intitulado “*Os acontecimentos mediáticos: o sentido de ocasião*” de autoria de Elihu Katz.

¹⁸⁹ MOTTER, op. cit., p. 55.

¹⁹⁰ MOUILLAUD, Maurice. Crítica do Acontecimento ou o Fato em Questão. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. (org.) *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 77.

de eleger como tema principal o voto feminino e definir a procura no jornal *Correio do Povo*, mais de um ano se passou para conseguir reunir todas as matérias que tratavam de tal assunto, em uma leitura intensiva, em 44 meses do jornal, na sua maioria encadernados juntos mês a mês e reunidos em grandes livros de difícil manuseio (alguns em péssimo estado de conservação), nos já citados arquivos da capital gaúcha.

É chegado o momento de se perguntar de que forma as matérias dos periódicos podem ser agregadas ao *fazer história*. Começo apresentando as considerações de Cláudio Elmir, autor de um artigo que trata especificamente da questão de se trabalhar com os jornais como fonte, e que começa a sua explanação nos lembrando que

a imprensa não informa história, simplesmente. Se fosse assim, a história enquanto campo de investigação precisaria apenas se apropriar dos dados fornecidos pelos jornais. E quem já não pensou em retirar das páginas de um periódico os elementos necessários para reconstituir um momento da história?¹⁹¹

Também não se deve esquecer da ilusão de transparência, verdade e objetividade que a linguagem jornalística impõe ao nosso imaginário e, assim, deve-se ficar atento a este ponto, ao se incorporar qualquer matéria de um periódico no *corpus documental* de uma pesquisa. Como salienta Maurice Mouillaud,

na retórica da informação, o discurso (falado) adere à instituição que está encarregado de ilustrar; ele supõe a presença daquele que o enuncia e daqueles aos quais se dirige. A fala é prisioneira e se dirige a públicos que são também cativos. Ele visa à persuasão.¹⁹²

Ou seja, devemos ter em mente que os jornais, e igualmente os jornalistas, não são imparciais, apesar desta roupagem de imparcialidade e verdade que nos passam cotidianamente. Danton Jobim comenta estes fatos acentuando, que apesar da aproximação que existe entre o fazer história e o fazer jornalístico, no que diz respeito à procura pela “verdade” dos fatos, cada um o faz com o rigor e a distinção da sua própria profissão. Para Jobim, o trabalho do historiador se diferencia do jornalista, principalmente pelo rigor do método que o primeiro aplica nas suas fontes de informações, mas acentua que o historiador deve lutar com as dificuldades impostas pela distância no tempo em que se encontra do fato que observa, enquanto o jornalista, ao investigar em primeira-mão, ou “a olho nu” e

¹⁹¹ ELMIR, Cláudio Pereira. Armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos do PPG em História da UFRGS*. Porto Alegre, n.13, dezembro de 1995, p. 21.

¹⁹² MOUILLAUD, op. cit., p. 57.

desarmado de “qualquer outro instrumento que não a sua intuição”, beneficia-se de forma enganosa do fato de ser “testemunha ocular da história.” O autor também chama a atenção de que “[...] o repórter deve surpreender os acontecimentos, dando sua versão sobre eles antes que amadureçam e produzam suas conseqüências”¹⁹³. Tal como já se destacou anteriormente.

De modo análogo, Clarice Esperança aponta que, desde a Antiguidade Clássica, “constrói-se, na sociedade ocidental, uma mística do relato ocular como sendo, ao mesmo tempo, prova dada pela visão e aval da verdade. É o duplo caráter no qual se baseia a autoridade do testemunho.”¹⁹⁴ Por tal motivo, é tão difícil fazer uma crítica ao que se lê cotidianamente nas páginas de um jornal.

Márcia Espig é mais uma autora que salienta que o jornal, para sobreviver no dia-a-dia das publicações e vender seu produto (o exemplar do jornal), deve gozar de um relativo prestígio dentro de sua sociedade, e manter com o seu leitor o que a autora chama de “relação circular com o real”, ou seja,

ao mesmo tempo em que dá exteriorização a um determinado discurso criador de significados, também encontra-se atrelado ao que é possível dizer, isto é, seu discurso não pode fugir da visão de mundo presente naquela sociedade, sob o risco de tornar-se algo sem sentido.¹⁹⁵

Do mesmo modo, Bethânia Mariani destaca: “a imprensa não é o ‘mundo’, mas deve falar sobre esse mundo, retratá-lo, torná-lo compreensível para os leitores”.¹⁹⁶ Assim se destaca, no trabalho com os periódicos, a necessidade de se fazer um breve estudo sobre a época em que tais matérias foram escritas, para não se cair num anacronismo absurdo ao se cobrar posicionamentos e visões de mundo que, de modo algum, eram possíveis na época em questão.¹⁹⁷

¹⁹³ JOBIM, op. cit., p. 33. Outra autora que destaca as diferenças de percepções e de olhares dos profissionais de história e de jornalismo sobre as fontes de informação, é Christa Berger, como já se mencionou anteriormente.

¹⁹⁴ ESPERANÇA, Clarice Gontarski. Testemunhas ou fontes: relações e desencontros entre jornalistas e historiadores. *Em Questão*. Porto Alegre, v.12, n.2, jun./dez. 2006, p. 238.

¹⁹⁵ ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, PUCRS, v. XXIV, nº 2, dezembro de 1998, p. 277.

¹⁹⁶ MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa*. Rio de Janeiro: Revan, 1998, p. 60-61.

¹⁹⁷ Do mesmo modo, o historiador estadunidense Robert Darnton chama a atenção para o cuidado que se deve ter ao analisar dados aparentemente sem sentido para nós, na atualidade. Darnton expõe, no seu estudo, uma hilariante piada de matança de gatos (no século XVIII) da qual, hoje em dia, não achamos a mínima graça e conclui: “Nossa incapacidade de entender a piada é um indício da distância que nos separa dos operários da Europa pré-industrial. [...] Quando se percebe que não se está entendendo alguma coisa [...] existe a possibilidade de se descobrir onde captar um sistema estranho de significação, afim de decifrá-lo.” DARNTON,

Levando-se em consideração os limites e diferenciações dos trabalhos dos historiadores e dos jornalistas, cabe agora se tentar responder a nossa pergunta, ou seja, qual a melhor maneira de se aproximar das fontes jornalísticas?

Uma das respostas possíveis é a proposta por Cláudio Elmir que salienta, no seu artigo, alguns cuidados que se deve ter ao trabalhar com os jornais, dos quais destaco os seguintes pontos:

O jornal jamais pode ser visto como um dado, a partir do qual abstraímos os elementos de uma suposta realidade. O jornal, como um conjunto de páginas, é o receptáculo de textos que exigem de nós uma leitura diferente daquela que fazemos todos os dias em nossa porta. [...] a leitura deve ser meticulosa, deve ser demorada, deve ser exaustiva – e muitas vezes é mesmo enfadonha. [...] é preciso não desconsiderar, assim, a defasagem que existe entre a formulação do discurso inscrito no periódico em relação a nossa experiência de leitura.¹⁹⁸

Também Renée Zicman, no artigo *História Através da Imprensa – algumas considerações metodológicas*, enumera as vantagens de se utilizar a imprensa como fonte documental da história, destaca que “[...] os jornais são ‘arquivos do cotidiano’ registrando a memória do dia-a-dia, e este acompanhamento diário permite estabelecer a cronologia dos fatos históricos”.¹⁹⁹ Também enfatiza que a disposição espacial da informação e o tipo de censura que a imprensa não sofre (por exemplo, uma triagem, uma seleção, assim como o sofrem outros tipos de documentos, antes do seu arquivamento) devem ser levados em consideração, quando se incorpora tal fonte aos estudos históricos. Bethânia Mariani traz uma importante contribuição sobre as questões relativas à leitura que a imprensa faz dos acontecimentos e, “mais especificamente, do modo como o discurso jornalístico produz sentido e memória”.²⁰⁰ A autora adverte que

cada jornal vai construindo uma visão de mundo específica e diferente [...] o discurso jornalístico produz leituras do mundo, isto é, se temos consciência de que ele interpreta (e, até mesmo produz) os acontecimentos, qual e como poderá ser o gesto de leitura do pesquisador interessado em analisá-lo?²⁰¹

Robert. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da História Cultural Francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 106.

¹⁹⁸ ELMIR, op. cit., p. 21-25.

¹⁹⁹ ZICMAN, Renée Barata. *História através da Imprensa – algumas considerações metodológicas*. *Projeto História*. São Paulo, n. 4, junho de 1985, p. 90.

²⁰⁰ MARIANI, Bethânia. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico – A Revolução de 30. In: INDURSKY, F., FERREIRA, M. (org.) *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzato, 1999, p. 102.

²⁰¹ MARIANI, op. cit., p. 103.

Nesse sentido, as ponderações de Zicman vêm ao encontro deste questionamento, ao salientar que

devemos lembrar que na Imprensa a apresentação de notícias não é uma mera repetição de ocorrências e registros, mas antes uma causa direta dos acontecimentos, onde as informações não são dadas ao azar, [...] todo jornal organiza os acontecimentos e informações segundo seu próprio filtro. [...] há uma linguagem específica da Imprensa produzida pelo sistema global de informação [...] composta por três elementos principais: a expressão escrita (textos, manchetes,...), a expressão icônica (fotos, desenhos,...) e a composição do jornal (distribuição dos artigos e colunas pelas páginas do jornal).²⁰²

Não se perca de vista que o objetivo principal do meu trabalho é perceber como o sufrágio feminino foi tratado num dos principais periódicos da capital gaúcha, o *Correio do Povo*. Assim, levando-se em consideração todas as advertências expostas até aqui, parece ser correto garantir que o material encontrado nos periódicos necessita ser compreendido não como um conjunto de informações válidas por si mesmas, mas como representações possíveis acerca do assunto pesquisado. Representações essas que, segundo Márcia Espig, foram construídas em uma realidade, sobre a qual incidem determinados filtros.²⁰³ As palavras de Marília Scalzo também precisam ser levadas em consideração, quando a autora destaca que “não dá para esquecer [...] que revistas são impressas e o que é impresso, historicamente, parece mais verdadeiro do que aquilo que não é”.²⁰⁴

Por tudo o que já se expôs acima, deseja-se reiterar mais uma vez que as matérias veiculadas no jornal, e que fazem parte do *corpus documental* da minha pesquisa, não foram de modo algum analisadas como uma “fotografia” da época em questão, mas sim como uma representação daquela sociedade. Como bem lembra Peter Burke, “assim como os historiadores, os fotógrafos não apresentam reflexos da realidade, mas representações da realidade.”²⁰⁵ Palavras que o historiador usou para justificar e legitimar o seu trabalho sobre as imagens fotográficas, mas que bem se ajustam nesta explanação com as devidas alterações.

Acredito que os periódicos são fontes através das quais podemos observar e remontar o dia-a-dia da época pesquisada, sendo uma das formas de se ter acesso às opiniões da intelectualidade sobre as mais variadas questões, entre elas a questão do sufrágio feminino,

²⁰² ZICMAN, op. cit., p. 89-91. Todas essas recomendações foram levadas em consideração no levantamento quantitativo do *corpus documental* da minha pesquisa, como se observará nos capítulos posteriores.

²⁰³ ESPIG, op. cit., p. 276.

²⁰⁴ SCALZO, Marília. *Jornalismo de Revista*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 12.

²⁰⁵ BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 15.

que é a proposta desta pesquisa. Assim, foi uma escolha consciente trabalhar somente com a imprensa, como fonte primária nesta pesquisa, por considerá-la como umas das maneiras de se ter acesso ao cotidiano de uma época e de sua visão de mundo.²⁰⁶

Tania de Luca enfatiza que existe “uma relação estreita entre a diversificação das temáticas historiográficas e a escolha dos periódicos como fonte de pesquisa,”²⁰⁷ e cita como exemplo os estudos de gênero, estudos sobre a violência, e aponta também para

as renovações no estudo da História política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder. Os questionamentos desse campo, imbricados com os aportes da História Cultural, renderam frutos significativos.²⁰⁸

Destaque seja dado à importância da imprensa e do seu uso crescente entre os historiadores, fato este constatado por Vavy Pacheco Borges e que reproduzo aqui:

[...] parece-me interessante registrar que o pequeno uso da imprensa como fonte, apontado no início dos anos 1970 [...], inverteu-se completamente; nota-se hoje nos resumos [das teses e dissertações consultadas] um freqüente uso da imprensa, seja como meio fundamental de análises das idéias e projetos políticos, da questão social, da influência do Estado e da censura etc., seja como fonte complementar para a História do ensino, dos comportamentos, do cotidiano.²⁰⁹

A pesquisa levada a público nesta dissertação, como já se salientou, também se centra basicamente no periódico *Correio do Povo* e na maneira como o tema do sufrágio feminino foi abordado neste que é considerado o maior jornal que circulava em Porto Alegre na década de 1930. Para lembrar as palavras de Márcia Espig, o assim chamado “filtro” do jornal, urge seja levado em consideração, quando se agrega matérias retiradas dos periódicos nas pesquisas históricas, ou em outras palavras, procura-se determinar quem era o “dono” do jornal. É o que compete agora fazer, ou seja, uma breve introdução sobre o *Correio do Povo*, desde a sua fundação até os anos de 1930, marco final de minha pesquisa, antes da apresentação e da análise do *corpus documental* que será feita nos próximos capítulos.

²⁰⁶ Outras fontes não devem ser esquecidas, tais como a literatura e as imagens, mas que não serão aqui trabalhadas.

²⁰⁷ DE LUCA, op. cit., p. 126.

²⁰⁸ Ibid., p. 128.

²⁰⁹ BORGES, Vavy Pacheco apud DE LUCA, Tania, op. cit., p. 130.

2.2 Radiografia do Correio do Povo

No ano de 1995, o jornal *Correio do Povo* comemorou 100 anos de existência. Entre outras atividades comemorativas de tão simbólica data, ocorreu a publicação de algumas obras sobre a história do jornal, entre elas o livro de Walter Galvani, intitulado *Um século de poder - Os bastidores da Caldas Júnior*.

Nesta obra, tem-se cotejada toda a trajetória do *Correio do Povo*, desde as suas origens, passando pela bancarrota em 1984 (quando ocorre a interrupção da circulação por dois anos), até a venda para o grupo liderado por Renato Bastos Ribeiro. Assim, em 1986, o *Correio do Povo* ressurgiu com um novo diretor, uma nova linha editorial e um novo formato.²¹⁰ Contudo, a nova direção prometia continuar “com a mesma ética e a prestação de um serviço jornalístico que estaria acima dos interesses pessoais ou partidários.”²¹¹

Este lema foi “talhado” por Francisco Antonio Vieira Caldas Júnior, quando da fundação do jornal, em primeiro de outubro de 1895, que estampava na capa da primeira edição tal compromisso. Acompanhe as palavras do fundador:

[...] o *Correio do Povo* será noticioso, litterario e commercial, e occupar-se-á de todos os assumptos de interesse geral, obedecendo a **feições características dos jornaes modernos** e só subordinando os seus intuitos ás inspirações do bem publico e do dever inherente ás funcções da **imprensa livre e independente**. Como seu titulo o indica, **será uma folha essencialmente popular**, pugnando pelas boas causas e proporcionando aos seus leitores informações detalhadas sobre tudo quanto vá diariamente occorrendo no desenvolvimento do nosso meio social e nos domínios da alta administração publica do Estado e do paiz. Em política – somos pela Republica [...]. **Independente, nobre e forte** – procurará sempre sel-o o *Correio do Povo*, que **não é orgam de nenhuma facção partidária**, que não se escravisa a cogitações de ordem subalterna.[...] Jornal aberto a todas as manifestações de pensamento, [...] estas colunas estarão sempre francas a quantos queiram, [...] tratar de assumptos de interesse geral, discutindo idéias e opiniões sobre a política ou litteratura, industria ou commercio, sciencias ou artes. Este jornal vai ser feito para toda a massa, não para determinados indivíduos de uma única facção. Emancipado de convencionalismos retrógrados e de paixões inferiores, **procurará esclarecer imparcialmente a opinião**, apreciando **com isenção de espírito**

²¹⁰ A primeira venda do grupo Caldas Júnior, composto pelos jornais *Correio do Povo* e *Folha da Tarde*, das rádios Guaíba AM e FM e da Televisão Guaíba aconteceu em 1º de junho de 1986. Nova venda da companhia jornalística ocorreu no início do ano de 2007 para a Rede Record, que é uma das propriedades da Igreja Universal do Reino de Deus. A nova mudança de direção no grupo concretizou-se em definitivo em junho de 2007.

²¹¹ Cf. FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Verbete “Correio do Povo”. CD-ROM.

os sucesos que se forem desenrolando e os actos dos governantes, para censural-os, quando reprovaveis, para applaudil-os quando meritórios. Com taes intuitos, de que jamais se apartará, o *Correio do Povo* espera poder conquistar as sympathias do publico, que o verá sempre disposto a servir-o.²¹²

Aquelas aspirações de Caldas Júnior continuaram a ser exploradas até o limiar do século XXI, como se pode ler na edição comemorativa dos 110 anos do jornal, em 2005. A data mereceu um caderno especial denominado “Correio Especial”, publicado no domingo, dia dois de outubro, e em cujas 16 páginas se pode ler um resumo das principais manchetes veiculadas no jornal desde a sua fundação. A primeira página do caderno traz os dizeres:

A primeira edição do Correio do Povo, em 1º de outubro de 1895, já trazia a orientação para a **conquista da credibilidade** que é hoje o maior patrimônio do jornal dos gaúchos. A **independência e o compromisso com a comunidade** renderam frutos que permitiram ao Correio do Povo ter hoje milhares de histórias para contar, numa trajetória de 110 anos que é a **memória escrita do povo gaúcho**. Nas páginas a seguir, as histórias que o **Correio do Povo viu e viveu**.²¹³

Pode-se observar, nestas linhas, a insistência na figura da “testemunha ocular” como um dos princípios básicos para se dar credibilidade e veracidade ao que o jornal publica (ou publicou). Afinal, a idéia divulgada nessas linhas era de que tudo o que foi publicado, até então no jornal, é verdade porque ele (o jornal) “viu e viveu” e, portanto, anotou para o futuro. Parece ser a aplicação da “Teoria do Espelho” , citada anteriormente. Outro aspecto que chama a atenção é o uso da expressão “memória escrita” para descrever o periódico. Tais aspectos em muito lembram o conceito trabalhado por Jeanne Marie Gagnebin sobre a palavra *histôr* – palavra grega usada para conceituar o trabalho do historiador dos tempos antigos, como “aquele que viu, testemunhou” o que só por isso já traria veracidade a sua escrita.²¹⁴ Clarice Esperança também acentua que o caráter de testemunha, do “ver o fato em primeira

²¹² *Correio do Povo*, terça-feira, 1/10/1895, p.1, segunda coluna. Grifos meus. Esta primeira edição foi publicada com quatro páginas de 39 por 56 cm, cada uma com seis colunas, impressa na máquina Alauzet. A primeira edição teve uma tiragem de 2 mil exemplares. O jornal surge com sede na Rua dos Andradas, 132. Até 1934, o jornal mudaria ainda mais duas vezes de endereço, sempre, porém, localizado na Rua dos Andradas. Em 1931, sua sede era na Rua dos Andradas, 960 (a numeração que vigora atualmente na Rua dos Andradas é a mesma implantada em meados de 1930, quando a intendência mudou os números). O *Correio do Povo* dos primeiros tempos também era conhecido pela alcunha de “O Róseo” apelido adquirido devido ao papel rosado usado para imprimir o jornal. Porém, nos anos 1930, esta característica não era mais observada. Em 1946, o jornal deixou as instalações alugadas que ocupava na Rua dos Andradas, instalando-se no então edifício Hudson, na atual rua Caldas Júnior. A via, que se chamava Paissandu, ganhara o nome do fundador do *Correio*, que ostenta até hoje, dois anos antes, por decreto do prefeito Antônio Brochado da Rocha. O antigo Hudson é o mesmo prédio que ainda hoje abriga as redações do *Correio do Povo* e da Rádio Guaíba.

²¹³ *Correio do Povo*, 2/10/2005, Caderno Especial, p.1. Grifo meu (exemplar pertencente ao Acervo Pessoal da autora).

²¹⁴ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1997, p. 16.

mão” consiste numa forma de legitimação dos escritos, tanto do historiador antigo, quanto do jornalista atual. A autora busca as raízes deste conceito e conclui que

a vista é considerada pelos filósofos (Aristóteles, Xenófanes, Heráclito) o instrumento primordial do conhecimento, gerador da prova mais persuasiva. [...] Constrói-se, na sociedade ocidental, uma mística do relato ocular como sendo, ao mesmo tempo, prova dada pela visão e aval da verdade. É o duplo caráter no qual se baseia a autoridade do testemunho.²¹⁵

Assim sendo, o que se pode ver (e ler) nas páginas de um jornal teriam a autoridade do testemunho, daquele que viu para então contar a história para público, tornando assim os seus escritos legítimos, pois se baseiam na autoridade dos verbos “ver e contar.” Contudo, tal aproximação ainda seria válida? Muito já se escreveu sobre tal fato, não cabendo nestas poucas páginas se fazer uma longa explanação sobre este assunto. Só gostaria de salientar o aspecto da veracidade do fato narrado pelo jornal ser, até os dias de hoje, confundido com a questão do testemunho ocular que a tudo validaria, sem levantar contestações. Não se vai nestas páginas entrar em tal discussão, que muito fugiria do mote da pesquisa aqui apresentada.

Agora, é chegado o momento de se “apresentar” o *Correio do Povo* para o leitor desta dissertação. Procuo destacar, a partir deste ponto, a história e a inserção na sociedade gaúcha do jornal, para que se possa compreender os próximos capítulos, dedicados exclusivamente à análise das matérias selecionadas entre os quatro anos iniciais da década de 1930. Em outras palavras, vamos traçar o “Registro Geral” do jornal.

2.2.1 RG do *Correio do Povo*

Desde o primeiro dia do ano de 1929, o jornal estampava um novo cabeçalho na primeira página, que passa a trazer, além do nome do jornal em letras garrafais, os nomes dos

²¹⁵ ESPERANÇA, op. cit., p. 238.

diretores responsáveis, no canto esquerdo, e o do proprietário, no canto direito, como se pode observar na figura três.²¹⁶



Figura 3

Detalhe do cabeçalho do *Correio do Povo*

Fonte: *Correio do Povo*, 05/01/1932, p.1.

Como já se mencionou, o jornal veio a público no ano de 1895, com a pretensão de ser um “periódico apartidário, não comprometido com a política, mas somente com a causa pública”, forma pela qual Francisco Rüdiger, no livro *Tendências do Jornalismo*, apresenta o *Correio do Povo*. Todavia, apesar do sucesso inicial, o jornal também encontrou dificuldades, pois, como salienta Sérgio Dillenburg, “a receptividade do jornal junto ao público [na primeira edição] foi imediata. Esta aceitação, no entanto, não foi unânime. Como aceitar um periódico que não fosse inclinado a uma das linhas ideológicas da época?”²¹⁷ Dillenburg está se referindo ao fato de que, nos idos do século XIX, praticamente todos os periódicos publicados no Rio Grande do Sul se vinculavam a um partido ou a uma ideologia explicitamente defendida. Outro aspecto que não se deve esquecer é o fato de o *Correio do Povo* ter sido fundado no momento em que o Rio Grande do Sul acabava de passar por mais

²¹⁶ A omissão da identidade dos proprietários do jornal era uma prática corrente no Império e no começo da República, perpetuada por discricção ou mesmo por interesses próprios. Porém uma nova legislação de imprensa, de 1923, fez com que esse padrão fosse alterado. Cf. BAHIA, op. cit., p.174 -175.

²¹⁷ DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Correio do Povo: história e memórias*. Passo Fundo: Ediupf, 1997, p. 27. “No final do século XIX, Porto Alegre contava com mais ou menos 63 mil habitantes, 9134 prédios e já tinha iluminação pública a gás e azeite. Bondes puxados por burros faziam o trajeto do centro aos bairros [...]. Circulavam na capital gaúcha sete jornais *A Federação* (do PRR), *Gazeta da Tarde*, *A República*, *O Dia* (oposição a Júlio de Castilhos), *O Mercantil* (tendências católicas), *Jornal do Comércio* (se inclinava pelas idéias do Partido Liberal) e o *Deutsche Volksblatt* (jornal católico), além de dois semanários: *Gazetinha* e *O Trinta e Cinco*, como informa GALVANI, Walter. *Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994, p. 44-45.

uma sangrenta guerra civil, a Revolução Federalista que “assolou o estado de 1893 a 1895.”²¹⁸



Figura 4
- Porto Alegre nos anos 1920 -

Legenda: Detalhe da Rua dos Andradas (também conhecida por Rua da Praia) mostrando a sede do *Correio do Povo*.

Fonte: GALVANI, Walter. *Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994, p. 240.

Rüdiger salienta que, na época em que surge o *Correio do Povo*, “os partidos encarregaram-se de montar suas próprias empresas e lançar periódicos pelos quais assumiam inteira responsabilidade.”²¹⁹ Porém, o que realmente diferenciou o *Correio do Povo* dos outros jornais que circulavam até então, parece mesmo ter sido

²¹⁸ PESAVENTO, Sandra. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002, p. 78. Com a deposição das armas pelos federalistas, em 1895, o PRR consolida o seu domínio no Rio Grande do Sul. Sobre a influência do PRR e o seu ideário positivista no Rio Grande do Sul, ver capítulo um desta dissertação.

²¹⁹ RÜDIGER, op. cit., p. 24. Para Rüdiger o jornalismo gaúcho passou por duas fases: 1) jornalismo político-partidário, o dominante desde a sua formação, no século XIX, até a década de 1930 e 2) jornalismo informativo-moderno, dominado pelos conceitos de jornalismo informativo e indústria cultural, cuja aparição, no cenário rio-grandense deu-se no início do século XX, com o surgimento das primeiras empresas jornalísticas, consolidando-se com a formação das atuais redes e monopólios de comunicação. O autor também chama a atenção que “a passagem de uma para a outra durou várias décadas e sua contraposição é um artifício didático [...]” (p. 8-9). Ele nomeia o período anterior a estas fases, no Rio Grande do Sul, como de consolidação do jornalismo, que abarcaria desde os anos de 1820 até a aparição do jornal *A Reforma*, órgão do Partido Liberal, em 1869 (marco

a postura empresarial assumida por seu proprietário e diretor diante do negócio. Caldas percebeu as transformações sociais e culturais em curso, respondendo aos estímulos do mercado de jornais com sucessivos investimentos na estrutura tecnológica e administrativa de sua folha. Em geral, os jornais independentes da época constituíam empresas apenas no nome [...]. Caldas Júnior organizou sua empresa em termos familiares, mas sem excluir da direção do jornal os valores do jornalismo da época com que podia contar; fez sucessivas reformas em suas oficinas, com vistas à redução de custos e ao aumento da produtividade; procurou equiparar os padrões gráficos do jornal aos mais modernos do País, aumentando o número de páginas e o formato da folha, sem custos adicionais para o leitor. Em 1910, finalmente, montou a primeira impressora rotativa no Estado [uma Marinoni] e, nos anos seguintes, as quatro primeiras linotipos, completando um ciclo de renovação e reinvestimentos que elevou a tiragem do jornal dos mil exemplares, iniciais, para dez mil, em 1910.²²⁰

Mesmo levando-se em conta a ressalva feita por Walter Galvani que, nos anos iniciais do *Correio do Povo*, e mesmo anos depois da morte do seu fundador, o jornal ainda era muitas vezes identificado como “o jornal do Caldas” e desta maneira ainda manter um vínculo claro com as feições de uma empresa identificada com a figura de seu fundador, creio ser correto assumir que o surgimento de um jornal como o *Correio do Povo* pode ser considerado como pertencente à fase moderna do jornalismo informativo no Rio Grande do Sul.²²¹

Nos anos trinta, a hegemonia do jornal não é mais contestada e o *Correio do Povo* é sempre referido como “o jornal” do Rio Grande do Sul, com o *Diário de Notícias* ocupando a segunda posição no *ranking* de importância dos jornais do estado, como se verá mais adiante. Com a morte prematura de Caldas Júnior, em 1913,²²² assume a propriedade do *Correio do*

do surgimento do jornalismo político-partidário). Rüdiger ainda salienta que, na época de surgimento do *Correio do Povo*, o *Jornal do Commercio* (onde Caldas Júnior era o redator-chefe, antes de fundar o seu próprio jornal) já era considerado “como um periódico respeitável e imparcial, que se tornou nessa conjuntura o principal do Estado, tirando cinco mil exemplares por dia. O *Correio do Povo* simplesmente lhe copiara a fórmula, carregando um pouco mais na exploração dos serviços telegráficos e nas pequenas notícias, mas de resto confundia-se no panorama da imprensa gaúcha da época” (p. 59).

²²⁰ RÜDIGER, op. cit., p. 59.

²²¹ Tal como consideram SILVA, Jandira M. M. da; CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. *Breve Histórico da Imprensa Sul-Rio-Grandense*. Porto Alegre: CORAG, 1986, p. 15 e RÜDIGER, op. cit., p. 57. Esta periodização diverge um pouco da apresentada por Juarez Bahia que, por sua vez, elege como marco da fase moderna o ano de 1926.

²²² O jornalista Caldas Júnior nasceu na localidade de Porteirias, município de Vila Nova, Sergipe, no dia 13 de dezembro de 1869 e faleceu em Porto Alegre, a 9 de abril de 1913 vítima de uma overdose da injeção 914 - uma vacina feita supostamente para prevenir a sífilis, mas a superdosagem se mostrou fatal para Caldas Júnior, que morre com a idade de 45 anos, conforme informa GALVANI, op. cit., p. 175-184. Ver também DILLENBURG, op. cit., p. 69. Dillenburg salienta que, com a morte do fundador, a viúva recebe de herança uma empresa com altas dívidas. Para maiores informações sobre as doenças da época e os tratamentos empregados, ver COMPANY, Zeli T. *Os salvadores das garras da morte: medicamentos populares, medicina humoral em Bom Jesus/RS (1898-1927)*. 2006. 257f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Povo sua viúva, Dolores Alcaraz Caldas ²²³, que coloca na direção do jornal seus irmãos. Sendo assim, desde a sua fundação, até 1934 (ano limite da análise feita nesta pesquisa), o jornal esteve sempre nas mãos da mesma família, Caldas-Alcaraz (como se pode observar no quadro um, que traz o nome dos presidentes-diretores da empresa de 1895 até a atualidade). A viúva de Caldas Júnior é, então, a única proprietária do jornal até o ano de 1935, quando cede parte da sociedade para seu filho mais moço, Breno Caldas, que assume a direção do jornal, ficando a sua frente por mais de cinquenta anos. ²²⁴

No final do ano de 1898, Caldas Júnior decide estampar na contracapa do jornal o lema “jornal de maior tiragem e circulação do Rio Grande do Sul.” Estes dizeres geram graves polêmicas, que de tanto serem contestados pelo *Jornal do Comércio*, acabam sendo retirados, em maio de 1899, retornando apenas em três de janeiro de 1929, sendo estampados até 1984, quando o jornal deixa de circular. Nos anos de 1930, o *slogan* é transcrito na última página no canto direito do cabeçalho do jornal e em destaque.

Apenas vinte e cinco anos depois de sua fundação, o *Correio do Povo* já aparece como “a vanguarda do nosso jornalismo, seja pelos moldes verdadeiramente capitalistas de sua organização empresarial, seja pelo novo conceito jornalístico que, respondendo às novas demandas do tempo, estava se consolidando na sociedade,” ²²⁵ segundo informa Rüdiger, que também acentua que, entre os anos de 1930 e 1934 (marco final temporal da pesquisa aqui apresentada), concorriam pela preferência do público-leitor de Porto Alegre os jornais *Correio do Povo*, *Diário de Notícias*, *A Federação*, *Jornal da Manhã* e o *Jornal da Noite*, além da *Revista do Globo*. ²²⁶

²²³ Dolores Alcaraz Caldas nasceu em 1878. Iniciou sua vida profissional como professora, em 1907 casou-se com o jornalista viúvo Francisco Antonio Vieira Caldas Junior. Faleceu em Porto Alegre no dia 18 de julho de 1957. Cf. FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Verbetes “Dolores Caldas”. CD-ROM.

²²⁴ Conforme o testemunho de Breno Caldas. Ver MACHADO, José A. P. *Breno Caldas. Meio Século de Correio do Povo. Glória e agonia de um grande jornal*. Porto Alegre: LP&M, 1987, p. 110. No período abarcado na minha pesquisa, eram diretores do jornal José Alexandre Alcaraz e André Carrazoni, como se pode observar na tabela um.

²²⁵ RÜDIGER, op. cit, p. 57.

²²⁶ *Ibid.*, p. 61-62. Os periódicos *Jornal da Manhã* e *Jornal da Noite* eram de propriedade da Cia. Jornalística Rio-Grandense, cujo dono era Ângelo Flores da Cunha.

Tabela 1 - Listagem dos presidentes-diretores do *Correio do Povo*

<i>Presidente-diretor</i>	<i>Período em que atua na função</i>
Francisco Antonio Vieira Caldas Junior	De 1º.out.1895 a 9.abril.1913
Emilio Kemp e Francisco Leonardo Truda (diretores interinos da redação)	De 9.abril.1913 a 19.nov.1920
Francisco Leonardo Truda (redator-chefe – diretor interino)	De 19.nov.1920 a 15.nov.1923
José Alexandre Alcaraz	De 15.nov.1923 a 31.maio.1927
Fernando Caldas	De 1º.junho.1927 a 22.agosto.1929
Fábio Barros	De 23.agosto.1929 a 24.junho.1930
José Alexandre Alcaraz e André Carrazoni	De 25.junho.1930 a 14.julho.1932
José Alexandre Alcaraz	De 14.julho.1932 a 17.dez.1935
Breno Alcaraz Caldas	De 18.dez.1935 a 4.maio.1986
Renato Bastos Ribeiro	De 4.maio.1986 a 31.maio.2007
Jerônimo Alves Ferreira	De 1º.junho.2007 a 5.nov.2007
Luiz Cláudio Costa	De 6.nov.2007 em diante

Fontes: GALVANI, op. cit., *Correio do Povo*, 01/06/2007, p.2; *Correio do Povo*, 05/11/2007, p.4 e *Correio do Povo*, 06/11/2007, p.4.

Na capital dos gaúchos, nos anos iniciais da década de 1930 parece ser mesmo através do jornal e das revistas ilustradas que a população poderia se manter informada sobre o mundo ao seu redor. Como indica Luiz Artur Ferraretto, o Brasil, de um modo geral, só entra na “era das comunicações eletrônicas com o início das operações da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em primeiro de maio de 1923.”²²⁷

²²⁷ FERRARETTO, Luiz Artur. *Rádio no Rio Grande do Sul (anos 20,30 e 40): dos pioneiros às emissoras comerciais*. Canoas: Editora da Ulbra, 2002, p. 31-32. O preço dos aparelhos receptores, nestes anos iniciais, era muito elevado, pois além de serem quase todos importados, o possuidor de um aparelho receptor ainda tinha que pagar taxas de licença e de recepção para o governo federal. O autor destaca que, em 1927, o receptor mais barato de galena era comercializado em Porto Alegre por 35\$000 (35 contos de réis) e um aparelho de maior alcance, com quatro válvulas por 400\$000 (salário médio de um assalariado é estimado, pelo autor, em 200\$000).

O autor ressalta que o rádio, na sua fase inicial, não era de forma alguma um modo acessível a grandes parcelas da população e que a pretensão das emissoras implantadas naquela época era serem veículos de cultura e educação, com destaque para a transmissão (muitas vezes precárias) de programas de música erudita e canto lírico. Ferraretto salienta que, “em 1924, a Rádio Sociedade de Rio de Janeiro [era] captada com dificuldades na capital gaúcha, [...] sofria interferência da Rádio Cultura de Buenos Aires, que operava em frequência semelhante.”²²⁸

Somente em 1927 é que Porto Alegre ganha a sua primeira rádio transmissora, a *Rádio Sociedade Gaúcha*, que começa a irradiar suas primeiras transmissões no mês de novembro. Mas o rádio ainda “continuava sendo uma curiosidade para os endinheirados e os intelectuais dos anos 20”²²⁹. Na primeira metade dos anos 30, a Rádio Sociedade Gaúcha

segue transmitindo programas dentro do idealismo de elite que norteava a sua criação na década anterior. [...] Pela deficiência técnica de suas irradiações, no entanto é alvo freqüente de críticas. O equipamento não garante qualidade de som, e as emissões interferem na captação das estações uruguaias e argentinas.²³⁰

O que se quer destacar com esta breve explanação é que os porto-alegrenses, em sua maioria, só podiam contar com os veículos impressos, tais como o *Correio do Povo*, para interagir com o mundo ao seu redor, nos primeiros anos da década de 1930.

Nos anos de 1920, o *Correio do Povo* passa a ter uma tiragem de vinte mil exemplares diários, e apenas dez anos depois (na década de 30), alcança a supremacia no Rio Grande do Sul, com mais de 35 mil exemplares ao dia.²³¹ Assim, constata-se que, da sua fundação até os anos de 1930, o jornal conquistou um lugar de destaque entre os periódicos gaúchos, chegando a sua história a ser descrita como a “própria história do Rio Grande.”²³² Galvani descreve a influência do jornal na comunidade gaúcha com as seguintes palavras:

²²⁸ FERRARETTO, op. cit, p. 45.

²²⁹ Ibid., p. 77. Quanto à programação da emissora o autor informa que “pelo ano de 1932 a estação tinha por programação irradiar música, palestras e notícias lidas dos jornais e já possuía um ou outro programa fixo. As emissões ocorriam de 2ª a 6ª das 12 às 13h e das 20h30 às 22h. Nos finais de semana, os horários eram ampliados” (p. 88).

²³⁰ Ibid., p. 90. Somente em 1934, “a radiodifusão sonora começa a organizar-se como empresa, voltando-se à busca incessante de recursos por meio da publicidade” (p. 229).

²³¹ Dados referentes ao total da população no Rio Grande do Sul na década de 1930 podem apenas ser estimados, pois não houve contagem da população na década de 1930. Contamos apenas com dados de 1920 e 1940. Apresento os dados de tais censos no apêndice D. Certo destaque foi dado para dados tais como sexo e grau de instrução, relativos ao mote aqui proposto. Lembre-se que só podiam votar os alfabetizados, acima de 21 anos.

²³² Nas palavras de Antonio Firmo de Oliveira Gonzalez, na apresentação do livro de GALVANI, op. cit., p. 5.

O jornal influenciou sobre várias gerações que nele aprenderam a ler, em alguns casos, mas sobretudo aprenderam a se ver como homens, integrantes de uma comunidade que em suas páginas buscavam a solução dos seus problemas, a realização de seus sonhos e o cultivo de seus valores básicos, fundamentais. Aos poucos solidificou-se empresarialmente, tornando-se, ao mesmo tempo, pela forte contribuição cultural, desde os primeiros tempos, num dos símbolos do Rio Grande, testemunhando as principais mudanças ocorridas desde o final do século XIX até hoje.²³³

Durante toda a época pesquisada, o expediente (que pode ser considerado como a “carteira de identidade” do jornal) foi sempre publicado na primeira coluna da página três, trazendo as informações que podem ser conferidas na figura seis que traz, como exemplo, o expediente publicado no dia 26 de maio de 1931. No expediente, têm-se informações como a data de fundação do jornal, o endereço da redação e os preços das assinaturas mensal, trimestral, semestral e anual.



Figura 5

Redação do Correio do Povo em 1934

Fonte: GALVANI, op. cit., p. 348.

²³³ GALVANI, op. cit., p. 534.

Quanto ao preço do exemplar avulso do jornal, este variou pouco, desde a sua fundação. De 1895 a 1904, o leitor do diário tinha que desembolsar apenas \$100 (réis), momento em que o preço se eleva para \$120, mantendo tal valor até 1928, quando novo aumento eleva o preço do exemplar avulso do jornal para \$200, preço praticado até 26 de maio de 1931. A partir desta data, o leitor tem que desembolsar \$300 para adquirir o seu exemplar do *Correio do Povo*. Este valor se manteve o mesmo até o final do período analisado (julho de 1934).²³⁴

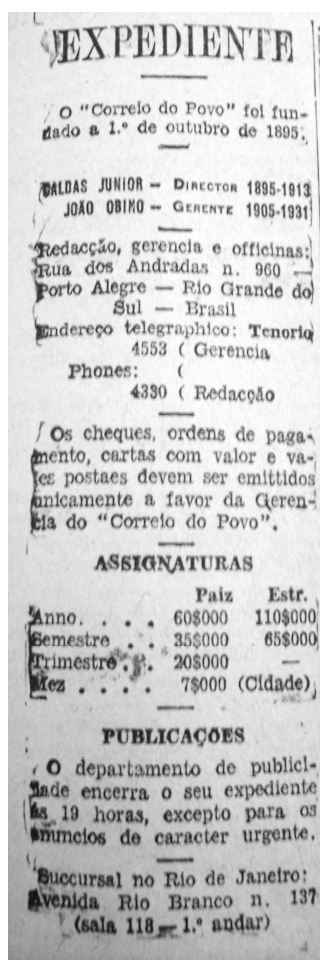


Figura 6

Detalhe do expediente do jornal de 26/05/1931.

²³⁴ Este valor é similar ao cobrado na capital federal, cujo “preço médio do exemplar de um diário, em 1925, no Rio – o *Jornal do Brasil* – é de 200 réis.” Conforme apresenta BAHIA, op. cit., p.173. A justificativa pela subida nos preços foi publicada em destaque na primeira página do jornal, no dia 26 de maio de 1931, com o título “Os matutinos porto-alegrenses ao publico”, este foi um acordo firmado entre os jornais *Correio do Povo*, *Diário de Notícias e Jornal da Manhã*, que se comprometem a cobrar os mesmos preços pelos seus respectivos jornais.

Somente para fins de comparação quanto ao preço cobrado pelo exemplar avulso do jornal, pode-se considerar que um morador de Porto Alegre poderia comprar, no mês de julho de 1932, na loja “A Progressista” um belo cobertor de pura lã para cama de casal por 15\$500 (15contos e 500réis), ou mesmo adquirir um “pull-over” para crianças por 2\$500. O porto-alegrense poderia ainda comprar um quilo de batatas ou um litro de leite fresco, por \$700 ou adquirir um exemplar *Revista do Globo* por 1\$500.²³⁵ Através desta breve explanação, acredito ser válido concluir que o valor cobrado por um exemplar avulso de jornal, na década de 1930, era bem acessível à população. Assim, o *Correio do Povo* podia trazer informações aos porto-alegrenses de modo rápido e a um preço módico.

Como informa Bahia,

O jornal é um bom negócio se o cidadão que o consome se dispõe a pagar pela notícia da mesma forma como paga pelos serviços e bens que elege como essenciais à sua vida, como paga pelo privilégio de ser ele próprio notícia ou anunciar alguma coisa que tem para vender. Esse é o princípio da informação como mercadoria colocada à venda em forma de entrega avulsa ou domiciliar, em forma de venda de espaço e de tempo.²³⁶



Figura 7

Exemplo da diagramação do jornal

²³⁵ Os preços informados foram coletados nas páginas do próprio *Correio do Povo*, menos o preço da *Revista do Globo*, conferido nas capas da mesma. Para mais informações sobre a *Revista do Globo* ver KARAWCZYK, Mônica. “O Voto de saias”: breve análise das imagens veiculadas na *Revista do Globo* (1930-1934). *História, imagem e narrativas* n°3, ano 2, setembro de 2006, pp. 26-56. URL: <http://www.historiainagem.com.br>

²³⁶ BAHIA, op. cit., p. 224.

Graficamente, durante a época pesquisada, cada página do jornal manteve o seguinte formato: tamanho de 43,5cm de largura por 60 cm de altura.²³⁷ A figura sete traz, como exemplo, a diagramação da metade superior da capa do jornal. Cada página apresenta-se com 9 colunas iguais, de 4,5 cm, sendo as margens assim dispostas: margem superior e inferior de 2,5 cm; margem esquerda, 2 cm, e direita, de 1 cm. Cada coluna suportava o máximo de 173 linhas, conforme se pode visualizar na figura sete, que traz a reprodução de uma parte da primeira página do dia cinco de janeiro de 1933. O número de páginas variava conforme o dia, entre 10 a 20, durante a semana, e entre 20 a 32, nos domingos.

A tabela dois foi confeccionada para que se possa comparar a evolução do número de páginas, através do acompanhamento de uma semana de 1932 e uma de 1934. Tais dados são destacados para que o leitor possa melhor compreender a análise no *corpus* documental da pesquisa nos próximos capítulos. Na segunda-feira, não havia edição do jornal, pois como informa Juarez Bahia, desde agosto de 1920, os jornalistas obtiveram o direito legal de um dia de descanso semanal e os jornais, em todo o país, deixaram de circular às segundas-feiras.²³⁸

Tabela 2

Comparativo da Quantidade de Páginas do *Correio do Povo*

Dia da semana	Data	Nº de páginas	Data	Nº de páginas
Terça-feira	15/03/1932	12	15/05/1934	18
Quarta-feira	16/03/1932	10	16/05/1934	14
Quinta-feira	17/03/1932	14	17/05/1934	20
Sexta-feira	18/03/1932	12	18/05/1934	16
Sábado	19/03/1932	14	19/05/1934	14
Domingo	20/03/1932	20	20/05/1934	32

²³⁷ Esse valor foi medido pela autora nas edições consultadas do jornal e diferem do formato conhecido como “padrão” ou *standard* - definido como sendo de 32 cm de largura por 56 cm de altura. Como é referendado em RABAÇA, op. cit., p. 403. Verbetes consultado: “Jornal”.

²³⁸ BAHIA, op. cit., p.174. O *Correio do Povo* também não circulava nos feriados.

Como destaca a socióloga estadunidense Gaye Tuchman, um jornal divide-se em secções e páginas, sendo que

as primeiras páginas contêm notícias de informação geral ‘estritamente objectivas’. As notícias especializadas, como o desport, as notícias de finanças, as destinadas as mulheres, aparecem em páginas claramente definidas, englobadas em secções distintas. Os artigos de informação geral que não são ‘objectivos’ são colocados ou na página editorial ou na *Op Ed* (a página oposta à página editorial).²³⁹

Na década de 1930, esta disposição gráfica seria a mesma? Vamos agora acompanhar uma semana de publicação do jornal²⁴⁰, ou seja, seis edições do jornal, página a página, para se acompanhar a distribuição dos dados ao longo de suas páginas, para se poder fazer tal verificação e assim descobrir os atributos formais do *Correio do Povo*.

Tanto na página inicial, quanto na contracapa, encontrou-se as notas e notícias, de cunho político, nacionais e internacionais. A página dois trazia em destaque os telegramas e as notícias internacionais; a terceira página, além de ser o local onde é fixado o “RG” do jornal, era totalmente dedicada às colaborações e aos editoriais. Na página quatro do *Correio do Povo* é onde podia ser encontrada a famosa seção denominada “**diversas**” que, como explicita Walter Galvani, era a seção que mais sucesso fazia junto ao público, por trazer pequenas notas e comentários sobre os principais eventos da cidade e da sociedade. As páginas cinco, sete e a oito eram dedicadas ao noticiário e eventualmente às notas esportivas, sendo que a página seis era normalmente dedicada às notas sociais.

As edições de domingo tinham algumas peculiaridades que merecem ser aqui destacadas: nas páginas de número seis e sete, os leitores podiam encontrar as notas sociais e também notícias de cunho religioso ou culturais, como o teatro e a seção jurídica. As informações sobre a “**cinematographia**” encontravam-se na página nove da edição de quinta-feira e de domingo, quando também era possível se ler, na página de número onze, mais uma página dedicada às colaborações. Nas edições dominicais, também se verificou o maior número de páginas dedicadas aos anúncios, sete ao todo, começando na página 13 e estendendo-se até a 19. Como se pode observar, o *Correio do Povo*, na época pesquisada,

²³⁹ TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, op, cit., p. 84.

²⁴⁰ Trago aqui o acompanhamento feito durante a semana de 15 a 20 de março de 1932. Esse dado é relevante, pois vai ajudar o leitor a compreender a distribuição feita nos quadros apresentados nos capítulos posteriores.

também dedicava uma página para cada assunto específico, o que provavelmente facilitava a consulta rápida por parte do leitor.

Segundo Francisco Rüdiger, os anúncios constituíam a principal fonte de recursos do jornal ²⁴¹, o que acredito ser por este motivo publicados diariamente com uma média de três páginas. Juarez Bahia, a este respeito, salienta: “o preço de um jornal não corresponde ao custo pago por exemplar, é ao anunciante que se reserva o espaço que vai cobrir a diferença e, ultrapassando-a, assegurar o lucro do editor.” E destaca:

Quem inventou essa fórmula foi Emile de Girardin ao lançar em 1836, o *La Presse* [...], escreveu então: ‘Doravante o assinante do jornal não deve pagar senão as estritas despesas de papel, de tiragem e de correio; é aos anúncios, pelo seu rendimento, que caberá atender aos gastos de redação, de composição e de administração... que tanto para um como para cem assinantes são sempre invariavelmente os mesmos.’ [...] Desenvolvendo esse sistema em liberdade o jornalismo encontra o caminho da independência auto-suficiência econômica e padrão ético que dispensam subvenções oficiais e interferências estranhas, como a tutela do Estado ou a dependência de trustes e monopólios. ²⁴²

Para a imprensa brasileira, a Primeira Guerra Mundial parece ter sido benéfica (tal como se constatou no caso da inserção feminina no mundo público, assunto tratado no capítulo anterior), pois, segundo informa Juarez Bahia,

é no curso da I Guerra Mundial que a imprensa assimila os efeitos de profundas mudanças na sociedade e nas relações dos povos com o sistema de comunicação de massa. De 1910 a 1920 são mais visíveis os sinais de evolução no conteúdo e na produção dos jornais e das revistas. ²⁴³

Bahia também chama a atenção para o processo de industrialização, que havia sido iniciado nos anos da Primeira Guerra Mundial, acelerando o reequipamento industrial de itens prioritários para a produção nacional. Neste ínterim, também os jornais investem em melhorias dos seus parques gráficos, como também é o caso do *Correio do Povo* que, desde a sua fundação, teria a preocupação de se manter atualizado em termos tecnológicos, com o reaparelhamento constante do seu parque gráfico. ²⁴⁴

Juarez Bahia salienta que,

²⁴¹ RÚDIGER, op. cit., p. 63.

²⁴² BAHIA, op. cit., p. 225.

²⁴³ Ibid., p. 131-132.

²⁴⁴ Ibid., p. 203 e GALVANI, op. cit., onde se pode acompanhar, no apêndice do livro, as datas das melhorias empreendidas e os investimentos constantes feitos no *Correio do Povo* para manter o jornal sempre na vanguarda das novas tecnologias.

a partir de 30 a expansão do jornalismo e das artes visuais que se manifestara nos anos 20 adquire maior impulso. A economia se verticaliza com novos e importantes ingressos de capitais na indústria e no comércio interno e externo. O governo propõe novas prioridades, entre as quais a siderurgia e as riquezas minerais. Inaugurada em 1928, a aviação comercial é um símbolo do progresso brasileiro.²⁴⁵

Como já destacou Rüdiger, no início dos anos 1930, a fase moderna do jornalismo encontrava-se em plena consolidação, de modo que

As matérias noticiosas suplantavam os artigos políticos, e as feições gráficas adquiriam as formas que, em linhas gerais, conhecemos até hoje. A circulação se ampliava consideravelmente [...]. O pessoal envolvido na atividade se profissionalizava, transformando-se em categoria assalariada. As folhas político-partidárias encontravam-se em decadência, seja pela desaparecimento das condições econômicas que permitiram seu desenvolvimento durante tanto tempo, seja pelo próprio redimensionamento em curso no campo político.²⁴⁶

Luiz Ferraretto resume bem a situação vivida pelo Brasil nestes anos. Acompanhem suas palavras:

De 1930 a 1945, a indústria nacional vai desenvolver-se amparada na intervenção do Estado. No início deste período, a economia brasileira sofre os reflexos da recessão mundial, [...] em 1929. [...] No Rio Grande do Sul, a crise financeira internacional começa a ser sentida com mais força em abril de 1930, quando o Banco Popular entra com um processo de falência. [...] A situação só melhora a partir de 1933. [...] O Rio Grande do Sul, por sua vez, recupera-se de forma mais acelerada ainda.²⁴⁷

O que pode ter contribuído decisivamente para o aumento da tiragem do *Correio do Povo* e sua consagração como o jornal mais conhecido do sul do país na década de 1930, como se verá a seguir.

2.2.2 “SE DEU NO CORREIO, É VERDADE”

Esta “foi uma frase ouvida e repetida durante anos em todos os rincões do Rio Grande do Sul”, segundo aponta Sérgio Dillenburg, que ainda informa que o *Correio do Povo* era sinônimo de informação boa e de qualidade.²⁴⁸

²⁴⁵ BAHIA, op. cit., p. 208.

²⁴⁶ RÜDIGER, op. cit., p. 62-63.

²⁴⁷ FERRARETTO, op. cit., p. 71-73.

²⁴⁸ DILLENBURG, op. cit., p. 9.

Da mesma forma, o jornalista Antônio Pinheiro Machado se refere ao jornal através desta frase: *Se não deu no Correio, não é verdade...* e acrescenta que “os leitores fiéis, durante décadas, acreditavam nesta frase como um dogma. Poucos jornais brasileiros tiveram tanta credibilidade.”²⁴⁹

Galvani, no seu livro, também apresenta o jornal *Correio do Povo*, dando destaque à credibilidade do jornal. Assim, segundo ele,

no começo [o *Correio do Povo*] era apenas mais um em meio à intensa atividade jornalística, mas, aos poucos, foi se destacando, se consolidando, e foi despachando os concorrentes que surgiram ao longo do século até atingir o apogeu econômico, intelectual e técnico entre os anos 50 e 70.²⁵⁰

Breno Caldas, no seu depoimento ao jornalista Pinheiro Machado, assim fala do *Correio do Povo*:

[...] durante muito tempo, o Correio foi praticamente o único grande jornal do Rio Grande do Sul. Essa situação permaneceu por anos. O Correio era sinônimo de ‘jornal’ numa certa época. [...] Fora do Correio, naquele tempo, [durante a Primeira Guerra Mundial] tinha só a Federação, que era um jornal do governo. O Correio tinha uma posição independente, quase oposicionista, pouco favorável ao governo, embora reconhecendo algumas ações meritórias, era crítico...Era o ‘Róseo’...²⁵¹

Na figura oito, pode-se observar a reprodução da capa da revista paulista *Propaganda*, com a chamada para a matéria principal, uma entrevista com Breno Caldas e seu filho Francisco Antonio, ambos devidamente fotografados para a capa da revista, com a reprodução da primeira página da primeira edição do jornal emoldurada na parede ao fundo.²⁵² E os dizeres: “Se o Correio do Povo deu, então é verdade.” Pode-se perguntar o porquê desta assertiva ser tantas vezes lembrada.

²⁴⁹ MACHADO, op. cit., p. 19.

²⁵⁰ GALVANI, op. cit., p. 535.

²⁵¹ MACHADO, op. cit., p. 100.

²⁵² Segundo informa Galvani, “a revista *Propaganda* era editada em São Paulo. O diretor era Armando Ferrentin, e o editor Fernando Reis. O número em questão foi publicado em outubro de 1975. A entrevista com Breno Caldas e seu filho, segundo o autor, Fernando Reis, durou duas horas e meia.”(p. 386 nota de rodapé 251).



Figura 8

**Reprodução da capa da Revista *Propaganda*
(outubro de 1975)**

Fonte: GALVANI, op. cit., p. 386.

Tudo leva a crer que o *Correio do Povo* conseguiu conquistar, ao longo dos anos, a credibilidade necessária para se firmar como “o jornal” do Rio Grande do Sul. Como também atesta Bahia,

o que faz um grande jornal é não só o que ele exprime de tiragem e receita publicitária, mas principalmente a sua opinião. É na sua linha editorial que repousam os sinais da credibilidade – soma de conceitos que medem veracidade, atualidade, confiança, identidade, firmeza, coerência, etc.²⁵³

No livro de memórias de Nilo Ruschel intitulado *Rua da Praia* se encontra em vários trechos a inserção e a grande distribuição do *Correio do Povo* entre a população da cidade de Porto Alegre. Tal como se pode acompanhar no trecho selecionado:

O grande movimento de fregueses nas engraxatarias era pelas manhãs de domingo, quando a igreja do Rosário despejava na rua o que de mais elegante havia na população feminina. Ninguém ficava em casa. Ir à rua da Praia, nessa hora, era mandamento aceito gostosamente. Lustrar os sapatos, ou melhor, as botinas de cano de camurça e carregar o “Correio” sob o braço era o motivo aparente. Na realidade, aquela era a hora da devoção coletiva á

²⁵³ BAHIA, op. cit., p. 241-242.

beleza da mulher porto-alegrense. Acho que a rua da Praia foi feita especialmente para isso. Pelo menos, naquele período. [anos 1930 -1940] ²⁵⁴

Estes exemplos foram selecionados para exemplificar a força e a credibilidade que o *Correio do Povo* possuía no Rio Grande do Sul. Apenas mais um exemplo se faz necessário para que se alcançar tal proposta. A notícia sobre a morte do Papa Pio XII²⁵⁵. Galvani relata que, em 8 de outubro de 1958, o *Diário de Notícias* circulou com uma grande manchete sobre a morte do Papa, enquanto o *Correio do Povo* publicava apenas que o estado do papa se agrava,

para espanto da cidade, que pegando o Correio e fazendo a comparação com o Diário ficava sabendo pelo jornal da Caldas Júnior que ‘o estado de saúde do papa se agravara ligeiramente’ e pelo órgão dos Associados, que ‘o papa estava morto’, [...] a credibilidade do Correio do Povo era tamanha que uma notícia tão importante [quanto a morte do papa] só seria tomada como ‘verdadeira’ se publicada no jornal dos Caldas. “Se o Correio deu, então é verdade” – era o *slogan* que corria na cabeça das pessoas. ²⁵⁶

Breno Caldas assim reconta esta história:

Foi a oportunidade de constatar o nosso prestígio: o telefone da redação não parou durante o dia inteiro, muitas pessoas, duvidando da manchete do Diário, queriam saber porque o *Correio do Povo* não tinha noticiado. A surpresa maior viria quando o então arcebispo metropolitano, Dom João Becker, me procurou para uma confirmação: como o Correio não deu a notícia, ele estava hesitante em declarar luto oficial...Aí eu disse ao arcebispo: ‘Pode declarar o luto, Dom João. O papa morreu mesmo’.²⁵⁷

Verdade ou não, tal versão foi tantas vezes repetida que acabou se confundindo com a própria realidade, o que só vem mostrar a importância e a penetração que o jornal do Caldas Júnior conseguira alcançar junto à sociedade gaúcha.

Entretanto, pode-se perguntar o que vem a ser essa tão propalada credibilidade? Nos dicionários, tal palavra é associada à qualidade daquilo que é crível, ou seja, que merece crédito, em que se pode confiar. ²⁵⁸ Cristiane Brum Bernardes salienta que, nos jornais, tal

²⁵⁴ RUSCHEL, Nilo. *Rua da Praia*. Porto Alegre: s.n., 1971, p. 13-14. Segundo Charles Monteiro, estas crônicas de Ruschel foram inicialmente publicadas no *Correio do Povo* (1940), no suplemento cultural *Caderno de Sábado*, como uma série de artigos sobre a história de Porto Alegre. Monteiro apresenta sua interpretação da obra de Ruschel no quinto capítulo de seu livro. MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas*. História e memórias da cidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

²⁵⁵ Esta história é contada em: MACHADO, op. cit., p.19-20; DE GRANDI, Celito. *Diário de Notícias. O Romance de um jornal*. Porto Alegre: L&PM, 2005, p.55-56 e GALVANI, op. cit., p. 396-403.

²⁵⁶ GALVANI, op.cit., p. 401-403.

²⁵⁷ MACHADO, op. cit., p. 20.

²⁵⁸ Tal como se pode verificar em <http://www.priberam.pt/> .Dicionário da língua portuguesa *on-line*. Acesso em 17 de setembro de 2007.

palavra está relacionada à objetividade e que, por muitos anos, a “metáfora do espelho criou o mito da objetividade jornalística, paradigma da ideologia profissional [...] útil aos produtores para se protegerem das críticas, pois aposta na imparcialidade como um critério da qualidade jornalística a ser priorizado.”²⁵⁹

Ainda segundo a autora, “a estratégia da credibilidade é usada [...] para determinar uma diferenciação do produto e alcançar sucesso nas vendas.”²⁶⁰ E é desta forma que o *Correio do Povo* se apresentou ao público, desde a sua fundação, alcançando o sucesso tão almejado, tal como pode ser constatado na explanação feita até aqui.

Como salienta Bahia,

superficial por natureza, a informação apurada e elaborada apressadamente não pode deixar de conciliar a objetividade e a veracidade, por serem ambos os lastros da responsabilidade ética imanente ao jornalismo. A credibilidade que sintetiza os valores morais de um veículo deve ser medida não só pela eficiência do seu alcance, mas, principalmente, pelo grau da sua honestidade²⁶¹.

Assim, creio ser válido referendar que o jornal *Correio do Povo* conseguiu um lugar de credibilidade invejável junto à sociedade gaúcha, praticamente desde a sua fundação (no final do século XIX) até a sua falência em 1984. O que mais que justifica a escolha de tal periódico como fonte primária da minha pesquisa. Afinal, lembrando as palavras que iniciaram este capítulo: “Um dos meios mais eficazes para vehicular conhecimento ao povo é indiscutivelmente o jornal.” E que melhor meio para se “colher” os dados que esta pesquisa se propõe a desvelar do que no jornal que ficou conhecido por tal frase de efeito - “Se deu no Correio, é verdade”?

Os próximos capítulos, como já se destacou, são dedicados à apresentação e análise do *corpus documental* da pesquisa.

²⁵⁹ BERNARDES, Cristiane Brum. A credibilidade como estratégia de identidade de um jornal massivo. *Em Questão*. Porto Alegre, v.10, n.1 jan./jun. 2004, p. 27-28.

²⁶⁰ BERNARDES, op. cit., p. 31.

²⁶¹ BAHIA, op. cit., p. 223.

Capítulo 3

De 01/12/1930 até 24/02/1932 Do decreto ao Código Eleitoral

*O suffragio é, como se sabe,
a base do Estado moderno.
A crise que affecta o Estado moderno
ou a propria democracia
– e não se pode recusar
a evidencia dessa crise
no espectáculo
do mundo contemporaneo –
necessariamente tem intimas relações
com o regime do suffragio.
É por isso que
quando se trata de reorganizar,
sobre fundamentos melhores,
a vida publica brasileira,
o problema a occupar
o centro das cogitações
de governantes e governados
é o problema do voto,
nos seus multiplos aspectos.*

Correio do Povo, 16.set.1931, p.3.

Como tão bem lembram as palavras da epígrafe acima, *o problema do voto nos seus múltiplos aspectos* passa a ocupar as atenções nacionais tão logo Getúlio Vargas assume o governo provisório, em novembro de 1930. Como já citado anteriormente, a *moralização na política* era uma das promessas de Vargas e as esperanças dos brasileiros pareciam apontar para mudanças significativas na vida política do país. Tão logo assume o poder, o novo Chefe do Governo Provisório tem o cuidado de fazer cumprir algumas de suas promessas. Por

exemplo, convocando (dezembro de 1930) uma subcomissão para tratar da reforma da Lei Eleitoral vigente no Brasil.

O capítulo que aqui se inicia procura desnudar esta parte da história. E se propõe a isso, através da exposição e da análise do que o jornal *Correio do Povo* publicou sobre o voto feminino, uma das inovações propostas para se aumentar o número de eleitores no Brasil. Como se verá, esta não foi uma incorporação tranqüila, levantou muitos questionamentos tanto favoráveis quanto contrários à inserção feminina no mundo político.

Início a narrativa deste capítulo no dia 1º de dezembro de 1930 e a encerro em 24 de fevereiro de 1932 (data da promulgação do Código Eleitoral), procurando no jornal os dados que “ele” (o *Correio do Povo*) considerou pertinentes acentuar.²⁶² Neste espaço de quase 15 meses, concentram-se as discussões em torno da redação definitiva do Código Eleitoral que debateu, entre outros assuntos, a questão da incorporação de novos eleitores e as regras para o seu alistamento, como se verá adiante.

Mas, antes de se entrar no mote propriamente dito da pesquisa, faço uma breve digressão para explicitar o modo como as matérias do jornal foram por mim trabalhadas. Que fique claro que esta não é a única forma de se analisar o material jornalístico, mas a que foi por mim escolhida. O resultado está exposto nas páginas a seguir.

3 Da forma ao sentido

Na obra *O Jornal: da Forma ao Sentido*, o francês Maurice Mouillaud discorre sobre a importância de se fazer uma análise global do periódico pesquisado, dando atenção tanto à *forma* quanto ao *conteúdo* que se pode observar nas páginas de qualquer jornal. Segundo suas palavras, “o discurso do jornal não está solto no espaço; está envolvido no que chamaria de ‘dispositivo’ que, por sua vez, não é uma simples entidade técnica, estranha ao sentido. [...]”

²⁶²Acentuo o termo “ele” entre aspas para me referir ao jornal, por querer chamar a atenção de que o jornal não é visto por mim como uma entidade autônoma, apesar do que possa parecer numa leitura superficial deste texto. Nunca se afastou de minha mente que, por trás da sigla de qualquer periódico, por mais isento que nos possa parecer, quem toma todas as decisões são os redatores, os gerentes e finalmente os diretores de tais veículos de comunicação. Como espero ter deixado claro no capítulo anterior.

Em resumo, o dispositivo prepara o sentido”²⁶³. Por concordar com esta proposição de Mouillaud, resolvi agregar, à minha análise do jornal, o assim chamado “dispositivo” que envolve a matéria. Desejo explorar não só o sentido do que o jornal publicou sobre a questão do sufrágio feminino, mas também a forma como se fez esta veiculação. O modo como pretendo fazer isto, está exposto a seguir.

Reforço que a busca que faço nesta pesquisa é de que maneira o *Correio do Povo* expôs a questão do sufrágio feminino. Como o tema foi tratado pelo jornal? E mais, qual a melhor maneira de “interrogar” o jornal para que forneça a resposta que procuro? Levando em conta as ponderações apresentadas no capítulo anterior, proponho uma tentativa de compreensão total, começando com a análise quantitativa e após, aplicando ao material selecionado a técnica da **Análise de Conteúdo**. Em outras palavras, exponho primeiro a *forma* como o jornal veiculou o tema do sufrágio feminino, para então tentar compreender o *sentido* de tais matérias.

Como já destaquei, o jornal *Correio do Povo*, nos primeiros anos da década de trinta, ocupava um lugar privilegiado junto aos habitantes do estado do Rio Grande do Sul, em especial na cidade de Porto Alegre. Era através de suas páginas que o leitor podia, tanto se informar sobre o que se passava na sua cidade, quanto ficar a par das últimas notícias veiculadas nos principais jornais do centro país, e quiçá do mundo.

Contudo, o jornal não apenas noticiava os fatos considerados mais relevantes, como também os comentava através de seus articulistas. De modo que, para melhor compreender o que o *Correio do Povo* veiculou sobre a questão do sufrágio feminino, decidi dividir o *corpus documental* em duas partes distintas, baseada principalmente nos critérios apresentados pelo jornalista José Marques de Melo, cuja proposta de classificação dos gêneros jornalísticos brasileiros muito se adequou à análise aqui pretendida.

Como define Melo, “o jornalismo articula-se [...] em função de dois núcleos de interesse: **a informação** (saber o que se passa) e **a opinião** (saber o que se pensa sobre o que passa).”²⁶⁴ Assim o autor classifica como jornalismo informativo o que aparece representado pelas notas, notícias, reportagens e entrevistas. O jornalismo opinativo, segundo seus critérios,

²⁶³ MOUILLAUD, Maurice. Da Forma ao Sentido. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 29-30.

²⁶⁴ MELO, José Marques de. *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 63. Grifo meu. Esta proposta de classificação do jornalismo brasileiro é apresentada no segundo capítulo e é desenvolvida com mais vagar no capítulo quatro do livro citado.

encontra-se representado pelo editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e charge. E é através desses dois eixos que me proponho a analisar o *corpus documental* desta pesquisa.

De forma diversa de Melo, optei por classificar as entrevistas como parte do material opinativo, uma vez que, na sua leitura, percebi que elas mais enfatizam a opinião do entrevistado sobre o sufrágio feminino, do que se preocupam em apenas informar algum fato, tal como se poderá verificar mais adiante. Antes, porém, de aprofundar um pouco mais estas definições, quero primeiro entender a forma como o jornal apresentou o tema do sufrágio feminino nas suas páginas. Que fique claro, para o leitor, que estas determinações são aplicadas a toda a análise empreendida nas matérias do *Correio do Povo*, não só neste, mas nos próximos capítulos.

Para apreender a *forma* como o jornal publicou o tema do sufrágio feminino, e assim poder definir a valorização que o diário dedicou a ele, confeccionei algumas tabelas e gráficos. Nesta trajetória de análise, procurei seguir os critérios de Albert Kientz, que destaca que, para se valorar as matérias, deve-se atentar para certos indicativos, tais como a localização nas páginas do periódico, tanto em relação à coluna em que é publicada quanto ao número de linhas dedicado à dita matéria. Nas palavras de Kientz,

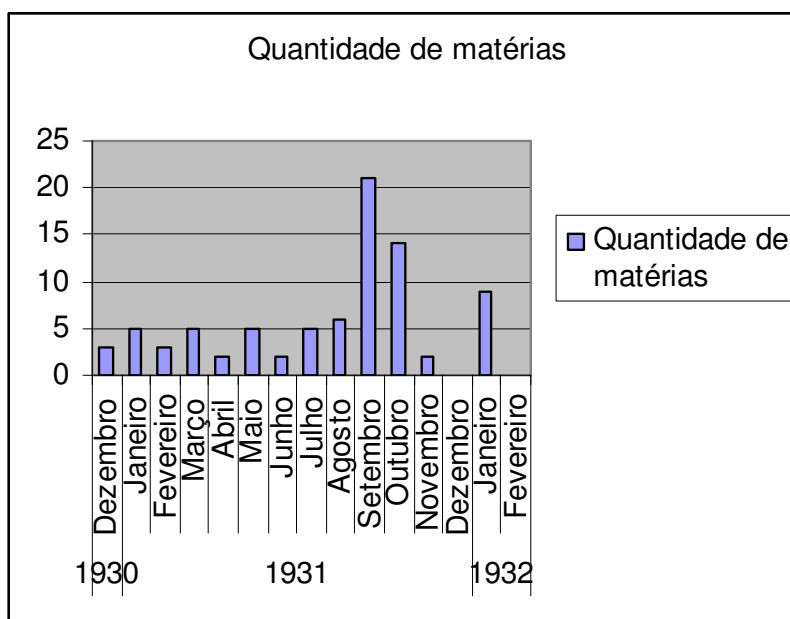
a importância quantitativa que lhe é conferida (superfície em cm², número de linhas ou de colunas) fornece uma primeira aproximação. Completada pela análise dos processos de valorização (colocação, título, ilustração, etc.) obtém-se uma medida de bastante precisão. Cada jornal tem seu próprio código de valorização. **De um modo geral a inserção de uma informação na primeira página confere-lhe uma importância nitidamente superior à resultante de sua inserção na página do meio.** O alto da página vale mais do que o rodapé, o lado esquerdo mais do que o direito.²⁶⁵

²⁶⁵ KIENTZ, Albert. *Comunicação de Massa - Análise de Conteúdo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973, p. 99. Grifo meu. Nesta análise, não fiz diferenciação quanto à posição do material encontrado no interior da página, ou seja, não se acentua se a matéria está na parte superior ou inferior da página, mas procurei, de outro modo, acentuar em que coluna a matéria se encontra e o número de linhas ocupado pela mesma. Esse item está contemplado na análise a seguir.

Tabela 3
Quantidade de matérias encontradas por mês no *Correio do Povo*

Ano	Mês	Quantidade de matérias
1930	Dezembro	3
1931	Janeiro	5
	Fevereiro	3
	Março	5
	Abril	2
	Maió	5
	Junho	2
	Julho	5
	Agosto	6
	Setembro	21
	Outubro	14
	Novembro	2
	Dezembro	0
1932	Janeiro	9
	Fevereiro – até o dia 24	0
Total		82

Gráfico 1
Distribuição por mês das matérias – 1ª parte



Destaco que consultei 379 edições do jornal referentes aos meses aqui abordados. De modo que basta o leitor observar a tabela três, ou mesmo o gráfico um, para que possa apreender a distribuição do tema por mês no jornal. Na mesma tabela, verifica-se que foram encontradas **82 matérias** referentes ao sufrágio feminino e também a sua distribuição entre os meses de dezembro de 1930 e fevereiro de 1932. O que ressalta no gráfico um é o súbito aumento na quantidade de matérias a partir do **segundo semestre de 1931**. E uma concentração elevada entre os meses de setembro e outubro. O que desencadeou este aumento de mais de quatro vezes do tema?

Uma vez que já se salientou que o jornal “vive” da novidade, pode-se então questionar que fato inusitado ocorreu para que aumentassem drasticamente as referências sobre o sufrágio feminino? Afinal, de uma média de quatro matérias por mês, tem-se, subitamente, uma elevação para 21 referências, em setembro, e 14, em outubro de 1931. Uma averiguação nas matérias do *Correio do Povo* nos dá essa resposta. No dia 11 de setembro de 1931, ocorre a publicação da primeira parte do anteprojeto do alistamento eleitoral no *Diário Oficial*.

Um dos pontos destacados pelos relatores do anteprojeto²⁶⁶ era um apelo para que os cidadãos contribuíssem com críticas e sugestões para o texto definitivo do projeto da Reforma Eleitoral, o que provavelmente justifica este aumento no número de referências encontradas. Dentre as propostas de reforma, uma que trouxe divergência foi justamente a questão da concessão do voto às mulheres, cuja exposição será feita mais adiante.

Outro pico de interesse ao tema é constatado em janeiro de 1932. Mais uma vez, recorrendo às matérias do jornal, verifica-se que em, 26 de janeiro de 1932, deu-se por encerrado o projeto da lei eleitoral, com a sua redação final e assinatura. O novo Código Eleitoral foi promulgado em 24 de fevereiro do mesmo ano, como já referido anteriormente, novidades prementes que mereceram um razoável destaque no jornal. Creio que é oportuno relembrar as palavras de Adriano Rodrigues, apresentadas no capítulo anterior, e que bem resumem tal característica do *fazer jornalismo*:

O acontecimento jornalístico é, por conseguinte, um acontecimento de natureza especial, distinguindo-se do número indeterminado dos acontecimentos possíveis em função de uma classificação ou de uma ordem

²⁶⁶ O anteprojeto foi publicado em destaque na contracapa da edição do *Correio do Povo* do dia 13 de setembro de 1931. Os redatores do anteprojeto da lei eleitoral foram Antônio de Assis Brasil e João Cabral.

ditada pela lei das probabilidades, sendo inversamente proporcional à probabilidade de ocorrência.²⁶⁷

A tabela de número quatro foi confeccionada para identificar em qual página as matérias foram publicadas. O leitor já pôde acompanhar, em um momento anterior desta narrativa, a maneira como o *Correio do Povo* organizava cada assunto nas suas páginas. Agora, é o momento de se apresentar onde as matérias do sufrágio feminino foram publicadas, nos anos aqui pesquisados. Mais uma vez, as recomendações de Kientz foram preciosas para a feitura e compreensão dos dados apresentados. O gráfico dois dá um destaque maior a distribuição das matérias pelas páginas do jornal.

Tabela 4
Quantidade de matérias por página no *Correio do Povo*

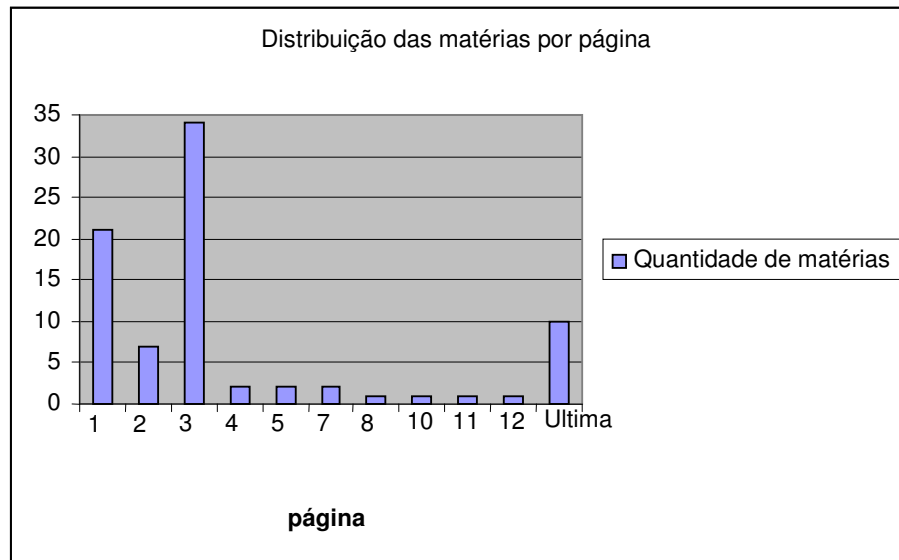
Página	Quantidade de matérias	Porcentagem
1	21	25,61%
2	7	8,54%
3	34	41,46%
4	2	2,44%
5	2	2,44%
7	2	2,44%
8	1	1,22%
10	1	1,22%
11	1	1,22%
12	1	1,22%
Última ²⁶⁸	10	12,19%
TOTAL	82	100%

²⁶⁷ RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Vega, 1993, p. 27. Esta discussão já foi salientada no capítulo dois.

²⁶⁸ Agregou-se este item para melhor visualização. Nas páginas de número 6, 9 e de 13 a 19 não se observou à incidência de nenhuma matéria sobre o sufrágio feminino, excetuando-se quando estas páginas foram definidas como a última da edição analisada.

Gráfico 2

**Incidência das matérias encontradas
por página no *Correio do Povo***



Como se pode observar, tanto na tabela quatro, quanto no gráfico dois, a maior incidência de matérias sobre o sufrágio feminino foi encontrada na página três, na página um e na página final, respectivamente. Como já salientado por Kientz, uma grande importância é dada pelos periódicos para estas páginas, onde localizei **79,3%** do material sobre o sufrágio feminino. Acredito, assim, ser válido afirmar que o *Correio do Povo* concedeu uma **posição de destaque** ao tema da conquista do direito de voto pelas mulheres nas **66 edições** onde encontrei alguma referência a tal assunto.

Apresentada e definida a *forma* como o jornal publicou as matérias sobre o sufrágio feminino, passo agora a dedicar minha atenção para o *sentido* delas. Nesta etapa da análise, apresento primeiro as matérias que dizem respeito à parte informativa do jornal, para então me concentrar nas matérias de cunho opinativo, conforme a classificação proposta acima por José Marques de Melo.

3.1 O Correio do Povo informa

3.1.1 NOTAS & NOTÍCIAS

Como já defini anteriormente, as matérias que tratam da parte informativa do jornal são as notas e notícias. Resta agora dar uma definição mais precisa de cada um destes termos e, para tanto, utilizo o *Dicionário de Comunicação* de autoria de Carlos Rabaça e Gustavo Guimarães. Uma rápida consulta aos seus verbetes, verifica-se que uma **notícia** se define como

o relato de fatos ou acontecimentos atuais, de interesse e importância para a comunidade, e capaz de ser compreendido pelo público, [...] para que se produza uma boa notícia é essencial que o fato reúna determinados atributos, como: atualidade, veracidade, oportunidade, interesse humano, raridade, curiosidade, importância e conseqüências para a comunidade, proximidade, etc.²⁶⁹

Da mesma forma, se consultado o verbete que apresenta o termo **nota**, pode-se ler que ele é “uma pequena notícia destinada à informação rápida. Caracteriza-se por extrema brevidade e concisão”.²⁷⁰ Como a única diferença entre ambas parece ser mesmo a extensão de suas linhas, resolvi delimitar um limite máximo de 40 linhas para a sua extensão; acima deste valor, a matéria foi considerada como notícia. Foi assim, com base nestas definições, que procedi à classificação e subsequente divisão do material encontrado no *Correio do Povo* sobre o sufrágio feminino.

Para melhor apreender o *sentido* das matérias, também procurei aplicar em cada uma delas o método da **Análise de Conteúdo**. Roque Moraes apresenta esta metodologia como uma forma de “descrever e interpretar o conteúdo de toda uma classe de documentos e textos, essa análise (...) ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum”.²⁷¹

De forma análoga, Laurence Bardin expõe que, através da desconstrução dos textos pode-se determinar os temas principais abordados, separando-os em categorias a serem

²⁶⁹ RABAÇA, Carlos; GUIMARÃES, Gustavo. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro: Campus, 2001, p. 513-514.

²⁷⁰ *Ibid.*, p. 512.

²⁷¹ MORAES, Roque. *Análise de Conteúdo*. *Educação*. Porto Alegre, PUCRS, n° 37, março de 1999, p. 9.

analisadas de forma não só quantitativa, mas também qualitativa.²⁷² Na minha pesquisa, utilizo o que esta autora chama de *direção*, para enquadrar as matérias em três direções básicas que dizem respeito aos argumentos que se destacam nas matérias.

Assim, considero como **direção favorável ou positiva**, quando as matérias tratavam do assunto positivamente, não levantando obstáculos para o exercício do voto feminino e, até mesmo, valorizando este tema; **direção desfavorável ou negativa**, quando as matérias tratavam de maneira desfavorável, percebiam obstáculos, ou mesmo emitiam um juízo de valor negativo, ou desmereciam a questão do voto feminino e, finalmente, **direção neutra**, quando o dito texto não emitiu juízo de valor sobre a questão do voto feminino ou procurou apenas informar sobre o assunto.²⁷³

Todas as matérias de cunho informativo foram consideradas como tendo uma **direção neutra**. Bem sei que é quase impossível definir “neutralidade” numa matéria de jornal, pois só pelo fato de estar impressa, já mostra uma escolha feita pelos editores do jornal que a escolheram entre várias outras para dar-lhe destaque. Ou seja, só o fato de estar impresso nas páginas do jornal já demonstra que ele sofreu uma seleção e foi considerado importante para ser noticiado, e por isso não é muito correto considerá-lo neutro. Contudo, para a presente pesquisa, considere uma matéria neutra quando não foi possível identificar nenhum juízo de valor sobre o tema exposto na sua leitura ou quando o sufrágio feminino foi apenas citado nas suas linhas. E é assim que o leitor deve considerar a “neutralidade” do argumento exposto.

O desmembramento do jornal nas citadas categorias²⁷⁴ também pode dar a ilusão de neutralidade, mas nunca devemos esquecer que o periódico não foi “construído” para ser lido com estas divisões aqui propostas. Tais divisões foram empregadas mais como uma ferramenta para auxiliar na compreensão do que esta pesquisa se propôs, insisto em lembrar ao leitor, mais uma vez, definir a maneira como o *Correio do Povo* abordou a questão do sufrágio feminino.

Toda a análise apresentada, a partir desse ponto, foi baseada nos quadros por mim confeccionados e separados por tipo. Todos seguem a mesma estrutura básica, onde destaquei a página em que o material foi encontrado, o número de linhas ocupado por cada matéria, e, quando informado na matéria, a origem do fato relatado. Outro ponto destacado em tais

²⁷² BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977, p. 114 -116.

²⁷³ Nos quadros de análise, emprego o termo “argumento” para designar esse item.

²⁷⁴ Utilizo categoria e tipo como sinônimos neste texto.

quadros é a distribuição do material nas nove colunas de cada página do *Correio do Povo*. Tais elementos foram definidos para que se possa fazer uma avaliação mais correta e precisa da importância e da valorização do tema pesquisado.²⁷⁵ Destarte, os quadros colocam em evidência a forma como cada uma das matérias foi veiculada pelo *Correio do Povo*.

Destaco que, das **82 menções** ao sufrágio feminino, **33** foram consideradas como fazendo parte do material informativo do jornal, perfazendo um total de **40,2%** das matérias que compõem esta parte do *corpus documental*. O quadro um é dedicado a apresentar as **19 notas** encontradas no *Correio do Povo* sobre o voto feminino. O leitor atente para o caso em que, ao lado do número da página, encontrar a expressão “(u)”: isto significa que a matéria foi publicada na última página (contracapa) do jornal.

Observando a distribuição das notas pelas páginas do jornal, percebe-se que doze (63,1%) foram publicadas ou na **capa ou na contracapa**, o que já parece apontar para certa importância dada pelo jornal a essas notas sobre o voto feminino.

Quanto à origem das informações, pode-se destacar que a maioria foi originalmente publicada nos jornais do Distrito Federal e resumidas pelo *Correio do Povo* para apresentação ao seu leitor. As notas que privilegiam fatos internacionais encontram-se todas na página dois – a página dedicada a tais assuntos. Mais um dado que pode ser ressaltado na observação do quadro de análise número um, é que as notas se encontram distribuídas de forma uniforme entre as colunas do jornal.

²⁷⁵ Não esquecer que o jornal era graficamente dividido em nove colunas, tal como se pode visualizar na figura sete apresentada no capítulo dois. A única diferença apresentada nos quadros de análise desta parte para a parte opinativa é que os últimos também apontam à direção dos argumentos encontrados em cada matéria. Como se poderá constatar a seguir.

Quadro 1

Distribuição espacial das notas no *Correio do Povo*

Dados básicos		Localização nas colunas									Dados adicionais	
<i>data</i>	<i>página</i>	<i>C1</i>	<i>C2</i>	<i>C3</i>	<i>C4</i>	<i>C5</i>	<i>C6</i>	<i>C7</i>	<i>C8</i>	<i>C9</i>	<i>linhas</i>	<i>Origem</i>
24/12/30	2							x			28	Nova York
09/01/31	1		x								18	São Paulo
11/01/31	1				x						20	Rio de Janeiro
11/01/31	20 (u)			x							17	Rio de Janeiro
05/02/31	2			x							22	Turquia
07/02/31	2	x	x								24	Roma
10/03/31	1			x							14	Rio de Janeiro
15/03/31	20 (u)									x	10	Rio de Janeiro
07/05/31	2	x									13	Lisboa
11/07/31	2			x							9	Lisboa
09/08/31	24 (u)					x					10	RJ/SP
11/08/31	1							x			15	Rio de Janeiro
11/08/31	1			x	x	x					40	Rio de Janeiro
17/09/31	1				x						26	Rio de Janeiro
17/09/31	1				x						18	Rio de Janeiro
23/09/31	10 (u)	x									11	Rio de Janeiro
13/10/31	1								x	x	25	Rio de Janeiro
15/10/31	2							x			29	La Paz
29/01/32	5					x					27	Rio de Janeiro

FONTE: Todos os quadros de análise foram desenvolvidos pela autora desta dissertação. A partir desse quadro, o Rio de Janeiro será apresentado apenas pela sua sigla Rio de Janeiro; de forma análoga será o procedimento para o Rio Grande do Sul e São Paulo, com as siglas Rs e SP respectivamente. Tal procedimento será efetuado em todos os outros quadros de análise ao longo da dissertação.

O quadro dois também coloca em evidência a *forma* como as notícias sobre o sufrágio feminino foram veiculadas no *Correio do Povo*. E, da mesma forma que no quadro anterior, são salientados dados como: número de linhas, distribuição da notícia em cada página e em cada coluna do jornal, bem como a origem do fato noticiado. Uma prática comum adotada no jornal era dividir suas matérias em partes e publicá-las em páginas distintas do jornal. É o que se observa na notícia veiculada no dia 24 de novembro, parte publicada na página três e o restante na página 11.

Quadro 2

Distribuição espacial das notícias no *Correio do Povo*

Dados básicos		Localização nas colunas									Dados suplementares	
<i>Data</i>	<i>página</i>	<i>C1</i>	<i>C2</i>	<i>C3</i>	<i>C4</i>	<i>C5</i>	<i>C6</i>	<i>C7</i>	<i>C8</i>	<i>C9</i>	<i>linhas</i>	<i>Origem</i>
14/07/31	1	x									45	RJ
30/08/31	24(u)							x	x		51	RJ
13/09/31	20(u)			x	x	x	x	x			218	RJ
15/09/31	1			x	x						123	RJ
15/09/31	1							x			50	RJ
17/09/31	1					x	x	x			90	RJ
18/09/31	1								x	x	91	RJ
22/09/31	1					x	x				55	RJ
27/09/31	1							x			55	RJ
24/11/31*	3				x	x	x	x	x	x	316	RJ
	11							x	x		44	
06/01/32	12(u)							x	x	x	154	Rs
09/01/32	12 (u)				x	x					75	RJ
15/01/32	10 (u)			x	x						147	RJ
22/01/32	4		x	x							66	-

* Notícia dividida em duas partes na mesma edição.

Observando o quadro dois, percebe-se que, das **14 notícias** sobre o sufrágio feminino, **85,7 %** foram publicadas na **capa ou na contracapa** do *Correio do Povo*. Todas as notícias tratam de questões nacionais. Curiosamente, somente uma (6 de janeiro de 1932) refere-se a assuntos cuja origem é o estado do Rio Grande do Sul. Tal constatação parece evidenciar uma tendência do jornal em dar ênfase às notícias da Capital Federal, pelo menos no referente ao voto feminino²⁷⁶.

Levando-se em conta as determinações de Kientz, uma das formas de se averiguar a valorização que o periódico deu ao fato relatado é observar diretamente o número de linhas que o jornal dedica à matéria. Assim, quanto maior o número de linhas, maior a importância do fato.²⁷⁷ Observando-se a informação no quadro dois, tem-se que 10 notícias (71,4%) se concentram na faixa determinada como de interesse médio, ou seja, entre 51 e 200 linhas.

Kientz também salienta que

a importância de uma informação – tal como é percebida e proposta pelo jornal – traduz-se, essencialmente, por um tratamento ao mesmo tempo visual e espacial. [No entanto, lembra que] [...] uma notícia assim valorizada nem por isso será necessariamente importante.²⁷⁸

Por isso, é chegada a hora de perguntar o que dizem essas notas e notícias? O que elas informam ao leitor do *Correio do Povo*? Quais os temas mais frequentes? Qual o seu *sentido*, afinal? É o que procuro expor a seguir.

Da promulgação do decreto nº 19.459, até a publicação do anteprojeto de reforma da lei eleitoral (11 de setembro de 1931), os temas mais citados são os que põem em evidência a conquista pelas mulheres estrangeiras do direito do voto, entre elas as portuguesas, as bolivianas e as turcas.²⁷⁹ Outro tema que aparece com frequência no jornal são as enquetes propostas pelas feministas brasileiras para discutir o voto feminino. Com a publicação do

²⁷⁶ Analogamente, nas notas se observa que 63,16% são derivadas de notícias cuja origem é o Rio de Janeiro. Ver quadro um.

²⁷⁷ Para os fins propostos nesta pesquisa, considere-se que as matérias que ocupam uma superfície menor de 50 linhas alcançaram um interesse baixo; entre 51 e 200 linhas um interesse médio, e acima desse valor um grande interesse por parte do jornal que disponibilizou o seu espaço para publicá-la.

²⁷⁸ KIENTZ, op. cit., p.100-101.

²⁷⁹ Quanto ao voto feminino em Portugal, é publicado no jornal (07/05/31) que um decreto foi assinado, concedendo o voto às mulheres casadas, viúvas e divorciadas, porém, em 11 de julho do mesmo ano, pode-se ler que as casadas estavam exigindo que o voto fosse estendido a elas, o que parece apontar que o decreto referido anteriormente sofreu alterações. Esta concessão feita em 1931 era muito restritiva, não atingindo todas as mulheres portuguesas que somente em 1976, após a Revolução dos Cravos (1974), puderam, enfim, ver todas as restrições de acesso ao voto lhe serem retiradas.

anteprojeto o número de matérias referente ao tema do sufrágio feminino sofre um acréscimo representativo, como se verificou na tabela três.

O anteprojeto da lei eleitoral aparece citado em 14 matérias, todas veiculadas a partir de setembro de 1931. Um dos tópicos mais destacados é o das restrições levantadas para as mulheres poderem participar do pleito eleitoral. Entre estas restrições, destaco a que atinge diretamente as mulheres, a limitação econômica.

Como já referido no capítulo um, apesar dos avanços apresentados a partir da Primeira Guerra Mundial, uma parcela ainda significativa da população feminina estava restrita ao mundo doméstico do lar (nos primeiros decênios do século vinte) e, portanto, não tinha como comprovar renda própria. Acompanhemos a restrição que o referido anteprojeto eleitoral pretendia impor às futuras eleitoras:

São admittidas a inscrever-se eleitoras, desde que preencham as demais condições legaes:

- a) a mulher solteira “sui juris”, que tenha economia propria ou viva de seu trabalho honesto ou que lhe rendam bens, empregos ou qualquer outra fonte de renda lícita;²⁸⁰
- b) a viúva em iguaes condições
- c) a mulher casada que exerça effectivamente o commercio ou seja chefe ou gerente de estabelecimento industrial ou firma commercial, e bem assim exerça effectivamente qualquer profissão lícita, com escriptorio, ou tenha função devidamente autorisada ou se presuma autorisada pelo marido na forma da lei civil;
- d) as operarias ou empregadas em estabelecimentos fabril ou commercial, casadas ou não, contanto que tenham economia própria. Ainda são alistáveis pelo artigo antecedente:
 - a) A mulher separada por desquite amigável ou judicial, enquanto durar a separação;
 - b) Aquella que, em consequencia da declaração judicial ou ausência de marido, estiver á testa dos bens do casal ou da direcção da familia;
 - c) Aquella que for deixada pelo marido durante mais de dois annos, embora esteja este em lugar sabido.²⁸¹

Como se pode perceber, nesta primeira proposta de redação do anteprojeto de reforma eleitoral, as mulheres só poderiam votar com a autorização dos maridos ou, se solteiras e viúvas, se comprovassem terem renda própria. Sobre tal proposta o *Correio do Povo* desta maneira se pronunciou, ao reproduzir as palavras que foram publicadas no jornal carioca *O Correio da Manhã*:

²⁸⁰ É interessante observar a ênfase dada ao trabalho dito honesto e de forma lícita, talvez uma forma de excluir as prostitutas do alistamento.

²⁸¹ *Correio do Povo*, 13/09/31, p. 20.

[...] essa parte do projeto se me afiguro perfeita o voto não é dado á mulher porque é mulher. O voto é, ahi compreendido em sua verdadeira acepção política: vota quem pode votar e, i.e., quem se acha em condições de independência economica e moral capaz de exprimir a opinião política livre de influencia.”²⁸²

Também a nota intitulada *O Projecto Eleitoral e O Voto Feminino*, informa sobre tal assunto. Acompanhemos alguns trechos:

RIO, 16 (C.P.) – O “Jornal do Brasil”, em seu artigo de fundo observa que, depois de longo tempo de controvérsia sobre o voto feminino, o projecto eleitoral decide a questão numa orientação liberal, fazendo com que a capacidade da mulher para o voto dependa da sua emancipação financeira, pelo presupposto de que, sem autonomia de vida, ninguém possui, também, autonomia da vontade. [...] ²⁸³

O destaque é sempre dado em tais matérias ao fato de que a mulher só poderia exercer o direito de participar mais ativamente da vida pública e política do país se fosse capaz de se sustentar de maneira lícita e honesta. Igualmente, consideram que, se a mulher fosse sustentada por alguém, pai ou marido, não teria a autonomia necessária para tomar suas próprias decisões, tendo que se submeter às deliberações alheias.

Como já destaquei no capítulo inicial desta dissertação, o artifício econômico era amplamente utilizado para restringir o acesso ao pleito eleitoral, desde a época do Império no Brasil. Jairo Nicolau assim apresenta esta restrição:

Durante todo o Império o direito de voto foi condicionado à obtenção de uma determinada renda anual [...]. A exigência de renda e propriedade para ser eleitor é praticamente generalizada na Europa, Estados Unidos e América Latina até meados do século XIX. A partir de então ela vai sendo eliminada paulatinamente. ²⁸⁴

Mesmo com a queda da restrição econômica, na época da primeira República, ainda era difícil participar do pleito eleitoral, pois, segundo informa Letícia Bicalho Canêdo, “quase 80% da população brasileira estava afastada, pelas leis republicanas, do direito ao voto.” ²⁸⁵ Afinal, os analfabetos e as mulheres não podiam exercer tal direito.

²⁸² *Correio do Povo*, 15/09/31, p. 1.

²⁸³ *Correio do Povo*, 17/09/31, p.1.

²⁸⁴ NICOLAU, Jairo. A Participação Eleitoral no Brasil. Retirado do *site* <<http://www.brazil.ox.ac.uk/workingpapers/Nicolau26.pdf>> Acesso em 24.abril. 2007. Que fique claro que o autor está se referindo às restrições impostas para o sufrágio universal masculino.

²⁸⁵ CANEDO, Letícia Bicalho. Democracia. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; BASSANEZ, Carla (org.) *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 532.

Outro tema destacado na parte informativa do *corpus documental* é o que trata da inclusão feminina nas pugnas eleitorais como um assunto “delicado” e “complicado” e que por tal motivo não deveria ser tratado em uma lei. Duas vertentes podem ser percebidas na leitura de tais matérias no *Correio do Povo*. Uma que defendia uma ampla discussão com toda a sociedade, de preferência na Assembléia Constituinte, e outra que acreditava que isso não era necessário. A primeira vertente pode ser exemplificada com a nota veiculada no jornal, no dia 11 de agosto de 1931 e que, ao comentar o tema do sufrágio feminino, salienta: “a subcomissão legislativa e mesmo o governo provisório não tem autoridade para isso, nem isso é matéria para ser regulada em lei ordinária. Só pode ficar decidido na constituinte [...]”

Pelos defensores da inserção das mulheres já no próximo pleito eleitoral, levanta-se a voz do próprio João Cabral, um dos autores do anteprojeto. Acompanhemos o que foi veiculado na primeira página do dia 15 setembro:

Toda revolução se baseou na allegação de que o systema eleitoral pré-existente annullava o ideal democratico e afastava qualquer esperança de, por meio d'elle, remediar-se pacificamente a corrupção reinante. [...] Este argumento [...] responde também á alegação de que a admissão da mulher ao direito ao suffragio deveria ser adiada igualmente para depois da Constituinte.

Percebe-se que a proposta de aumentar o número de eleitores no território nacional, estendendo o direito ao voto às mulheres, gerou controvérsias entre os que discutiam o projeto do Código Eleitoral. Para encerrar esta parte da análise, gostaria apenas de destacar as palavras de Antonio de Assis Brasil: “[...] a inclusão do voto feminino [...] [é uma das] verdadeiras originalidades que farão comparecer o Brasil no mundo do direito eleitoral com caracter proprio.”²⁸⁶ Passo, agora, a expor o material opinativo.

²⁸⁶ *Correio do Povo*, 24/11/31, p. 3.

3. 2 O Correio do Povo Opina

Quase **60%** do material encontrado nas páginas do *Correio do Povo* pode ser classificado como material opinativo. E se encontra dividido em 26 artigos, nove sueltos, oito editoriais e seis entrevistas. Que o leitor atente que, para fazer parte desta classificação, a matéria dita opinativa deve mostrar o posicionamento do autor em relação ao tema apresentado, conforme as delimitações de José Marques de Melo e de Laurence Bardin, apresentadas anteriormente. Procuro aplicar o mesmo método de análise empregado no material informativo. Destaco sempre, primeiro, na minha análise, a *forma* ou o “dispositivo” do jornal, conforme a denominação de Maurice Mouillaud, para só então procurar o *sentido* das matérias. Começo, assim, a exposição dos dados pelos editoriais, seguida pela análise dos sueltos e das entrevistas, e terminando esta parte com a maior categoria encontrada, os artigos.

3.2.1 OS EDITORIAIS

Para ser considerado como editorial, a matéria deve se enquadrar nos seguintes critérios:

[Ser] um texto jornalístico opinativo, escrito de maneira impessoal e publicado sem assinatura, referente a assuntos ou acontecimentos locais, nacionais ou internacionais de maior relevância. Define e expressa o ponto de vista do veículo ou da empresa responsável pela publicação (jornal, revista, etc.) ou emissão (programa de televisão ou de rádio). [...] A página editorial é uma página nobre do jornal, onde figuram geralmente, além dos editoriais, colunas de notas e sueltos, cartas dos leitores, charges, artigos importantes e o expediente do jornal.²⁸⁷

Como se pode observar no quadro três, todos os editoriais foram publicados na página três, e distribuídos entre as suas três primeiras colunas.²⁸⁸ A última coluna do quadro coloca em relevo o que chamo de *argumento da matéria*, que aqui é empregado para designar a

²⁸⁷ Segundo verbete em: RABAÇA, op. cit., p. 255-256.

²⁸⁸ Não custa lembrar que a página três é considerada a página nobre do jornal por conter exatamente a opinião veiculada no jornal (nos editoriais) e também por publicar a opinião dos articulistas sobre as questões da atualidade.

direção que as matérias apontam²⁸⁹. Destes, observa-se que **cinco** tratam de forma **positiva** a conquista do voto pelas mulheres e **três** de maneira **neutra**. Ou seja, **62,5%** se mostram plenamente **favoráveis ao sufrágio feminino** e concentram-se principalmente depois da edição do anteprojeto de reforma eleitoral. Destaque seja dado que nenhum editorial tratou o tema de forma negativa.

Quadro 3

Distribuição espacial dos editoriais no *Correio do Povo*

Dados básicos		Localização nas colunas									Dados suplementares	
<i>data</i>	<i>página</i>	<i>C1</i>	<i>C2</i>	<i>C3</i>	<i>C4</i>	<i>C5</i>	<i>C6</i>	<i>C7</i>	<i>C8</i>	<i>C9</i>	<i>linhas</i>	<i>argumento</i>
27/05/31	3			x							55	Pró
23/06/31	3			x							61	Neutro
15/09/31	3		x	x							121	Pró
16/09/31	3	x	x	x							219	Pró
02/10/31	3			x							52	Pró
13/10/31	3		x	x							104	Pró
25/10/31	3		x	x							25	Neutro
27/01/32	3	x	x								94	Neutro

Considerando-se que os editoriais refletem a opinião do próprio jornal *Correio do Povo*, parece ser correto afirmar que o periódico se mostrava favorável à proposta de se inserir as mulheres como participantes do mundo público e político. Pode-se agora perguntar de que forma tais editoriais se colocam a favor do voto feminino. Quais os temas privilegiados? Uma minuciosa leitura denota a simpatia dos editores para com as propostas de reforma no sistema eleitoral brasileiro. Observa-se tal posicionamento, principalmente como já mencionado, após a publicação do anteprojeto da lei eleitoral, em setembro de 1931. Para exemplificar tal questão, trago excertos do editorial publicado no dia 15 de setembro que, sob o título de *Reforma Eleitoral* destaca:

²⁸⁹ Conforme as determinações de Laurence Bardin já apresentadas.

Acaba de aparecer, afim de ser submettida á “crítica popular”, segundo a expressão do sr. Assis Brasil, a primeira parte do trabalho a que se entregou a sub-comissão legislativa, para dotar o paiz de um novo regime eleitoral. [...] **A inovação mais substancial do capítulo é a que diz respeito á concessão do direito do voto ás mulheres.** Não se trata de um direito extenso, subordinado como esta a condições restrictivas da liberdade do suffragio feminino. **Somente um excessivo misoneismo poderá vêr na conquista dos direitos da mulher, dentro do quadro das rígidas prescrições estatuidas no ante-projecto em exame, um passo em terreno falso, capaz de consequencias sociaes perturbadoras.** A incorporação da mulher nas correntes da vida civica nacional, longe de redundar em desvantagem só deverá trazer benefícios. **A mulher eleitora, intervindo nos prélios cívicos, levará para a lucta o espírito de doçura da vida familiar, o amor á cordealidade e á paz.** É sobre estas virtudes que repousa a ordem publica, a força de disciplina de uma sociedade e de um regime. **As exigencias de ordem economica** que cercam a concessão do direito de voto á mulher **são o justo limite** opposto a uma extensão do suffragio que poderá resultar praticamente nociva. Uma mulher, que tenha economia propria ou viva do seu trabalho honesto, se equipara á situação social do homem e têm sobre si responsabilidades tão graves como as de um verdadeiro chefe de família.²⁹⁰

Percebe-se, nos trechos destacados em negrito, que a incorporação da mulher nas pugnas eleitorais era visto como benéfica, desde que a mulher não dependesse economicamente de ninguém. O autor de tais linhas se coloca, assim, favorável à restrição do direito ao voto pela mulher pelo critério econômico. Além disto, acentua que a mulher “levará para a lucta o espírito de doçura da vida familiar, o amor à cordealidade e à paz”, preceitos que já se destacou no capítulo um. A propensão feminina para o mundo doméstico e para a vida familiar é apresentada de forma positiva, capaz de influir beneficemente nos rumos da nação.

Outro tema que aparece destacado em tais editoriais é a importância do voto para a vida democrática do país e o mérito de se estender este direito às mulheres. Seis editoriais apontam nesta direção. Acompanhemos o editorial que, sob o título *O suffragio feminino*, enumera e rebate os principais argumentos contra a participação das mulheres no pleito eleitoral:

Os organizadores do ante-projecto da reforma eleitoral, instituindo o direito de voto ás mulheres, tiveram o cuidado de cercal-o das maiores reservas, em consideração á realidade social e política do paiz. [...] A proposito da concessão do direito de voto ás mulheres, um dos nossos brilhantes collaboradores teve o ensejo de formular, em artigo para o “Correio do

²⁹⁰ *Correio do Povo*, 15/09/31, p.3. Grifo meu. Mais uma vez, são destacados como positivas as restrições econômicas para a concessão do direito do voto para as mulheres. Atente-se também para o aspecto destacado do “trabalho honesto”.

Povo”, varias objecções, todas ellas contrarias á medida. O articulista se filia na corrente de todos quantos se batem contra a adopção de certas instituições, tanto na ordem social como economica, sob o fundamento da inexistência de ambiente a ellas favoravel no Brasil. Teve o articulista a graça cavalheiresca e a elegancia mental de não se insurgir contra o suffragio feminino sob a velha allegação da inferioridade intellectual da mulher deande do homem. Mas embora respeitavel, o seu ponto de vista é discutível. O argumento, de que se vale, relativo ao nosso estagio social e á tradição familiar brasileira, é o mesmo que sempre occorre para se impugnar tudo quanto vagamente cheire a innovação ou immitação.²⁹¹

O novo Código Eleitoral é saudado com “pompa e festa”, demonstrando uma confiança no futuro e esperança de tempos melhores, como se pode acompanhar da leitura do editorial *O projecto da lei eleitoral*, publicado no dia 27 de janeiro de 1932, do qual reproduzo alguns trechos:

A comissão eleitoral terminou hontem a sua tarefa. Desde hontem, portanto, está redigido e assignado o projecto de lei eleitoral. [...] muitos houve que abandonaram os seus interesses profissionais e sacrificaram os seus hábitos de estudo ou as suas commodidades, sem nenhuma recompensa material, só pela satisfação pura do cumprimento dos seus deveres civicos. Isso mostra que o regime ainda pode confiar numa admirável reserva de homens impregados de commovente ardor patriótico e de um espírito publico acima de toda suspeita. [...] Transformado em lei o projecto de hoje, será amanhã a lei emancipadora da consciência cívica nacional, o instrumento de dignificação do eleitor brasileiro. Pela primeira vez, o Brasil, como nação ou entidade soberana, váe ter os benefícios de um verdadeiro Código Eleitoral. [...] Depois de quatro decennios de decepções e desencantamentos, um povo que passa a dispôr de um instrumento tão flexível de expressão da sua consciência será capaz de escolher governantes ineptos e sustentar governos impopulares? É preciso que no Brasil se inaugure, com a Republica purificada pelo sacrificio de uma campanha cruenta o período da representação legitima, para que o povo se possa ver e sentir nos seus mandatários como no espelho fiel de suas aspirações. Tudo esta a indicar-nos que é para esse período tranqüilo que marchamos.

Assim, é com palavras de louvor e esperança que o *Correio do Povo* comemora o novo Código Eleitoral. Tal clima de entusiasmo também pode ser notado na análise de outro tipo de material opinativo os sueltos, que apresento a seguir.

²⁹¹ *Correio do Povo*, 13/10/31, p.3. No editorial é citado o artigo publicado em 10/10/31 na página três, assinado por Othelo Rosa, e que tomou uma posição negativa quanto à concessão do voto à mulher. Tal artigo será apresentado com detalhes mais adiante.

3.2.2 OS SUELTOS

Segundo o *Dicionário de Comunicação*, **suelto** descreve um breve texto jornalístico “composto por uma nota (informação rápida) seguida de comentários e juízos de valor, de modo a se obter uma glosa do fato”.²⁹² Identifiquei **nove** matérias que se enquadram nesta categorização. O quadro de número quatro apresenta a distribuição de tais sueltos nas páginas do periódico. Destaco que 77,8% tiveram origem em fatos nacionais e, tal como se observou nas notas, grande parte se refere a matérias publicadas em jornais que circulavam no Distrito Federal e que o *Correio do Povo* tinha por hábito resumir para os seus leitores.

Quadro 4

Distribuição espacial dos sueltos no *Correio do Povo*

Dados básicos		Localização nas colunas									Outros Dados
<i>data</i>	<i>página</i>	<i>C1</i>	<i>C2</i>	<i>C3</i>	<i>C4</i>	<i>C5</i>	<i>C6</i>	<i>C7</i>	<i>C8</i>	<i>C9</i>	<i>linhas</i>
29/07/31	2	x									33
11/08/31	4					x					39
15/09/31	1					x					24
15/09/31	1					x					13
15/09/31	1				x	x					24
15/09/31	1						x				123
24/09/31	1		x	x							55
24/09/31	14(u)			x	x						42
17/10/31	1	x	x								85

Observando tal quadro, nota-se que **77,8%** dos mesmos foram publicados, ou na **capa, ou contracapa** do *Correio do Povo*, sendo veiculados entre as colunas um a seis, com uma maior incidência na coluna cinco. Quanto ao número de linhas de cada suelto, percebe-se que a maioria (66,7%) está na faixa determinada como de baixo interesse, ou seja, abaixo de 50 linhas. Um dado que se destaca é que todos foram publicados no segundo semestre de

²⁹² Segundo verbete em: RABAÇA, op. cit, p. 699.

1931. Outro dado interessante é que 44,4% são resumos de matérias originalmente publicados em jornais cariocas, como já mencionado. Por se tratar de um relato que já contém, na sua definição, um juízo de valor sobre o fato comentado, não se definiu nenhum como tendo uma direção neutra. Assim, determinei que seis sueltos (66,67%) tratam a questão do voto feminino de maneira **favorável**, e três a retratam de maneira **negativa** como se pode acompanhar no quadro cinco.

Quadro 5

Argumentos e origem dos sueltos publicados no *Correio do Povo*

Data	Origem	Argumento
29/07/31	Madrid	Pró
11/08/31	Espanha	Pró
15/09/31	RJ	Contra
15/09/31	RJ	Contra
15/09/31	RJ	Pró
15/09/31	SP	Contra
24/09/31	RJ	Pró
24/09/31	RJ	Pró
17/10/31	RJ	Pró

A temática abordada em tais sueltos ainda aponta para as discussões que surgiram após a publicação do anteprojeto de reforma eleitoral, tal como se constatou nas notas e nas notícias, adotando como linha mestra a inserção das mulheres já no próximo pleito eleitoral.²⁹³

Os únicos fatos internacionais comentados tratam da aprovação da lei que concedeu o voto para as mulheres espanholas.²⁹⁴ Estes sueltos mereceram aqui uma análise diferenciada, pois trazem destacados um dos paradoxos levantados contra a inclusão das mulheres nos pleitos eleitorais, ou seja, a sua condição conservadora. Tal argumento era constantemente

²⁹³ Este pleito se refere à escolha dos deputados constituintes, programado para acontecer em 3 de maio de 1933.

²⁹⁴ Ver o *Correio do Povo* dos dias 29/07/31 e 11/08/31. Para maiores informações sobre o tema do sufrágio feminino na Espanha consultar GENEVOIS, Daniele Bussy. Mulheres de Espanha. Da República ao Franquismo. In: DUBY, G.; PERROT, M. (org.) *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 5: O século XX. Porto: Afrontamento, 1998.

utilizado pelos detratores do voto feminino pois, segundo eles, era esta tendência (não comprovada) de voto que levaria sempre a mulher a escolher os candidatos que apontassem a manutenção do *status quo*, como já se teve a oportunidade de abordar no primeiro capítulo desta dissertação, com maiores detalhes. Esta tendência já era observada no século XIX, na Inglaterra vitoriana, como aponta Peter Gay:

Quando, em 1884, mais uma vez se levantou na Inglaterra a questão do sufrágio feminino durante os debates sobre uma nova reforma da lei parlamentar, os membros liberais do Parlamento se opuseram, com base no argumento de que as mulheres eram conservadoras por convicção, e se pudessem votar apoiariam esmagadoramente os conservadores.²⁹⁵

Peter Gay também salienta que “essa objeção capciosa encontrava uma expressão ainda mais agressiva nos países católicos [caso da Espanha]; os anticlericais achavam que quanto às opiniões políticas, as mulheres só confiariam em seus confessores.”²⁹⁶

Neste sentido, os estudos de Eric Hobsbawm apontam para as mesmas conclusões. Hobsbawm, ao analisar o mesmo período histórico que Peter Gay, acentua que, para as mulheres européias,

a verdadeira escolha política [...] não estava entre o feminismo e os movimentos políticos mistos, mas entre as igrejas (notadamente a Igreja católica) e o socialismo. As igrejas, lutando numa poderosa ação de retaguarda contra o “progresso” do século XIX, defendiam os direitos, tais como já os possuíam as mulheres na ordem tradicional da sociedade [...]. Por outro lado, as Igrejas defendiam as mulheres à custa de também comprometer suas piedosas seguidoras a aceitar a tradicional subordinação e a condenar a emancipação feminina.²⁹⁷

São exatamente estes pontos que os *sultos* publicados nos meses de julho e agosto salientam, ao afirmar que a maior parte dos elementos conservadores deseja o sufrágio das mulheres. Acompanhemos um trecho que aborda tal questão:

à primeira vista, tal coisa parece absurda, mas deve-se recordar que a Espanha é um país de paradoxos – e nesse caso, os conservadores (ate mesmo os reaccionários) são favoráveis ao que na verdade é uma medida progressiva, porque na realidade o direito de voto, às mulheres, em alguns casos, e na maioria das vezes, dariam os seus votos para esse ou aquele por influencia dos padres ou confessores.²⁹⁸

²⁹⁵ GAY, Peter. *A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 328. Ver principalmente, o capítulo quatro, intitulado “O poderoso sexo frágil.”

²⁹⁶ *Ibid.*, loc. cit.

²⁹⁷ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios. 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 295-296.

²⁹⁸ *Correio do Povo*, 11/08/31, p. 4.

Tais preceitos parecem atestar a permanência de velhos hábitos bem arraigados na cultura européia. Já nos sueltos de origem nacional a temática mais encontrada é, mais uma vez, a discussão acerca da reforma eleitoral, principalmente no que diz respeito às restrições econômicas impostas às mulheres para poderem votar, e a exclusão das mulheres casadas do pleito eleitoral ²⁹⁹. Três sueltos também abordam a questão do voto feminino, atrelando as discussões mais amplas à Assembléia Constituinte e não a um anteprojeto de pequena participação popular, tal como se observou anteriormente nas notas e notícias. ³⁰⁰

Por sua vez, todos os comentários que enaltecem a ainda provável conquista feminina, no seu direito a participar do mundo político, passam na sua leitura um teor ufanista e de incontestável orgulho. Os argumentos positivos, presentes nestas matérias, procuram colocar em evidência “a evolução victoriosa da these que sustenta e o valor cívico da mulher”³⁰¹, ou ainda, que “o voto feminino é uma evolução que merece aplausos”, conforme foi publicado em 24 de setembro de 1931.

3.2.3 ENTREVISTAS

Outro grupo destacado, no material opinativo, é o das **entrevistas**, definidas pelo *Dicionário de Comunicação* como o “trabalho de apuração jornalística que pressupõe o contato pessoal entre o repórter e uma ou mais pessoas, de destaque ou não, que se disponham a prestar informações para a elaboração de notícias”.³⁰²

Todas as **cinco entrevistas** encontradas no *Correio do Povo* trazem interessantes opiniões sobre o voto feminino. **60%** delas não emitiram nenhum juízo de valor sobre a inserção da mulher na vida política do país, tendo assim sido consideradas pertencentes ao grupo com **direção neutra**, tal como se pode observar no quadro seis. Nenhuma das entrevistas publicadas pelo *Correio do Povo* neste período tratou de forma negativa o tema.

²⁹⁹ Apesar da ressalva no texto do anteprojeto que previa a participação da mulher casada, desde que o marido assim o permitisse.

³⁰⁰ Todos publicados no dia 15 de setembro de 1931.

³⁰¹ *Correio do Povo*, 15/09/31, p. 1.

³⁰² RABAÇA, op. cit., p. 272.

Quadro 6

Distribuição espacial das entrevistas no *Correio do Povo*

Dados básicos		Localização nas colunas									Dados suplementares	
<i>Data</i>	<i>página</i>	<i>C1</i>	<i>C2</i>	<i>C3</i>	<i>C4</i>	<i>C5</i>	<i>C6</i>	<i>C7</i>	<i>C8</i>	<i>C9</i>	<i>linhas</i>	<i>argumento</i>
28/12/30	1					x	x				68	Neutro
29/03/31	10	x	x								156	Pró
23/04/31	8	x	x								66	Pró
02/08/31	3			x	x	x					371	Neutro
29/10/31	5				x	x	x				177	Neutro
20/01/32*	7				x	x	x	x			311	Neutro
	12(u)									x	68	

*Entrevista dividida em duas partes na mesma edição

Observando a coluna que indica o número de linhas de cada entrevista, acredito ser válido inferir que estas despertaram um interesse entre mediano e grande na sua veiculação. Um ponto a se destacar é que as duas entrevistas que tratam a questão do sufrágio de maneira favorável foram concedidas por mulheres.³⁰³ Trago somente estas como exemplo, por considerar que mostram claramente o posicionamento de uma boa parte da população. Ambas foram veiculadas entre os meses de março e abril de 1931, ou seja, antes da publicação do anteprojeto da lei eleitoral que colocou novamente em evidência o assunto.

A entrevista de 29 de março de 1931, por exemplo, foi concedida ao jornal *Correio do Povo* pela professora e diretora do *Collegio Elementar de Pelotas* – Jenny Seabra, sendo publicada na página dez, normalmente dedicada ao noticiário. Sob o título de *Pelos direitos da mulher*, a dita professora apresenta seus argumentos “sobre os progressos do feminismo”, como destacado no subtítulo da matéria. Segundo o entrevistador, a equiparação dos direitos políticos da mulher aos do sexo masculino é um “palpitante assunto, que se acha em discussão por todo o paiz”. A professora Jenny Seabra inicia a sua exposição da seguinte forma:

³⁰³ Este dado é relevante, pois nem sempre as mulheres comungavam com as idéias inovadoras defendidas pelo grupo das feministas, como se verá mais adiante.

A propósito do assumpto que serve de mote á imprensa do paiz e que, na actualidade, está occupando a attenção de muita gente, mas especialmente a do elemento masculino, cumpre-me, na qualidade de parte interessada, externar idéias que, estou certa, irão se chocar com as da maioria dos homens.

A partir deste ponto da entrevista, tomamos conhecimento de algumas idéias da professora em relação à concessão de direitos políticos para as mulheres. Entre estas, a entrevistada cita a participação da mulher em trabalhos fora do lar, principalmente depois da grande guerra, dando como exemplo o trabalho em escritórios e no comércio. Também destaca o entusiasmo político manifestado pelas mulheres do Rio Grande do Sul, tanto na campanha de 1923, quanto no movimento revolucionário de 3 de outubro de 1930 e que, segundo a entrevistada, “provam-nos as transformações que se vêm operando no character, nos costumes e, para que não dizer também, nos sentimentos da mulher moderna”. Outro aspecto levantado na matéria é que

actualmente, vemo-la ainda a posto, para formar ao lado do homem como soldado, na grandiosa batalha em prol do reerguimento das forças economicas do Brasil. Pois bem, não obstante todas essas provas de dedicação e de capacidade, persiste o homem em lhe negar os direitos a que faz ju's, mascarando essa persistencia com o dizer que não deseja vê-la afastada dos nobres e puras aspirações domesticas.

E Jenny Seabra finaliza, expondo as agruras que as mulheres têm enfrentado, quando necessitam trabalhar fora, sempre recebendo salários menores para as mesmas funções exercidas pelos homens. A entrevistada lembra que, se a mulher comete um crime, recebe a mesma punição, ou mais severa, que um homem. E assim, encerra a sua entrevista com os dizeres:

Finalmente, si precisa tratar de seus interesses junto de pessoas de representação política ou social, vê-se sempre preterida por elle, pois, si sobejam alguns momentos, é attendida, si não, terá de voltar mais tarde. Conforme-se, não é eleitora...E ainda ha quem diga não ver nenhuma vantagem ou conveniencia em conferir á mulher a ambicionada emancipação política!...Muito mais poderia eu citar, mas prefiro desejar: tudo novo num Brasil novo.

Já na entrevista da escritora e conferencista mexicana Belén de Sarraga é dado destaque tanto aos aspectos positivos quanto aspectos negativos sobre a questão dos direitos da mulher. Sobre a sua pretensão de participar das questões eleitorais, assim se pronuncia a escritora:

Reconheço que a mulher deve ter os mesmos direitos do homem. Deve votar e ser votada. Mas, ainda na América do Sul, não a julgo em condições precisas para ter tal regalia. Presa como está ainda ao espírito de sua religião, não terá a sua ampla liberdade, vindo a ser, então, manobrada para este ou aquele fim.³⁰⁴

Apesar da entrevistada ser francamente favorável à inserção das mulheres nas pugnâncias eleitorais, considera a questão religiosa com certo cuidado, apontando-a como um dos fatores que poderiam influenciar negativamente a livre escolha da mulher. Nota-se, mais uma vez, a vinculação da mulher aos setores mais conservadores da sociedade, aqui representados pela Igreja. Finalmente, apresento a última e maior categoria do gênero opinativo: os **artigos** veiculados no *Correio do Povo*.

3.2.4 ARTIGOS

Mais uma vez, levou-se em consideração as definições do *Dicionário de Comunicação* para se compreender com precisão o que vem a ser um artigo e o diferenciar das outras categorias aqui apresentadas. Assim, pode-se reconhecer um artigo como sendo um

texto jornalístico interpretativo e opinativo, mais ou menos extenso, que desenvolve uma idéia ou comenta um assunto a partir de determinada fundamentação. Geralmente assinado, o artigo difere do editorial por não apresentar enfaticamente, como este, uma “receita” para a questão em pauta, nem representar necessariamente a opinião da empresa jornalística. [...] O projeto de todo artigo é a explicação de um fato, segundo propósitos variados (informativos, interpretativos, persuasivos ou indutivos).³⁰⁵

Com a definição de artigo em mente, separei do *corpus documental* de 82 matérias; **26** delas se enquadram na categoria de artigos e representam 53% do material classificado como opinativo.³⁰⁶ Sua distribuição pelas páginas do *Correio do Povo* pode ser acompanhada no quadro sete. Destaque seja dado ao fato de que **92%** dos artigos foram publicados na **página três** e distribuídos, de forma preferencial, nas últimas cinco colunas da página.

³⁰⁴ *Correio do Povo*, 23/04/31, p.8.

³⁰⁵ RABAÇA, op. cit., p. 42.

³⁰⁶ A listagem com todos os artigos e seus respectivos autores pode ser conferida no item “Fontes”, ao final da dissertação.

Quadro 7

Distribuição espacial dos artigos no *Correio do Povo*

Dados básicos		Localização nas colunas									Outros Dados	
<i>data</i>	<i>página</i>	<i>C1</i>	<i>C2</i>	<i>C3</i>	<i>C4</i>	<i>C5</i>	<i>C6</i>	<i>C7</i>	<i>C8</i>	<i>C9</i>	<i>linhas</i>	<i>Argumento</i>
31/12/30	3									x	57	Neutro
14/01/31	3									x	56	Contra
18/01/31	3			x							83	Pró
25/02/31	3			x							82	Contra
12/03/31	3							x	x		282	Contra
22/03/31	3							x	x		144	Contra
01/04/31	3				x	x	x				132	Contra
19/05/31	3								x	x	149	Neutro
22/05/31	3									x	62	Pró
24/05/31*	11			x	x	x					186	Contra
	20(u)								x	x	114	
05/06/31	3		x	x							51	Pró
18/07/31	3									x	99	Pró
19/07/31	3									x	64	Pró
10/09/31	3									x	77	Contra
17/09/31	3									x	86	Pró
18/09/31	3							x	x		87	Contra
10/10/31	3				x	x	x	x	x		236	Contra
11/10/31	3							x	x		182	Contra
14/10/31	7				x	x	x				190	Contra
16/10/31	3				x	x	x				217	Neutro
18/10/31	3									x	98	Neutro
22/10/31	3		x	x							188	Pró
27/10/31	3				x	x	x				312	Contra
05/11/31	3					x	x	x			102	Pró
15/01/32	3				x	x	x	x			419	Contra
21/01/32	3						x	x			79	Contra

* Artigo dividido em duas partes na mesma edição

Na observação da última coluna do citado quadro, pode-se averiguar que a maioria dos artigos (56%) trata de uma maneira **desfavorável** a possível concessão do voto para as mulheres. 27% dão uma ênfase **positiva** e apenas **quatro artigos** tratam de uma forma **neutra** a possibilidade de se dar o voto à mulher. É oportuno se perguntar de que forma estes argumentos eram apresentados pelos colaboradores do *Correio do Povo*.

Os argumentos negativos, como se destacou, representam a maior parte dos artigos examinados e, nestes, encontrei 42,8% dos artigos assinados por Othelo Rosa³⁰⁷, que se tornou, em solo gaúcho, uns dos mais veementes críticos da reforma eleitoral e, conseqüentemente, da concessão do voto às mulheres. Tal articulista chegou mesmo a sugerir e publicar um substitutivo ao projeto eleitoral de autoria de Assis Brasil e João Cabral, onde renega o direito de voto às mulheres³⁰⁸, como se vê publicado no *Correio do Povo* do dia 27 de outubro de 1931.

Othelo Rosa publica duas críticas ao voto feminino no mês de março de 1931, das quais exponho alguns trechos a seguir. Começo a apresentar o seu artigo intitulado *Ainda o voto feminino...* onde se lê:

Mantendo-me contrario a concessão do “jus suffragili” as mulheres brasileiras, obedeço exclusivamente a uma orientação de ordem doutrinal: entendo que essa reforma não corresponde ás verdadeiras condições do estado social do paiz. E entendo mais que ella, actualmente, nem encontrará ambiente propicio, attento o caracter marcadamente familiar da nossa tradição.³⁰⁹

³⁰⁷ Othelo Rodrigues da Rosa nasceu em São João do Montenegro, em 18 de julho de 1889. É apresentado por Walter Spalding como um auto-didata “demostrando que, sem cursos regulares, sem diplomas, um homem pode atingir as culminâncias sociais e políticas [...]. Othelo Rosa foi um dos vultos de maior cultura nesses setores do Rio Grande do Sul, em seu tempo.” Iniciou sua vida pública como jornalista na cidade de Taquari onde, em 1911, é eleito Promotor de Justiça. Por volta de 1915, mudou-se para Porto Alegre, onde foi nomeado secretário particular do então Presidente do Estado, Antonio Augusto Borges de Medeiros e, a seguir, Secretário da Procuradoria do Estado e Juiz Municipal de Santa Cruz do Sul. Também dirigiu por longos anos o vespertino *A Federação* (órgão do Partido Republicano), até 1930, tendo sido, também, deputado da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e líder da maioria. Após a Revolução de 1930, foi criada no estado a Secretaria da Educação, cabendo a Othelo Rosa ser seu primeiro titular. Com o golpe de 1937 é afastado da política, e passa a trabalhar exclusivamente no Cartório de Registro Especial, do qual era oficial titular. Também foi poeta, cronista político e literário, ensaísta, historiador e romancista. Faleceu em Porto Alegre, no dia 4 de dezembro de 1956. Pertencia ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, desde 1930, e à Academia Sul-Rio-Grandense de Letras, além de outras instituições nacionais e estrangeiras, e à Comissão Gaúcha de Folclore, ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura. Sua obra, bastante vasta, está em boa parte esparsa em jornais como *A Federação*, *Taquariense*, *Correio do Povo* e revistas diversas. SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. Porto Alegre: Sulina, 1969, vol. 2, p. 217-222. Foi homenageado pela prefeitura de Porto Alegre, com a concessão de uma rua com seu nome, no bairro Ipanema.

³⁰⁸ Ver ROSA, Othelo Rodrigues. *A reforma eleitoral* : crítica ao ante-projeto, projeto de regulamento eleitoral, o voto feminino. Porto Alegre : Livraria do Globo, 1931.

³⁰⁹ *Correio do Povo*, 22/03/1931, p. 3.

Outro dos argumentos citados por Othelo Rosa, para negar o direito ao voto às mulheres, é que

nós [brasileiros] estamos ainda na infancia da democracia e que a propria massa eleitoral masculina é incapaz para o exercicio normal e regular do direito do voto [...] não acredito nos benefícios dessa influencia emquanto nós, os cidadãos, não tivermos a dignidade de transformar as mesas eleitoraes em um recinto decente, conciliavel com a delicadesa e o aprumo de uma senhora [...] não há para qualquer dellas missão mais importante que a de ser boa esposa e boa mãe [...] eu sou contrario ao voto feminino preferindo que as minhas patricias, mantendo-se o typo da mulher, “pot-au-feu” dos francezes, continue a ser, em nossos lares, o soberbo exemplo de doçura, de virtude e de bondade, que já se fez, para o Brasil, um padrão de honra e de grandesa moral.³¹⁰

O seu próximo artigo, datado de 22 de março, de que alguns trechos já foram destacados acima, continua nesta mesma linha argumentativa, ao expor que,

Conquistando o direito de voto a mulher assume logicamente um certo numero de encargos e onus [...] Não sendo assim o preconizado regimen de igualdade politica resultaria um antipathico systema de desigualdade pois que as mulheres praticariam todos os actos que lhes conviesse allegando serem cidadãos, e ao mesmo tempo se furtariam a todas as obrigações que lhes não agradassem, allegando serem mulheres...

Ou seja, ao negar o direito de participar da vida política do país, na verdade se estaria protegendo a mulher de participar de coisas que ela nem mesmo entende ou percebe totalmente. Afinal, segundo este articulista, uma vez conquistado o privilégio de participar das pugnas eleitorais, outros deveres, antes exclusivos dos homens, deveriam ser compartilhados com as mulheres. Por exemplo, a sua plena integração nas Forças Armadas.

Em outubro, após a publicação da primeira parte do anteprojeto de lei eleitoral, Othelo Rosa mais uma vez se manifesta, agora discutindo diretamente a questão da reforma eleitoral e do voto feminino. Em artigo publicado no dia 10, aponta que ampliar o direito ao sufrágio às mulheres não é uma boa idéia, pois, em sua opinião,

o ante-projecto, no tocante ás provas no processo eleitoral, nenhum embaraço crea á fraude, a fraude multiforme, radicada em nossos costumes políticos, e que carecemos, portanto, combater com energia e tenacidade, mediante recursos iniciaes extremos e rigorosos.

Mas é realmente no dia 11 de outubro que Othelo Rosa expõe todas as suas críticas ao voto feminino. Acompanhemos com atenção este trecho, onde destaco algumas frases em

³¹⁰ *Correio do Povo*, 12/03/1931, p. 3.

negrito, que bem resumem os principais argumentos utilizados para se negar o voto às mulheres:

Outra novidade do ante-projecto: o voto feminino. Não ha que discutil-o. **O suffragio feminino no Brasil é uma mera adaptação.** Porque elle existe em outros paizes, julgamo-nos obrigados a instituil-o entre nós, sem attender ás circumstancias que, alhueres, determinam a sua acceitação, como aqui determinariam logicamente a sua recusa. É uma transigência, a mais, do poder publico em face de uma apparencia de opinião.

O nosso estagio social, **a tradição familiar brasileira**, a nossa educação, **a própria mentalidade dominante da nossa mulher**, repellem, **repudiam a instituição do voto feminino.** Porque adoptal-a, então? Pela razão commum, habitual, predominante, exclusiva, de todas as nossas acções de povo sem personalidade e sem originalidade: ele existe e funciona na Inglaterra, na Allemanha, por aí afora...Além de tudo, uma galanteria a sra. Bertha Lutz e ás suas diminutas, ainda que muito dignas, companheiras de cruzada.

[...] Talvez por isso mesmo a mulher brasileira, na sua maioria total, absoluta, esmagadora, visivelmente desdenha o cumprimento...

O autor de tais linhas também remete a um assunto já tratado nesta dissertação e apresentado no primeiro capítulo, isto é, a pouca participação ou engajamento das mulheres na luta por uma maior margem de manobra entre os seus parceiros masculinos. Othelo Rosa credita muito mais a uma “regalia” ou ainda uma “galanteria” a questão do voto feminino do que a uma efetiva conquista da mulher, que muito lutou (em muitas frentes) para atingir este objetivo.

Tais artigos e, principalmente, os argumentos que diziam respeito ao repúdio do autor ao voto feminino, foram contestados num editorial do dia 13 de outubro por um dos editores do *Correio do Povo*, como já mencionado anteriormente. Este fato gerou mais um artigo de Othelo Rosa, que decide rebater o conteúdo do dito editorial. Vejamos alguns trechos da missiva:

Carrazzoni amigo, o “Correio” não se julgou obrigado a dizer-me desaforos, pelo facto de me haver filiado á corrente contraria ao voto feminino: e ao escrever estas regras, tranquilo e bem humorado, não sinto a menor tentação de dizer malcreações ao “Correio”, pelo facto de haver se declarado favorável ao mesmo voto feminino...

O episodio, entretanto, vae se tornando grave. [...] Não me traz até V., repito, o desejo de uma polemica. Eu respeito integralmente o seu juízo sobre o suffragio feminino: V., pelo visto, diverge, mas acata, a minha opinião, radicalmente contraria ao mesmíssimo suffragio. [...] eu entendo que a sociedade brasileira não é ainda campo propicio para a floração do voto feminino; V. entende que o é. É este, e somente este, o litígio. E pois não precisava V., caro Carrazzoni ser tão impiedoso commigo...A velha malquerença de official do mesmo officio...Pois então V., Carrazzoni, além

de eu haver incidido na natural anthipathia de algumas senhoras brasileiras, votando contra o voto feminino, cruelmente me colloca diante dellas, contrafeito e desgeitoso de cocar e de tacape?³¹¹

Outras vozes também se levantam contrários à concessão do voto para as mulheres. E se manifestam veementemente na página três do *Correio do Povo*. Os principais temas, por eles abordados, foram que a mulher se masculiniza ao tentar se comparar ao homem em termos de direitos, tema abordado em sete artigos, e que pode ser exemplificado com estas palavras: “a mania da mulher pretender masculinizar-se [...] levou-a a adoptar costumes próprios do homem”³¹², como argumenta o autor do artigo de 25 de fevereiro de 1931. Neste, o autor também lista alguns costumes próprios dos homens que começavam a ser seguidos pelas mulheres e que ele acredita só lhes trazem malefícios, tais como: o ingresso no mercado de trabalho e, conseqüentemente, na vida pública, a entrada em partidos políticos e também o direito de votar nas eleições.

Outro dado que chama a atenção nestes artigos que abordam negativamente o voto feminino é o que vincula a questão dos poucos atrativos femininos com os interesses demonstrados por áreas em que a mulher não deveria se intrometer. Ou seja, que a mulher só se interessa por assuntos fora de sua alçada, como participar de eleições, por ser velha e feia, pois a mulher sufragista era um sinônimo de mulher sem atrativos, afinal, segundo estes argumentos: “[...] são sempre mulheres que pelos seus attributos phisicos já nasceram na reserva da segunda classe ou então, com o tempo, cahiram na Compulsória...”³¹³

No mês de janeiro, tem-se o artigo intitulado *O Voto Feminino*, onde o autor, que se esconde sob o pseudônimo de A. L., argumenta que a concessão de voto às mulheres deve ser dada, mas com a ressalva de elas não tomarem parte nos preparativos do pleito eleitoral e não fazerem propaganda. Tais ressalvas são levantadas pelo autor pois, nas suas palavras, as mulheres, na grande maioria “não saberão opinar sobre coisa alguma seria, como a maneira de preparar um bom pitéo para o almoço do dia. Devem ser votadas as mais bonitas. Não devem ser votadas as mais feias.”³¹⁴ O que parece, mais uma vez, reiterar e reafirmar os aspectos

³¹¹ *Correio do Povo*, 14/10/31, p.3.

³¹² *Correio do Povo*, 25/02/32, p.3. Este era um dos argumentos mais comuns utilizados pelos críticos do voto feminino, pois a mulher, ao se imiscuir num território exclusivamente masculino, como a política, estaria na verdade se masculinizando. Tal argumento também é utilizado nos artigos de 25/02/31, 24/05/31, 10/09/31, 18/01/31, 15/01/32 e no do dia 21/01/32.

³¹³ *Correio do Povo*, 18/01/31. Muitas matérias apresentam tanto argumentos negativos quanto positivos sobre a questão do voto feminino, o seu enquadramento nas três direções, anteriormente apresentadas, foi determinado pelo linha principal de sua argumentação.

³¹⁴ *Correio do Povo*, 14/01/32, p.3.

negativos da concessão do direito de voto às mulheres, como também se pode acompanhar no artigo intitulado *Carta a uma Amiga*, assinado por Albina Bordini e publicado ainda no primeiro semestre de 1931. Nele, a autora nos conta um sonho que teve e que a leva a desdenhar o compromisso (supostamente) assumido com uma amiga de “auxiliar na propaganda dos direitos da mulher.”³¹⁵ Nas linhas iniciais, descreve um encontro que teve com a dita amiga e que a deixou “impressionada com tuas palavras ardorosas a favor da causa feminina” e decidida a lutar pelos direitos da mulher. “Mas, dormi e sonhei. Sonhei que me dirigi a morada do velho Destino, por achar que ali estava o meio mais certo e eficaz de realizar a sonhada igualdade.”

Albina Bordini narra, a partir deste ponto, uma série de peripécias que teria sofrido no encontro com o Destino, ao qual dirige suas dúvidas:

Senhor Destino, venho, em nome do meu sexo, saber a razão da preferência que daes ao homem. Que vos tem feito a mulher, para que a trateis tão inferiormente?

– Mas a mulher ainda se queixa; pois eu não fil-a – mãe?

– Não se trata aqui do lado poético das cousas senhor, nós queremos igualdade de acção, igualdade de direitos. Somos tão forte e temos tanto valor, quanto o homem. Porque sermos amesquinhas?

Tal senhora continua com mais argumentos em prol da mulher e o Destino a repreende: “Volta para o teu lar, que é o teu domínio. Orgulhate dos prodígios que o homem realizar, acompanha-o, ampara-o, estimula-o nos momentos de desalento, que terás grande parte na obra dele.”³¹⁶ O Destino então a leva para um passeio e, no seu sonho, ela é transportada para uma cidade onde observa crianças sujas e maltrapilhas, comendo “pão com manteiga polvilhado de terra.” E pergunta, “são mendigos? [...] – Não. São os filhos das senhoras que auxiliam na direcção deste paiz, respondeu ele.” Vêem também um tumulto imenso num café e mais uma vez ela questiona: “Neste paiz, não há polícia? [...] Há sim, e muito chic. É composta de bellas senhoritas que com certeza estão fazendo ‘toilette’ para vir.”

Depois de mais algumas aventuras, a intrépida sonhadora é obrigada a se alistar junto à polícia local para perseguir um bandido foragido, passando por maus pedaços, e até fome, sendo obrigada a acompanhar tal desfecho:

³¹⁵ *Correio do Povo*, 24/05/31, p. 3.

³¹⁶ Segundo Peter Gay, este era um dos muitos argumentos utilizados para se negar qualquer direito à mulher. Afinal ela já estaria representada pelo homem, exercendo seu poder através da influência a que submetia o homem, tanto seu marido quanto seus filhos. Ver GAY, op. cit., p. 307 e 322, onde o argumento da “natural inferioridade” da mulher são tratados. Este argumento também é amplamente debatido no capítulo escrito por PINSKY, Carla B. e PEDRO, Joana Maria. Mulheres. In: PINSKY, op. cit.

Vi amigos e inimigos cahirem, varados pelas balas, vi craneos abertos e vi sangue, muito sangue. [...] De repente, vi o Destino a meu lado, que me dizia: 'Igualdade em tudo, minha amiga. Vae lutar com o homem: não faças papel secundário. És forte, és valorosa como elle. Vae'. Percebi a ironia, mas não tive animo, nem tempo para repellil-a

Mas heis que ela acorda, e conclui:

Como então me senti feliz no meu quartinho, a viver a minha vida serena e calma! Pensei na adesão que te prometera, e me interroguei: poderei votar, tomar parte em tumultos, ser delegada de policia, directora de hospício ou encarregada de necrotério? Não minha querida, prefiro ser mulher. Do paiz encantado do sonho, trouxe aliás uma convicção: é de que homens e mulheres, têm cada um o seu papel traçado na vida,e, que cada qual cumprindo sua missão, concorre melhor para a harmonia e felicidade geral.

Recorrendo a alegorias mitológicas, a autora destas palavras mais uma vez explora o argumento da “natural” divisão dos papéis femininos e masculinos. O artigo procura apontar que a única salvação e solução para a mulher é se conformar com o seu lugar na sociedade e no lar, único lugar onde ela governa soberanamente.

Encontram-se, assim resumidos, os argumentos que dão um acento negativo à possibilidade de se conceder o voto às mulheres. Foram os mais trabalhados por serem grande maioria dos veiculados no *Correio do Povo*. Porém, não se deve esquecer que alguns intelectuais apostavam nas mudanças e na capacidade feminina de exercer os seus direitos com convicção e racionalidade. São estes que abordo agora.

Roque Callage³¹⁷ argumenta, em artigo publicado em janeiro de 1931, que “o direito do voto ás mulheres volta assim a ser uma aspiração patriótica do sexo que quer naturalmente colaborar também nesta obra de renovação da nacionalidade”.³¹⁸ Ainda no primeiro semestre de 1931, pode-se ler um artigo assinado por João Henrique, que traz a sua opinião sobre a situação da mulher brasileira com as seguintes palavras:

³¹⁷ Roque Callage foi contista, historiador, lexicógrafo, sociólogo, jornalista e cronista. Foi uma das mais completas personalidades da literatura do moderno Rio Grande do Sul, segundo palavras de Walter Spalding. Nasceu em 15 de dezembro de 1888, na cidade de Santa Maria, onde iniciou sua vida profissional. Também foi professor. “Viveu ainda em Santa Maria por longos anos, estudando, lecionando, trabalhando na imprensa e batalhando no comércio, como caixeiro por alguns meses, a título de experiência.” Sai de sua cidade natal em 1911, casa em São Gabriel com Anita Banalli, vindo firmar residência em Porto Alegre, em fins de 1916. No ano seguinte, embarcou para a Capital Federal, para trabalhar no jornalismo carioca. Mas, com a morte do filho primogênito em 1917, regressa para Porto Alegre, indo trabalhar no *Correio do Povo*. Morre em 23 de maio de 1931, em Porto Alegre. Cf. SPALDING, op. cit., p. 247- 252. Foi homenageado postumamente pela prefeitura de Porto Alegre, que deu o seu nome a uma rua no bairro Passo da Areia.

³¹⁸ *Correio do Povo*, 18/01/1931, p.3.

Embora a mulher seja considerada a rainha do lar coroada de virtudes domesticas; embora ella seja a companheira do homem e o anjo de graças, distribuindo sorrisos e alliviando as agruras da vida; embora ella seja tudo isso e o mais que os poetas quizerem dizer e os idealistas afirmar, a verdade é que esse “ente quasi divino”, como sóe chamar-se-lhe, ainda soffre ultrages do homem e deste se torna muitas vezes victima. [...] a mulher apesar de indetica em intelligencia e superior em sentimento ao homem, ainda está muito sob dependência deste. Na legislação, nos empregos publicos, no militarismo, na liberdade de agir, dentro do ambito da moral e na esphera da política, a mulher ainda não attingiu o grau a que tem direito.³¹⁹

Em outro trecho, do mesmo artigo, João Henrique explicita a sua posição quanto ao tema do sufrágio feminino: “Creio que a mulher precisa ainda lutar muito para chegar ao verdadeiro ponto a que tem direito. [...] na realidade dos factos e na efficiencia das leis que deve reinar o titulo da igualdade da mulher.”

Somente mais um dos argumentos veiculados neste artigo vai aqui ser destacado para encerrar esta primeira parte da nossa análise. Nele, o articulista relembra as palavras bíblicas da criação do mundo:

Deus, ao criar a mulher, não a tirou da cabeça de Adão para mostrar que ella não lhe era superior; também não a extrahiu dos pés para demonstrar que ella não lhe era inferior, mas foi buscal-a ao lado do primeiro homem para significar que ella era igual a este.

Não por acaso, foram estas as palavras escolhidas para servir de “norte” para esta dissertação. Resta agora fazer uma breve consideração sobre o que foi tão exaustivamente trabalhado até aqui.

A proposta deste capítulo era, através da exposição e desconstrução das matérias encontradas entre os meses de dezembro de 1930 e fevereiro de 1932, determinar o que o *Correio do Povo* publicou sobre o sufrágio feminino. Para alcançar este intento, utilizei o método da Análise do Conteúdo, submetendo a uma exploração exaustiva o material selecionado, classificando-o em categorias como *opinativo* e *informativo*, enquadrando-o em quadros de análise e tabelas, além de procurar os argumentos utilizados pelo jornal e seus articulistas para defender o seu ponto de vista sobre o voto feminino.

³¹⁹ *Correio do Povo*, 05/06/1931, p.3.

O período em foco foi marcado principalmente pela publicação do anteprojeto de reforma eleitoral, ocorrido no mês de setembro de 1931. Foi somente com a sua exposição nas páginas do jornal que se verificou uma maior incidência das matérias abordando a questão do sufrágio feminino. O inusitado da concessão do voto à mulher é o que parece ter despertado as dúvidas nacionais. Não nos esqueçamos que as primeiras discussões em torno da concessão do voto, restrita a apenas algumas mulheres, gerou argumentos ora contra ora favoráveis a tal concessão parcial. No próximo capítulo, exponho a redação final do Código Eleitoral. Não se pode negar que o assunto despertou o interesse do jornal que o publicou em forma de artigos, editoriais, notas, notícias, entrevistas e sueltos.

Apresento, a seguir, o quadro de número oito, com a totalização parcial das categorias apresentadas até o momento. Ele foi confeccionado para dar destaque a alguns dados que foram expostos durante o texto, tais como o tipo de matéria, sua incidência no período, a página em que normalmente era publicada, e dar uma visibilidade maior aos argumentos totais de cada tipo.

Quadro 8

Totalização para a primeira parte e distribuição por tipo definida para o *Correio do Povo*

Tipo	Quantidade	Porcentagem	Página de maior incidência	Porcentagem	Argumento		
					Pró	Contra	Neutro
Artigo	26	31,7%	3	92,3%	8	14	4
Nota	19	23,2%	1 e última	63,2%	0	0	19
Notícia	14	17,1%	1 e última	85,7%	0	0	14
Suelto	9	11,0%	1 e última	77,8%	6	3	0
Editorial	8	9,7%	3	100%	5	0	3
Entrevista	6	7,3%	-	-	2	0	4
Total	82	100%	1-3-última		21	17	44

Percebe-se que a maior parte das matérias foi publicada nas páginas mais nobres do jornal, ou seja, na capa ou contracapa, e na página três. Outro dado que pode ser destacado da

observação deste quadro é que a maior parte do *corpus documental* foi composto pelo material do tipo opinativo (60%). Pelo número de linhas dedicado a cada uma das matérias até aqui apresentadas, acredito ser válido afirmar que o *Correio do Povo* deu um razoável destaque a sua publicação.

Apesar de os artigos apontarem uma maior incidência de argumentos negativos, a soma de todo o material considerado opinativo dá uma percepção favorável ao sufrágio feminino. Destaque seja dado aos editoriais do *Correio do Povo*, nenhum deles tratou de maneira desfavorável a concessão do direito de voto para as mulheres, pelo contrário, tivemos um total de 62,5% dos editoriais escritos com argumentos favoráveis a esta questão.

Os principais aspectos negativos evocados para se negar a concessão do voto à mulher foram: a suposta fragilidade, doçura e despreparo feminino para exercer qualquer atividade fora do ambiente doméstico. Também foi salientado o perigo de a mulher se masculinizar ao adquirir os mesmos privilégios que os homens.

O direito da mulher de votar e escolher os seus representantes políticos foi encarado por alguns intelectuais com desconfiança, pois poderia pôr em risco a família, desagregando-a. De forma que a mulher, ao obter o direito a participar mais ativamente da vida política do seu país, ao exercer o direito de voto, estaria subvertendo a ordem natural e universal dos sexos ao intrometer-se no mundo público masculino, desorganizando a vida doméstica e maculando a imagem do ‘anjo do lar’ como já salientei no primeiro capítulo.

Evoco mais uma vez as palavras da historiadora estadunidense June Hanher, que tão bem resume os argumentos em torno dos quais giravam as resistências contra o voto feminino, todos baseados

[...] na suposta nobreza, pureza e domesticidade das mulheres [...]. A mulher deveria ser um anjo confortador, companheira amorosa de seu homem e a deusa do lar, mas nunca sua adversária ou rival na luta cotidiana da vida. Para os positivistas, a mulher constituía a parte moral da sociedade, a base da família, que por sua vez era a pedra fundamental da nação.³²⁰

Foi também esta a impressão que a leitura, principalmente dos artigos do *Correio do Povo* passou, ou seja, que a mulher não deveria se preocupar em exercer uma função fora de

³²⁰ HAHNER, June. *A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 85.

sua alçada, já que tinha o lar e os afazeres domésticos com que se preocupar, além de zelar pela família, pela moral e pelos bons costumes.

Os argumentos ditos neutros, porém, são os que se destacam nos quinze meses aqui apresentados. Nesta categoria (ou direção) enquadrei 53,7% das matérias publicadas no *Correio do Povo*. Diante deste número elevado como esta conotação “neutra” deve ser entendida? Nesta pesquisa considere todas as matérias de cunho informativo como sendo neutras, se não por outro motivo pela simples aceitação de sua definição (já apresentada anteriormente), ou seja, de que tais matérias procuram apenas informar o público sobre o que está ocorrendo no país e no mundo, sem fazer juízos de valor sobre a questão do sufrágio feminino. Também foram enquadradas nesta direção as matérias que apenas mencionam o mote desta pesquisa (o voto feminino) ao tratar de outros temas, ou seja, a questão do voto da mulher não é o tema principal da matéria.

Um outro aspecto que quero ressaltar é o que diz respeito ao sentimento de esperança e novas possibilidades que a Revolução de 30 e o governo provisório instigou, pelo menos na sociedade gaúcha. O que perpassa em todo o material analisado é um sentimento de **euforia e ufanismo**, à **espera de mudanças** significativas, não só no sistema eleitoral, que estava sendo reformulado, mas também em todas as áreas da sociedade. Até mesmo os artigos que tratavam com um tom agressivo e desdenhoso a conquista do direito do voto às mulheres, devem ser entendidos neste contexto de mudanças.

Mudanças que sempre trazem em seu bojo reações tanto positivas quanto negativas. Afinal, qualquer contestação ao *status quo* quase sempre traz consigo momentos de insegurança e perda de identidade. Assim, tais mudanças, tão esperadas além de abrir um “horizonte de expectativas” para tomar de empréstimo a expressão usada por Reinhart Koselleck³²¹, também trouxeram insegurança e suspeitas na população brasileira, tal como se

³²¹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Pasado*. Para una semántica de los tiempos históricos. Barcelona : Paidós, 1993. Neste livro, ao fazer uma discussão sobre os tempos históricos, Koselleck também trabalha com o conceito de “horizonte de expectativas” e “espaço de experiências” como categorias históricas. Para o autor, estas são categorias do conhecimento que ajudam a fundamentar a possibilidade de uma história, pois inexistem uma história que não tenha sido constituída mediante as experiências e esperanças de pessoas que atuaram ou sofreram. Ver esses conceitos no capítulo XIV, intitulado ‘*Espacio de Experiencia*’ y ‘*Horizonte de expectativa*’ dos categorías históricas. Resolvi empregar o conceito de “horizonte de expectativas” por acreditar que bem resume o que se vivenciou nestes anos iniciais, após a mudança que a Revolução de 30 prometia em seus “hinários”. O que restava, senão expectativas? o que o futuro reservava à nação? Expectativas de eleições, expectativas de uma vida melhor para a população (após a bancarrota geral que o final dos anos 20 gerou), expectativas, enfim, que deveriam ser comprovadas ou não pelo governo provisório de Getúlio Vargas. O que traria o futuro, além de um “horizonte de expectativas”?

poderá constatar no próximo período analisado, momento em que se destaca a espera de uma nova Carta Magna, já adiada por quase dois anos. Qual é o *horizonte de expectativas* que se abre para as mulheres, uma vez conquistado o direito de voto no Código Eleitoral? Resta exercê-lo. Assim, a próxima etapa deste trabalho perpassa o ano de 1932 até a eleição de 3 de maio de 1933, a primeira de que as mulheres brasileiras puderam enfim participar.

Capítulo 4

De 25/02/1932 até 03/05/1933 Do alistamento à constituinte

*O direito do voto feminino,
que no Brasil foi tão
propagado, discutido,
confundido e incompreendido,
acaba de ser victorioso.
Victorioso porque entrou para o dominio
da practica do alistamento eleitoral.*

Correio do Povo, 09.nov.1932, p.3

A primeira página do *Correio do Povo* do dia 25 de fevereiro de 1932 estampa a novidade: “O Chefe do Governo Provisório assignou decreto approvando a nova lei eleitoral, a qual foi referendada por todo o ministério.” O Decreto nº 21.076 institui a Justiça Eleitoral, adota o sufrágio universal, direto e secreto e o voto feminino.³²² A redação final do Código Eleitoral definiu no artigo 2º : *É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código.*

Com esta notícia se inicia a segunda parte da análise aqui pretendida. Ela engloba as edições do *Correio do Povo* de 25 de fevereiro de 1932 até as eleições de três de maio de 1933. Nesta etapa, foram manuseadas 365 edições, sendo que, em 100, encontrei alguma menção ao sufrágio feminino. Na tabela cinco, pode-se observar a distribuição das matérias encontradas mês a mês no jornal.

³²² Desde a criação da Justiça Eleitoral (1932) o Brasil mudou o Código em quatro ocasiões, a saber: em **1935**, Lei nº 48, de 04.05.1935; **1945**: Decreto-Lei nº 7586, de 28.05.1946 que restabeleceu a Justiça Eleitoral; em **1950**, Lei nº 1.164, de 24.07.1950 e **1965**, Lei nº 4.737, de 15.07.1965 que está em vigor até hoje. Disponível em: <http://www.tse.gov.br/institucional/centro_memoria/historia_tse/codigo_eleitoral.html>. Acesso em: 28.maio.2007.

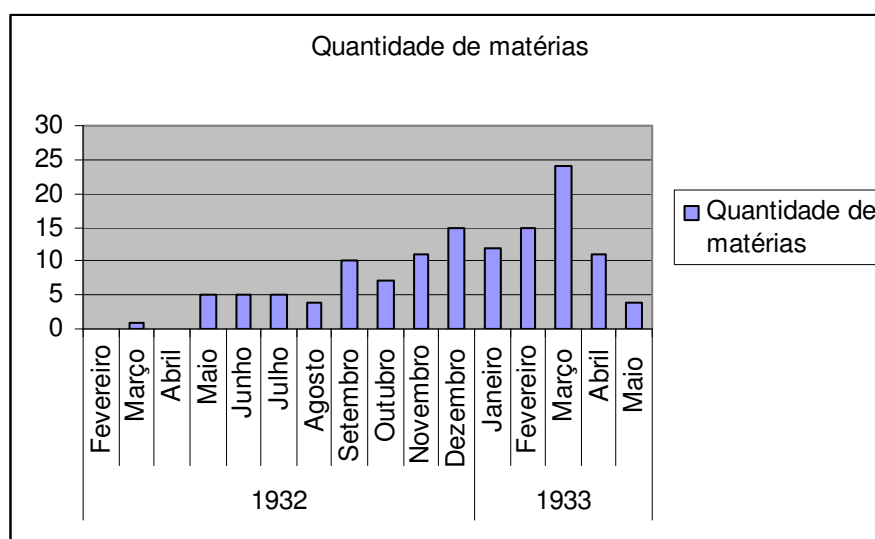
Tabela 5

Quantidade de matérias encontradas por mês no *Correio do Povo*

Ano	Mês	Quantidade de matérias
1932	Fevereiro – a partir dia 25	0
	Março	1
	Abril	0
	Maio	5
	Junho	5
	Julho	5
	Agosto	4
	Setembro	10
	Outubro	7
	Novembro	11
	Dezembro	15
	1933	Janeiro
Fevereiro		15
Março		24
Abril		11
Maio – até dia 03		4
Total		129

Gráfico 3

Distribuição por mês das matérias – 2ª parte



Pela análise do gráfico três, observa-se um aumento significativo na incidência de matérias referentes ao voto feminino entre os meses de setembro de 1932 a março de 1933. O maior pico encontrado ocorre no mês de março. Esta elevação pode ser explicada pelo teor de grande parte das matérias veiculadas no *Correio do Povo* em tal período, que tratam da questão do alistamento eleitoral, assunto que se torna agora o principal enfoque do *Correio do Povo*. Afinal, depois de garantida, por lei, a participação feminina no pleito, o inusitado, o inédito, é o alistamento.

A qualificação eleitoral foi iniciada em todo o território nacional no dia 3 de novembro de 1932 e se encerrou em 25 de março de 1933.³²³ As matérias de cunho informativo, bem como os sueltos, de um modo geral, tratam deste tema de forma preferencial, e serão apresentados mais adiante. Surgem grandes novidades com o advento do Código Eleitoral, considerado como uma tentativa de moralizar as eleições e aumentar a participação efetiva do povo no pleito eleitoral. Novidades que trazem esperanças, mas também desconfiças dos rumos que o país estava tomando após a Revolução de 30.

A demora em definir a data para a nova Constituição e os debates infundáveis em torno do novo alistamento eleitoral são provas destes temores. Uma charge, em particular, impressa na última página da edição de 26 de maio de 1932, demonstra de modo efetivo essas desconfiças.³²⁴ Porém, antes de apresentar a nova fonte de informação, algumas considerações são necessárias. A incorporação de imagens solicita técnicas especiais de análise, pois como salienta Boris Kossoy,

quaisquer que sejam os conteúdos das imagens devemos considerá-las sempre como [...] fontes de informação decisivas para seu respectivo emprego nas diferentes vertentes de investigação histórica [...]. As imagens [...] nos mostram um fragmento selecionado da aparência das coisas, das pessoas, dos fatos, tal como foram (estética/ideologicamente) congelados num dado momento de sua existência/ocorrência.³²⁵

³²³ O prazo para o encerramento da qualificação eleitoral que era, inicialmente, três de março de 1933, foi prorrogado por um decreto para o dia 25, conforme noticiado na primeira página do *Correio do Povo*, do dia 4 de fevereiro de 1933.

³²⁴ As charges não eram de modo algum comuns no *Correio do Povo* na época analisada. Encontrei apenas cinco, em todo o período consultado na minha pesquisa. Apesar de considerar a charge como parte do material opinativo do jornal, trago esse dado nesta etapa da análise, por considerar que ilustra bem o ponto que quero destacar o clima de insegurança que estava “varrendo” o país de que as eleições não se concretizassem. As duas charges agregadas a este texto não tratam especificamente da questão do voto feminino, sendo somente apresentadas por tratarem de assuntos correlatos ao tema principal de minha pesquisa.

³²⁵ KOSSOY, Boris. *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. São Paulo: Ateliê, 2002, p. 59. O autor analisa, neste livro, a incorporação do material fotográfico no trabalho do historiador. Acredito que è viável extrapolar suas conclusões para o caso das charges.

Assim, deve-se, antes de mais nada, perguntar: o que é considerado como charge? Onici Flôres caracteriza a charge como “um texto usualmente publicado em jornais, sendo via de regra constituído por quadro único. A ilustração mostra os pormenores caracterizadores de personagens, situações, ambientes, objetos. Os comentários relativos à situação representada aparecem por escrito,”³²⁶ ou seja, deve se dar atenção a tudo o que aparece nestes desenhos, pois, muitas vezes, a expressão icônica pode nos dizer muito mais do que a escrita. A autora ainda aponta que

a charge é um interessante objeto de estudo por aquilo que mostra e diz de nós mesmos e do mundo em que vivemos, contribuindo, além disso, para moldar o imaginário coletivo [...], o conteúdo da charge desnuda a reação ao *status quo* [e é um] tipo de texto *sui-generis* que mostra e conta, ao mesmo tempo, os conflitos sociais. [...] **Sua temática, em geral, versa sobre o cotidiano - questões sociais que afligem, irritam, desgostam, confundem.**³²⁷

E é dessa forma que a incorporação de uma charge deve ser entendida, pois traduz de forma especial as questões que afligem a sociedade retratada e deve aqui ser compreendida como apenas um exemplo que bem ilustra a fase de insegurança vivenciada pelos brasileiros. Não se deve esquecer que, em 9 de julho de 1932, eclode uma guerra civil dos paulistas contra as forças getulistas, movimento mais conhecido como Revolução Constitucionalista. Uma das suas reivindicações dizia respeito à demora na convocação da constituinte para elaborar a nova Carta Constitucional.³²⁸

Pode-se agora apresentar a charge assinada por Nery. Ela foi publicada de forma destacada na contracapa do *Correio do Povo* (na parte inferior da página), ocupando as três colunas centrais – da coluna quatro a seis. Apresenta a figura de dois homens bem vestidos, conversando despreocupadamente no passeio público, fato este destacado pela pose do

³²⁶ FLÔRES, Onici. *A Leitura da Charge*. Canoas: Ed. Ulbra, 2002, p. 14.

³²⁷ FLÔRES, op. cit., p. 11. Grifo meu.

³²⁸ Boris Fausto considera que “A ‘guerra paulista’ teve um lado voltado para o passado e outro para o futuro. A bandeira da constitucionalização abrigou tanto os que esperavam retroceder às formas oligárquicas de poder como os que pretendiam estabelecer uma democracia liberal no país.” FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2003, p. 350. Já Renato Lemos salienta que, “como resultado da pressão paulista, ou por sinceridade de propósitos, Vargas, apesar da perturbação política relacionada à guerra civil, mantém o calendário eleitoral.” LEMOS, Renato. *A Revolução Constitucionalista de 1932*. In: SILVA, Raul M.; CACHAPUZ, Paulo B.; LAMARÃO, Sergio (org.). *Getúlio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro: BNDES, 2004, p. 173. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>> Acesso em 18.maio.2007. (Seguir o link: Estudos e Publicações – Consulta Expressa. – Livro – Getúlio Vargas). Em 30 de outubro, é assinado um armistício que põe fim à luta. Acredito que a assim chamada “pressão paulista” pode ser mais bem apreciada no fulgor com que São Paulo se lançou na campanha de alistamento para convocar o maior número possível de eleitores, como aparece retratado nas páginas do *Correio do Povo*.

homem à esquerda do quadro, com as mãos no bolso. Parece ser final de tarde, pela sombra alongada na calçada.



Figura 9

– As Eleições –

Fonte: *Correio do Povo*, 26.maio.1932, p. 16.

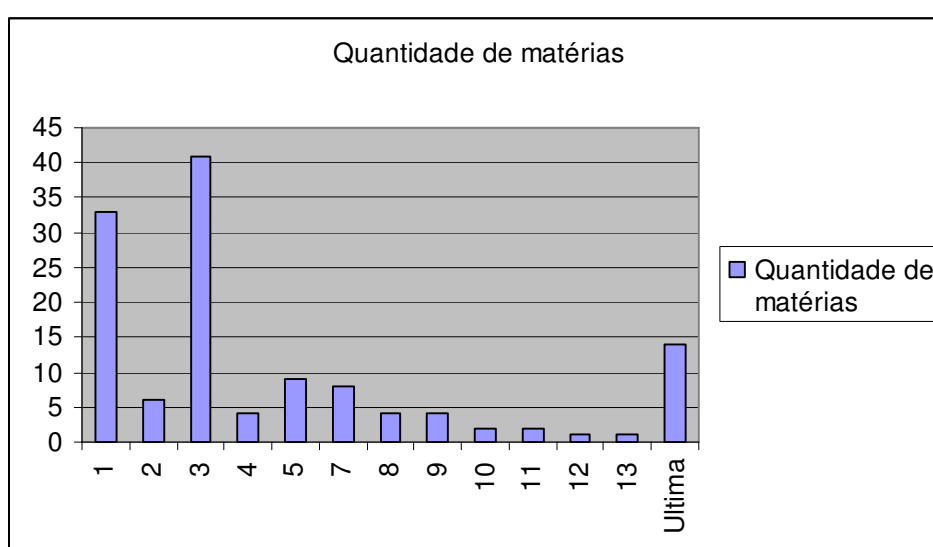
Um deles pergunta: “- As eleições da Constituinte são sempre a 3 de Maio?...” ao que o outro personagem parece sussurrar de modo irônico, com a mão no rosto – talvez para não ser ouvido por algum outro transeunte: “- Não, receio que sejam transferidas para 30 de Fevereiro.” Em outras palavras: o autor desta charge está colocando na “boca” dos seus personagens a dúvida expressa se as eleições realmente iriam acontecer, ao localizá-las em uma data inexistente no calendário adotado no Ocidente.

Outro fator que destaco na análise mais geral do *Correio do Povo* é a quantidade de matérias por página, neste período, e que pode ser observada na tabela seis. Como já mostrado no capítulo anterior, utilizo tal artifício como uma das maneiras para valorar a importância dada pelo periódico ao tema do sufrágio feminino. Tal qual no período anterior, ocorreu uma grande concentração das matérias na capa e na contracapa do *Correio do Povo*, bem como na página três (68%). O que, mais uma vez, parece demonstrar a importância que o *Correio do Povo* dedicou ao tema.

Tabela 6
Quantidade de matérias por página no *Correio do Povo*

Página	Quantidade de matérias	Percentagem
1	33	25,6%
2	6	4,6%
3	41	31,8%
4	4	3,1%
5	9	7,0%
7	8	6,2%
8	4	3,1%
9	4	3,1%
10	2	1,5%
11	2	1,5%
12	1	0,8%
13	1	0,8%
Ultima ³²⁹	14	10,9%
TOTAL	129	100%

Gráfico 4
Quantidade de matérias por página no *Correio do Povo*



³²⁹ Agregou-se este item para melhor visualização. Nas páginas de número 6, 14 a 24, não se observou a incidência de nenhuma matéria sobre o sufrágio feminino, excetuando-se quando estas páginas foram definidas como a última da edição analisada.

Uma vez apresentado o *corpus documental*, pode-se agora utilizar a mesma técnica analítica do capítulo anterior para determinar o que o *Correio do Povo* informa e comenta sobre a temática do voto feminino neste interregno de quase 15 meses.

4.1 O Correio do Povo informa: rumo ao alistamento

4.1.1 AS NOTÍCIAS

Recorrendo às delimitações já apresentadas no capítulo anterior, divido o material em informativo e opinativo. Assim, de um total de 129 matérias, tem-se 25 notícias e 24 notas que compõem a parte informativa do jornal. Os quadros de números nove e dez apresentam a distribuição espacial destas matérias pelas páginas do *Correio do Povo*. Como já se deixou claro, tais matérias são consideradas como tendo argumento neutro.

Um dado que se destaca da análise do quadro nove é que dezesseis notícias tratam de temas regionais do Rio Grande do Sul, constituindo a maioria – 64% – dos publicados no *Correio*, e veiculadas nas páginas internas do jornal. Apenas quatro notícias foram encontradas na capa do jornal, todas se referindo ao Rio de Janeiro ou a São Paulo, o que parece apontar uma tendência do jornal a dedicar a sua página inicial a matérias de outros estados, tal como observado no capítulo anterior.

Pela análise do número de linhas do material informativo, parece ser mais uma vez, correto afirmar que a sua publicação suscitou um razoável interesse, visto que a maior parte deste material está na faixa considerada de interesse médio, entre 51 e 200 linhas.

Quadro 9

Distribuição espacial das notícias no *Correio do Povo*

Dados básicos		Localização nas colunas									Dados adicionais	
<i>data</i>	<i>página</i>	<i>C1</i>	<i>C2</i>	<i>C3</i>	<i>C4</i>	<i>C5</i>	<i>C6</i>	<i>C7</i>	<i>C8</i>	<i>C9</i>	<i>linhas</i>	<i>Origem</i>
12/05/32	1				x	x	x	x			268	RJ
13/05/32	7					x	x				101	Rs
03/07/32	24(u)			x							48	RJ
04/09/32	2				x	x	x				126	Madri
24/09/32	1		x	x							49	RJ
25/09/32	1				x	x	x				105	RJ
12/10/32	4									x	59	RJ
10/11/32	10				x	x	x	x			293	Rs
12/11/32	7	x	x								141	Rs
30/11/32	2				x	x					57	Bélgica
04/12/32	7							x	x	x	317	Rs
18/12/32	10								x	x	152	Rs
20/01/33	10(u)				x	x	x				201	Rs
23/02/33	3				x	x	x				321	Rs
24/02/33	3				x	x	x				196	Rs
19/03/33	4	x	x								82	Rs
22/03/33	1					x	x				53	SP
23/03/33	5			x	x						96	Rs
24/03/33	2	x	x								92	Marselha
24/03/33	3							x	x	x	222	Rs
05/04/33	3								x	x	340	Rs
16/04/33	13	x	x	x							415	Rs
19/04/33	5						x	x	x		88	Rs
03/05/33	8	x									64	Rs
03/05/33	9							x			53	Rs

Destaco as únicas notícias internacionais encontradas. A que ocupa espaço físico maior no jornal foi publicada nos primeiros dias do mês de setembro de 1932, e traz de forma resumida alguns dos pontos sempre assinalados quando se fala de voto feminino. Vamos acompanhar trechos desta matéria:

MADRID, agosto (via aérea) - O excedente de mulheres na Hespanha constitue hoje um problema realmente importante [...] principalmente se encarado sob o ponto de vista político. A superioridade numerica das mulheres faz pensar na perspectiva de um governo controlado pelos votos femininos. Não se admite a probabilidade de um controle absoluto, mas todos convêm que o **eleitorado feminino poderá exercer profunda influencia nos meios políticos**, creando e orientando uma corrente poderosa. O suffragio feminino está garantido pela Constituição, cujo artigo 36 diz o seguinte: ‘Os cidadãos de ambos os sexos, de 23 annos de idade ou mais, terão os mesmos direitos eleitoraes.’ Esse artigo foi approved praticamente sem discussão. **As mulheres hespanholas** com notáveis excepções, **demonstraram pouco interesse pela concessão dessa regalia eleitoral.**[...] O problema agora é saber como votarão as mulheres. A propósito, relembra-se que o fallecido dictador Primo de Riveira, quando se encontrava no poder, tinha o proposito de organizar uma nova constituição, na qual seria garantido o direito de voto ás mulheres. Confiava o vencedor de Marrocos que **ellas votariam conservadoramente** – sob provavel **influencia dos padres** ou dos seus confessores. Hoje, uma das sociedades que mais pugnam pelos direitos femininos é a Acção Popular, partido catholico. [...] Segundo dados colligados [...] as mulheres votarão nos partidos de extrema direita e da extrema esquerda, não dando praticamente votos aos grupos moderados do centro.³³⁰

Acredito ser válido fazer um paralelo entre o caso espanhol e o brasileiro. Afinal, do mesmo modo que no Brasil, o voto feminino na Espanha parece ser encarado como uma “regalia”, como um privilégio que não estava sendo devidamente apreciado pelas mulheres. Ou seja, após conquistar o direito do voto, as mulheres não o estavam valorizando da forma esperada, como demonstra tal notícia. A escolha feita pela editoria do jornal em divulgar, de forma destacada, a matéria, pode levar a crer que, por analogia, o voto no Brasil também não seria apreciado pelas mulheres.

Uma dúvida aparece estampada nesta notícia: qual seria a tendência do voto feminino? Este ponto era considerado uma incógnita, tanto na Espanha quanto no Brasil. A notícia veiculada na primeira página do *Correio do Povo*, do dia 25 de setembro de 1932, externa a preocupação dos políticos brasileiros: “como o voto feminino trará surpresas, já andam

³³⁰ *Correio do Povo*, 04/09/1933, p.2. Grifo meu. O voto feminino na Espanha foi sancionado na Constituição de 1931 na vigência da Segunda República.

alarmados os políticos...”. Esse receio parece ser justificado por outro ponto destacado: a tendência conservadora deste novo eleitorado, que seria muito influenciado pelos religiosos e, em particular, pelos padres católicos.³³¹

Mas o que chama a atenção é o porquê desta notícia ser veiculada em destaque neste momento – setembro de 1932. Observa-se, no gráfico de barras três que, a partir desta data, tem-se cada vez mais menções ao voto feminino e esta notícia internacional que tão bem resume os argumentos apresentados no caso espanhol, ajusta-se perfeitamente ao momento vivenciado no Brasil, acredito ser esta a razão do destaque dado a ela.

Todavia, o tema mais encontrado nas matérias do jornal é o que trata do alistamento eleitoral, perfazendo um total de 60% das notícias veiculadas pelo *Correio do Povo*.³³² Acredito que a grande incidência desta vertente noticiosa pode ser creditada ao momento nacional vivenciado pelos meses aqui retratados. Após a promulgação do Código Eleitoral (24/02/1932) e o estabelecimento da data limite de 25 de março para o alistamento eleitoral, as atenções e tensões nacionais voltam-se para as novidades consagradas, como o voto secreto e o feminino, o que faz com que a questão do alistamento passe a ter um destaque inusitado. O Código Eleitoral determina dois tipos de qualificação, a “ex-officio” e a por iniciativa do cidadão.³³³ Depois de alistado, o eleitor recebia o título eleitoral com fotografia.³³⁴

Qual é o teor destas notícias? Já se acentuou que grande parte trata do alistamento eleitoral. Mas o que informam? Além das diversas confusões de interpretação do novo código eleitoral, que se instalou nos recém-criados tribunais eleitorais, também merecem destaque as listas com os primeiros eleitores qualificados, tanto homens como mulheres, e a contagem de eleitores nos diversos estados da República³³⁵.

³³¹ A suposta tendência conservadora da mulher já foi referida no capítulo anterior.

³³² Como pode ser verificado nas edições dos dias 03/07/32, 25/09/32, 12/10/32, 10/11/32, 12/11/32, 04/12/32, 18/12/32, 23/02/33, 24/02/33, 19/03/33, 22/03/33, 23/03/33, 24/03/33, 05/04/33 e 19/04/33.

³³³ O capítulo I do Código Eleitoral trata da qualificação “ex-officio” e de quem é compulsoriamente inscrito nesta categoria. Os diversos profissionais deveriam ser registrados pelos seus chefes ou responsáveis. Material disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/portaleicoes/ap/legislacaoEleitoral.asp>>. Acesso em 14.jun.2007. Partes do Código podem ser consultadas no anexo A.

³³⁴ A questão da incorporação da fotografia do eleitor, como uma forma de coibir fraudes, também acarretou muita discussão, principalmente pela dificuldade de se obter fotos fora das capitais dos estados. Ver exemplo de um título eleitoral da época, no anexo B. “Até o ano de 1875 não havia título de eleitor no Brasil, mas somente qualificação, sendo o votante (1º grau) identificado, no momento da eleição, pelos membros da mesa ou pelos circunstantes. O Decreto nº2.675, de 1875, [...] instituiu, pela primeira vez, o título de eleitor.” Como informa FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A Evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro*. Brasília: TSE/SDI, 2005, p. 215.

³³⁵ Dados como número de eleitoras inscritas foram publicadas nos dias 23 de março, 16 e 19 de abril e 03 de maio de 1933.

Outro tema recorrente é o **entusiasmo** verificado na qualificação eleitoral. Como se pode observar, na matéria publicada em 10 de fevereiro de 1933, que informa o crescente número de pedidos de qualificação de eleitores não-automáticos em Porto Alegre – mais de 200 pedidos diários, quanto ao eleitorado compulsório ou “ex-officio” esta já passava de 10 mil na capital gaúcha.³³⁶ O estado de São Paulo é tido como o campeão de alistamento. O *Correio do Povo* traz constantemente matérias sobre isso, insistindo no “exemplo de civismo” demonstrado pelo povo paulista.

Mais um aspecto que é destacado pelo *Correio do Povo* é a atuação dos católicos e da sua **Liga Eleitoral Católica (LEC)** criada para incentivar a atividade de qualificação eleitoral. Ela também orientava os vigários para

esclarecerem os fieis de ambos os sexos sobre o grave dever que incumbe a todo catholico de qualificar-se, afim de garantir a eleição de deputados que defendam as reivindicações da consciencia catholica na próxima Constituinte (Ensino religioso facultativo nos collegios publicos, assistencia religiosa ao Exercito e á Armada, reconhecimento civil do casamento religioso.)³³⁷

Com o término do prazo para o alistamento, o *Correio do Povo* estampa na primeira coluna da sessão **Diversas** o número de eleitores inscritos nas três zonas eleitorais de Porto Alegre, a saber: na primeira, foram computados 14.993; na segunda, 4.751; e na terceira, 4.512, totalizando 24.256 pessoas alistadas e aptas para votar nas eleições de 3 de maio.³³⁸

O número de eleitores inscritos em todo o país é noticiado como sendo de 1.284.904 sendo 77.369 no estado do Rio Grande do Sul, conforme veiculado na capa da edição do dia 3 de maio de 1933. Na página oito desta edição, também pode-se ler:

Apezar da escassez do tempo e de outras dificuldades surgidas, Porto Alegre, por intermedio dos partidos Republicano Rio Grandense, Libertador e Liberal, conseguiu inscrever regular numero de eleitores. [...] os que se habilitaram para votar attingem a um total de 24.000, sendo que desses, dez mil são funcionarios civis e militares. [...]

³³⁶ Essa matéria não foi acrescida nos quadros de análise, por não tratar especificadamente do voto feminino, que é afinal o mote principal dessa pesquisa. Porém, sempre que alguma matéria for considerada importante, será acrescentada no corpo do texto.

³³⁷ *Correio do Povo*, 10/11/1932, p.10. Foram formadas caravanas para percorrer o interior do estado do Rio Grande do Sul e assim incentivar a qualificação eleitoral, como se pode ler nos dias 4 e 18/12/32. A LEC travou batalhas significativas em prol do alistamento feminino, e se autodenominava como uma força extra partidária. Mais adiante este tema será retomado.

³³⁸ *Correio do Povo*, 26/03/33, p.4.

A inédita participação feminina não é esquecida pelo jornal, que ainda informa, nesta mesma notícia:

É a primeira vez, na história política de nosso paiz, que a mulher vota. **Em Porto Alegre o eleitorado feminino atinge a um total de 4.000, ou sejam, cerca de 20% sobre o eleitorado da capital.** As eleitoras, na maioria, são professoras, funcionarias publicas, que, em grande numero, exerce a sua actividade nas repartições locais.

Acredito que o total de mulheres alistadas prove uma participação expressiva desse novo elemento no pleito eleitoral. Outro ponto destacado nesta notícia é que, “pela primeira vez no paiz, a votação será secreta.” As páginas de número oito e nove da edição do dia 3 de maio de 1933 foram totalmente dedicadas às eleições. Em ambas a manchete foi a mesma: “Realisam-se hoje em todo o paiz as eleições á Constituinte.” Tem-se também as fotos dos candidatos a deputados constituintes pelo Rio Grande do Sul e uma foto da candidata Natércia Silveira, rio-grandense que concorre às eleições pelo Distrito Federal.

Assim, a participação feminina nas eleições de maio de 1933 pode ser considerada como expressiva, levando-se em conta o ineditismo do fato e que, no Brasil, até então, as eleições não mobilizavam grandes parcelas da população. Letícia Canêdo, como já citado no capítulo anterior, apresenta dados para a Primeira República, salientando que “quase 80% da população brasileira estava afastada, pelas leis republicanas, do direito ao voto.”³³⁹ Jairo Nicolau destaca que, na eleição de 1933, a participação popular continuou tão baixa quanto no período anterior, na Primeira República, chegando a mobilizar apenas 3,3% da população brasileira.³⁴⁰

4.1.2 AS NOTAS

O outro tipo de material considerado informativo são as notas, e no período abarcado neste capítulo, também privilegiam a temática do alistamento. Pode-se acompanhar a distribuição das notas pelas páginas do *Correio do Povo*, a sua localização por coluna e o número de linhas no quadro de número dez. Foram publicadas de forma preferencial na capa e

³³⁹ CANEDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a Votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (org). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 532.

³⁴⁰ NICOLAU, Jairo. A Participação Eleitoral no Brasil. Disponível em: <<http://www.brazil.ox.ac.uk/workingpapers/Nicolau26.pdf>> Acesso em: 24.abril.2007. Este assunto será retomado no próximo capítulo.

contracapa do jornal, dando destaque, nestas páginas, às informações do eixo Rio de Janeiro-São Paulo (69,6%).

Quadro 10

Distribuição espacial das notas no *Correio do Povo*

Dados básicos		Localização nas colunas									Dados adicionais	
<i>data</i>	<i>página</i>	<i>C1</i>	<i>C2</i>	<i>C3</i>	<i>C4</i>	<i>C5</i>	<i>C6</i>	<i>C7</i>	<i>C8</i>	<i>C9</i>	<i>linhas</i>	<i>Origem</i>
27/08/32	2					x					11	Peru
13/09/32	1					x	x				17	RJ
16/09/32	1							x			35	RJ
24/09/32	1									x	9	RJ
08/11/32	1									x	16	RJ
30/11/32	4						x				7	Rs
04/12/32	7							x			14	SP
08/12/32	1				x	x					16	RJ
17/12/32	2					x					10	Uruguai
11/01/33	1							x			11	RJ
27/01/33	1					x					14	RJ
03/02/33	1	x									28	RJ
03/02/33	1									x	17	RJ
18/02/33	12		x								35	SP
19/02/33	7		x								6	Rs
25/02/33	1			x							24	RJ
02/03/33	1									x	27	RJ
12/03/33	24(u)	x									13	SP
14/03/33	1								x	x	30	RJ
22/03/33	3									x	7	Rs
28/03/33	7	x									22	RJ
29/03/33	12(u)							x			15	SP
02/04/33	1			x							10	RJ
08/04/33	1				x						19	RJ

Somente uma nota foi encontrada com uma temática internacional, sendo veiculada em dezembro de 1932. E informa: “O direito de voto á mulher, no Uruguay [...] A Camara dos Deputados aprovou por 86 contra 1, o projecto de lei que concede o direito de voto á mulher. O communista Gomez foi unico membro da Camara que votou contra a medida.” O que parece se relacionar muito com as notícias já veiculadas e que colocam os membros mais “liberais” da sociedade contra o voto feminino.

O alistamento eleitoral aparece assim como tema principal em 12 notas³⁴¹ - 50% do total. Tratam das questões mais diversas, indo desde o requerimento da primeira eleitora no Rio de Janeiro, “a senhorita Morenita Guimarães que será, assim a primeira mulher candidata ao direito de voto”³⁴², passando pela inusitada inscrição, no mesmo dia, na cidade do Rio de Janeiro, de 200 mulheres da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino³⁴³ (noticiado em 8 de dezembro de 1932), até as interpretações do Código Eleitoral feitas pelo ministro Hermenegildo de Barros, presidente do Superior Tribunal Eleitoral.³⁴⁴

Um assunto que gerou polêmica, sendo bastante explorado nas páginas do *Correio do Povo*, foi o caso de algumas religiosas de São Paulo que se alistaram³⁴⁵. Em 12 de março de 1933, aparece estampado na contracapa da edição: “Tres freiras do convento de Amparo requereram qualificação para votar, o que está sendo commentado pela imprensa.” Em 28 de março se tem publicado a resposta do Tribunal Eleitoral:

Para inscrever-se deverá o cidadão qualificado offerecer tres cópias da sua photographia, apresentando a imagem nítida da cabeça descoberta, tomada de frente, como o exige o art. 15 [...]. O Tribunal Superior, por isso, negou autorização para que os juizes eleitoraes acceitem retratos das irmãs de caridade, com as vestes talaes tendo sobre a cabeça o manto da respectiva congregação religiosa.”

³⁴¹ Ver as edições de 13/09/32, 16/09/32, 04/12/32, 08/12/32, 11/01/33, 27/01/33, 03/02/33, 19/02/33, 25/02/33, 12/03/33, 28/03/33 e 29/03/33.

³⁴² *Correio do Povo*, 16/09/32, p.1.

³⁴³ A criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) já foi referenciada no primeiro capítulo desta dissertação.

³⁴⁴ Como exemplo da atuação do ministro, tem-se em 25 de fevereiro de 1933, a notícia de que “é facultativa à funcionária publica a acção de votar.” E em quatro de fevereiro, a decisão de que a “mulher eleitora não é obrigada a servir no Jury” publicada na capa desta edição.

³⁴⁵ O mesmo tema é tratado em mais cinco matérias no mês de março de 1933, sendo um artigo veiculado no dia 16; dois sueltos, nos dias 18 e 21; um editorial, no dia 18 e uma entrevista em 21 de março. E serão agregadas na análise mais adiante.

No dia seguinte, lê-se o lamento:

O mundo catholico recebeu com pezar a resposta do Superior Tribunal Eleitoral, do Rio, para o Tribunal Regional Paulista, de que as freiras só poderão se inscrever offerecendo photographias com a imagem nítida da cabeça, descoberta e tomada de frente, sem as vestes talares nessa parte do corpo. Com isso, São Paulo perderá cerca de seiscentos votos, tanto na capital como no interior.

Assim, o que mais se destaca nas páginas do jornal, e de forma insistente, é a “corrida” para a qualificação eleitoral. A leitura destas notícias e notas passa uma sensação contínua de entusiasmo e comprometimento dos assim chamados “elementos femininos” com o alistamento. Tanto que, no mês de março de 1933, o *Correio do Povo* veicula sete matérias com este mote. Com o encerramento do prazo do alistamento, as matérias enfocam o número dos eleitores inscritos e o nome dos candidatos a uma vaga na Assembléia Constituinte³⁴⁶. Passo agora a analisar o material enquadrado como opinativo do jornal.

4.2 O *Correio do Povo* publica e opina

Após uma minuciosa seleção nas matérias do *Correio do Povo*, defini que 80 matérias podem ser consideradas de cunho opinativo, ou seja, 62% do *corpus documental*, estando assim subdivididas em cinco categorias: 32 artigos, 16 entrevistas, 15 sueltos, 8 editoriais e 9 matérias consideradas como material pago, e que foi publicado nas páginas do *Correio do Povo* sob a alcunha de “A Pedidos”. Inicio a apresentação e análise deste material pelos sueltos.

³⁴⁶ O nome e o partido dos candidatos a uma vaga de deputado constituinte pelo estado do Rio Grande do Sul podem ser conferidos no apêndice B.

4.2.1 OS SUELTOS

Como já definido anteriormente, o que diferencia o suelto do material considerado informativo é que ele, além de informar sobre o assunto em pauta, também o comenta. Neste universo de 80 matérias, encontrei 15 sultos, sendo publicados em grande parte – 93,3% – na capa ou na contracapa do jornal. Como se pode observar no quadro de análise 11, foram publicados com maior frequência nas quatro últimas colunas de cada página analisada. O número de linhas dedicado parece indicar um interesse mediano pelo tema, pois 93,3 % encontram-se na faixa definida de até 200 linhas. Todos tratam de temas nacionais.

Quadro 11

Distribuição espacial dos sultos no *Correio do Povo*

Dados básicos		Localização nas colunas									Dados adicionais	
<i>data</i>	<i>página</i>	<i>C1</i>	<i>C2</i>	<i>C3</i>	<i>C4</i>	<i>C5</i>	<i>C6</i>	<i>C7</i>	<i>C8</i>	<i>C9</i>	<i>linhas</i>	<i>Origem</i>
02/06/32	1					x	x				27	RJ
23/09/32	1								x	x	123	RJ
09/12/32	1						x				60	RJ
12/01/33	16(u)							x			37	SP
28/01/33	1									x	48	RJ
08/02/33	1		x								16	RJ
09/02/33	12(u)							x	x	x	157	SP
16/02/33	1								x	x	96	RJ
22/02/33	4								x	x	88	Minas Gerais
04/03/33	1						x	x			26	SP
04/03/33	12(u)							x	x	x	220	SP
10/03/33	12(u)		x	x	x	x					200	SP
25/03/33	12(u)				x						24	Rs
09/04/33	1				x	x	x				117	RJ
02/05/33	1							x			26	RJ

Os sueltos abordam basicamente a mesma temática que o material informativo - o alistamento eleitoral, o que fez com que este fosse um dos assuntos mais informados e comentados nestes meses antes da eleição para a Assembléia Constituinte pelo *Correio do Povo*. Aparece como mote em seis sueltos³⁴⁷ que saúdam, por exemplo, o alistamento de mulheres ilustres, tais como a irmã de Carlos Gomes, uma senhora de 80 anos de idade, e da Miss Alegrete. São sempre utilizadas palavras como “exemplo de civismo” e “patriotismo” para qualificar o comparecimento das mulheres nas mesas de alistamento.

Mais uma vez, as recomendações de Laurence Bardin foram seguidas para valorar as matérias e enquadrar os principais argumentos encontrados. Apesar do que já foi definido anteriormente (capítulo três), que, para ser considerado um suelto, a matéria já contém na definição um juízo de valor sobre o fato comentado, nota-se, no quadro 12, que defini dois sueltos como tendo direção neutra. Tal fato aconteceu pois estes apenas citaram a questão do voto feminino, que, como o leitor deve estar lembrado, foi um dos critérios aqui estabelecidos para que a matéria recebesse a alcunha de neutro. Assim, dos **15 sueltos** analisados, defini **quatro** como tendo uma **direção desfavorável**, **dois** como tendo uma **direção neutra** e **nove** como tratando do tema de forma **favorável**.

A questão do alistamento das freiras da cidade de Amparo é mais uma vez informada e comentada. Sob o título de *As orelhas e o alistamento*, pode-se acompanhar, em 9 de abril de 1933, a fina ironia com que a decisão do Tribunal Federal é tratada:

Se se nega o titulo de eleitor ás irmãs de caridade, sob a allegação de que nos retratos que juntam ás petições de alistamento não apparecerem as duas orelhas, como o código quer, da mesma forma, e em respeito á lógica, devem ser indeferidos os requerimentos daquelles que teem uma orelha unica, ou não possuem nenhuma orelha para figurar nas photographias.

³⁴⁷ *Correio do Povo* edições de: 23/09/32, 09/02/33, 16/02/33, 04/03/33, 25/03/33, 09/04/33. Outro tema debatido nas páginas do jornal, relacionado ao voto feminino, é o que diz respeito à participação das mulheres no corpo de jurados e nas Forças Armadas, sempre considerado como uma extensão dos deveres advindos da conquista do voto. Tal assunto será retomado brevemente no capítulo cinco.

Quadro 12

Direção dos argumentos encontrados nos sueltos do *Correio do Povo*

Data	Argumento
02/06/32	Pró
23/09/32	Pró
09/12/32	Neutro
12/01/33	Pró
28/01/33	Contra
08/02/33	Neutro
09/02/33	Pró
16/02/33	Pró
22/02/33	Contra
04/03/33	Pró
04/03/33	Pró
10/03/33	Contra
25/03/33	Pró
09/04/33	Pró
02/05/33	Contra

O alistamento das mulheres aparece impresso, assim, principalmente entre os meses de fevereiro e março de 1933, e também destaca o entusiasmo que o “elemento feminino” empregou na captação de novos eleitores. Um exemplo desta abordagem pode ser verificado neste trecho transcrito em 9 de fevereiro:

Vae um sôpro cívico por todo o Estado de S. Paulo. E, o serviço de alistamento eleitoral, a principio, recebido com indiferença e, até descrença, já agora empolga [...] é impulsionado, em grande parte, pelos esforços da mulher paulista, que, assim, pela força persuasiva do seu exemplo e do seu sorriso, vae desempenhando a grande tarefa civica de alistar cidadãos para o pleito de maio.

Tem-se ainda, em outro trecho da mesma matéria, mais palavras louvando o esforço feminino, que aqui transcrevo:

essa atitude das mulheres paulistas, era mesmo de se esperar, pelo simples fato de ser nobre, natural e logico. [...] é interessante que o Rio Grande conheça as palavras de um juiz paulista de uma modesta comarca do interior, ao expedir o primeiro titulo eleitoral de uma senhora de Araras.

Assim, segundo as palavras do referido juiz:

Fizeram do Brasil um agglomerado de escravos, subordinados a meia duzia de políticos mais ou menos intoleráveis. Para o reerguer, appellase agora para a mulher. Todas as **nossas melhores esperanças se voltam para o voto feminino**. Só a mulher patricia, com o seu character bem formado, poderá insuflar um **sopro vivificador** no organismo debilitado do Brasil. Sómente ella poderá sacudil-o desse entorpecimento e despertal-o para um novo surto de progresso. O homem político fracassou. Cumpre á mulher auxiliá-lo, para o restabelecimento do regimen da paz e da honra. **A mulher opera milagres, pelo coração**. Faça, pois, o de implantar no Brasil, de um extremo a outro, o primitivo espirito de fraternidade christã. [...] A redempção do povo brasileiro virá do coração de suas filhas dilectas.³⁴⁸

Destaco em negrito certos trechos deste suelto por nele encontrar muitos dos elementos enumerados para justificar e instigar a mulher a se alistar, como a esperança de que a mulher traria moralidade ao pleito eleitoral, pela sua bondade e religiosidade e que se encontram destacados em negrito no excerto acima. Este também é o mote do suelto veiculado em 23 de setembro de 1932 que reproduz, em duas colunas, a opinião dos jornais cariocas *Diário de Notícias* e *O Globo*. Ambos consideram que “o alistamento das mulheres vae alterar muito os methodos eleitoraes.” *O Diário de Notícias* ainda indaga:

Para melhor? Bem possível que seja. As mulheres têm um agudo senso pratico e são mais difficeis de serem induzidas por fantasias irreaes, dessas tão em voga nas campanhas eleitoraes. Inclnam-se, sempre, pelo lado positivo das coisas e quem sabe se a sua contribuição política, no Brasil, não virá contrabalançar esse perpetuo romantismo, em que vivemos [...]

Portanto, o “horizonte de expectativas” que se viu descortinado com a promulgação do Código Eleitoral, continua cada vez mais presente nas páginas do *Correio do Povo*, ao tratar da questão do alistamento eleitoral. Colocava-se nas mãos (e nas costas) das mulheres a difícil tarefa de moralizar as eleições. Uma expectativa muito alta, que certamente não poderia ser alcançada, mas plenamente vinculada aos ideais positivistas, como já se teve a oportunidade de se abordar no primeiro capítulo desta dissertação.

No início do ano de 1933, algumas mulheres da cidade de Diamantina contestam o dever de se apresentarem como juradas. Este mote é utilizado em várias matérias, que

³⁴⁸ *Correio do Povo*, 09/02/1933, p.12. Grifo meu.

aproveitam para lançar mais argumentos para negar e, até mesmo, ridicularizar as mulheres no seu direito de reivindicar novos postos de atuação. Pode-se acompanhar um exemplo disto, num trecho retirado do *suelto* de 28 de janeiro de 1933:

Parece que as mulheres no Brasil estão divididas em duas correntes: uma a das feministas, que querem ser como os homens são e outra, as femininas, que querem continuar como Deus as fez. As da primeira corrente pleiteiam a equiparação dos direitos até dos deveres, que até agora era privilegio do sexo barbado [...] As mulheres pleitearam a equiparação política e conseguiram que as senhoras cariocas já estão incluídas nos conselhos de sentença e que, portanto, as diamantinenses devem aceitar o fruto de suas reivindicações.

Como se pode observar acima, um dos argumentos utilizados pelos detratores das conquistas femininas era o da **natureza**, ou de que a mulher estaria se masculinizando, ao se intrometer no mundo público e, por excelência, masculino. Peter Gay também salienta este ponto, ao tratar das especificidades do mundo vitoriano. Para ele, “[...] se a sociedade continua a relegar as mulheres [...] ao casamento e à maternidade, uma mulher no mundo, ganhando dinheiro, precisava ter algo de homem.”³⁴⁹

Branca Moreira Alves aponta que, no caso brasileiro, as mulheres, ao pedirem e, mesmo, exigirem uma maior participação no mundo público, tomavam o cuidado de não negar sua forte e permanente ligação com o mundo doméstico, como se tem salientado no trecho que reproduzo a seguir:

Na argumentação sufragista persiste este paradoxo: o mundo externo, mantido injustificadamente como monopólio masculino, deve ser por direito repartido com o sexo feminino; entretanto, uma parte do raciocínio utiliza também como fundamento a especificidade do domínio natural da mulher, ou seja, sua ligação com a maternidade, a criança, as tarefas domésticas [...]. Reivindica-se igualmente, por um lado, e mantém-se, por outro, a especificidade da função feminina.³⁵⁰

Vamos, agora, analisar os editoriais do *Correio do Povo* e identificar de que maneira o jornal se posicionava sobre tal questão.

³⁴⁹ GAY, Peter. *A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 347. Estes paradigmas já foram explorados no capítulo um.

³⁵⁰ ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 111.

4.2.2 OS EDITORIAIS

É o momento de se apresentar mais um tipo de material opinativo: os editoriais. A distribuição dos **oito editoriais** por página e coluna do *Correio do Povo* pode ser acompanhada no quadro treze. Todos foram publicados na página três e, pela análise do número de linhas de cada editorial, pode-se inferir um interesse médio mostrado pelo jornal na veiculação dessas matérias.

Quadro 13

Distribuição espacial do editorial no *Correio do Povo*

Dados básicos		Localização nas colunas									Dados adicionais	
<i>data</i>	<i>página</i>	<i>C1</i>	<i>C2</i>	<i>C3</i>	<i>C4</i>	<i>C5</i>	<i>C6</i>	<i>C7</i>	<i>C8</i>	<i>C9</i>	<i>linhas</i>	<i>Argumento</i>
30/08/32	3		x	x	x						83	Contra
20/10/32	3			x	x						50	Pró
09/11/32	3		x	x							71	Contra
08/02/33	3		x	x							82	Contra
16/02/33	3			x							73	Neutro
18/03/33	3				x	x	X				177	Pró
01/04/33	3				x	x	X				132	Pró
02/04/33	3		x								64	Neutro

De maneira diversa da verificada no capítulo anterior, onde encontrei apenas argumentos favoráveis ao sufrágio feminino, nesta etapa nota-se três editoriais abordando tal questão de maneira negativa e três de maneira positiva. O que parece apontar para um certo equilíbrio proposto na sua abordagem pelo jornal. Mais uma vez, considere como argumento neutro os editoriais que apenas citaram o tema do voto feminino de forma secundária. Entre os editoriais considerados de argumentação positiva, tem-se novamente comentado o caso das religiosas que se alistaram em São Paulo. Tal empreendimento é considerado como “uma

página linda de civismo, é uma lição bellíssima de patriotismo.”³⁵¹ O teor dos argumentos positivos, ao tratarem da questão do alistamento feminino, trazem sempre um tom de exaltação nos seus comentários.

A idéia de que **o voto da mulher iria moralizar a política** continua a perpassar todo o período analisado. Pode-se perceber tal assertiva, tanto na matéria veiculada em 20 de outubro de 1932, que explicita que o voto feminino deveria trazer “alguma cousa nova de moral e consciencia do voto”, como na publicada em 1º de fevereiro de 1933, que idealiza a futura participação das senhoras nas dependências do Palácio Tiradentes³⁵² como trazendo mudanças significativas nos hábitos e na maneira de se portar dos deputados. O editor desta última matéria considera que “haverá, no recinto, nos corredores, nos salões o ar ‘distingué’, que tomam, insensivelmente, os lugares onde ha senhoras. As conversas serão discretas. Nas discussões haverá uma cuidadosa escolha de palavras amavelmente polidas.”

Porém, esta idéia não era uma unanimidade, nem mesmo entre os editores do jornal. No editorial do dia 30 de agosto, pode-se ler:

[...] Não acreditamos que as mulheres venham auxiliar efficientemente a depressão da politica mundial. Em breve, misturando-se ás divergencias que agitam o character do homem, a mulher acabará por se integrar inevitavelmente ás aspirações e ás discórdias do homem, impossibilitando, com as suas indecisões, a indefinida situação do homem nas controversias nacionaes e internacionaes.

Igualmente é destacado, nos editoriais veiculados no ano de 1932, a aparente **falta de entusiasmo** das mulheres no alistamento eleitoral, tanto que, em 9 de novembro, lê-se:

Em realidade, frizamos, porque, abertas agora as portas da politica para as mulheres, estas manifestam-se de um desanimo, de uma decepção que desafia todas as provas em contrario. Um numero reduzido, bastante diminuto, das políticas femininas do futuro correm a se alistar para a reivindicação do direito de voto [...] Era muito de se esperar que o voto feminino, depois de conseguir o ingresso preliminar, não passasse da sala de espera geral de uma vontade subjectiva apenas, não indo além do vestibulo de um capricho de imitação que as mulheres brasileiras não podem assimilar, sem prejuízo dos próprios sentimentos e costumes em que foram educadas.

³⁵¹ *Correio do Povo*, 18/03/1933, p.3.

³⁵² O Palácio Tiradentes, local da reunião dos deputados constituintes, foi inaugurado por ocasião das comemorações do Centenário da Câmara dos Deputados, sendo sua sede de 1926 a 1960, quando ocorreu a transferência da Capital Federal para Brasília. Hoje, abriga a sede da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Assim, a luta pelo direito da mulher participar do pleito eleitoral era considerada, por este editor, apenas como mais um capricho feminino, que queria imitar as suas irmãs estadunidenses, que já possuíam este privilégio. Acredita ainda que o pequeno movimento apontado nas sessões de alistamento só poderia significar uma coisa, que o voto feminino não passava mesmo de “fogo de palha”. Porém ele, convenientemente, parece se esquecer que também os homens não estavam mostrando um entusiasmo exagerado pelo alistamento eleitoral.³⁵³

O editorial, por outro lado, assinala a grande expectativa que a participação da mulher no pleito eleitoral estava gerando no país. Grandes expectativas que estavam gerando grandes frustrações, no momento em que não correspondiam à realidade do momento nacional, como assinala o final desta matéria:

Seria até interessante, apesar de humilhar a nossa jactancia patriótica, que as mulheres se alistassem para darem aos homens brasileiros uma alta lição de civismo consciente, um elevado exemplo de opinião, definida, tornando-se para nós um paradigma moral e mental de honestidade, sinceridades e responsabilidades. Mas... O entusiasmo era um, e a realidade é outra.

Em 8 de fevereiro de 1933, outro editorial indaga se o voto feminino poderia aumentar “o prestígio da mulher brasileira.” Procura fazer uma comparação entre os casos brasileiro e francês, e acentua que, na França, a mulher não possui o direito de voto, mas que reina no lar, ou seja: “Em casa, opina a esposa, a companheira da lucta aspera pela vida, economica, ‘bonne menagère’. Sob a sua influencia tutellar, vota o marido.” Um tom de lamento perpassa o editorial e sugere que a mulher deveria manter o seu campo de influências restrito ao lar e ao seu mundo doméstico, e não se imiscuir na vida política do país.

Neste sentido Peter Gay aponta que

[...] os críticos do feminismo se espalhavam por todo o cenário intelectual. Velhas piadas apócrifas continuavam a divertir, e a convencer, novos seguidores. Havia uma sobre a dona de casa feliz e mãe de filhos orgulhosa que rejeitava o voto para as mulheres porque, como dizia, ‘já controlo os votos de meu marido e meus filhos.’ Esse paradoxo familiar e fraco, tão atraente antes da década de 1870, continuou sendo um artigo básico no século XX.³⁵⁴

³⁵³ A matéria publicada em 8 de novembro de 1932, na página um, traz a informação: “é reduzidíssimo o número de eleitores voluntários já qualificados.”

³⁵⁴ GAY, op. cit., p. 326.

Esta avaliação do autor parece indicar para uma permanência e reincidência dos argumentos contrários ao voto feminino, uma vez que são sempre os mesmos argumentos que continuavam a ser mencionados e apresentados como justificativas para se negar qualquer direito as mulheres.

4.2.3 OS ARTIGOS

Apresento, agora, a categoria responsável pelo maior número de matérias encontradas nesta etapa da análise, os **artigos**. Totaliza 30 matérias que são mais uma vez, de forma preferencial, publicadas na página três – 86,7% - como se observa no quadro quatorze. De forma semelhante a encontrada no capítulo anterior, quase todos (63,3%) fornecem argumentos negativos à concessão do voto à mulher, instando-a a renegar este direito recém adquirido, com argumentos que procuram mostrar os malefícios que o voto feminino iria trazer para a sociedade e a família, como se verá mais adiante.

A quantidade de linhas dedicada aos artigos permite inferir um interesse mediano conferido na publicação das matérias referentes ao voto feminino, visto que grande parte dos artigos – 87,5% - está na faixa considerada de interesse médio. Todas as colunas foram utilizadas para a exposição das opiniões dos articulistas.

Quadro 14

Distribuição espacial dos artigos no *Correio do Povo*

Dados básicos		Localização nas colunas									Dados adicionais	
<i>data</i>	<i>página</i>	<i>C1</i>	<i>C2</i>	<i>C3</i>	<i>C4</i>	<i>C5</i>	<i>C6</i>	<i>C7</i>	<i>C8</i>	<i>C9</i>	<i>linhas</i>	<i>Argumento</i>
01/05/32	11				x	x	x	x	x		411	Pró
12/05/32	3				x	x	x	x			212	Neutro
14/06/32	3									x	80	Contra
26/06/32	3						x	x	x		57	Pró
23/07/32	3				x	x	x				168	Contra

Dados básicos		Localização nas colunas									Dados adicionais	
<i>data</i>	<i>página</i>	<i>C1</i>	<i>C2</i>	<i>C3</i>	<i>C4</i>	<i>C5</i>	<i>C6</i>	<i>C7</i>	<i>C8</i>	<i>C9</i>	<i>linhas</i>	<i>Argumento</i>
24/07/32	3							x	x	x	216	Neutro
26/07/32	3		x	x							164	Pró
03/08/32	3		x	x							134	Neutro
24/08/32	3									x	70	Contra
22/09/32	3		x	x							107	Neutro
25/09/32	11	x	x								93	Contra
27/09/32	3		x	x						x	62	Contra
20/10/32	3		x	x							98	Contra
25/10/32	3		x	x							113	Contra
01/11/32	3			x	x	x					114	Contra
06/11/32	3		x	x							122	Contra
11/11/32	3							x	x		122	Contra
11/11/32	3									x	77	Contra
22/11/32	3				x	x	x	x			125	Contra
01/12/32	3							x	x	x	141	Contra
09/12/32	3								x	x	154	Contra
15/12/32	3				x	x	x				150	Contra
04/01/33	3								x	x	168	Contra
25/01/33	3			x							69	Contra
28/01/33	3					x	x	x			117	Pró
29/01/33	3			x	x						107	Contra
07/02/33	3								x	x	156	Contra
05/03/33	24(u)				x	x	x				155	Neutro
16/03/33	3			x	x						88	Neutro
11/04/33	3			x							52	Contra
18/04/33	2				x	x	x				216	Neutro
03/05/33	3			x							39	Pró

Os argumentos positivos, por serem poucos (15,6%), merecem ser apresentados e destacados, inclusive por irem “contra a maré” dos articulistas do *Correio do Povo*. Na matéria publicada em 1º de maio de 1932, intitulada *Direitos políticos para as mulheres mexicanas*, tem-se um breve resumo dos lugares onde o voto feminino já era uma realidade em 1932. Assim, o autor nos diz que, “dessa forma, vae o feminismo conquistando a sua alforria, livrando-se sem os sacrificios que custaram tal conquista ás lindas filhas de Inglaterra da tutella política dos homens.”³⁵⁵

Exaltando o direito das mulheres mexicanas de votarem nas pugnas eleitorais, o autor do artigo mostra que havia como um “único espírito” reivindicador destes direitos perpassando todo o mundo ocidental. Os seus argumentos em prol do voto feminino são basicamente os mesmos encontrados no Brasil, como os pedidos de mudanças na Constituição para incluir as mulheres como plenas cidadãs de seus países. Pode-se acompanhar este pedido, para o caso mexicano, nos trechos selecionados abaixo:

[...] A expressão varões [utilizada na lei eleitoral, no artigo 37] é que exclue a mulher do numero dos que podem exercer a sua atividade política. [...] a simples eliminação do vocabulo VARONES, da lei eleitoral, e nenhuma outra allegação de inconstitucional poderá invalidar o projecto [de conceder o voto feminino]. Ha, porém, entre os parlamentares que atacam essa conquista feminina, os que entendem que a mulher mexicana não se encontra preparada para o exercício dos direitos políticos; que se torna necessário antes da concessão do direito de voto, á implementação de outras reformas que se traduzem no melhoramento economico, cultural e moral da mulher e finalmente, os que [...] estão convencidos de que o voto á mulher constitue um perigo, ‘porque como el clero és en gran parte todavia dueno de las conciencias feminiles’, estas seriam fatalmente as mais legitimas representantes do catholicismo dentro da Camara.

Para o articulista, tais razões, além de frágeis, são ridículas, e assim expõe os seus argumentos:

O preparo cívico da mulher, notadamente no México, não é inferior ao do homem, sendo até, em muitos casos superior a deste. [...] Quanto a possível

³⁵⁵ Uma clara alusão ao movimento mais violento empreendido pelas mulheres inglesas, na busca de seus direitos políticos, e que foi muitas vezes recriminado em outros países, assim como no Brasil, onde as feministas sempre procuraram se desvincular do apelido de *sufrajetes*, pela clara veiculação negativa que tal alcunha trazia com o movimento inglês. Esse fato pode ser verificado em ALVES, op. cit., p. 65-140, onde a autora faz uma comparação entre o movimento sufragista praticado nos EUA e no Brasil, ambos considerados como movimentos mais pacíficos e voltados para o debate, tanto na imprensa quanto nos congressos, visando mudanças nas leis eleitorais dos respectivos países e não utilizando as táticas extremadas das suas parceiras de além-mar inglesas. Carla Pinsky e Joana Pedro descrevem a atuação das associações femininas inglesas como “agressivas” que, “no início do século XX, utilizavam táticas extremistas (quebra de vidros, uso de bombas incendiárias, invasão de reuniões parlamentares, greves de fome e mesmo suicídios políticos) para atingir seu objetivo.” Ver PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. Mulheres. In.: PINSKY, op. cit., p. 295.

influencia clerical sobre a mulher, esta, si se verificar, nunca será em detrimento dos interesses publicos ou dos seus sentimentos de patriotismo. [...] Os exemplos, neste particular, nos vêm de varios paizes, induziu mesmo a Hespanha republicana, onde, a despeito da eleição de duas mulheres para o parlamento, este tem tomado as medidas mais violentas contra a Egreja e as ordens religiosas. Os argumentos dos adversarios do voto ás mulheres são, pelo exposto, fragilissimos.³⁵⁶

Usando os mesmos argumentos dos detratores do voto feminino, o articulista os desnuda, apresentado-os como de sustentação fraca e pífia. Com este artigo, pode-se perceber que os mesmos (pré)conceitos estavam sendo veiculados em todo o mundo ocidental que, por sua vez, estava reivindicando uma maior participação dos eternos excluídos (como as mulheres, por exemplo) nos destinos políticos dos seus países.

Outro dos argumentos apresentados para negar o direito do voto às mulheres é que ele **afastaria a mulher do lar**, tema apresentado em vários artigos, tanto que trata negativamente o assunto, quanto de forma positiva. Trago como exemplo a matéria veiculada no dia 26 de junho de 1932, em que o autor aconselha as mulheres a se alistarem, sendo, portanto, favorável a sua inserção nas lides eleitorais; da sua leitura pode-se observar o ponto levantado acima (a questão de que o exercício do voto afastaria a mulher do lar) para rechaçá-lo:

Mulheres rio-grandenses, alistae-vos. Não negueis ao paiz o vosso concurso. Fostes feitas para o lar, dizem todos. Mas o vosso lar se esteia nas leis votadas nos parlamentos. Nelles é que se regulam as bases da família, os direitos dos conjuges, a posse dos filhos, a garantia do patrimonio. Sahindo do fogão para a urna do voto, não vos afastareis do lar – o alimento e a educação dos vossos filhos, o vosso bem estar, dependerão daquelles que foram reconhecidos os eleitos do povo. Alistae-vos, pois.³⁵⁷

Mas não se pode negar que os argumentos negativos, denegrindo este direito recém-adquirido pela mulher brasileira, continuam a ser a grande maioria dos veiculados nos artigos do *Correio do Povo*. O argumento que mais se destaca é, mais uma vez, o de que a mulher perderia a sua feminilidade ao exercer o direito do voto e que o equilíbrio do lar estaria em perigo³⁵⁸. O tema também é tratado numa singela charge publicada em 22 de maio de 1932,

³⁵⁶ O México concede o voto feminino somente em 1954. Para outras datas, consultar: SANTOS, Wanderley Guilherme dos (org.). *Votos e partidos: almanaque de dados eleitorais: Brasil e outros países*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

³⁵⁷ *Correio do Povo*, 26/06/1932, p.3. Este artigo foi baseado numa conferência transmitida pelo rádio, de autoria de Anor Butler Maciel, que assina a matéria. O tratamento dado à questão do sufrágio feminino, no Rio Grande do Sul, em nada se difere em relação ao restante do país, como já foi referenciado no capítulo um.

³⁵⁸ Como se pode observar nos artigos publicados em 14/06/32, 23/07/32, 24/08/32, 25/09/32, 27/09/32, 11/11/32, 25/01/33 e 07/02/33, além dos artigos assinados por Egydio Itaquí, que serão trabalhados à parte.

na seção intitulada *Femina*³⁵⁹, do *Correio do Povo*, ocupando duas colunas (2 e 3) da página ,e que apresento na figura 10.



Figura 10

- Inversão de papéis -

Fonte: *Correio do Povo*, 22.maio.1932, p. 13.

Em tal charge se pode acompanhar um claro exemplo do medo perpetuado de que a ida da mulher para os postos de trabalho a estivesse masculinizando. Sob o título *Os progressos do feminismo*, observa-se o cenário de um escritório, com a porta convenientemente fechada, como se o leitor fosse convidado a observar o que se passa atrás das salas cerradas dos escritórios. No quadro se destaca, em primeiro plano, duas figuras: uma sentada no colo da outra; se percebe que a figura que está sentada na cadeira é uma mulher; mas somente ao observarmos seus sapatos de saltos e sua saia, pois a indumentária dessa senhora mais serviria a um homem, com sua gravata listrada e seu cabelo muito curto e seu tamanho avantajado. O homem (parecendo constrangido) está sentado no seu colo, segurando numa das mãos um papel em branco e uma caneta, perto dos lábios. A legenda informa: “Ella (para o secretario) – Agora, Serapiãozinho, eu vou dictar uma cartinha...”

³⁵⁹ Essa seção era normalmente publicada na página 13, nas edições de domingo, e dedicava-se a assuntos ditos femininos, tais como: conselhos para a boa manutenção do lar, modas, riscos de bordados e, ocasionalmente, publicava charges e crônicas.

O que passa a leitura da charge? Que a mulher, ao tomar os postos de comando dos homens, estaria também adotando alguns dos hábitos (ruins é claro) dos homens, tais como o de abuso do poder no local de trabalho, levando ao constrangimento da parte mais “fraca” nesta relação desigual de poder (patrão-empregado). A mulher estaria, assim, perdendo o seu lugar de “anjo do lar”³⁶⁰. Até mesmo a sua feminilidade estaria em perigo, com a mulher masculinizando-se. Esta charge talvez devesse servir de alerta para as próprias mulheres, uma vez que foi publicada na página reservada exclusivamente para tratar de assuntos femininos.

Ainda analisando o artigo de 14 de junho de 1932, observa-se a persistência em tratar do tema em foco:

[...] Quando todas as mulheres votarem, precisar-se-á arrancar do homem outra costella para que se inicie uma nova série feminina. O dever cívico do voto é a profissão de fé da masculinidade. [...] Em cada voto lançado á urna por mãos femininas, perde o homem uma parcella de força e poder. [...] Apoiar o voto feminino nada mais é do que propagar a instituição da lei secca. É o madrigal mais absurdo de todos, o menos poético e o mais mentiroso de todos os incensos.

E termina a sua explanação perguntando: “Depois, se as mulheres se masculinizarem pelo voto, onde se achará a razão das conquistas?” Esta idéia é quase inalterável e aparece novamente em janeiro de 1933, quando um dos articulistas do *Correio do Povo*, identificado pelas iniciais S. G., narra aos leitores uma suposta ida que fez ao barbeiro. O articulista acredita que se deparou com um fato inusitado: uma mulher cortando os cabelos e falando de política, episódio considerado tão insólito que mereceu ser publicado no jornal, com tais palavras:

Ella fala como Eva devia falar no Paraizo, mandando Adão comer o fructo prohibido.. [...] A mulher e a politica são um assumpto indigesto. Elle, por associação de idéias, me faz lembrar feijões queimados e ceroullas sem botões...Mas enquanto o figaro me escanhoa, sou obrigado a ouvir. E ouço. A mellena visinha já vae a meio, sob a tesoura varonil e, não sei porque olhando de relance para a entusiasta suffragista, tive a impressão desoladora de que ella estava se barbeando...

Tais trechos bastam para exemplificar o teor dos argumentos utilizados para chamar a atenção dos leitores do *Correio do Povo* para a inversão de papéis que estavam acontecendo na sociedade, com as mulheres tomando o lugar dos homens, até mesmo no barbeiro, e esquecendo o seu devido lugar, a saber: em casa, cuidando dos afazeres domésticos. O

³⁶⁰ A imagem de ‘rainha do lar’, ‘anjo tutelar’ ou mesmo de ‘anjo do lar’ já foi devidamente apresentada no primeiro capítulo.

abandono do lar é assim sempre lembrado como um dos fatores de desagregação que o exercício do voto trará à mulher, como também se pode acompanhar neste trecho:

[...] Entrando em litigio político a mulher desloca-se do lar, centro ilimitado de sua missão cosmica. O abandono do lar reflecte no desamparo á familia e a mais bella flor da humanidade, a moral, de que é jardineira solicita a mulher, desaparecerá do canteiro da vida enmatagada pelas trevas damnosas da corrupção, da vaidade e do egoísmo.³⁶¹

O artigo de 25 de setembro de 1932 estampa, mais uma vez, que o feminismo é um perigo para a feminilidade da mulher e resume todos os pontos negativos até aqui expostos:

[...] o monstro da politica vae receber a offerenda dos melhores e mais úteis privilégios do mundo: feminilidade, illusão, amor, ternura, dedicação maternal. [...] O equilibrio da familia vae romper-se irremediavelmente. O contrapeso do homem, lutando fora de casa era a mulher lutando dentro de casa. [...] Com essa lei do voto político [...] corre-se o tremendo risco de que o castello da relativa felicidade humana venha ao solo. [...] Encaminhamos para o reinado das amazonas ou das mulheres-homens.³⁶²

De forma semelhante à observada no capítulo anterior, encontrou-se a publicação de uma série de artigos que esperava demover as mulheres do seu direito de participar do pleito eleitoral. Os artigos foram assinados por Egydio Itaquí e são em número de dez, ou seja, 33,3% dos artigos publicados são de autoria deste articulista. Todos recebem o título de *A Mulher e o Suffragio*, seguidos por um número romano que os diferencia, todos veiculados publicados entre os meses de outubro de 1932 e janeiro de 1933.³⁶³ A série de artigos é assim apresentada ao público:

O fito que temos em mira, ao escrever esta pequena serie de artigos subordinados á epigraphe supra, é empenharmos todos os nossos esforços para que a mulher não caia no volutábros da politicalha que cada vez mais nauseabunda se vae tornando em todas as partes do globo onde a razão está sendo suplantada pela espada.

O articulista dedica cada um de seus artigos posteriores a discorrer (negativamente) sobre o direito da mulher de se alistar para votar nas próximas eleições. Os argumentos listados por Egydio Itaquí nestes artigos podem assim ser resumidos:

³⁶¹ *Correio do Povo*, 23/07/32, p.3.

³⁶² O artigo é assinado por Juana de Ibarbourou, em tradução de Paulo de Gouveia, também foi publicado na *Revista do Globo* de Porto Alegre, na edição de número 13 no dia 12 de julho de 1933, na página 19, com pequenas alterações no seu conteúdo. Em 27 de setembro de 1932, o *Correio do Povo* publica uma réplica a esse artigo com o mesmo título *Feminismo e Feminilidade*.

³⁶³ *Correio do Povo* de 20/10/32, 25/10/32, 01/11/32, 06/11/32, 11/11/32, 22/11/32, 01/12/32, 09/12/32, 15/12/32 e 04/01/33.

1. a mulher, não sendo independente, não pode exercer o direito do sufrágio e, sendo um anjo do lar, fora deste é somente um anjo tentador
2. a mulher não obedece à razão, mas sim à emoção
3. conquistado o direito do voto, estará a mulher sujeita aos deveres militares
4. a mulher venceu e aceitou o direito do sufrágio, mas não deve exercê-lo
5. votar não é a missão da mulher, só trará discórdia ao lar
6. a mulher escolhe o candidato mais simpático
7. “Recuse o ‘direito de suffragio’ que a lei eleitoral lhe conferiu e terá dado um passo firme e elegante para dominar e captivar o homem”
8. “Mulher, não te deixes seduzir pelo canto da sereia política. Sabe resistir a essa tentação assim como Nosso Senhor Jesus Christo resistiu ás que Lhe fez Satanas.”

Destaca-se, nestes artigos, a relação que o articulista faz entre o voto que seria praticado pela mulher como uma tentação demoníaca, que estaria testando a fé feminina, sendo utilizado para desviar a mulher do seu caminho natural, da sua missão na terra, a saber: cuidar do lar, da educação dos filhos e do marido. Porém, Egydio Itaquí apresenta a idealização de uma mulher que seria resguardada em casa como um tesouro, que não sofreria nenhuma das agruras da vida cotidiana; todo o mal estaria sendo representado pelas mudanças que estavam se impondo à sociedade³⁶⁴ e a participação feminina na política seria, segundo Itaquí, o último dos lugares em que a mulher deveria se imiscuir, para não perder de vez o seu lugar na sociedade e sua feminilidade.

Assim, os argumentos utilizados pelo articulista, para negar o direito da mulher exercer a sua plena cidadania, são os mais corriqueiros e habituais, em nada se diferenciando dos já apresentados em outras partes, por outros articulistas do jornal. De modo que, ele termina a sua série de artigos no dia 4 de janeiro com a seguinte justificativa:

[...] Ha quatro séculos e meio que a nossa pátria tem sido guiada e governada pelos delegados do suffragio masculino, sem necessitar do voto feminino. [...] Mais do que nunca, acreditamos, se aproxima o momento de contribuirmos, com todas as nossas energias para infundir na compreensão da mulher o sentimento de repulsa ao direito do suffragio. Não será ella a providencia capaz de regenerar o eleitorado; mas justamente o contrario, virá trazer-lhe complicações muito serias. [...] Não se illuda, portanto, a mulher; é em seu beneficio que combatemos o suffragio feminino.

³⁶⁴ Mudanças tais como uma maior participação feminina no mundo do trabalho, levando a mulher a desempenhar um papel fora do ambiente doméstico. Para maiores detalhes, ver capítulo um.

Ele parece realmente acreditar que, na sua série de artigos publicados, ao longo de três meses, conseguiu provar a incapacidade feminina para escolher qualquer candidato. Por isso, declara: “[...] Provamos á sociedade que a mulher não deve gozar do direito do suffragio.” E a prova maior, segundo o autor, é de que: “Não tivemos, até o presente, contestação seria de quem quer que fosse.” Porém o autor, ou ignora, ou não tomou conhecimento da resposta enviada pela dra Noemy Valle Rocha³⁶⁵ (em 17 de dezembro de 1932), talvez por não levar em consideração as contestações de uma simples mulher³⁶⁶. É interessante assinalar a persistência dos mesmos argumentos, tanto os que denigrem quanto os que exaltam a participação da mulher na política.

Como já salientava Fernand Braudel, as mutações intelectuais, que acontecem nas estruturas mentais e, nas quais eu aqui incluo as mudanças nos valores morais e na visão de mundo do homem sobre o seu tempo, fazem parte das mudanças que “[...] ocorrem no tempo de gerações, e mesmo de séculos, por isso os contemporâneos dos fatos nem sempre se apercebem delas”³⁶⁷, fazendo parte, assim, do tempo considerado de longa duração. Acredito que é por tal motivo que a persistência destas idéias podem ser encontradas por um período tão longo, desde o século XVIII até o século XX.

³⁶⁵ Noemy Valle Rocha ingressou na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, em 1912, e formou-se em 19 de dezembro de 1917, começando imediatamente a fazer clínica geral, obstetrícia e ginecologia. Foi a segunda mulher a se formar na referida Faculdade (a primeira foi Alice Hess Maeffer). É tida como uma das primeiras mulheres gaúchas a dirigir um veículo automotor. Trabalhou até 1968, e faleceu em 1978. Recebeu uma homenagem póstuma, quando seu nome foi dado a uma rua na cidade de Porto Alegre, no bairro Serraria. Como informa KAASTRUP, Diva Machado Pereira. *A Mulher na Medicina*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983, p.78-80 apud PETERSEN, Áurea. *Trabalhando no Banco: Trajetória de Mulheres Gaúchas desde 1920*. 1999. 374 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 91.

³⁶⁶ A resposta da dra Noemy, aos argumentos de Itaqui, será apresentada na seção entrevista, a seguir. Em 28 de janeiro de 1933, mais um artigo, agora assinado por Ophelia Marese (publicado após o término da série de Itaqui), repudia a série de artigos do sr. Itaqui, a autora assim se expressa: “Tenho para mim que tal assumpto não póde mais, como outrora suscitar conflicto de opiniões, attenta a necessidade do voto feminino em face do nosso direito civil, que outorga á mulher ‘sui juris’ [expressão latina usada no direito, significa ‘com direito próprio’] a prerrogativa de poder commerciar, funcconar em qualquer repartição publica, diplomar-se em qualquer sciencia e exercer as funcções correspondentes ao titulo que se lhe confira. [...] Outro ponto [...] é a temeridade com que o articulista affirma jamais alcançar a mulher independencia por mais eminente que ella seja. [...] A historia dos povos é rica de episodios edificantes em que a mulher apparece na preminencia suggestiva de fiel inspiradora do homem. [...]”

³⁶⁷ BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997, p. 48.

4.2.4 AS ENTREVISTAS

Nas dezesseis entrevistas selecionadas e que fazem parte do *corpus documental* referente aos meses de fevereiro de 1932 a maio de 1933, encontrei somente argumentos a favor ou neutros (só citam) à questão da participação feminina no mundo político. No quadro quinze, pode-se acompanhar a distribuição espacial das entrevistas pelas páginas do *Correio do Povo*. Um detalhe que chama a atenção é que quase todas foram concedidas a jornais cariocas³⁶⁸ e reproduzidas pelo *Correio do Povo*.

Os mais variados temas envolvendo o sufrágio feminino são abordados nestas entrevistas. Tem-se desde o caso das religiosas de Amparo, que se alistaram³⁶⁹, passando pela polêmica desencadeada com a proposta de Góes Monteiro para que as mulheres participassem do serviço militar, até profecias para o ano de 1933 sobre o futuro do feminismo no Brasil. 62,5% das entrevistas se mostram favoráveis ao voto a ser exercido pela mulher. Bertha Lutz aparece como entrevistada em quatro matérias³⁷⁰, sempre enaltecendo o voto feminino.

O toque exótico nesta discussão foi dado por Mme. Oriental, entrevistada em 10 de janeiro de 1933 pelo jornal *A Noite*, matéria transcrita pelo *Correio do Povo*. Entre as perguntas feitas pelo repórter, a que nos interessa é a que aborda a participação da mulher na política. O repórter pergunta: “-E a mulher na política? Fracassará o feminismo ou vencerá?” ao que a pitonisa responde: “-Se houvesse direcção firme, enérgica e sinceridade, o feminismo triunfaria. Mas falta-lho orientação. Há divergências e ambições incontidas por parte de um grupo. Por isso não chegará o Partido Feminista a um entendimento e fracassará.” Profecia

³⁶⁸ O *Correio do Povo* publicou as entrevistas que foram feitas inicialmente pelos jornais cariocas *A Noite*, *Diário Carioca*, *O Globo* e *A Batalha*. Duas entrevistas não trazem informações do órgão que as fez, mas da leitura destas, pode-se aferir que foi o próprio *Correio do Povo* o responsável pela feitura da entrevista (veiculadas nos dias 16 e 17 de dezembro de 1932). Três outras entrevistas feitas pelo *Correio do Povo* foram publicadas nos dias 09/06/32, 21/03/33 e 27/04/33.

³⁶⁹ O *Correio do Povo* (21/03/33) perguntou a alguns juizes do Tribunal da Justiça Eleitoral a sua opinião sobre o caso das freiras que se qualificaram eleitoras. Alguns não quiseram dar seu parecer, por se tratar de um caso que ainda estava em julgamento. Três juizes declararam ao jornal que estavam impossibilitados de darem sua opinião, pois elas se mostravam controversas, pois, enquanto um considera que as religiosas poderiam ser eleitoras, os outros consideram que, em virtude dos votos que as freiras fazem antes de entrar para o convento poderiam prejudicar o seu livre arbítrio na escolha de seus candidatos, posição que parece ter prevalecido uma vez que foi negado o alistamento das freiras como já mencionado, ainda que sob outro argumento.

³⁷⁰ Bertha Lutz (uma das maiores lideranças do movimento feminista no Brasil) foi entrevistada pela imprensa carioca em quatro ocasiões: em 11/03/32 oportunidade em que tece elogios ao recém-implantado código eleitoral; no dia 8 e junho e 26 de julho de 1932, para comentar a sua mais recente viagem aos Estados Unidos, onde assinala a participação da mulher nas eleições daquele país, e também em 13/12/32, quando se posiciona contrária a participação da mulher na vida militar do país.

que, aliás, não se cumpriu, mas que vale aqui ser mencionada, por aferir a importância que o mote do feminismo e do voto feminino estava alcançando na sociedade brasileira, até mesmo no duvidoso mundo das previsões futurísticas.

Quadro 15

Distribuição espacial das entrevistas no *Correio do Povo*

Dados básicos		Localização nas colunas									Dados adicionais	
<i>data</i>	<i>Página</i>	<i>C1</i>	<i>C2</i>	<i>C3</i>	<i>C4</i>	<i>C5</i>	<i>C6</i>	<i>C7</i>	<i>C8</i>	<i>C9</i>	<i>linhas</i>	<i>Argumento</i>
11/03/32	1						x				53	Pró
26/05/32	7	x	x	x	x						212	Pró
08/06/32	12(u)	x	x								138	Pró
09/06/32	8			x	x	x	x	x			398	Pró
26/07/32	9								x	x	128	Neutro
12/10/32	5			x	x						138	Pró
19/10/32	1							x			43	Pró
20/10/32	1	x	x	x							114	Pró
13/12/32	1					x					30	Neutro
16/12/32	9	x	x	x	x	x	x				344	Pró
17/12/32	8	x	x								212	Pró
10/01/33	7								x	x	208	Neutro
31/01/33	1								x	x	89	Neutro
19/03/33	1						x	x	x	x	230	Neutro
21/03/33	16(u)				x	x	x				81	Neutro
27/04/33	14(u)						x				90	Pró

Em 9 de junho de 1932, sob o título de *As Tres Surpresas da Lei Eleitoral*³⁷¹, Mauricio de Lacerda rebate o dito de que a mulher vai dar o seu voto para os conservadores, tal como se pode constatar, já no subtítulo da matéria: “No dia em que a palavra fôr livre, o jornal garantido, e a idéa um direito, a mulher será, no Brasil, a mais decidida, a mais

³⁷¹ As três surpresas da lei eleitoral, que dão o título a essa matéria, foram aludidas por Getúlio Vargas, como sendo o voto secreto, o voto feminino e o voto proporcional. Desde 1917, Mauricio de Lacerda já propunha o estabelecimento desses três votos.

enérgica, a mais eficiente das forças de renovação [...]” Sobre o voto feminino, o entrevistado acredita que este voto trará surpresas, mas todas benéficas para o país, e acentua que:

[...] o chefe do Governo Provisorio falando nesse voto, como surpresa magna da sua reforma insinuou que esta consistiria no reforço que a crença poria, na cedula feminina, em pról da obra conservadora da Igreja hoje aliada á Dictadura, aqui como na Itália. O prognostico não é novo, quanto á suposta índole conservadora do voto feminino.³⁷²

Porém, não é a opinião de Lacerda, que faz uma longa explanação sobre tal tese, através de um paralelo da situação feminina entre o Brasil e a França. Segundo ele, “entendo que no Brasil como na França, a mulher entrará nos pleitos, não em função da crença, mas da ideologia que tiver, ou antes da classe a que pertencer.” E vai mais fundo na questão, como talvez nenhum outro, ao afirmar que “ha um engano profundo na these – quanto á obra

³⁷² O jornalista e deputado federal Mauricio de Lacerda nasceu em Vassouras (RJ) em 1888, sendo irmão de Fernando de Lacerda e Paulo de Lacerda, líderes do Partido Comunista do Brasil, depois chamado Partido Comunista Brasileiro (PCB). De 1905 a 1909, frequenta a Faculdade de Direito no Rio de Janeiro. Apóia a candidatura de Hermes da Fonseca para a presidência, sendo agraciado com o cargo de oficial-de-gabinete (1910), com a sua eleição. É eleito deputado à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, e em 1912 deixa o gabinete presidencial para eleger-se deputado federal. A partir desta época, acompanhou os movimentos reivindicatórios do proletariado do Distrito Federal, iniciando-se no estudo da doutrina socialista. Em 1915-1918, foi reeleito deputado federal, tornando-se um dos defensores mais ardorosos do nacionalismo. Durante sua permanência na Câmara Federal, acumulou os cargos de vereador de Vassouras (1913-1923) e de prefeito dessa cidade (1915-1920). Em 1917, elege-se presidente do Aeroclube Brasileiro, à frente do qual permaneceria até 1920. Muito o influenciou o triunfo da Revolução Russa (1917) e, a partir de então, passou a estimular movimentos grevistas e operários e a lutar pelas reivindicações proletárias, participando inclusive da fundação da Liga Socialista. Devido a essa atuação, foi excluído, em 1921, do Partido Republicano Fluminense. Durante o governo de Artur Bernardes (1922-1926), Mauricio de Lacerda tornou-se proprietário do jornal carioca *Avante* (1922-1923). Em 1922, participa de articulações para o levante militar de 5 de julho de 1922, movimento que deu início ao ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920. Por sua participação no levante, teve seu mandato de vereador cassado. De 1923 a 1924, dirigiu, no Rio de Janeiro, o vespertino *A Nação*. Pelas suas posições e o seu envolvimento com o movimento tenentista, foi preso em 1924. Em 1926, apesar de ainda estar detido, foi eleito intendente do Conselho Municipal do Distrito Federal. Em março de 1928, compareceu ao Congresso de Bagé (Rio Grande do Sul), onde foi fundado o Partido Libertador (PL), liderado por Joaquim Francisco de Assis Brasil. Em 1929, participou ativamente da campanha da Aliança Liberal, movimento organizado para apoiar as candidaturas oposicionistas de Getúlio Vargas e João Pessoa, nas eleições para a presidência da República marcadas para março de 1930. Nesta ocasião, foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal, iniciando seu mandato em maio de 1930. Em 3 de Outubro, com a eclosão do movimento revolucionário no Rio Grande do Sul, Lacerda foi detido no Rio de Janeiro, ficando preso por alguns dias. Ainda em 1930, foi nomeado embaixador extraordinário no Uruguai, de onde regressou em janeiro de 1931. Também em 1931, filiou-se ao Clube 3 de Outubro, organização criada em maio desse ano para reunir as correntes tenentistas partidárias da manutenção e do aprofundamento das reformas introduzidas pela Revolução de 1930. Foi designado membro do Conselho Consultivo do Estado do Rio de Janeiro, órgão que em alguns estados fez as vezes do Legislativo, após a revolução, e nomeado procurador fiscal da Fazenda Municipal do Distrito Federal. Em 1932, tornou-se prefeito de Vassouras. Em 1936, foi novamente preso, acusado de participar da Revolta Comunista de 1935, sendo porém absolvido. No ano de 1939, tornou-se advogado-chefe da Caixa Econômica do Distrito Federal. Com o final do Estado Novo (1945), aderiu à União Democrática Nacional (UDN), cuja seção carioca presidiu até 1946. Também colaborou intensamente na imprensa diária do Rio de Janeiro e dos estados. Faleceu no Rio de Janeiro, em 23 de novembro de 1959. Conforme dados coletados no: FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Verbetes “Mauricio de Lacerda” - CD-ROM. Os próximos verbetes acessados no referido CD-ROM serão daqui por diante somente identificados como “CD-ROM”

reaccionaria que o espírito feminino do voto deverá reforçar. A mulher brasileira crente será como o homem brasileiro crente, exercitando o voto, perfeitamente emancipada da sachristia.” Lacerda dá como exemplo o caso do próprio Getúlio Vargas, descrito por ele como um “bom catholico” e que, como tal, “serviu, vitou e sustentou a dictadura positivista do sr. Borges de Medeiros [...]. E si adoptou uma politica de alliança com a Igreja, não foi por mysticismo, foi por calculismo.” Ao dissertar sobre a suposta influência dos padres no voto feminino, conclui:

Quanto á influencia directa dessa crença na collaboração politica da mulher, si ella se pudesse dar como julga o sr. Getulio, cedo se verificaria uma surpresa dentro da surpresa que elle anuncia. E esta proviria do facto, já constado, que a mulher, principalmente a que fosse votar, não sahiria para as secções eleitoraes, afim de ganhar o céu, que é do outro mundo, mas de ganhar o governo, que decide dos problemas, terra-á-terra da sua vida. Assim, em função desse materialismo, mais do que na daquelle espiritualismo, é que ella encheria a sua cédula, de nomes de homens ou mulheres representativos daquelles interesses, e não de padres ou leaders representativos das suas crenças supra-terrestres. [...] A profissão mais do que a religião arrastaria esse voto para as grandes correntes do dia eleitoral. [...] E concluindo: -‘Quem fôr vivo até o fim da dictatura, verá’...

Vamos centrar nossa atenção, agora, para outra polêmica que aparece comentada no *Correio do Povo*: a polêmica atuação da Igreja Católica no alistamento eleitoral – mote de cinco entrevistas.³⁷³ Em todas, o voto feminino é visto como um “dever eleitoral.” A posição dos católicos é deixada muito clara pelo Cardeal Leme ao afirmar: “No momento histórico, em que se decidem os destinos da pátria, os catholicos não podem ficar de braços cruzados, sendo certo que não formarão um partido político, mas que cerrarão fileiras em torno dos princípios da igreja catholica.” E conclui, dissertando sobre o voto feminino: “Não foi a igreja que o introduziu na legislação brasileira, mas é facto que, sem a responsabilidade nossa, o voto feminino existe e não seria, pois, christão e patriotico deixal-o nas mãos das minorias sem fé.”³⁷⁴

A dra. Noemy Valle Rocha foi entrevistada duas vezes pelo *Correio do Povo*.³⁷⁵ A doutora aborda a questão da Ação Católica e o voto feminino. A sua opinião é publicada, pois

³⁷³ Ver dias: 19/10/32, 20/10/32, 16/12/32, 17/12/32 e 27/04/33.

³⁷⁴ *Correio do Povo*, 19/10/32, p.1. Entrevista concedida ao jornal carioca *O Globo*. O cardeal Sebastião Leme era o arcebispo do Rio de Janeiro.

³⁷⁵ Considerei estas duas matérias como entrevistas por trazerem de modo muito explícito o ponto de vista de uma mulher sobre a questão do voto feminino. Ambas as matérias foram escritas pela referida médica para dar resposta às inúmeras cartas a ela enviadas com perguntas sobre o sufrágio feminino e foram publicadas na sessão denominada “Noticias Religiosas” dos dias 16 e 17 de dezembro de 1932. Ambas com o mesmo título: *O suffragio feminino e a Acção Catholica*.

“como aliada á Federação pelo Progresso Feminino [...] tenho recebido varias consultas pessoas e por cartas de senhoras e senhoritas desta capital e do interior do Estado, referentes ao novo decreto, que concedeu á mulher o direito do voto.” Assim, decide publicar duas matérias, respondendo às dúvidas até ali apresentadas.

As considerações da dra. Noemy resumem bem os principais questionamentos que a sociedade da década de 30 (especialmente as mulheres), apresentava em relação à participação feminina no pleito eleitoral. As suas respostas, apesar de serem dadas por uma mulher engajada na luta feminista, foram de maneira sagaz publicadas nas colunas dedicadas aos assuntos religiosos, o que pode ter lhes dado uma maior credibilidade, ao vincular suas opiniões com o “manto” da religião.

Os pontos principais levantados pelas mulheres, nas cartas recebidas pela dra Noemy, sobre a sua futura participação na vida política, podem assim ser resumidos:

1. O momento é oportuno?
2. A mulher perderá a sua feminilidade?
3. O voto, para a mulher casada, trará discórdia para o casal?

Quanto à primeira questão, a autora apresenta duas respostas, a primeira baseada na igualdade entre homens e mulheres. Acompanhemos suas palavras, que bem explicitam esse argumento:

Cabe-me a vez de perguntar-vos, si todos os homens ou pelo menos a maior parte delles, acham-se nessas condições? Certamente que não, mas cumprem com o dever do voto, quasi todos elles, mesmo aquelles que não se julgam analphabetos, porque sabem, apenas desenhar o nome. Vê-se, pois, que ser eleitora é o mesmo que ser eleitor, isto é, haverá os eleitores e as eleitoras em todos os graus de capacidade mental.

A outra resposta é fundamentada na evolução dos costumes e das idéias, que já não “prendem” a mulher ao lar, sendo assim descritas: “Antigamente a mulher não podia afastar-se do lar, porque este era uma verdadeira fabrica.” Ou seja, a mulher era a principal responsável pela feitura das roupas, do pão, do sabão, dos cuidados domésticos, e,

além disso o marido, pae ou irmão, ás vezes, um homem apenas, bastava para ganhar sua subsistencia e de sua família e viviam forçadamente...Hoje [...] tudo mudou [...] As fabricas abarrotam-nos com todos os artigos que necessitamos, por um menor preço do que si os fizéssemos em nossa propria

casa [...]. A educação das crianças é actualmente pouco feita no proprio lar. [...] As professoras encarregam-se de educal-as e instruil-as.

Da mesma forma que na entrevista já comentada de Mauricio de Lacerda, a dra. Noemy expõe e descaracteriza cada um dos argumentos levantados para impedir a mulher de participar mais ativamente da vida pública. Mais uma vez, surge a questão que a mulher estaria se masculinizando ao fazer isso. É uma preocupação externada por uma das missivas respondidas nesta matéria. Acompanhe a resposta:

Não creia minha cara senhora, na opinião do seu parente, que a mulher por emiscuir-se em questões sociaes, perde o que ella tem de graça, encanto, delicadeza, recato, emfim tudo o que a faz mulher. As que não possuem taes dotes é porque a natureza lhes foi mesquinha, e não as retirou somente depois della enforhar-se em problemas, que outrora eram unicamente privilegio do homem. [...] Não é, por a mulher entrar em uma sala de dissecação anatomica, de cirurgia ou de clinica, que macula-se com uma nudez, que offende-se quando ouve qualquer coisa que a faz corar de pudor. [...] Para guardarmos taes pudicias seria necessario enveredarmos, para um convento, onde a malacia do mundo não consegue entrar. [...] olhae para as nossas diversões o que já vimos e ouvimos nos theatros e cinemas? Para que, pois, hypocritamente simularmos innocencia, ingenuidade e tanto recato?

A última questão levantada nesta matéria talvez seja a que mais divergência tenha suscitado, por ser o mote principal de quatro (57,1%) das sete cartas respondidas, ou seja, o voto da mulher casada. Uma das preocupações mais recorrentes era assim resumida: “o voto para a mulher casada, não trará discordia entre marido e mulher?” A dra. Noemy faz uma breve reflexão e responde:

Talvez seja uma causa de desavença a mais. Porem, reflecti que quando os cônjuges amam-se verdadeiramente, procuram entender-se com carinho e brandura. No caso contrario, quando não existe o sentimento do amor ou pelo menos uma afetividade, sinão em apparencia, tudo serve de pretexto, para uma arrellia.

Outra preocupação externada nas cartas enviadas dizia respeito à questão dos crimes cometidos entre os casais, a que a dra. Noemy responde: “não me constam que tenham por origem a diversidade de ideias sobre politica ou religião [...] A grande frequencia de assassinatos, suicídios, abandonos, desquites etc., têm por móvel o ciúme, o adultério, os vícios, as degenerações.” Já os argumentos de que a mulher não teria tempo para votar, pois estaria prejudicando sua lida doméstica, é assim rebatida:

Por ventura, uma senhora não sahe frequentemente, em visita ás suas amigas, a passeio, a cinema, diversões varias ou para a escolher, comprar os objectos necessários á sua toilette e a sua casa? As eleições, si fossem

diariamente justificariam um desperdício de tempo, mas tão espessadamente, quem não poderá dispôr desse tempo para concorrer a essa obrigação civil?

Assim, são apresentados e rebatidos muitos dos argumentos utilizados para se negar certos direitos à mulher, entre eles o direito de voto. O que remete mais uma vez ao que destaquei no primeiro capítulo, ao tratar da questão do sufrágio feminino, ou seja, apesar de a mulher já ter adquirido por lei o direito ao sufrágio (lembremo-nos que este capítulo percorre os meses imediatamente após a promulgação do novo Código Eleitoral), ele ainda era visto como um fator desagregador da família e dos costumes, como bem se pôde observar nas matérias expostas acima, que tratam do tema de maneira negativa.

4.2.5 A PEDIDOS

Ao voto: por Deus e pela Pátria - com este lema, os católicos lançam uma série de matérias pagas nas páginas do *Correio do Povo*, entre os meses de dezembro de 1932 e março de 1933. A matéria paga (ou ineditorial) é assim definida no *Dicionário de Comunicação*:

Matéria que não é responsabilidade da empresa jornalística, e sim de terceiros. O interessado por sua publicação paga ao veículo pelo espaço ocupado (como se pagam inserções de anúncios). Funciona como peça de divulgação, geralmente com fins comerciais ou políticos. Sua redação pode ser encomendada a profissionais da própria publicação onde é inserida, e preparada de acordo com o estilo das matérias normais (matérias editoriais). Mas a sua apresentação gráfica difere destas, obrigatoriamente: é paginada com moldura de filetes e, às vezes, composta com tipos que a distinguem das demais. Alguns jornais ou revistas costumam identificá-la, também, com a abreviação (P), ou com a expressão *A Pedidos*.³⁷⁶

Foram encontradas nove matérias com estas características. O que as diferencia do corpo das outras matérias, no caso específico do *Correio do Povo*, era a sua diagramação. Todas compartilham do mesmo título, *A Pedidos*, e no final do texto encontra-se uma série de caracteres, alinhados à direita da coluna, e sempre começando com a letra “K”, seguido de mais cinco números. Pode-se acompanhar a sua distribuição espacial no quadro de número quinze. Apesar de não ser considerada como de responsabilidade do jornal, resolvi agregar tais matérias simplesmente por estarem publicadas no jornal, tratando o tema do voto

³⁷⁶ RABAÇA, op. cit., p. 474.

feminino sempre de forma positiva. É um bom modo de nos aproximarmos do que a Igreja Católica estava veiculando sobre este tema específico.

Observe-se que 66,67% foram publicados na página cinco e, de forma preferencial, nas colunas um e dois. São matérias extensas, com uma média de ocupação de mais de 200 linhas cada uma, mas por se tratar de material pago, não será arrolado como os precedentes quanto ao interesse suscitado na sua publicação. Com exceção das três primeiras matérias aqui apresentadas, todas as outras foram mandadas publicar pela assim denominada “Junta Parochial da Acção Catholica da Cathedral.”

Quadro 16

Distribuição espacial dos “a pedidos” no *Correio do Povo*

Dados básicos		Localização nas colunas									Dados adicionais	
<i>data</i>	<i>página</i>	<i>C1</i>	<i>C2</i>	<i>C3</i>	<i>C4</i>	<i>C5</i>	<i>C6</i>	<i>C7</i>	<i>C8</i>	<i>C9</i>	<i>linhas</i>	<i>Argumento</i>
03/12/32	12(u)				x	x	x				293	Pró
04/12/32	8	x	x	x							318	Pró
13/12/32	5							x	x	x	391	Pró
29/01/33	9	x	x	x	x	x	x				764	Pró
05/02/33	5	x	x								274	Pró
19/02/33	5	x	x	x	x	x	x				624	Pró
12/03/33	5	x	x	x							324	Pró
19/03/33	5	x	x	x	x	x	x				755	Pró
26/03/33	5	x	x	x	x						641	Pró

Artur Cesar Isaia aponta que a ação da Igreja católica, e o que ele chama de “o avanço da importância do catolicismo”, no estado do Rio Grande do Sul, “deu-se contemporaneamente a consolidação do predomínio do Partido Republicano Rio-Grandense.”³⁷⁷ Este autor também localiza temporalmente a primazia católica no estado, já na segunda metade do século XIX, e informa que, de 1912 a 1946 e, portanto, no período

³⁷⁷ ISAIA, Artur Cesar. *Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 61.

abarcado nesta pesquisa, o responsável pela Arquidiocese de Porto Alegre foi D. João Becker³⁷⁸.

Desde 1931, quando foi lançada a *Encíclica Quadragésimo Anno* (versava sobre “a Restauração e o Aperfeiçoamento da Ordem Social,” do Papa Pio XI), a Igreja Católica reformulou o posicionamento do Vaticano diante dos problemas sociais.

No caso brasileiro, segundo informa José Oscar Beozzo “com relação à luta política dos católicos em 1931, a encíclica trouxe um enorme apoio e respaldo doutrinal para suas propostas.”³⁷⁹ Dom Sebastião Leme (arcebispo do Rio de Janeiro) encarregou Alceu Amoroso Lima³⁸⁰ de “fazer um estudo sobre as novas orientações, cujo resultado foi o

³⁷⁸ Dom João Becker nasceu na Alemanha, em 1870, e faleceu em Porto Alegre em 15/06/1946, depois de ter sido por 33 anos Arcebispo da diocese local. Veio ainda criança para o Rio Grande do Sul, instalando-se, com a família, na localidade de São Vendelino, município de São Sebastião do Caí. Foi ordenado padre em 1896. Foi, logo em seguida, vigário da Paróquia do Menino Deus, posto em que permaneceu por 12 anos. Dali saiu, em 1908, para ser o primeiro titular do bispado de Florianópolis. Em 1912, ao ser afastado do bispado de Porto Alegre, Dom Cláudio José Ponce de Leão, o Papa nomeou Dom João Becker para lhe suceder. Além da marcante atuação na administração eclesiástica, Dom João Becker foi figura de relevo na vida política do estado, tendo dado aberto apoio à Revolução de 1930 e à ação partidária do General Flores da Cunha como interventor e governador do Estado. Durante a sua gestão, foi demolida a antiga catedral, cuja construção datava do século XVIII, para ser iniciada a atual, em estilo romano Renascença. A cidade o homenageia numa pequena rua do Bairro Azenha e com o Colégio Estadual Dom João Becker, no Bairro São João. Cf. FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998, 3ª edição, p. 64.

³⁷⁹ BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Boris (org.). *Brasil Republicano: Economia e Cultura (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 311 e 313.

³⁸⁰ Alceu Amoroso Lima, também conhecido pelo pseudônimo literário Tristão de Ataíde, nasceu no Rio de Janeiro, em dezembro de 1893. Em 1909, ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. Bacharelou-se em 1913. A partir de 1914, exerceu a advocacia por um breve período. Em 1917, decidiu seguir carreira diplomática, tornando-se adido ao Itamarati. Em 1918, desiste de seu cargo e assume a direção jurídica da Fábrica de Tecidos Cometa, de propriedade de seu pai. No ano seguinte, foi convidado para escrever a crítica literária no diário carioca *O Jornal*. Inaugurava a coluna intitulada “Bibliografia”, usando o pseudônimo de Tristão de Ataíde, para encobrir sua identidade. Durante esta fase de sua vida, não se deixou envolver por preocupações de ordem política, social ou religiosa. Entretanto, em 1924, insatisfeito com sua postura existencial, começou a buscar novos caminhos. Interrompeu, então, sua coluna de crítica literária, e iniciou um longo diálogo epistolar com Jackson de Figueiredo, líder católico que fundara (1922, no Rio de Janeiro) o Centro Dom Vital, uma associação para estudo, discussão e apostolado, vinculado à Igreja Católica. Converteu-se ao catolicismo em junho de 1928. Em dezembro deste ano, com a morte de Jackson de Figueiredo, assumiu a direção da instituição e passou a editar a revista *A Ordem*, dando início a uma nova etapa em sua vida. À frente do referido centro, manteve a orientação política conservadora desenvolvida até então, passando gradativamente a assumir a posição ortodoxa de seu antecessor, baseada no sentimento da disciplina e da ordem. Engajou-se na militância católica, assumindo em 1929 a direção da Coligação Católica Brasileira, associação criada por Dom Sebastião Leme, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, com o objetivo de congregar todas as associações católicas do país. Diante da deflagração da Revolução de 1930, manifestou-se publicamente contra o movimento. Entretanto, com a vitória e consolidação do movimento revolucionário, não desenvolveu oposição ao Governo Provisório, em virtude do tratamento quase oficial que a Igreja Católica passou a receber. Foi um dos responsáveis pela criação da LEC no ano de 1932, de quem foi o secretário-geral. Também em 1932, começa a atuar como professor de sociologia e doutrina social da Igreja, no Instituto Católico de Estudos Superiores. Mantendo-se na liderança do laicato católico, empenhou-se em articular grupos de pressão com o objetivo de interferirem junto aos constituintes para que a nova Constituição atendesse às reivindicações básicas da LEC. Em 1935, ao lado de dom Sebastião Leme, participou da criação e assumiu a direção nacional da Ação Católica Brasileira, entidade civil destinada a organizar a participação do laicato no apostolado da Igreja para a difusão

trabalho intitulado ‘Reivindicações católicas’, no qual defendia que era dever dos católicos influir nos acontecimentos do país.”³⁸¹

Pode-se indagar o porquê dessas matérias se encontrarem concentradas entre os meses de dezembro de 1932 e março de 1933. Acredito que é porque, em março, encerrava-se o alistamento eleitoral e, afinal, esses “a pedidos” não passam de comunicados dos católicos, insistindo que o voto é dever de todo católico, que estaria cometendo mesmo um pecado se, por acaso, se negasse a praticá-lo, como se verá a seguir.

Encontrei a primeira destas matérias, no dia 3 de dezembro de 1932, assinada por Adroaldo Mesquita da Costa³⁸², com o título de *Carta Aberta*, onde o autor se dedica a responder à suposta carta de uma mulher que lhe escreveu para saber a sua opinião sobre se ela deveria ou não se inscrever para as próximas eleições. Inicialmente, Adroaldo Mesquita se diz contra o voto feminino, mas perante o fato consumado, assim procede:

dos princípios católicos na vida individual, familiar e social. Com o advento do Estado Novo, passa a colaborar com o governo. Foi nomeado reitor da UDF (1937-1938). Mesmo assim, fez restrições ao excessivo autoritarismo do governo. Logo no início de 1940, começou a rever seus princípios filosóficos e políticos, retornando gradativamente às suas concepções liberais anteriores à conversão. Assumiu postura contrária ao regime imposto no Brasil, após 1964. Colaborou em diversos jornais. Faleceu em Petrópolis (RJ), em 1983. Cf. CD-ROM.

³⁸¹ Conforme se pode ler no verbete “Alceu Amoroso Lima” do CD-ROM.

³⁸² Adroaldo Mesquita da Costa é o responsável pela veiculação de três dos nove “A Pedidos” aqui apresentados e publicados nos dias 3, 4 e 13 de dezembro de 1932. Nasceu em Taquari (Rs), em julho de 1894. Em 1917, diplomou-se em direito pela Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre. Formado, dedicou-se ao exercício da advocacia e ao magistério. No início de 1918, exerceu interinamente o cargo de promotor público em Taquari, retornando depois a Porto Alegre, onde lecionou português e história nos ginásios Anchieta e Júlio de Castilhos. No final do ano, novamente nomeado promotor interino, agora de Porto Alegre, no início de 1919, foi designado procurador da República no Rio Grande do Sul, também em caráter interino. Em 1920, passou a lecionar direito comercial na Escola Superior do Comércio de Porto Alegre, assumindo também as cátedras de história do Brasil e história universal na Faculdade de Filosofia de Porto Alegre. Nesse mesmo ano, participou da criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), do qual tornou-se mais tarde presidente perpétuo. Após a vitória da Revolução de 1930, foi nomeado membro do conselho consultivo do estado do Rio Grande do Sul, em 1931. No ano seguinte, com a ampliação dos debates sobre a constitucionalização do país, iniciou-se na carreira política, ingressando no PRR. Candidato a deputado à Assembléia Nacional Constituinte, no pleito de maio de 1933, foi eleito na legenda da Frente Única Gaúcha, que reunia o PRR e o Partido Libertador. Era católico e em sua atuação na Constituinte acabou por revelar-se um dos mais constantes defensores das posições da Igreja. Apoiou a participação da mulher em cargos eletivos, já que a Igreja defendia o direito feminino ao voto. Em março de 1934, quando já se falava na prorrogação dos mandatos dos constituintes e na transformação da Assembléia Constituinte em Congresso ordinário, Adroaldo Mesquita defendeu o encerramento dos trabalhos tão logo fosse aprovado o texto final da Constituição e eleito o presidente da República. Assim, em 18 de julho de 1934, dia seguinte à eleição de Vargas para a presidência, renunciou ao seu mandato, por considerar cumprida a finalidade da Constituinte, embora esta tenha sido transformada em Assembléia ordinária até a expedição dos diplomas dos deputados eleitos no pleito de outubro de 1934. Elegeu-se, em outubro de 1934, à Assembléia Constituinte estadual (Rio Grande do Sul), que promulgou a Constituição do estado, em junho de 1935. Perde o seu mandato com a promulgação do Estado Novo (1937-1945), que suspendeu todos os mandatos eletivos do país, momento em que abandonou a atividade política, voltando a lecionar. Retornando ao mundo político em 1945, ingressou no Partido Social Democrático (PSD), elegendo-se deputado à Assembléia Nacional Constituinte pelo Rio Grande do Sul neste mesmo ano, assumindo sua cadeira em 1946. Ao longo de sua vida, participou de diversos congressos eucarísticos nacionais. Faleceu em Taquari, no dia 12 de dezembro de 1985. Cf. CD-ROM.

E já que a mulher brasileira, de vinte e um annos completos, solteira, casada ou viúva, não sendo analphabeta nem mendiga, tem o direito de votar, vou, attendendo ao seu pedido, dizer-lhe os motivos que me acodem ao espírito, para justificar a resposta affirmativa que ora dou á sua pergunta, dizendo-lhe que deve obter, o quanto antes, o seu titulo de eleitora.

Desse ponto em diante, ele expõe as suas justificativas para que a mulher vote nas próximas eleições. Um dos motivos primordiais seria o

receio de que os princípios delecterios do communismo com os seus consequentes necessários da abolição da propriedade privada; da destruição da família, pela adopção do divorcio e da perseguição á Igreja, venham a ter o seu triumpho na futura Constituição Brasileira.

Para Adroaldo Mesquita, estaria na mão das mulheres e do seu voto “o factor decisivo na pugna eleitoral que se vae travar para a escolha dos constituintes. O lado para que elle se inclinar há de alcançar a ambicionada victoria.” Mais uma vez, este parece ser um exemplo claro de que o voto feminino era visto como um fator que seria decisivo nas eleições, e que também “[...] muitas surpresas ha de elle dar aos partidos que o não tomarem na devida conta.” Outro ponto muito debatido pelos católicos, e lembrado por Adroaldo Mesquita, seria o de que “o voto não é apenas um dever civico. Na hora presente é também uma obrigação moral imposta á consciência de cada um de nós.” E termina, apresentando a **Liga Eleitoral Católica**³⁸³ e seus postulados: “o que ella visa é tão somente a victoria dos principios que a Igreja Catholica julga imprescindíveis sejam inscriptos na futura Constituição Brasileira [...]”

No dia 4, o mesmo autor continua a responder a mais uma carta, aparentemente da mesma senhora, que agora evoca as dificuldades criadas pelo Governo Provisório para se alistar. Adroaldo Mesquita responde:

Dever, minha senhora é sempre dever e, por maiores que sejam as difficuldades a vencer para cumpril-lo, não ficamos d'elle isentos, desde que as possamos vencer. E a senhora terá a coragem de me affirmar que não poderá vencer as difficuldades que vae encontrar para inscrever-se eleitora? Ponha a mão na consciência; fie o Crucifixo e responda-me, com sinceridade e sem embaraços. Que lhe custa fazer um requerimento e instruil-o com a certidão de sua idade?

Segundo Adroaldo Mesquita, um dos argumentos levantados pelas mulheres, para não se alistarem, seria o da prova da idade, apontado por ele como o principal empecilho. Será mesmo? Será que este senhor não estaria ignorando outros fatores que poderiam estar

³⁸³ Na próxima matéria paga, veiculada no dia 4 de dezembro de 1932, Adroaldo Mesquita da Costa se dedica a esclarecer os princípios da Liga Eleitoral Católica e, mais uma vez, instigar as mulheres a se alistarem.

dificultando o alistamento feminino? A sua explicação de que seria por causa de uma simples prova de idade, apenas eterniza mais uma das lendas perpetuadas pela sociedade de que mulheres não gostam de admitir a sua idade publicamente. Contudo, parece que tal reprimenda deu resultado, uma vez que, no dia 13 de dezembro, temos o desfecho da referida situação, e, Adroaldo Mesquita nos conta que a tal senhora já se qualificou eleitora.

Na sua última *Carta Aberta*, o autor classifica como “a tarefa mais meritoria da Acção Catholica, no instante histórico que a nossa extremida patria está vivendo, a saber, a da qualificação eleitoral, ou melhor, o recrutamento de eleitores para a victoria de Nosso Senhor Jesus Christo, na futura Constituição Federal.”

Já Alceu Amoroso Lima manda publicar, no dia 29 de janeiro de 1933, um extenso texto intitulado *Religião e Política*, onde contesta os argumentos contrários à participação da Igreja na política. Um dos argumentos levantados e contestados pelo autor é o de que “a intervenção das mulheres na vida publica virá agravar os males da vida domestica”. Segundo ele, o voto feminino é a grande inovação da lei eleitoral:

[...] O temor de que a intervenção da mulher na política venha afastal-a ainda mais do lar, como já o fazem tantas outras causas do nosso urbanismo anti-domestico, e por isso mesmo anti-christã. É argumento sério que veio formulado por espíritos a quem muito prezo [...]. Creio, entretanto, que [...] o voto feminino [...] longe de afastar a mulher do lar ou de diminuir a autoridade do marido, quando casada, - virá dar-lhe uma noção mais grave da vida que muito a ajudará a fugir do perigo que hoje vemos anniquillar a nossa sociedade: a conversão da mulher em boneca de luxo e prazer. Entre essa frivolisção e a sua masculinização, pelo falso feminismo, - sabe a Igreja ensinar qual o conceito justo de filha, de mãe, de esposa, de transmissora da vida, de educadora da infancia e de espiritualisadora do homem, - que cabe de direito a essa obra prima de Deus que os homens tanto rebaixaram. E o voto dentro dessa estrutura christã de sua alma e de sua vida, não poderá afastal-a do lar, e, ao contrario, dar-lhe bem nitida a noção de que se lhe abre um vasto campo de acção para defender esse mesmo lar das investidas dos seus inimigos.

Com alguns argumentos bem escolhidos, o autor dessas linhas tenta vincular o voto feminino aos ensinamentos religiosos católicos e, também, legitimar a participação da igreja na vida política brasileira; sobre tal assunto Artur Cesar Isaia esclarece que, desde a década de 1920, a Arquidiocese de Porto Alegre já tinha uma tradição de se imiscuir na vida política.³⁸⁴

³⁸⁴ ISAIA, op. cit., p.70 e passim.

Cecília Luiza Rangel Pedrosa é a autora do “A pedidos” intitulado *O Voto Feminino*, onde afirma:

Agora chegou o momento em que podemos agir. Agora chegou o momento em que devemos contribuir com a nossa unidade voto, para a realização dos bellos projectos que tantas vezes defendemos... [...] O argumento mais usado é de que votar não compete ás mulheres. As unicas occupaões contrarias á natureza da mulher são as que contrariam o seu papel de esposa e de mãe.

As palavras desta senhora se mostram interessantes, ao trazer o seu testemunho das dificuldades enfrentadas pelas mulheres no momento do alistamento. Segundo suas palavras,

é muito natural que repugne ás senhoras catholicas a relativa evidencia em que as colloca o trabalho de se alistar e de votar. Isto vem sobretudo da novidade da coisa. Em toda a parte em que chegue uma senhora nos diversos transes por que tem de passar até estar alistada, é acolhida com exclamações de surpresa, approvação ou desapprovação.

Todavia, é clara ao incitar as suas companheiras ao alistamento e ao voto, pois acredita que

não devemos temer a opinião alheia quando se trata de cumprir um dever tão claramente demonstrado. Não sentimos todas nós ardores de apostolo, não nos declaramos promptas a tudo soffrer em perigo? Eis o momento de passar por um vexame, um soffrimento afinal de contas, pequenino. Negaremos a Nosso Senhor, ao nosso proximo que soffre, sob leis iníquas talvez, este sacrificio?

Assim, com ares quase que de uma nova cruzada, o alistamento feminino é mais que pedido, é exigido, porque, afinal,

não fomos nós, senhoras catholicas, que pedimos o voto feminino. [...] Uma vez que nos deram o direito de votar criando-nos assim o dever de votar, cumpriremos serenamente este dever. Não nos intimidarão as opiniões mais ou menos justas, as altercaões provocadas já pela nossa humilde condição de uma unidade na grande força que é o suffragio feminino.

E se a mulher católica se negar a exercer tal direito, que já se converteu em um dever, a autora alerta: “As mulheres não catholicas, as mulheres socialistas, as mulheres livres pensadoras, as mulheres communistas, e as ha, encarregar-se-hão de representar na eleição o suffragio feminino. É o que ganharemos.”

Ou seja, o perigo de se ter derrotados os ideais cristãos na sociedade e na futura Constituição aparecem muito gravemente nestas palavras de Cecília Pedrosa. Na já citada Encíclica “Quadragesimo Anno”, o papa Pio XI fez severas críticas ao socialismo e reitera

que ele (o socialismo) não pode “conciliar-se com a doutrina católica, pois concebe a sociedade de modo completamente avesso à verdade cristã.”³⁸⁵ Assim, na leitura desta matéria paga, pode-se claramente perceber a influência da encíclica papal e seu total repúdio ao socialismo.

Para as que ainda não se convenceram do dever do voto, ela argumenta: “Poderá Deus ficar surdo ás nossas orações pela patria, uma vez que cumprimos o nosso dever, todo o nosso dever para com ella, apesar do vexame, do incommodo, das criticas dos conhecidos, do esforço que é preciso fazer para dar tantos e tantos passos?” E arremata , dando uma boa visão do que estava acontecendo durante o processo de alistamento:

Alistar-se exige esforço. A nova lei eleitoral, para o bem de todos, pois o faz com o intuito de evitar fraudes, exige a completa identificação de candidato a eleitor. Por mais que procure a Liga Eleitoral Catholica facilitar o trabalho de seus socios, sempre restam alguns passos que precisam ser dados pessoalmente.

Acredito que estes “A Pedidos” mostram bem a situação em que o Brasil se encontrava nestes anos iniciais da década de 1930, assunto que também já foi salientado no primeiro capítulo da dissertação.

Com a proximidade das eleições para a Constituinte, a Igreja Católica pede insistentemente que os católicos se alistem, vinculando o não comprometimento do fiel católico com o alistamento como um pecado, como se pode acompanhar neste “A pedidos” intitulado *Um Caso de Consciencia*:

Peccam gravemente [...] os eleitores que, ‘sem justa causa’, se abstêm de votar, quando ha motivo para se temer que a sua abstenção seja causa de não se escolher um numero sufficiente de cidadãos honestos, e dahi resultarem males graves praticados pelos perversos; ‘pecam gravemente’, especialmente se, da sua abstenção, resultou a retirada de grande numero de homens bons, e isto der ganho de causa aos maus.³⁸⁶

Para encerrar tal interlocução quase direta dos elementos católicos com o leitor do *Correio do Povo*, sem os filtros habituais dos repórteres e editores, apresento a conferência realizada em Rio Pardo, pela escritora D. Anna Aurora do Amaral Lisboa³⁸⁷, intitulada:

³⁸⁵ BEOZZO, op. cit., p. 311.

³⁸⁶ *Correio do Povo*, 19/03/33, p.5.

³⁸⁷ Ana Aurora do Amaral Lisboa, nascida a 24 de setembro de 1860, na cidade de Rio Pardo, é descrita por Walter Spalding como uma professora brilhante, “mestra incomparável, foi precursora do ensino supletivo a adultos, em cursos gratuitos, mantidos por ela em Rio Pardo, precursora das festas cívicas, comemorando as grandes datas nacionais [...] com passeatas escolares e sessões cívicas [...]. Poetisa, política, jornalista,

Objectivos da Liga Eleitoral Catholica e a Mulher Brasileira, publicada em 26 de março de 1933. Em tal conferência, a escritora apresenta os objetivos da LEC³⁸⁸ e incita as mulheres a participar das eleições para afastar os perigos do comunismo da sociedade brasileira. Acompanhemos suas palavras:

Convencei-vos e convencei aos vossos maridos, a vossos paes, a vossos noivos que não é a política que visaes com o vosso voto; convencei-os mesmo de que detestaes a política, mas ameis a religiao de Christo. [...] O direito de voto que nos deram, sem o pedirmos, prova que aquelles que nos fizeram tal presente não mais acham ridicula a interferencia da mulher na política: que temeis então? [...] deram-nos o voto, para que possais intervir na política; mas isso não vos quadra e ides pôr de lado esse direito, quando a Igreja pela Liga Eleitoral Catholica, vos diz, ou antes vos pede: ‘Dá-me, por amor de tua fé, esse voto que vais abandonar como cousa sem valor’. Tereis coragem de lhe recusar esse auxilio? Não o creio! Ela, pois, queridas patrícias: seja nossa divisa nesta cruzada santa o lemma: ‘Ao voto: por Deus e pela Pátria!’

A insistência em reafirmar que o voto não foi solicitado pelas mulheres católicas parece apontar para uma provável condenação do voto feminino. Contudo, com a sua “concessão”, a mulher não pode se negar a participar do pleito. Afinal, este é mais um dever do católico, tal como participar semanalmente da missa, por exemplo. E é com tais palavras de Anna Lisboa, congregando todas as mulheres católicas a se alistar para escolher livremente os seus candidatos que irão representar os ideais católicos na Assembléia Constituinte, que finalizo este capítulo. Sua narrativa se encerra às vésperas do pleito eleitoral, na edição do dia 3 de maio de 1933 do *Correio do Povo*.

dramaturga [...]” Em 1883, inicia sua vida profissional como professora, mas depois de desentendimentos com Júlio de Castilhos, pede demissão em 1893. Daí por diante, nunca mais voltou a exercer o magistério como professora pública, criando o *Colégio Amaral Lisboa*, onde ministrou aulas gratuitas a adultos analfabetos e negros. Porém, o Governo Estadual fecha o curso, por considerar-lo “uma afronta aos poderes públicos.” Após deixarem o magistério, tanto Ana Aurora quanto sua irmã Zamira passam a viver quase que exclusivamente da caridade alheia. Falece a 2 de março de 1951, com 90 anos de idade, já completamente cega e na mais absoluta miséria. Segundo narra Spalding, padecendo de “dores cruciantes, que ela humildemente, sempre com seu rosário de católica fervorosa nas mãos, suportava.” Autora de contos, crônicas políticas, educacionais e sociais, publicadas nos jornais *A Reforma*, *Gaspar Martins*, *Correio do Povo* e *Almanaques Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul* (anos de 1889 a 1904), e *Popular Brasileiro* (1895 e 1899), além de outros jornais e revistas. Também é autora de sete livros de conteúdo diverso, como poesia, peças teatrais e assuntos educacionais. “Há, ainda, em sua obra, outro traço que bem caracteriza sua vida: a propaganda feminista, leve, discreta, transparecendo em muitos de seus escritos [...]. Além do pseudônimo - José Anselmo, outros usou Dona Ana Aurora, especialmente as iniciais de seu nome, todas ou uma ou duas e o que encerra sílabas de seu nome – Aura Lys, o mais usado e espalhado.” SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. Porto Alegre: Sulina, 1973, vol. 3, p. 47-53.

³⁸⁸ Os objetivos principais professados pela Liga Eleitoral Católica eram o ensino religioso facultativo nas escolas, a assistência religiosa aos soldados e marinheiros, e impedir que o divórcio fosse concedido.

O período delimitado entre fevereiro de 1932 e os primeiros dias de maio de 1933 foi um período conturbado, cortado por uma guerra civil e contestações de todos os lados. Este capítulo percorreu tal período, centrando-se na promulgação do Código Eleitoral (alçou as mulheres como partícipes do jogo político), até as vésperas da primeira eleição da República Nova. Procurei sempre destacar o que o jornal do *Correio do Povo* estava publicando sobre o voto feminino neste período.

Da análise de suas matérias, percebe-se que, nos seis primeiros meses após a promulgação do Código Eleitoral, o voto feminino foi o assunto principal de 18 matérias no *Correio do Povo*. Os artigos publicados nesta etapa tratam o tema de forma positiva, acentuando a luta feminina pelos direitos políticos e argumentando que a mulher não perderia sua feminilidade ao votar.

A partir de junho, começam a ser veiculados artigos que contestam tal questão, tentando convencer as mulheres a não se alistarem para as eleições de maio de 1933. As entrevistas publicadas também acentuam os argumentos favoráveis, concentrando-se em enaltecer o recém-promulgado Código Eleitoral e rebater os argumentos desfavoráveis à participação feminina no mundo político. Já as notícias destacam a obrigatoriedade do alistamento dos funcionários públicos de ambos os sexos, fator que gerou controvérsias e acarretou a decisão de não obrigar as mulheres funcionárias públicas a se alistarem, em fevereiro de 1933.

Encontrei tanto argumentos favoráveis quanto desfavoráveis à incorporação das mulheres nas pugnas eleitorais. O quadro 17 apresenta de forma resumida todas as matérias trabalhadas neste período, destacando os pontos que considero relevantes para a análise da *forma* com que o jornal apresenta o tema do sufrágio feminino. Assim, o quadro destaca o tipo de matéria, sua incidência no período, a página em que normalmente era publicada, além de dar ênfase aos argumentos totais de cada tipo.

Quadro 17

Totalização da segunda parte
e distribuição por tipo definida para o *Correio do Povo*

Tipo	Quantidade	Porcentagem	Página de maior incidência	Porcentagem	Argumento		
					Pró	Contra	Neutro
Artigo	32	24,8%	3	87,5%	5	20	7
Notícia	25	19,4%	-	-	-	-	25
Nota	24	18,6%	1	58,3%	-	-	24
Entrevista	16	12,4%	1 e última	56,2%	10	-	6
Suelto	15	11,6%	1	60%	9	4	2
A pedidos	9	7,0%	5	66,6%	9	-	-
Editorial	8	6,2%	3	100%	3	3	2
Total	129	100%			36	27	66

Ocorreu uma maior concentração de matérias a partir do mês de novembro de 1932, momento em que se iniciou o alistamento eleitoral. Os principais argumentos utilizados nos artigos publicados no *Correio do Povo* foram no sentido de demover as mulheres a se alistarem – uma vez que tal alistamento não foi considerado como obrigatório.

Entre dezembro de 1932 e fevereiro de 1933, as matérias pagas (com o mote do sufrágio feminino) passam a ser veiculadas no *Correio do Povo*. O maior apelo percebido neste período é pelo alistamento, sendo publicados tanto argumentos favoráveis como contrários ao comparecimento das mulheres nas mesas de qualificação eleitoral. Destaque seja dado à grande expectativa que a participação política da mulher suscitou. Uma expectativa exagerada, dando ênfase a figura feminina como o elemento que traria moralidade para o Brasil e para as pugnas eleitorais. Como já destaquei, no primeiro capítulo desta dissertação, tal vinculação da mulher com o de regeneração da vida social e moral era bem típica de um pensamento baseado nos princípios positivistas de Auguste Comte. Este me parece ser um forte indício de sua permanência na sociedade gaúcha da década de trinta.

Pela observação da última coluna do quadro 17, percebe-se que os argumentos neutros são, mais uma vez, a maioria dos encontrados nas páginas do *Correio do Povo*.

Chamo a atenção do leitor para este dado. O que ele pode nos dizer sobre o jornal e as idéias ali veiculadas sobre o voto feminino? , uma vez que 38% do *corpus documental* foi por mim delimitado como matérias de cunho informativo? E, como já destaquei, tais matérias são consideradas *a priori* como tendo argumento neutro? Esses resultados serão retomados na conclusão desta dissertação, motivo pelo qual são aqui apenas citados.

O próximo capítulo se volta para as eleições de 1933, passando pelas reuniões dos constituintes e encerrando sua análise alguns dias após a promulgação da nova Constituição do Brasil, em julho de 1934. Tomo de empréstimo as palavras de Mauricio de Lacerda para encerrar esta narrativa, por acreditar que elas bem resumem o desejo de que a prática do voto fosse encarado como um dever, mas não um dever para com os outros, mas sim, um dever para consigo mesmo e com sua consciência. Pois, segundo Lacerda, “O voto [...] é o exercício de um dever de consciência. E a consciência não veste calças nem saias”.³⁸⁹

³⁸⁹ *Correio do Povo*, 08/02/33, p. 3.

Capítulo 5

De 04/05/1933 até 31/07/1934 Das eleições à Constituição

*Não ha excitamento ou paixões.
Ha consciência activa e serena animação.
Nada perturba esta atmosphaera grave,
de contentamento e cordealidade.
Nem mesmo a innovação
do suffragio feminino
de que seria licito esperar,
alguma nota bizarra...
Cercadas de respeitoso acolhimento,
as filhas de Eva apparecem simples,
votando com a mesma naturalidade
dos sufragistas experimentados...*

Correio do Povo, 07.maio.1933, p.3

5 As filhas de Eva vão às urnas

Finalmente, o país vê despontar o tão esperado dia 3 de maio de 1933. Segundo informa o *Correio do Povo*, amanhece uma bela quarta-feira. É o dia das eleições para a Assembléia Constituinte, em todo o território nacional. A edição do *Correio do Povo* do dia 5 de maio (a primeira depois das eleições) dedica quatro páginas (de um total de 14) a comentar os eventos ocorridos no país. Em todas elas, o elemento feminino é saudado pelo entusiasmo com que compareceu ao pleito eleitoral.

Contudo, antes de começar a contar esta história e o modo como o *Correio do Povo* a narrou, alguns dados são necessários de ser levados ao conhecimento do leitor, para que melhor compreenda a abordagem feita pelo jornal sobre o voto feminino. Começamos, então, a entender como se processaram as eleições do dia 3 de maio de 1933, que marca o início da participação feminina nas pugnas eleitorais em todo o território brasileiro. Como se viu nos capítulos anteriores, o Código Eleitoral de 1932 pretendeu aumentar o número de eleitores inscritos no país com algumas medidas tais como a extensão do direito do voto às mulheres, a obrigatoriedade do voto para os homens e para as funcionárias públicas, bem como o alistamento eleitoral *ex-officio* (ou compulsório)³⁹⁰. As eleições de 1933, as primeiras realizadas após a criação da Justiça Eleitoral, também foram

saudadas como ‘eleições verdadeiras’ em que os eleitos se tranqüilizaram com os reconhecimentos entregues exclusivamente à magistratura. Desaparecera, segundo os comentadores, a desmoralização dos reconhecimentos políticos, das degolas eleitorais e da falsificação do voto.³⁹¹

Quanto ao comparecimento dos eleitores nesta eleição, alguns autores procuram acentuar o reduzido índice de participação popular, como já apontei no capítulo anterior. Este número é calculado como sendo em torno de 3,3 % da população brasileira. Entretanto, tais autores parecem se esquecer que tal índice não se distanciava das votações ocorridas durante o período da Primeira República. Fazem suas afirmações e comparações, baseados nos dados eleitorais da eleição ocorrida em 1945, que já possuía tanto um *sistema eleitoral*³⁹², como uma percepção das eleições diferenciada da praticada até a década de trinta. Afinal, as eleições de 1945 foram as primeiras a se realizar após longos oito anos de um regime de exceção como o Estado Novo.

³⁹⁰ A obrigatoriedade para o alistamento das funcionárias públicas foi contestada e retirada, como publicado na terceira página do *Correio do Povo* de 23 de fevereiro de 1933. A Constituição de 1937 repetiu, em seu artigo 117, a disposição do artigo 108 da Carta anterior, omitindo qualquer determinação quanto à obrigatoriedade do alistamento ou do voto feminino. Apenas em 28 de maio de 1945, com o decreto-lei n° 7.586, é que tanto o alistamento quanto o voto passaram a ser obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as mulheres que não exercessem profissão lucrativa. Apenas na Constituição de 1946 é que se tem a afirmação que, tanto o alistamento quanto o voto, passam a ser obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, como previsto no artigo 133. Mais informações em PORTO, Walter Costa. *História eleitoral do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1989, vol.1, p. 219-220.

³⁹¹ Tal como informa PORTO, op. cit., p. 235, a Justiça Eleitoral seria “silenciada” após o golpe de 10 de novembro de 1937 (nenhuma eleição se realizou durante o Estado Novo). Somente em 28 de maio de 1945, com o decreto n° 7.586, a Justiça Eleitoral seria restaurada no Brasil.

³⁹² Sistema eleitoral é “o conjunto de regras que define como em uma determinada eleição o eleitor pode fazer suas escolhas e como os votos são contabilizados para serem transformados em mandatos (cadeiras no Legislativo ou chefia do Executivo)”, segundo a definição de NICOLAU, Jairo. *Sistemas eleitorais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.10. As novas regras da eleição de 3 de maio de 1933 foram publicadas em destaque no *Correio do Povo*, em 23 de fevereiro, 16 e 19 de abril de 1933.

Acredito, assim, ser falho fazer este tipo de comparação. Não considero o mais apropriado comparar a eleição de 1933 com a de 1945, mas sim, comparar com as eleições ocorridas durante a vigência de Primeira República, por exemplo, com a eleição que elegeu Washington Luis – presidente do Brasil, ocorrida em 1926, e que levou às urnas aproximadamente 700 mil votantes – 2,3% da população brasileira, ou mesmo, com a eleição de 1930 (que elegeu o paulista Júlio Prestes presidente do Brasil) e que supostamente levou às urnas 1,9 milhões de votantes – 5,7% da população brasileira, conforme dados de Joseph Love.³⁹³

Os dados recolhidos sobre o pleito de 1930 também devem ser analisados levando-se em consideração tanto as manipulações feitas nas listas eleitorais quanto as fraudes perpetuadas no antigo sistema, antes da criação da Justiça Eleitoral, o que pode demonstrar uma participação efetiva muito menor do que a divulgada.

Pelo que foi veiculado no *Correio do Povo* no dia 3 de maio (matéria de capa, em destaque), mais de 1 milhão e 200 mil eleitores se qualificaram para votar. Desta notícia, extraí as informações para a feitura da tabela de número sete, onde destaco que o Rio Grande do Sul aparece em quinto lugar quanto ao número de eleitores qualificados para a votação. Estes dados são apresentados para que o leitor possa ter uma idéia mais precisa da participação ativa do Rio Grande do Sul no alistamento para as primeiras eleições da República Nova.

Nas mudanças empreendidas no sistema eleitoral, o governo teve o cuidado de fazer uma nova convocação dos eleitores, de exigir uma nova confecção de títulos eleitorais (agora com foto) e aplicar o voto secreto. Todas essas medidas foram adotadas numa tentativa de coibir a fraude, tal como se destacou no capítulo anterior, ao se trabalhar com os dados referentes ao alistamento eleitoral apresentados pelo *Correio do Povo*.

³⁹³ Estes números fazem parte da tabela sobre as eleições presidenciais no Brasil de 1894-1945, apresentada em LOVE, Joseph L. *O Regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p.125. Quanto à reconstrução dos dados anteriores a 1945, no que se refere aos resultados eleitorais, é considerada “uma tarefa difícil para os pesquisadores, devido a dispersão dos documentos e do descarte que muitos deles sofreram antes da criação da Justiça Eleitoral”. Tal como afirma NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélgio. *Estatísticas Eleitorais do Rio Grande da América do Sul. 1823/2002*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004, p.10. No *site* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) há somente dados a partir da votação de 1945. Ver <http://www.tse.gov.br>

Tabela 7

**Número de eleitores alistados por Estado
(eleições de 3 de maio de 1933)**

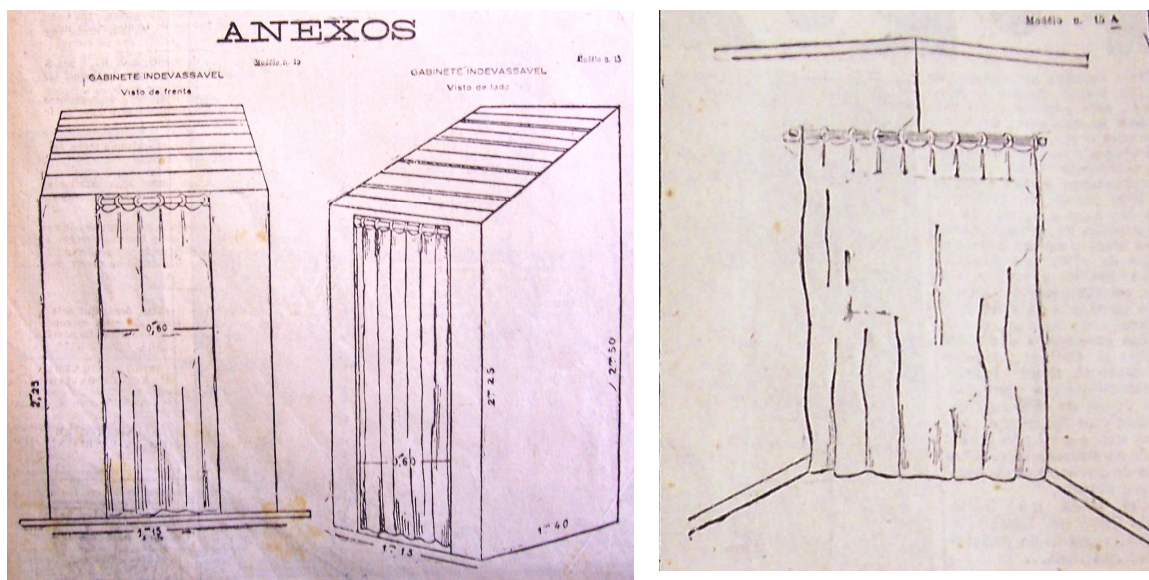
	Estado	Nº de eleitores
1.	Minas Geraes	311.374
2.	São Paulo	273.251
3.	Bahia	91.118
4.	Districto Federal	84.756
5.	Rio Grande do Sul	77.369
6.	Rio de Janeiro	69.522
7.	Pernambuco	69.318
8.	Santa Catharina	36.187
9.	Paraná	34.120
10.	Ceará	30.478
11.	Parayba	29.664
12.	Pará	28.990
13.	Espírito Santo	28.474
14.	Alagoas	23.472
15.	Sergipe	23.460
16.	Rio Grande do Norte	18.959
17.	Goyaz	16.114
18.	Maranhão	12.432
19.	Piauhy	10.462
20.	Matto Grosso	8.788
21.	Amazonas	4.380
22.	Acre	1.943
	Total Geral	1.284.904

FONTE: *Correio do Povo*, 3.maio.1933, p.1.

Trago uma matéria do dia 19 de abril de 1933, intitulada *O Pleito do Proximo dia 3 de Maio*, para ilustrar a importância e o destaque que o *Correio do Povo* deu ao tema das eleições. Os leitores do jornal, além de ficarem a par das mudanças ocorridas no sistema eleitoral, também puderam conhecer tanto os modelos das folhas de votação, como a aparência dos então chamados “gabinetes indevassáveis de votação”. Esta matéria coloca em destaque uma das novidades do pleito de maio, o voto secreto. O modelo do gabinete pode ser visualizado nas figuras onze e doze. Na figura treze, pode-se constatar como tal modelo foi empregado na prática nos locais de votação.

Figura 11 e 12

Modelos dos gabinetes de votação



Fonte: *Correio do Povo*, 19.abril.1933, p.10.



Figura 23: Na foto publicada no dia 5 de maio de 1933, pode-se observar um flagrante de uma senhora saindo de um dos gabinetes eleitorais com seu envelope de votação.

Fonte: *Correio do Povo*, 05.maio.1933, p. 8.

Concorreram ao cargo de deputado à Assembléia Nacional Constituinte cerca de 802 candidatos em todo o território nacional, em disputa por 214 cadeiras. No *Correio do Povo* de 29 de abril, foi publicada uma matéria em destaque com o nome dos 36 candidatos pelo Rio Grande do Sul a uma vaga de deputado constituinte³⁹⁴. Segundo dados apresentados por Hélió Trindade e Maria Izabel Noll, o Rio Grande do Sul tinha direito a 16 cadeiras na Assembléia Constituinte, sendo que, destas, o Partido Republicano Liberal (PRL) conquistou 13 vagas e a Frente Única Gaúcha (FUG) somente três.³⁹⁵ A Liga Eleitoral Católica (LEC) apoiou os candidatos do PRL, graças a um compromisso formal assumido pelo partido situacionista de introduzir em seu programa os “pontos mínimos” estabelecidos pela LEC.³⁹⁶

O grande destaque desta eleição é a presença feminina. Pelo menos, é o que se pôde observar na leitura do *Correio do Povo*. Tal fato foi muito mais comentado nas páginas do jornal do que o voto secreto, a outra grande inovação do pleito eleitoral. De modo diverso, constatou Kelly Cristina Nascimento, nas suas pesquisas para a confecção de sua dissertação de mestrado, chegando à seguinte conclusão para o Estado de Minas Gerais:

[...] em ocasião da reforma eleitoral estabelecida pelo governo provisório de Getúlio Vargas, não encontramos nos documentos analisados, nenhuma referência à extensão dos votos às mulheres. A imprensa mineira acompanhava passo a passo o andamento da reforma e publicava artigos e entrevistas dos líderes políticos que davam sua opinião sobre as principais questões da reforma, principalmente em relação ao voto secreto. Quando a mesma foi instituída, todos os jornais de grande circulação no Estado divulgaram as principais mudanças que teriam sido aprovadas, mas em nenhum momento a questão do voto feminino foi apresentada, mesmo sendo esta uma das modificações ocorridas.³⁹⁷

³⁹⁴ O nome dos candidatos, bem como o partido a que pertenciam pode ser conferidos no apêndice B.

³⁹⁵ NOLL; TRINDADE, op. cit., p.73. Para os dados completos do número de cadeiras por estado da federação, ver GOMES, Ângela de Castro. *Confronto e Compromisso no Processo de Constitucionalização (1930-1935)*. In: GOMES, Ângela de Castro et all. *O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p.24. Os dados apresentados por Ângela de Castro Gomes mostram certa discordância em relação aos captados no *Correio do Povo* que salienta que 36 candidatos disputaram as vagas de deputado constituinte pelo Rio Grande do Sul, ou seja, oito a mais do que os considerados pela autora. O jornal também informa que o número de cadeiras devidas ao Rio Grande do Sul são dezesseis.

³⁹⁶ Ver nota 388 para os objetivos da LEC.

³⁹⁷ Segundo NASCIMENTO, Kelly Cristina. *Entre a Mulher Ideal e a Mulher Moderna: representações femininas na imprensa mineira – 1873-1932*. 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p.151. Apesar de a autora encerrar seu trabalho no ano de 1932, na minha pesquisa aqui apresentada, pôde-se constatar que, no que diz respeito ao voto secreto, esse tema foi muito menos abordado pelo *Correio do Povo* do que a questão do voto feminino, tal como se pode verificar no capítulo três desta dissertação. Quero deixar claro que, apesar do tema do voto secreto não ter sido devidamente apresentado ao longo da minha exposição, tal assunto consta do jornal.

A apuração das eleições iniciou no dia 4 de maio, em praticamente todo o território nacional, e se encerrou no dia 22 de junho de 1933. O Rio Grande do Sul contou com nove turmas apuradoras, tal como consta no *Correio do Povo* do dia 23 de junho. Era publicado quase diariamente um boletim nas páginas do jornal, com os resultados parciais da apuração das eleições, o que parece comprovar um razoável interesse pelo resultado do pleito entre a população de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, de um modo geral.

O novo *mapa eleitoral* do Brasil é publicado no dia 17 de março de 1934, na primeira página do *Correio do Povo*, em uma pequena notícia sem destaque. Notam-se certas discrepâncias dos dados já publicados no jornal. Todavia, atente-se para o fato de que esta notícia foi redigida em março de 1934, portanto, quase um ano depois das eleições, de modo que o novo mapa eleitoral brasileiro apresenta dados mais completos sobre as eleições de 1933. Por sua leitura, ficamos a par de que o Brasil foi dividido em 753 zonas eleitorais, com 1400 cartórios. Nas eleições para deputado constituinte inscreveram-se 1.466.700 eleitores, dos quais compareceram 1.222.624, sendo considerados válidos 1.157.761 votos. Das 5.411 mesas receptoras de votos, funcionaram efetivamente 5.365. Concorreram às eleições 1040 candidatos, incluídos neste número os candidatos avulsos (sem partido). A percentagem de comparecimento foi de aproximadamente 80% em todo o território nacional, segundo informações dadas ao jornal pelo secretário do Supremo Tribunal Eleitoral.³⁹⁸

Apesar de algumas seções eleitorais serem anuladas (todas devidamente noticiadas pelo *Correio do Povo*) e, até mesmo, a ocorrência de anulação das eleições em alguns estados da federação, como Espírito Santo, Mato Grosso e Santa Catarina, estes fatos não comprometeram os resultados eleitorais de forma significativa, pois foram convocadas novas eleições nos estados que tiveram seu pleito anulado³⁹⁹.

Segundo informa Ângela de Castro Gomes, “[...] os resultados eleitorais asseguraram ampla vitória dos situacionismos estaduais, configurando uma Assembléia Constituinte caracterizada pela dominância de tendências governistas.”⁴⁰⁰ A eleição de maio de 1933 utilizou como sistema eleitoral a representação proporcional que, como apresenta Jairo Nicolau,

³⁹⁸ *Correio do Povo*, 17/03/34, p.1.

³⁹⁹ Apesar de, como noticiado no dia 13 de agosto de 1933 (*Correio do Povo*, p.1), a anulação do pleito no Mato Grosso ter como consequência direta o adiamento da convocação da Constituinte em mais de 40 dias até o término da apuração das novas eleições.

⁴⁰⁰ GOMES, op. cit., p. 24.

tem duas preocupações fundamentais: assegurar que a diversidade de opiniões de uma sociedade esteja refletida no Legislativo e garantir uma correspondência entre os votos recebidos pelos partidos e sua representação. [...] Os sistemas proporcionais procuram garantir uma equidade matemática entre os votos e as cadeiras dos partidos que disputaram uma eleição. Por exemplo, um partido que recebesse 15% dos votos ficaria com um percentual de representação próximo a 15%.⁴⁰¹

O sistema de representação proporcional tem duas variantes, o *voto único transferível* e o *sistema de listas*. Este último é o que foi empregado nas primeiras eleições para deputado constituinte da República Nova, de modo que “[...] cada partido apresentaria uma lista de candidatos para as eleições, e a distribuição das cadeiras em disputa seria feita de acordo com os votos dados em cada lista partidária.”⁴⁰²

Em relação ao Rio Grande do Sul, Hégio Trindade e Maria Izabel Noll informam que, até 1940, a principal característica do eleitorado do estado era ser um “eleitorado não cidadão”, que se dedicava a atividades eminentemente agropastoris.⁴⁰³ De modo que a população rural do estado girava em torno de 73,56% em 1920, permanecendo alta ainda no ano de 1940, em torno de 68,84% (estas datas são destacadas por serem as únicas de que se têm dados estatísticos. Na década de 1930, não ocorreu censo no Brasil). A reforma eleitoral, ocorrida em 1891, com a troca de sistema de governo, acarretou uma “profunda redução da arena política, gerando, através da cassação do voto do analfabeto, uma concentração do eleitorado, que se manterá até o Estado Novo.”⁴⁰⁴ Segundo estes autores, o Rio Grande do Sul tem um *perfil político* singular em termos brasileiros, ressaltando a *estabilidade*, a *coerência* de seus padrões eleitorais e a *valorização* constante dos *partidos políticos*.

No dia 5 de julho de 1933, são proclamados os candidatos eleitos no Rio Grande do Sul pelo Tribunal Regional Eleitoral⁴⁰⁵. A terceira Assembléia Nacional Constituinte

⁴⁰¹ NICOLAU, op. cit., p. 37.

⁴⁰² Ibid., p. 42. Creio ser este o motivo de um estado como o Rio Grande do Sul, que possuía um pouco mais de 84 mil eleitores, ter contabilizado mais de 168 mil votos apurados, tal como se pode verificar no apêndice C que traz essas informações.

⁴⁰³ NOLL; TRINDADE, op.cit., p. 25. Tais dados podem também ser aferidos em FUNDAÇÃO de Economia e Estatística do Estado. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre: FEE, 1981.

⁴⁰⁴ Ibid., p. 42. Grande parte dos dados apurados e apresentados pelos autores, anteriores a 1945 é baseada nos jornais da época. Para dados das eleições, a partir de 1945, consultar também o *site do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense* (NUPERGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: <http://www.nupergs.ifch.ufrgs.br>

⁴⁰⁵ Ver *Correio do Povo*, 6/07/33, p.9. Os candidatos eleitos no Rio Grande do Sul podem ser conferidos no apêndice C. O sistema eleitoral proposto no Código Eleitoral partia de uma complicada fórmula de representação proporcional para se reconhecer os vencedores do pleito, tendo-se que recorrer ao quociente eleitoral e ao

brasileira é instalada no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, e começa os seus trabalhos no dia 15 de novembro de 1933. Os deputados constituintes passam, então, a discutir e propor emendas ao anteprojeto constitucional elaborado pela assim chamada “subcomissão do Itamarati.”⁴⁰⁶

Voltando agora ao mote principal desta pesquisa, ou seja, à questão do voto feminino, é chegada a hora de se perguntar o que o *Correio do Povo* veiculou sobre o tema, logo após as eleições de 3 de maio. Este capítulo procura mapear as matérias do jornal das eleições até julho de 1934. Após uma consulta exaustiva em **376 edições** do *Correio do Povo*, encontrou-se em 33 delas, **51 referências** ao tema do sufrágio feminino.

O *corpus documental* foi, mais uma vez, dividido e categorizado em duas partes principais para fins de análise, ou seja, o material foi separado em torno de dois eixos principais, o informativo e o opinativo, ficando assim subdivididas: 17 artigos, 15 notícias, 9 notas, 8 sueltos e 2 entrevistas.

quociente partidário. Para maiores informações consultar o decreto n.21.076 de 24 de fevereiro de 1932 – Código Eleitoral, parte quarta - capítulo II. Partes do Código estão referenciadas no anexo A.

⁴⁰⁶ O anteprojeto constitucional foi elaborado pela “subcomissão do Itamarati”, criada em 1932, através do decreto n.21.402, de 14 de maio de 1932, para dar forma ao Anteprojeto da Constituição. A Revolução de São Paulo, que eclodiu em julho de 1932, postergou o início dos trabalhos da comissão. Novo decreto, de n.22.040, de 1º de novembro de 1932, regularia o trabalho do grupo. Essa subcomissão reuniria Afrânio de Melo Franco (Ministro das Relações Exteriores), Agenor de Roure, Antonio Carlos, Antunes Maciel (Ministro da Justiça), Artur Ribeiro, Assis Brasil, Carlos Maximiliano, Castro Nunes, General Góis Monteiro, João Mangabeira, José Américo de Almeida (Ministro da Viação), Oliveira Viana, Osvaldo Aranha (Ministro da Fazenda), Prudente de Moraes Filho, Temístocles Cavalcanti e, com o afastamento de Artur Ribeiro, José Américo e Oliveira Viana, Castro Nunes e Solano da Cunha. Grande parte das reuniões se fez no Palácio do Itamarati, e daí que o grupo se denominasse “Subcomissão do Itamarati.” O resultado de seu trabalho, através de 51 sessões, foi apresentado à Assembléia Constituinte no dia 16 de novembro de 1933. Conforme AZEVEDO, José Afonso de Mendonça. *Elaborando a constituição nacional: atas da Subcomissão elaboradora do anteprojeto 1932/1933*. Ed. fac-similar. Brasília: Senado Federal, 2004, p.XIV-XV. June Hahner informa que tanto Bertha Lutz como a rio-grandense Nathercia Silveira, líder da Aliança Nacional de Mulheres, foram convidadas a se juntar ao comitê que iria elaborar a constituição, ou seja, o anteprojeto. Ver em HAHNER, June. *A Mulher Brasileira e suas lutas sociais...* p. 120. Porém, os seus nomes não constam nas atas de reuniões da subcomissão do Itamarati. Susan Besse também informa que, em maio de 1932, “Lutz foi nomeada para a comissão governamental encarregada de preparar uma minuta da nova Constituição.” Cf. BESSE, Susan. *Modernizando a desigualdade...* p. 189. Já Kelly Cristina Nascimento afirma que “[...] a Assembléia Nacional Constituinte convocada para elaborar uma nova Constituição para o país contou com a participação de Bertha Lutz, que foi indicada pelo próprio Vargas.” NASCIMENTO, op. cit., p.150. Tais informações parecem ser corretas, uma vez que é citado um documento relativo à sessão de instalação da Comissão que elaborou o anteprojeto da Constituição com os nomes citados acima, e que está no Acervo do Arquivo da Câmara dos Deputados, tal como se pode ler em MULHERES NA POLITICA. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002. (Publicação feita e distribuída durante a exposição organizada pelo Museu da Câmara dos Deputados, mostrando a trajetória da mulher brasileira na política). No dia 5 de janeiro de 1934, é publicada uma entrevista com Bertha Lutz, nas páginas do *Correio do Povo*, onde o articulista, ao relatar as conquistas de Lutz, cita: “é fundadora e ‘leader’ das associações femininas federadas, que fazem o movimento feminista nacional do Brasil. Fez parte da Comissão Elaboradora do Ante-Projecto da futura Constituição, sendo também deputada suplente do Partido Autonomista, na Assembléa Nacional Constituinte.” Como se pode verificar no *Correio do Povo*, 05/01/34, p.5.

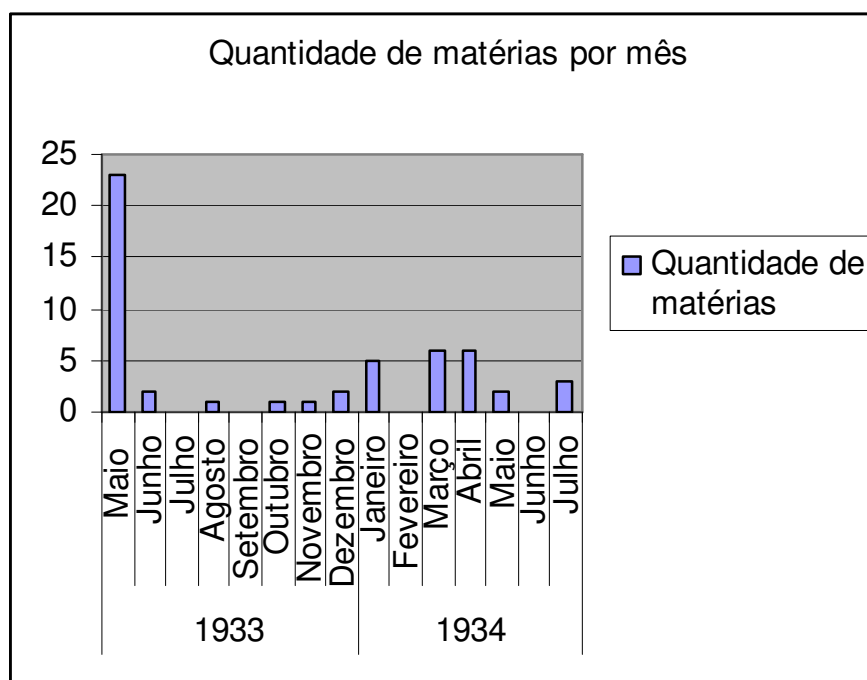
Tabela 8

Quantidade de matérias por mês no *Correio do Povo*

Ano	Mês	Quantidade de matérias
1933	Maio – a partir dia 4	22
	Junho	2
	Julho	0
	Agosto	1
	Setembro	0
	Outubro	1
	Novembro	1
	Dezembro	2
	1934	Janeiro
Fevereiro		0
Março		6
Abril		6
Maio		2
Junho		0
Julho		3
Total		51

Gráfico 5

Distribuição por mês das matérias – 3ª parte



Tem-se um número elevado de matérias concentradas (43,1%) no mês de maio de 1933, tal como se pode observar na tabela 8. Esta concentração de matérias se deve possivelmente ao fato de que, após a participação (inédita) das mulheres no pleito eleitoral, em todo o território nacional, o interesse pelo tema seja relegado a um plano secundário. Afinal, como já se mencionou no capítulo dois, o jornal vive da novidade. Isto é, uma das características do jornal é “viver” do novo, do inusitado, do inédito. Sobre este assunto, vamos lembrar as palavras de Nelson Traquina:

[...] é o próprio conceito de ‘atualidade’ que constitui o coração e a alma da actividade jornalística: o jornal, [...] [é suposto] de dar a conhecer o que há de ‘novo’, o que ‘acaba’ de acontecer. Lemos o jornal para saber o que é que aconteceu ontem e não há 15 dias [...]. Os acontecimentos devem ser actuais; a própria actualidade constitui um factor de noticiabilidade.⁴⁰⁷

O que, na verdade, representa uma surpresa, é o fato de que, **a partir de janeiro de 1934**, o assunto do voto feminino tenha voltado a freqüentar as páginas do jornal. Estes dados são destacados, tanto na tabela 8 quanto no gráfico 5. A partir de janeiro de 1934, tem-se a publicação de **vinte e duas matérias**, cuja temática ainda é o voto feminino, ou seja, **42,3%** do total do *corpus documental* do material selecionado. Um número bem elevado, se lembrarmos que a novidade da participação feminina no pleito eleitoral já havia passado há quase oito meses. Uma averiguação no jornal remete às discussões ocorridas entre os deputados da Assembléia Constituinte em torno da redação do artigo 108 da nova Constituição, que determinaria as normas para as próximas eleições, assunto que será abordado mais adiante.

Em relação à quantidade de matérias publicadas pelo jornal, e sua distribuição interna, tanto nas páginas como entre as respectivas colunas, constata-se, através dos dados salientados na tabela 9, que esses últimos meses pesquisados mostraram semelhanças inegáveis ao que já fora exposto nos capítulos anteriores. Aqui, as matérias também se encontram concentradas entre a capa e a contracapa do jornal, e a página três das edições consultadas. Na verificação dos dados mostrados na tabela, percebe-se que em torno de 75% das matérias foram publicadas nas páginas mais nobres e valorizadas do jornal⁴⁰⁸. Também destaca-se que a página três é a que congrega em torno de 33% do total de matérias. Tal distribuição me leva a aferir uma importância de mediana a grande para o assunto do voto

⁴⁰⁷ TRAQUINA, Nelson. As Notícias. In: TRAQUINA, Nelson. (org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Vega, 1993, p.174.

⁴⁰⁸ A capa, a página três e a contracapa da edição.

feminino nas edições em que este tema foi abordado. Os dados em questão também podem ser conferidos no gráfico de barras seis.

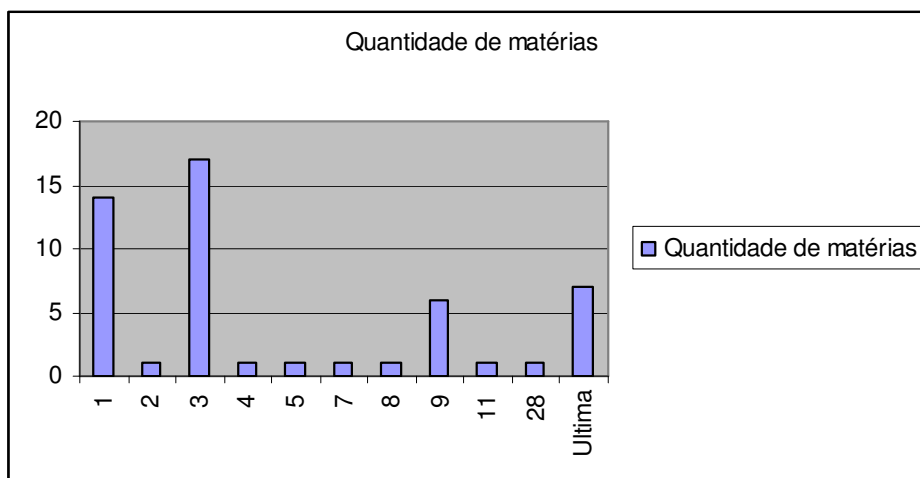
Tabela 9

Quantidade de matérias por página no *Correio do Povo*

Página	Quantidade de matérias	Porcentagem
1	14	27,45%
2	1	1,96%
3	17	33,33%
4	1	1,96%
5	1	1,96%
7	1	1,96%
8	1	1,96%
9	6	11,8%
11	1	1,96 %
28	1	1,96%
Ultima⁴⁰⁹	7	13,7%
TOTAL	51	100 %

Gráfico 6

Quantidade de matérias por página no *Correio do Povo*



⁴⁰⁹ Agregou-se este item para melhor visualização. Nas páginas de número 6, 10, 12 a 27, não se observou a incidência de nenhuma matéria sobre o sufrágio feminino, excetuando-se quando estas páginas foram definidas como a última da edição analisada.

Passa-se, agora, à exposição do material encontrado nas páginas do *Correio do Povo*. Procuo aplicar o mesmo método de análise empregado nos capítulos anteriores. De forma análoga, começo por expor e analisar o material informativo do jornal para, logo a seguir, detalhar as matérias consideradas opinativas.

5.1 O *Correio do Povo* Informa

5.1.1 NOTAS & NOTÍCIAS

Das matérias que trataram do voto feminino, entre os meses de maio de 1933 e julho de 1934, encontrei um total de **51 matérias** que podem ser relacionadas com o mote do sufrágio feminino, tal como aparece destacado na tabela 8. Destas, quinze são notícias e nove são notas, perfazendo 47 % do total do *corpus documental* referente à última parte do material encontrado na minha pesquisa. O tema das eleições é o que impera, sendo oito notícias veiculadas no mês de maio de 1933, ou seja, mais da metade das notícias encontradas foram publicadas logo após as eleições para a Assembléia Constituinte.

A grande maioria (60%) foi publicada, ou na capa e contracapa do jornal, como se pode observar no quadro 18, que traz todas as informações que considero pertinentes para se analisar adequadamente as notícias veiculadas no *Correio do Povo*. Outro dado que se destaca na observação de tal quadro de análise é a grande quantidade de matérias na edição que saiu logo após as eleições.⁴¹⁰

Pode-se observar que a grande maioria das notícias tem sua origem fora do Rio Grande do Sul, ou seja, cerca de 67% giram em torno de fatos ocorridos em outros estados da federação, principalmente a Capital Federal e o estado de São Paulo. Tanto o número de linhas como a distribuição interna nas colunas do jornal (nas notícias que tratam do voto feminino) parecem apontar que o jornal deu grande importância ao tema e que o destacou de uma forma até mesmo previsível, já que estas eleições foram muito esperadas e, porque não

⁴¹⁰ No dia 4 de maio de 1933 não houve edição do *Correio do Povo*.

dizer, desacreditadas, como se constatou no capítulo anterior. De forma que as eleições passam a ser a “menina dos olhos” do jornal, que não só informa, mas também comenta, como se poderá constatar a seguir.

Quadro 18

Distribuição espacial das notícias no *Correio do Povo*

Dados básicos		Localização nas colunas									Dados adicionais	
<i>data</i>	<i>página</i>	<i>C1</i>	<i>C2</i>	<i>C3</i>	<i>C4</i>	<i>C5</i>	<i>C6</i>	<i>C7</i>	<i>C8</i>	<i>C9</i>	<i>linhas</i>	Origem
05/05/33	1	x	x	x	x	x		x	x	x	242	<i>RJ</i>
05/05/33	8	x	x	x	x	x	x	x	x	x	535	<i>Rs</i>
05/05/33	9	x	x	x	x	x	x	x	x	x	471	<i>Rs</i>
05/05/33	14(u)					x	x				143	<i>SP</i>
	14(u)			x	x	x	x	x			165	<i>SP</i>
07/05/33	9					x	x	x	x		138	<i>Rs</i>
09/05/33	9				x						50	-
	9							x	x		49	<i>Rs</i>
27/06/33	1			x							51	<i>RJ</i>
28/12/33	16(u)			x	x	x	x	x	x	x	333	<i>SP</i>
11/03/34	32(u)			x	x						57	<i>RJ</i>
29/03/34	1								x	x	86	<i>RJ</i>
05/04/34	1							x	x		51	<i>RJ</i>
21/04/34	2								x	x	176	<i>Uruguai</i>
22/05/34	1				x	x	x	x			201	<i>RJ</i>

A primeira página da edição de nº104 do ano 39 (5/05/33) anuncia: “Segundo notícias chegadas ao Rio correram normalmente as eleições em todo o paiz.” A capa desta edição se dedica a explicitar, não só o dia das eleições na Capital Federal, como também o dia seguinte ao encerramento da votação. Na primeira e na segunda coluna, são publicadas em destaque os dizeres: “Observa-se entusiasmo” – “Em perfeita ordem” – “A eleição prossegue animada”. E estes são os pontos salientados exaustivamente em todas as notícias da eleição: *ordem* e *entusiasmo*. A votação é acompanhada desde o seu início até o encerramento dos trabalhos

das mesas eleitorais – as notícias foram enviadas da Capital Federal a Porto Alegre, diretamente ao *Correio do Povo*, através do serviço de telégrafo, pelos seus correspondentes no Rio de Janeiro. A participação feminina no pleito eleitoral também é informada nesta edição. Por exemplo, na primeira coluna se pode ler: “Às 10:30 horas, em todas as secções do centro urbano, que se acham repletas, os trabalhos das eleições corriam perfeitamente, notando-se até cordialidade entre os eleitores. Poucas senhoras aquella hora tinham comparecido”, aspecto que mereceu destaque pelo redator desta notícia, que mais adiante informa:

Até ás 13 horas, quando percorremos mais algumas secções, nada havia a registrar senão perfeita ordem, tanto no centro como nos arrabaldes e suburbios. [...] Os collegios eleitoraes offerecem um aspecto que se poderia dizer, alegre. Os eleitores do sexo feminino, que pareciam arredios, affluiram às respectivas secções e encorajados e confiantes esperam pacientemente sua vez de votar. Quase ninguem demora mais de um minuto na execução das formalidades do voto. Algumas secções teem senhoras e senhoritas como mesários. Não há ostentação de forças. [...]

No prosseguimento da matéria, na coluna dois, o jornalista informa: “A maior divergencia observada entre o pleito de hoje e os de outrora, consiste na presença de numerosos elementos femininos.” Já na coluna quatro se pode ler, sob o título de *Um trote feminista* que foram destinados mesas de votação exclusivas para as mulheres, pelo menos na Capital Federal. Acompanhemos esta notícia na integra:⁴¹¹

RIO, 4 (C.P.) – Sahiram quasi todos os matutinos. Nas longas e minuciosas reportagens, como nos editoriaes, confirmam integralmente as informações que antecipamos sobre a boa ordem do pleito aqui e nos Estados.

Compareceram 71.017 eleitores no Districto Federal, verificando-se, assim, uma abstenção insignificante que hontem consignamos. Em varias secções, verificou-se o facto de não faltar nenhum eleitor. Em telegramma de antehontem, informamos haverem sido localizados numa secção do Meyer 400 eleitores feminino.

Esse facto determinou scenas hilariantes, por terem ali comparecido cinco cavalheiros com nomes epicenos, taes como Athayde, Guaracy, Sylla, etc., determinando confusão. Foram chamados de intrusos pelas eleitoras donas da secção.

Um delles, não tendo coragem sufficiente para resistir o “trote”, retirou-se sem votar.

Muitas senhoras declararam aos reporters terem riscado das chapas ou que negaram votos aos candidatos do seu sexo.

Nessa secção faltaram, apenas, 23 eleitoras.

⁴¹¹ Tal notícia é exposta em sua totalidade, pois traz elementos que eu gostaria de salientar, mostra como as notícias eram captadas dos jornais de outras capitais e resumidas pelos jornalistas do *Correio do Povo*, para veiculação no Rio Grande do Sul. Também se observa a escolha do tema para publicação, um fato inusitado e engraçado.

É interessante verificar como, em poucas linhas, a escolha do enfoque dado possa denegrir o assim chamado “elemento feminino” nas eleições. Além da seção eleitoral exclusiva para mulheres, também é destacada a hostilidade feminina quanto aos desafortunados homens que tiveram a infelicidade de cair nesta seção eleitoral. Outro fato que merece destaque, por parte do jornalista, é que as mulheres não votaram nas candidatas que concorriam ao pleito. Pode-se perguntar o porquê do redator ter colocado esta frase: “Muitas senhoras declararam aos reporters terem riscado das chapas ou que negaram votos aos candidatos do seu sexo”? provavelmente para dar ênfase a um aspecto por ele considerado importante, ou seja, a falta de coesão entre as mulheres que, apesar de poderem votar, são contra as mulheres exercerem um lugar na política. Entretanto, como só contamos com estas palavras, há de se perguntar se não são mais as considerações do próprio jornalista. A última frase da notícia diverge do que o jornalista dizia anteriormente, ou seja, de que praticamente não houve abstenções nas seções eleitorais.

Em tal notícia, pode-se verificar uma das formas empregadas para se dar destaque a certos fatos em detrimento de outros, que não se consideram relevantes. Como já salientei em capítulos anteriores, o jornalista produz uma informação, seleciona entre uma dezena, senão uma centena de acontecimentos, e elege o que deve ser elevado à categoria de fato a ser repassado para os seus leitores nas suas folhas. Assim, apesar do redator destas linhas dar destaque para o tema do sufrágio feminino, o faz de maneira a macular esta conquista, dando a entender que as mulheres não estão preparadas para assumir plenamente a sua cidadania política.

Na capa do dia 5 de maio de 1933, também foi publicado um total de cinco imagens referentes ao dia de votação no país. A única que retrata mulheres é a mostrada na figura 14, e que passo a analisar com mais vagar. Esta imagem destaca a seção do Meyer, citada acima, dedicada ao eleitorado feminino. Chama a atenção a escolha do momento retratado. Como interpretar tal imagem? Concordo com Ana Maria Mauad que “a imagem não fala por si só; é necessário que as perguntas sejam feitas.”⁴¹² Considero que as imagens devem ser integradas e interpretadas no *fazer história*, tal qual o documento escrito ou, em outras palavras, como

⁴¹²MAUAD, Ana Maria. Fotografia e História – possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (Orgs.). *A Leitura de Imagens na Pesquisa Social*. História, Comunicação e Educação. São Paulo: Cortez, 2004, p. 26. Parte da discussão sobre o trabalho com fontes iconográficas foi desenvolvida pela autora no artigo KARAWAJCZYK, Mônica. “O Voto de saias”: breve análise das imagens veiculadas na *Revista do Globo* (1930-1934). *História, imagem e narrativas* n°3, ano 2, setembro de 2006, pp. 26-56. Podendo ser acessado em < <http://www.historiaimagem.com.br/edicao3setembro2006/votodesaias.pdf>>

uma representação, motivo pelo qual se fará uma breve consideração sobre uma das formas de se agregar tal tipo de material às pesquisas históricas, antes de iniciar a análise da figura 14.

Boris Kossoy faz uma importante contribuição a este tema ao esclarecer que, para ele, “o documento fotográfico é uma representação a partir do real, uma representação onde se tem registrado um aspecto selecionado daquele real, organizado cultural, técnica e esteticamente, portanto ideologicamente”.⁴¹³ E é desta perspectiva que as imagens fotográficas apresentadas ao longo deste texto, foram consideradas.



Figura 14

– Seção feminina no Meyer –

Legenda da foto: “Na escola S. Paulo, no Meyer, onde funcionou uma secção exclusivamente feminina. A primeira eleitora que votou e outras aguardando a vez de fazel-o.”

Fonte: *Correio do Povo*, 5.maio.33, p.1, colunas 7-9.

A importância de se fazer uma análise mais minuciosa das imagens encontradas se dá no sentido de que, como indica Kossoy, “a imagem fotográfica fornece provas, indícios, funciona sempre como documento iconográfico acerca de uma dada realidade. Trata-se de um

⁴¹³ KOSSOY, Boris. *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. São Paulo: Ateliê, 2002, p. 59.

testemunho que contém evidências sobre algo”.⁴¹⁴ Pode-se considerar que a imagem fotográfica é, ao mesmo tempo, ícone e índice, como diz Philippe Dubois⁴¹⁵, pois guarda uma marca, um traço, um rastro do real, que deixou suas marcas no papel fotográfico, nas páginas do jornal; e, por isto mesmo, traz em si a idéia de semelhança com o real, confundindo-se mesmo no senso comum, com o real, seu referente.

Tratando de modo específico da fotografia jornalística, Roland Barthes no seu ensaio *A mensagem fotográfica*, aponta para o que ele chama de “paradoxo fotográfico” e para o cuidado que se deve ter ao analisar tais imagens. O autor trata a fotografia dentro de um duplo modo de ver, a maneira objetiva da denotação e a função subjetiva dada ao leitor, ou a conotação. Também salienta que, na análise da mensagem fotográfica, deve-se trabalhar com ambos os aspectos, ou seja, com a denotação pura e simples que a fotografia passa num primeiro momento, e com a conotação, que é “a imposição de um sentido segundo a mensagem fotográfica propriamente dita, [e que] elabora-se nos diferentes níveis de produção da fotografia (escolha, processamento técnico, enquadramento, diagramação)”.⁴¹⁶

Para analisar as imagens apresentadas pelo *Correio do Povo* sobre o tema do sufrágio feminino, procurei também me basear na metodologia apresentada por Ana Maria Mauad, tanto no capítulo *Fotografia e História*, já citado acima, quanto no artigo *Através da imagem: fotografia e história- interfaces*, onde a autora evidencia uma das formas de se trabalhar com as imagens fotográficas. Mauad denomina seu método de “metodologia histórico-semiótica” e salienta que

a fotografia deve ser concebida como uma mensagem que se organiza a partir de dois segmentos: expressão e conteúdo. O primeiro envolve escolhas técnicas e estéticas, tais como enquadramento, iluminação, definição da imagem, contraste, cor, etc. Já o segundo é determinado pelo conjunto de pessoas, objetos, lugares e vivências que compõem a fotografia.⁴¹⁷

Quanto ao item **conteúdo**, Mauad indica como pontos básicos para análise das fotografias a descrição de alguns itens, tais como: o local, o tema, as pessoas, os objetos retratados, ou seja, os atributos das pessoas e da paisagem, além do tempo retratado (dia/noite). Sobre o item **expressão**, a autora aponta para o formato ou tamanho da foto, os

⁴¹⁴ KOSSOY, op. cit., p. 33.

⁴¹⁵ DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. São Paulo: Papyrus, 1993. O autor explora essas idéias no capítulo: “Da verossimilhança ao índice: pequena retrospectiva histórica sobre a questão do realismo na fotografia.”

enquadramentos, o tipo de foto (posada ou instantânea) e a nitidez. Na medida do possível, procurei seguir estas recomendações nas análises das imagens aqui apresentadas.

Tendo em mente todas as ponderações e cuidados apresentados até aqui, para a análise das imagens fotográficas, pode-se agora examinar a cena mostrada na figura 14. De um total de cinco fotografias publicadas na capa da edição do dia 5 de maio, esta é a maior, ocupando o espaço de três colunas. Ela retrata um instantâneo de um ambiente interno, com um número elevado de mulheres, todas de pé, algumas sorrindo, outras com feições definitivamente sorumbáticas. Quase todas estão viradas para o mesmo lado, como à espera de algo; apenas uma aparece de costas, talvez seja a “primeira eleitora que votou”, como informa a legenda. O aspecto que se salienta nesta composição é a ordem no recinto: todas estão pacientemente esperando algo, talvez a sua vez de votar.

Deve-se levar em consideração que, sem a legenda, não se poderia identificar o assunto retratado, isto é, uma seção eleitoral feminina do Meyer, um exemplo claro da aplicação do que Barthes chama a atenção no seu texto, pois,

na maioria das vezes o texto limita-se a ampliar um conjunto de conotações já incluídas na fotografia; mas por vezes, também o texto produz (inventa) um significado inteiramente novo, que é, de certo modo, projetado retroativamente na imagem, a ponto de nela parecer denotado.⁴¹⁸

No caso da figura 14, a palavra dá um significado direto à mensagem fotográfica, fornecendo uma “história” para a imagem e a colocando no contexto do dia da votação. Como bem salienta Kossoy,

por meio da composição imagem-texto, *um conteúdo transferido de contexto*: um novo documento é criado a partir do original visando gerar uma diferente compreensão dos fatos, os quais passam a ter uma nova trama, uma nova realidade, *uma outra verdade*. Mais uma *ficção documental*.⁴¹⁹

É, no mínimo, curiosa a escolha de tal imagem para ilustrar a capa da edição que noticia as eleições. Ela não retrata diretamente as mulheres votando, mas a sua espera para votar, e como já destaquei, se não se contasse com a ajuda da legenda, não se saberia ao que esta imagem se referia.

⁴¹⁶ BARTHES, Roland. *O Óbvio e o Obtuso*. Ensaios Críticos III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 15.

⁴¹⁷ MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: fotografia e história-interfaces. *Tempo*. Rio de Janeiro, v.1, n.2, 1996, p.73-98. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/labhoi/publicacoes>> Acesso no dia 19.maio.2006. Citação retirada da página 83.

⁴¹⁸ BARTHES, op. cit., p. 21.

⁴¹⁹ KOSSOY, op. cit., p. 55. Grifo do autor.

As páginas oito e nove desta edição também são totalmente dedicadas a trazer notícias sobre as eleições. A página oito noticia o dia do pleito na capital dos gaúchos (Porto Alegre) e a página nove é dedicada ao interior do estado. Ambas compartilham o mesmo título, ocupando (cada um) toda a parte superior da sua respectiva página, a saber: “Realisaram-se, ante-hontem, as eleições para a Constituinte.”

A página oito tem ainda dois subtítulos em ordem decrescente de tamanho. O principal, logo após o título é *O pleito que decorreu com grande entusiasmo, processou-se em boa ordem*, seguido em letras menores por *Foi intenso o movimento em todas as secções da capital – Alguns episódios interessantes – Votam as altas autoridades – A primeira victoria do feminismo no Brasil – Outras notas*.

Como informa Jorge Pedro Sousa, o título em um jornal tem a função de atuar como ponto de entrada nas páginas e é um dos primeiros fatores, junto com as imagens, de atração ou rejeição do leitor para comprar o jornal, ou mesmo para ler a matéria.⁴²⁰ No caso aqui exposto, fica muito claro que a edição do dia 5 de maio se dedica a informar o seu leitor sobre as eleições no país, mas não deixa de ser intrigante o fato de que o *Correio do Povo* procure chamar a atenção do seu leitor, principalmente com as notícias da Capital Federal (publicadas na capa), e dedique espaços internos menos nobres para informar sobre como ocorreram as eleições no seu estado de origem, o Rio Grande do Sul.

Em quase todas as colunas da página em questão, tem-se menções, como referido no subtítulo da página, às mulheres que participam do pleito. Mais uma vez é dada ênfase à ordem em que transcorreu o dia da votação. Esta página igualmente traz um conjunto de fotografias, com imagens de flagrantes das eleições, tal como se pode observar na figura 15.

⁴²⁰ SOUSA, Jorge Pedro. Elementos de jornalismo impresso. Porto, 2001, p. 201. Texto captado no *site* <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>> Acesso no dia 16.set.2007.



Figura 15

- Flagrantes do dia da votação em Porto Alegre -
Fonte: *Correio do Povo*, 05.maio.1933, p.8.

Verifica-se a inserção de um conjunto de quatro fotografias, todas do mesmo tamanho (retangular), ocupando as quatro colunas centrais da página (aproximadamente 200 linhas), de forma que nenhuma das imagens retratadas se destaca do conjunto. Todas, supostamente, mostram flagrantes do pleito eleitoral na cidade de Porto Alegre. Retratam ambientes internos, sendo que as duas de baixo trazem em primeiro plano “aspectos das mesas eleitoraes”, tal como se pode ler no texto logo abaixo das imagens.

A primeira foto, à esquerda no sentido horário, é a única que apresenta uma mulher, motivo pelo qual será a única aqui comentada⁴²¹. Contudo, pode-se agora perguntar o que temos retratado neste instantâneo fotográfico? Em primeiro plano, ressalta-se a figura de uma mulher bem vestida, com algo na mão esquerda, talvez um envelope, congelada no ato de entrar em cena, aparência reforçada pelo ato de empurrar a cortina com sua mão direita e a posição do seu corpo, com o pé esquerdo mais à frente. A legenda esclarece: “Uma eleitora sahindo do interior de uma cabine.”. Mais uma vez, se não se contasse com o recurso do texto, dificilmente se poderia precisar que se tratava da inédita participação feminina no pleito eleitoral. Como indica Barthes, a legenda leva a uma interpretação do retratado na imagem,

⁴²¹ Esta fotografia é a mesma apresentada anteriormente na figura de número 13. A mesma imagem também foi publicada na *Revista do Globo* no dia 17 de maio de 1933 e analisada pela autora em KARAWEJCZYK, op. cit., p. 49-50.

dando uma conotação a esta fotografia que, talvez, não fosse possível, se não se contasse com a conjunção da imagem com o texto. A participação da mulher é mais uma vez retratada de forma evasiva, sem destaque algum, pelo menos nas imagens colhidas até então no jornal.

Entretanto, esta página é rica em informações escritas sobre as eleições. As palavras que iniciam o texto dão destaque ao **aspecto de ordem** e **camaradagem** que prevaleceu nas três zonas eleitorais em que a cidade de Porto Alegre foi dividida para esta eleição. Mais uma vez, é a questão da ordem que merece destaque pelos jornalistas, tal qual já foi salientado na capa desta mesma edição, ao se relatar como foi o desenrolar das eleições na Capital Federal. Na primeira coluna da página oito é dado a conhecer que todo o comércio fechou suas portas “para que todos pudessem exercer o direito do voto.” Também é informado que, “como preceitua a lei, a votação começou às 8 horas, tendo se prolongado até as 18 horas.” A média de comparecimento em cada uma das seções de votação é dada como sendo de 300 eleitores.

A presença feminina é citada em vários momentos, tais como em flagrantes captados em entrevistas pelos repórteres que cobriram o evento na capital gaúcha. Na coluna dois e três, sob o título de *Alguns momentos com uma professora*, é descrito o encontro do jornalista com uma mulher. Acompanhemos a narração do fato, que também salienta outras informações sobre as eleições em Porto Alegre:

Subíamos a escadaria da Faculdade de Medicina, quando nos encontramos com uma professora de um dos nossos principaes estabelecimentos de ensino. Interrogamos:

- Senhorita, por aqui? Já votou?

- Sim, neste momento. Fui o número cento e tanto...

- Qual a sua impressão? Diga-me alguma coisa para transmittir aos leitores do “Correio do Povo”...

- A impressão que tenho é magnífica em relação ao segredo do voto. Entretanto, vou-lhe fazer uma observação quanto á demora na chamada do eleitor ou da eleitora, para votar. São mais de tres horas e só agora foi alcançado o numero 140... Tudo isso poderia ter sido evitado si a organização das listas fosse feita na devida ordem. Um tempo enorme para se encontrar o nome do votante. Não previram esse transtorno aquelles que estão habituados a esse serviço. Esperemos, [ilegível] para o futuro, que, com a experiência que tivemos agora, nos dará um outro systema mais rápido de chamada.

Com referencia ao entusiasmo, pela eleição, ahi estão os votantes em massa, cada qual esperando a sua vez. Muita lisura e muito respeito ao voto. De facto, elle é secreto. É essa a minha impressão.

E, com essas palavras, de nós se despediu a eleitora.

Esta professora dá um destaque ao voto secreto e a demora para votar, sobressaindo a obtenção das senhas para a votação. Como talvez não fosse esta a intenção original do

repórter, que parece procurava fatos mais pitorescos para publicar; ele expõe um pouco mais adiante, na coluna dois, outra suposta entrevista feita com outra mulher. Agora, sob o título de *Uma feminista*, ele insiste em instigar a mulher com algumas provocações. Acompanhemos na íntegra a narração do encontro:

No pleito de hontem em Porto Alegre o feminismo esteve brilhantemente representado. Em quase todas as secções eleitoraes lá estavam as suas representantes.

No Pavilhão da Exposição funcionou a 41ª secção eleitoral, tendo naquella mesa votado diversas senhoras e senhoritas. Às 16 horas da tarde, mais ou menos, ali estivemos observando o movimento. Uma senhora elegantemente trajada, acabava de collocar a sua cedulla na urna e sahia do recinto destinado aos trabalhos daquella mesa eleitoral, quando resolvemos abordal-a, pedindo algumas palavras sobre a significação do grande pleito cívico.

- Já cumpriu o seu dever? – dissemos-lhe, com um sorriso.

- Pela primeira vez votei e estou satisfeita. Já conquistamos alguns direitos...

- E o direito do voto confere regalias... – aventuramos para provocal-a.

- Sim, concede regalias que ainda eram hontem excepcionaes. Mas, a lei vigente é uma lei liberal e comprehendeu, aliás em tempo, que as mulheres cabe uma missão de grande relevo.

Afastamo-nos. O movimento ia diminuindo sensivelmente.

As palavras daquella feminista definiam bem o grau do seu entusiasmo cívico.

Ainda nesta página, pode-se ler mais notícias sobre *O Entusiasmo do Elemento Feminino*. Sob tal título o redator expõe:

As mulheres eleitoras compareceram quase em todas as secções. Foram, também, as primeiras a solicitar senhas, quando se abriram as portas das secções.

O elemento feminino soube mostrar-se interessado pela sorte do paiz, pois quase que não houve abstenções. De pé, pelos corredores ou nas immediações do recinto onde se feria o pleito, as eleitoras aguardavam alegres e resignadas a sua vez de depositar a cedula na urna.

O voto era secreto, como se sabe. Mas, para a mulher, o segredo não existe...

Todo o mundo, nas antesalas, estava informado de quaes os candidatos das preferencias das senhoras. Ellas mesmas exhibiam suas cedulas ou faziam questão de proclamar os nomes préviamente adoptados.

Numa secção da Escola de Engenharia deram-se factos interessantíssimos.

Entre os votantes contavam-se muías [sic] mulheres, o que contribuiu para que os trabalhos se desenrolassem agradaveis, entre sorrisos e mesuras...

- Sr. Presidente – dizia a eleitora ao depositar a cedula na urna – estou satisfeita por ter voado [sic] em...

- O voto é secreto, minha senhora. Portanto, nada estou votantes contavam-se muitas ter votado em...[sic]

- Nesse caso, doutor, faço questão que saiba que eu sou divorcista...

- Com muito prazer a felicito-a, atalhava o presidente, enquanto na sala perpassava um sussurro de commentarios jocosos...

Mais uma vez as mulheres são descritas com todos os estereótipos já conhecidos, neste caso, como incapazes de guardar um segredo. Também se acentua que, com a presença feminina, o ambiente da votação era mais cordato, tal como já foi salientado em capítulos anteriores sobre a suposta moralidade que as mulheres iriam trazer às eleições. Acredito articulistas do jornal; afinal, o papel reservado para a mulher (neste ideário) é o de regenerar a vida social e moral. Mais uma vez, chama a atenção a escolha de palavras para descrever o entusiasmo feminino em participar das eleições. Palavras como: *ordem, alegria, resignação* são colocadas nos textos para descrever a espera das mulheres nas longas filas das seções eleitorais.

Como já referido anteriormente, a página nove foi dedicada a explicitar como ocorreram as eleições no interior do Rio Grande do Sul. Outra vez, o entusiasmo do *elemento feminino* é destacado. Nesta página, observa-se um conjunto de quatro fotografias ocupando cinco colunas, equivalente a aproximadamente 275 linhas. Mulheres são retratadas nas duas primeiras imagens, como se pode acompanhar na figura 16.



Figura 16

- Flagrantes do dia da votação no interior do Rio Grande do Sul -

Fonte: Correio do Povo, 05.maio.1933, p. 9.

Curiosamente, é somente nesta página interna (a de número nove) que, finalmente aparece uma mulher no ato de depositar o seu voto na urna, o mais conhecido gesto vinculado a uma eleição, como se pode observar no primeiro quadro da composição, na parte superior à esquerda. No próximo quadro, à direita, temos retratado um ambiente externo. Observa-se, em primeiro plano, um grande número de mulheres bem vestidas, sentadas em um banco na frente de uma casa. Também se pode observar uma senhora de pé, de costas para o fotógrafo, que parece estar conversando, e alguns homens sentados na ponta oposta do mesmo banco, perto das escadas, e, alguns homens de pé. A legenda esclarece: “AO ALTO – Uma senhora collocando a cedula na urna e um grupo de eleitoras a espera de serem chamadas para votar.” O texto da página destaca que, no interior do Rio Grande do Sul, as mulheres compareceram em grande número nas mesas eleitorais, tal como foi constatado em Bento Gonçalves, Uruguaiana e Alegrete, por exemplo. Excetuando a primeira imagem, mais uma vez, se necessita do recurso do texto para se entender a que as fotografias se referem.

Porém, mais notícias sobre as eleições foram publicadas na contracapa desta edição (página 14). Nas colunas cinco e seis, ficamos sabendo como sucedeu o pleito na cidade de São Paulo. Novamente, é destacado o *entusiasmo* e a *participação das mulheres*. Também são divulgados, no final da página, entre as colunas de número três e sete, quatro fotos de candidatas a uma vaga na Assembléia Constituinte pelo Distrito Federal, tal como pode se verificar na figura 17.



Figura 17

- Candidatas a uma vaga na Assembléia Constituinte pelo Distrito Federal-

Fonte: Correio do Povo, 05.maio.1933, p.14.

A legenda, logo abaixo da imagem, informa:

Pela primeira vez, no Brasil, as mulheres vão exercer, hoje, o direito do voto, tomando parte nas eleições para deputados à Assembléia Constituinte. Não só votarão, como varias dellas concorrem ao pleito como candidatas a uma cadeira na Constituinte. É um episodio histórico da nossa vida política. A gravura reprooduz [sic] quatro candidatos pelo Districto Federal. A partir da esquerda, Ilka Labarthe, Bertha Lutz, Georgina de Azevedo Lima e Nathercia da Silveira.

Destaca-se, nestas imagens das candidatas, que, com exceção da retratada no terceiro quadro que aparece com um chapéu cobrindo seus cabelos, todas as outras mostram o corte de cabelo “la garçon” ou seja, curtos, e estão maquiadas. Isto pode indicar que as mulheres candidatas seguem as últimas tendências da moda, são “modernas”. Como salienta Michelle Perrot, este poderia ser mais um “empecilho” para estas mulheres que estavam vinculando a sua imagem a uma atitude moderna e contestadora dos costumes. Perrot também destaca que, desde o século XIX, se verifica que o poder dos costumes era mais forte do que as leis e que, se por um lado, os homens acreditavam nas capacidades morais das mulheres, até mesmo as exaltando (tal como constatamos no capítulo um) como “[...] uma força de regeneração, uma trama de continuidade; por outro, [...] as teme como um bloco de inércia que freia a modernidade.”⁴²² Podemos nos perguntar então se, ao estarem se inserindo de forma tão acentuada nos “novos tempos”, não estariam estas mesmas mulheres (agora em pleno século XX) se arriscando a não serem compreendidas e entrando em atrito com os membros mais conservadores da sociedade? Talvez sim, uma vez que nenhuma das mulheres citadas na notícia acima (na figura 17) conseguiu se eleger nesta eleição. No caso do Rio Grande do Sul, nenhuma candidata se apresentou para concorrer ao pleito eleitoral de 3 de maio.

Perrot relembra que até mesmo o “look” político

[...] tampouco foi elaborado para as mulheres. Femininas demais, elas suscitam o desejo que as transforma em objeto. Mais masculinas, elas atraem para si o sarcasmo. É preferível ter uma certa idade e uma aparência maternal. Na cena política, a mulher é um objeto deslocado, oferecido aos olhares masculinos.⁴²³

As edições do dia 7 e 9 de maio também trazem informações sobre as eleições. No dia 7, é publicado um apanhado geral onde o voto feminino já era exercido em 1933, países como

⁴²² PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005, p. 266.

⁴²³ Ibid., p. 339. Tal assertiva pôde aqui ser comprovada nas matérias já trabalhadas do *Correio do Povo* e expostas, tanto neste, quanto nos capítulos anteriores.

Inglaterra, Dinamarca, Espanha, Finlândia, entre outros.⁴²⁴ No dia 9, numa das páginas internas dedicadas ao noticiário, é veiculado um telegrama de Getúlio Vargas, em que o chefe do governo provisório tece elogios sobre o bom andamento das eleições para o então Interventor Federal no Rio Grande do Sul, o General Flores da Cunha. Acompanhemos um trecho das palavras de Getúlio Vargas:

Aproveito ainda o ensejo para salientar com louvores o abnegado esforço da magistratura rio-grandense pela maneira eficiente como se desempenhou da ardua tarefa que lhe foi confiada, aplicando com inteligência a lei que instituiu o voto secreto, o sufrágio feminino e o novo processo eleitoral e tornou realidade uma das mais relevantes promessas da revolução.⁴²⁵

Relembre-se que a apuração dos votos para a escolha dos deputados constituintes começa no dia posterior ao pleito (4 de maio), estendendo-se até o dia 22 de junho. A Assembléia Nacional Constituinte foi instalada em 15 de novembro de 1933, ficando reunida até maio de 1935, mesmo após a nova Carta Magna ter sido entregue, no dia 15 de julho de 1934, e Getúlio Vargas eleito presidente do Brasil.⁴²⁶ A única mulher eleita deputada constituinte foi a Dr^a Carlota Pereira de Queiroz⁴²⁷, candidata pelo estado de São Paulo.

⁴²⁴ Para maiores detalhes, consultar *Correio do Povo*, 7/05/33, p.9.

⁴²⁵ Ainda na página de número nove, pode-se verificar tanto na sétima como na oitava coluna, a informação de que, na cidade de Santa Cruz, o eleitorado feminino ultrapassou 30% do eleitorado total da cidade.

⁴²⁶ Para a eleição do presidente, foi aplicada a fórmula da escolha indireta, por escrutínio secreto e maioria dos votos do parlamento. Getúlio Dornelles Vargas ganha a eleição por 173 votos contra 59 dados, a Antonio Augusto Borges de Medeiros. Vargas tomou posse no dia 17 de julho de 1934. Cf. PORTO, op. cit., p.239 e 244.

⁴²⁷ Carlota Pereira de Queirós (ou Queiroz) nasceu em São Paulo, no dia 13 de fevereiro de 1892. Em 1920, já professora formada, ingressa na Faculdade de Medicina de São Paulo. O ano de 1923 a encontra dirigindo a Escola Noturna Feminina de São Paulo e reingressando na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde se forma em 1926, com a tese sobre o câncer, pela qual recebeu o prêmio Miguel Couto. Neste mesmo ano, torna-se diretora da Escola das Mãezinhas do Hospital Artur Bernardes, no Rio de Janeiro. Em 1928, assume a chefia do laboratório da clínica pediátrica da Faculdade de Medicina de São Paulo. No ano seguinte, viaja para a Suíça, comissionada pelo governo de São Paulo, para estudar dietética infantil. Em 1932, deixa o laboratório da clínica pediátrica e, durante a Revolução Constitucionalista, organiza, à frente de 700 mulheres, o movimento de assistência aos feridos. Em maio de 1933, é a única mulher eleita deputada à Assembléia Nacional Constituinte, na legenda da *Chapa Única por São Paulo Unido*, indicada pela Federação dos Voluntários, organização política fundada em fins de outubro de 1932, por um grupo de oficiais e suboficiais paulistas, com o objetivo de congregar os voluntários que haviam participado da Revolução Constitucionalista. Empossada em novembro de 1933, Carlota Pereira de Queirós participou dos trabalhos constituintes, integrando a *Comissão de Saúde e Educação* e trabalhando sempre pela alfabetização, assistência social e a criança. Foi de sua autoria o primeiro projeto brasileiro sobre a criação de serviços sociais, entre outros na mesma área. Ainda em 1934, ingressou no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Eleita deputada federal no pleito de outubro de 1934, na legenda do Partido Constitucionalista de São Paulo, permaneceu na Câmara até novembro de 1937, quando se instaurou o Estado Novo e foram suprimidos os órgãos legislativos do país. Apoiou o movimento político-militar de 31 de março de 1964. Faleceu em São Paulo, no dia 17 de abril de 1982. Conforme dados coletados no: CD-ROM. Seu primeiro discurso na tribuna, como deputada constituinte, no dia 13 de março de 1934, foi muito concorrido e aclamado, tal como pode ser verificado no *Correio do Povo*, 14/03/34, p.1. Seu nome inspirou a criação, no âmbito da Câmara dos Deputados, do Diploma Mulher Cidadã Carlota Pereira de Queirós, instituído pela Resolução nº 1, de 2003. Segundo informa ORIÁ, Ricardo. Perfil: Mulheres no Parlamento Brasileiro - Carlota Pereira de Queirós. *Plenarium*. Brasília, n.1, pp. 240-246, [2003?].

URL: <http://www2.camara.gov.br/internet/publicacoes/edicoes/plenarium1>

Bertha Lutz, que concorreu pelo Distrito Federal, não conseguiu o número de votos suficientes para se eleger, ficando como suplente⁴²⁸.



Figura 18

- A deputada Carlota Pereira de Queiroz -

Legenda da foto: “A deputada paulista Carlota Pereira de Queiroz num instantâneo apanhado especialmente para o “Correio do Povo”, na sala do café do Palácio Tiradentes no momento em que a illustre constituinte palestrava com os deputados Raul Fernandes e José de Almeida Camargo. (serviço fotografico especial para o “Correio do Povo”chegado por via aérea.)”

Fonte: *Correio do Povo*, 17.nov.33, p.1, colunas 7-9.

Depois das eleições do dia 3 de maio, outro tema que se destaca no *Correio do Povo* é a polêmica levantada pela questão do serviço militar para as mulheres, assunto que quase sempre aparece vinculado à questão do voto. Conforme os argumentos apresentados na época, se as mulheres podiam votar e participar da vida pública no país, parecia mais do que justo para alguns que também cumprissem com os deveres para com a pátria.⁴²⁹ Tal assunto foi debatido na sessão da Assembléia Constituinte no dia 19 de maio de 1934 e publicado pelo jornal, de forma resumida, no dia 20, na página 32 (contracapa). Pode-se ler em destaque, abaixo do título *Os trabalhos da Assembléia Constituinte*, a seguinte notícia:

A sessão de hontem apresentou um aspecto inédito pelo numero de senhoras que, das galerias, procuravam intervir nos debates, muito custando ao presidente conter as aparteantes e restaurar a ordem. Discutida a emenda que sujeitava as mulheres ao serviço militar, foi ella rejeitada, sendo aprovado o

⁴²⁸ No dia 27 de junho de 1933, o *Correio do Povo* publica uma notícia no mínimo curiosa, informando que um grupo de mulheres cariocas fez um apelo ao sr. Miguel Couto para que ele aceitasse a cadeira de deputado pelo Estado do Rio de Janeiro e não pela do Distrito Federal, de forma que Bertha Lutz pudesse assumir a vaga por ele liberada como deputada constituinte. Pedido que obviamente não foi aceito, mas que é aqui descrito pelo inusitado da solicitação. *Correio do Povo*, 27/06/33, p.1.

⁴²⁹ Cf. *Correio do Povo*, 11/03/34. Até hoje o tema da participação feminina nas Forças Armadas não foi plenamente definido. As mulheres podem participar voluntariamente dos quadros das Forças Armadas, com a restrição de não tomarem parte em funções de combate. Como informa VIEIRA, Marco Antonio Damasceno. *Presença Feminina das Forças Armadas*. Nota Técnica. Câmara dos Deputados, dezembro de 2001. Retirado do site <<http://www2.camara.gov.br/internet/publicacoes/estnottec/tema3/pdf/112264.pdf>> Acesso em: 12.nov.2007.

artigo 183, do projecto, que apenas as aproveita em serviços auxiliares da defesa nacional.⁴³⁰

As sessões da Assembléa Constituinte apareciam noticiadas quase diariamente no jornal através de um resumo das sessões. Alguns deputados, como Antonio Pennaforte⁴³¹ e Aarão Rabello⁴³², mostram-se contrários à participação feminina no mundo político e sugerem que as mulheres sejam impedidas de continuar votando e se candidatando às eleições no país. Na reunião do dia 28 de março, o deputado Antonio Pennaforte se manifesta contra o voto feminino, vinculando de forma direta o direito de participar das pugnas eleitorais ao dever de defender a pátria. Acompanhemos alguns trechos do seu discurso, que assim foi resumido pelo *Correio do Povo*:

[...] A seu ver, se a mulher tem o mesmo direito do homem é justo que tenha os mesmos deveres, obtendo carteira de reservista com um serviço militar compatível com o sexo. Afirmo que as mulheres estão invadindo as repartições, boycottando a actividade dos homens, dos quaes zombam, porque qualquer mocinha, hoje, tem emprego de um conto de réis e, por isso, escarnecem os homens que não conseguem ganhar tanto. O direito do voto á mulher é um erro porque ella, fanatisada pelos poderes, “vira bicho” e procura impor ao marido a sua opinião, trazendo dissídios causadores da dissolução do lar.

Emfim, o orador esteve por vezes pittoresco, provocando hilariedade com as suas expressões, que divertiram os deputados no final da sessão.⁴³³

Como se pode constatar, nem mesmo os outros deputados levaram a sério a disposição do colega Pennaforte contra o voto feminino e as mulheres de um modo geral. Para o deputado constituinte Aarão Rebelo as mulheres deveriam permanecer nos lares e não se imiscuir em assuntos masculinos. Tal mentalidade pode ser verificada no seu discurso, proferido no dia 4 de abril, na sessão da Assembléa Constituinte, e publicado no jornal no dia 5. Naquela sessão, o orador faz um veemente discurso contra o feminismo, que acabou

⁴³⁰ Por não tratar especificadamente da questão do voto feminino tal notícia não foi agregada aos quadros de análise.

⁴³¹ Antonio Penaforte de Sousa, representante profissional dos empregados, foi deputado classista. Participou da elaboração da Constituição de 1934 e terminou o seu mandato no dia 27 de julho do mesmo ano. Segundo informações do verbete acessado no CD-ROM.

⁴³² Aarão Rabello ou Rebello, como também é referenciado no jornal *Correio do Povo*, nasceu em Itajaí, no estado de Santa Catarina, em 26 de fevereiro de 1906. Bacharel de Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro no ano de 1930. Participou do movimento da Aliança Liberal em Santa Catarina e no Rio de Janeiro, através de comícios e da imprensa. Um dos fundadores do Partido Liberal Catarinense – PLC, elegeu-se em maio de 1933 deputado, pelo estado de Santa Catarina, por esta legenda. Essa eleição foi anulada, mas num segundo pleito, Aarão Rebello conseguiu assegurar o mandato, assumindo-o em janeiro de 1934. Participou dos trabalhos constituintes, combatendo sistematicamente a concessão de direitos políticos à mulher e chegando a apresentar, nesse sentido, uma emenda ao projeto de Constituição. Devido a essa atitude, foi cognominado “o inimigo das mulheres.” Segundo dados colhidos no CD-ROM.

⁴³³ *Correio do Povo*, 29/03/34, p.1, coluna 6-9.

gerando um certo conflito com os outros deputados, como se pode verificar nestes trechos que foram publicados no *Correio do Povo*:

[...] estamos numa encruzilhada da história em que os sexos se enfrentam como para uma guerra de morte. [...] a mulher nasceu para ser mãe e não para fazer política e ir ao parlamento. Aparteia o sr. Augusto de Lima, estabelecendo-se tumulto. O orador, retomando o discurso, mostra que está sendo coerente, pois desde os bancos escolares combate o feminismo. Refere-se ao espectáculo que tem assistido nos corredores da Assembléa, senhoras cabalando deputados para votarem as medidas que pleiteiam. O sr. Aarão continua discorrendo sobre a dissolução que está levando a mulher a se alheiar de seus deveres no lar, para se entregar á política. O general Christovam Barcellos chama a atenção para as heroínas de 1930. O orador responde que foram simples casos de hysticismo. O general Barcellos cita então, Annita Garibaldí, conterranea do orador. Este replica que Annita era uma vagabunda. Verifica-se novo tumulto. Muitos protestos impedem o orador de proseguir, O sr. Levy Carneiro diz que o orador não tem a noção da responsabilidade e do logar que occupa. Afinal o orador retira a expressão que fôra julgada injuriosa e prossegue [...]⁴³⁴

Apesar das palavras do deputado Rebello, a polémica por ele levantada não foi levada adiante pelos demais deputados, mas continuou sendo tema de algumas matérias publicadas pelo *Correio do Povo*, tal como o leitor poderá constatar, no decorrer da minha exposição. Finalmente, na sessão do dia 21 de maio de 1934, é colocado em votação o artigo que estabelecia quem seriam, doravante, considerados eleitores no Brasil. Conforme noticiado pelo jornal, esta votação despertou um grande interesse do público.

A redação final do artigo, com a emenda proposta pelo dr. Aloyso Filho, ficou assim: “São eleitores os brasileiros de um e doutro sexo, maiores de dezoito annos, alistados na forma e sob as condições que a lei determina.” Segundo o jornal, “tal aprovação foi saudada com palmas ruidosas em toda a assistencia. A referida proposição foi eloquentemente defendida por seu autor. Votaram a favor noventa e oito contra noventa e seis.”⁴³⁵

A única diferença deste artigo, para o que já estava em vigor pelo Código Eleitoral, diz respeito à diminuição da idade para o cidadão ser considerado eleitor, determinada em 21 anos em 1932, sendo reduzida em três anos. Vamos agora nos ocupar das notas que, junto com as notícias referidas acima, fazem parte do material informativo do jornal.

⁴³⁴ *Correio do Povo*, 05/04/34, p.1.

⁴³⁵ *Correio do Povo*, 22/05/34, p.1.

No quadro 19, pode-se observar a distribuição das nove notas em relação tanto à data de sua publicação como o número da página, a localização nas colunas, e mesmo o número de linhas.

Quadro 19

Distribuição espacial das notas no *Correio do Povo*

Dados básicos		Localização nas colunas									Dados adicionais	
<i>data</i>	<i>página</i>	<i>C1</i>	<i>C2</i>	<i>C3</i>	<i>C4</i>	<i>C5</i>	<i>C6</i>	<i>C7</i>	<i>C8</i>	<i>C9</i>	<i>linhas</i>	<i>Origem</i>
06/05/33	1								x	x	21	SP
	14(u)				x						19	Bahia
09/05/33	1							x			11	Minas Gerais
	9									x	31	Rs
11/05/33	1									x	29	SP
21/03/34	1				x						9	RJ
27/03/34	1	x	X								16	RJ
06/04/34	1			x							11	RJ
14/04/34	1							x	x		20	SP

Todas as notas de maio de 1933 informam sobre as eleições do dia 3, salientando mais uma vez o *entusiasmo popular* e a *ordem* em que se deu o pleito. As notas veiculadas, entre os meses de março e abril de 1934, versam ou sobre a emenda que o deputado Aarão Rebello apresentou ao projeto de Constituição, abolindo o voto feminino⁴³⁶, ou sobre algumas declarações da Dr^a Carlota Queiroz sobre os deveres e os direitos da mulher, publicados no dia 27 de março no jornal carioca *O Globo*.

A participação feminina é informada com os seguintes termos: “mais vivo entusiasmo”, “acorreram animadas a todas as secções”, “procediam com calma, confiança e dessassombro”, “estavam por toda a parte desempenhando várias atribuições nas campanhas” ou ainda dando destaque ao número de mulheres alistadas que compareceram ao pleito. O toque inusitado foi dado pela nota veiculada no dia 9 de maio trazendo a informação que, na cidade de Belo Horizonte, quatro mães não puderam votar por “darem á luz mais quatro futuros eleitores”.

⁴³⁶ Ver *Correio do Povo*, 21/03/34 e 06/04/34.

Passo agora a explicitar o que chamo de **parte opinativa** do jornal. Compõem o seu *corpus documental* dezessete artigos, oito sueltos e duas entrevistas, perfazendo um total de 27 matérias. Começo a exposição dos dados pelos sueltos, passando logo a seguir para as entrevistas e terminando com a maior categoria encontrada nesta parte, os artigos.

5.2 O Correio do Povo opina

5.2.1 OS SUELTOS

Os sueltos respondem por pouco mais de 29,6% do material considerado opinativo. Apenas 50% deles foram publicados na capa ou contracapa do jornal, como se pode verificar no quadro abaixo. Porém, no que diz respeito ao número de linhas dedicado a cada suelto, parece ser correto afirmar que o interesse pelo tema do sufrágio feminino permanece basicamente igual em relação aos meses anteriores, uma vez que seis sueltos (75%) se encontram na faixa definida como sendo de interesse médio e alto, como já se definiu no capítulo terceiro.

Quadro 20

Distribuição espacial dos sueltos no Correio do Povo

Dados básicos		Localização nas colunas									Dados adicionais	
<i>data</i>	<i>página</i>	<i>C1</i>	<i>C2</i>	<i>C3</i>	<i>C4</i>	<i>C5</i>	<i>C6</i>	<i>C7</i>	<i>C8</i>	<i>C9</i>	<i>linhas</i>	<i>Argumento</i>
06/05/33	14(u)	x	x	x							155	Pró
06/05/33	14(u)	x	x								214	Pró
09/05/33	9					x	x				86	Pró
26/05/33	1				x						18	Contra
15/10/33	11							x	x		32	Pró
05/01/34	4		x								85	Pró
16/01/34	7				x	x	x	x			318	Pró
24/04/34	1							x			122	Pró

Sete sueltos tratam do tema do sufrágio feminino sob uma forma positiva, com argumentos favoráveis a seu desempenho. As mulheres são saudadas como *entusiastas* e *verdadeiras patriotas*, sempre dando provas incontestáveis de civismo, não só nas eleições de maio de 1933, como também no alistamento para as futuras eleições estaduais (1934)⁴³⁷. De forma semelhante à apresentada na parte informativa, todas as matérias publicadas no mês de maio de 1933 versam sobre as eleições e, mais uma vez, destacam a *ordem* em que ocorreu o pleito e o *grande entusiasmo* com que as mulheres participaram da votação. Exceção feita ao sueldo publicado no dia 26 de maio, que traz a inusitada e talvez inverídica informação de que uma candidata do Rio de Janeiro (não esclarece quem) teria dito que, se fosse eleita iria renunciar porque “lugar de mulher é em casa”. A suposta candidata também teria externado ao jornalista que queria apenas o direito de votar, sem que a mulher pudesse concorrer a um cargo. É no mínimo estranho tal declaração de uma suposta candidata a uma vaga inédita de deputada constituinte. Quem seria a responsável por ela? Obviamente, não de Bertha Lutz.

Apesar de os sueltos veiculados em janeiro de 1934, dias 5 e 16, abordarem de forma positiva a extensão do voto às mulheres, eles apontam para outro tema que também trouxe controvérsias nestes anos iniciais da República Nova, a saber, a questão da participação feminina no corpo de jurados. Nestes dois sueltos, são evocados casos de mulheres que consideram o voto como um dever, por serem católicas (aqui também se destaca o trabalho da LEC), mas que pedem a exclusão de seus nomes de uma lista de jurados, por considerarem que é mais fácil e rápido votar do que ser juradas.

Mais uma vez, destaca-se a desvinculação que se fez (e ainda se faz) da participação na vida política do país e do pouco interesse demonstrado nos seus destinos políticos. Tal fato pode ser constatado na veiculação da idéia de que apenas se participa da vida política no momento do voto, no exato momento em que se elege os seus representantes, e depois se esquece de tudo o mais, só voltando a se preocupar com a “política” nas próximas eleições. Quase todos se olvidam que a expressão *participação política* não se resume a comparecer umas poucas horas, a cada dois ou quatro anos, numa sessão eleitoral, e depositar o voto na urna. Como já referia Giacomo Sani, tal expressão se presta a interpretações diversas, sendo geralmente usada para

⁴³⁷ Futuras eleições ocorridas nos estados para escolha dos deputados para a Câmara Federal, em outubro de 1934 e para a Assembléia Constituinte Estadual. Para maiores informações, consultar NOLL; TRINDADE, op. cit., p. 71-73.

designar uma variada série de atividades: o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação em um comício ou numa reunião de seção, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas e por aí além.⁴³⁸

Lembre-se que, normalmente, vincula-se a participação política unicamente com o ato passivo do voto, que parece mesmo resumir a contribuição de grande parte da população para as decisões políticas, onde simbolicamente a participação política começa e acaba com tal ato. Ainda segundo Sani, “na maioria dos casos, a contribuição é indireta e se expressa na escolha do pessoal dirigente, isto é, do pessoal investido de poder por certo período de tempo para analisar alternativas e tomar decisões que vinculem toda a sociedade.”⁴³⁹ O autor também chama a atenção que

o interesse pela política está circundado a um círculo bem limitado de pessoas e, não obstante o relevo dado pela comunicação de massa aos acontecimentos políticos, o grau de informação a tal respeito é ainda baixo: aos acontecimentos esportivos, o mundo do espetáculo e outros aspectos da crônica diária são muito mais conhecidos do grande público.⁴⁴⁰

Creio que é neste sentido que as “reclamações” das mulheres, no que diz respeito a sua vinculação como juradas, devem ser aqui entendidas, pois se afigura claro que a participação política era entendida apenas como o ato de votar, o que não demandaria muito tempo das suas obrigações cotidianas, já que deveria comparecer de forma esporádica, ao contrário do que se espera de uma efetiva participação num júri. Passo, agora, a expor as idéias veiculadas nas entrevistas encontradas no *Correio do Povo*.

⁴³⁸ SANI, Giacomo. Verbete Participação Política. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000, p. 888.

⁴³⁹ SANI, op. cit., p. 889.

⁴⁴⁰ Ibid, loc. cit.

5.2.2 AS ENTREVISTAS

Apenas duas entrevistas foram selecionadas das páginas do jornal, por tratarem de alguma forma do mote do sufrágio feminino. Mais uma vez, o destaque é dado a entrevistas de duas mulheres, como se pode conferir a seguir.

Quadro 21

Distribuição espacial das entrevistas no *Correio do Povo*

Dados básicos		Localização nas colunas									Dados adicionais	
<i>data</i>	<i>página</i>	<i>C1</i>	<i>C2</i>	<i>C3</i>	<i>C4</i>	<i>C5</i>	<i>C6</i>	<i>C7</i>	<i>C8</i>	<i>C9</i>	<i>linhas</i>	<i>Argumento</i>
04/06/33	28(u)								x	x	105	Pró
05/01/34	5				x	x	x	x	x		480	Pró

A primeira entrevista foi publicada em junho de 1933, na contracapa da edição. A entrevistada é Dr^a Maria Xavier da Silveira, advogada paulista e a primeira mulher a ocupar um cargo de juiz eleitoral no estado de São Paulo. Como informa o jornal, a entrevistada é descendente de família gaúcha e assim se pronunciou a um jornalista sobre “assumptos de actualidade”:

A mulher, intellectualmente emancipada, deve ter igualdade de direitos civis e políticos, já se vê. Isso passou em julgado. Sempre fui pelo sufrágio feminino, desde caloura, quando era “peccado” pensar em taes coisas; reconheço, todavia, que cabe ao homem cuidar dos interesses da Patria. A mulher esclarecida desempenhará vantajosamente qualquer função social, que não seja propriamente no terreno político; onde aliás, deve colaborar com o homem, em menor proporção.

A entrevistada, como se pode notar, é favorável ao sufrágio feminino, porém com certas restrições. Não acredita que a mulher deva se imuscuir na vida política além do necessário para praticar o direito do voto. Segundo suas palavras, “a politica necessita dellas, o seu concurso é conveniente, mas não indispensavel.” E continua a sua explanação, relatando onde acha necessária a presença feminina, como se pode acompanhar neste trecho:

Quero ver a mulher de preferência, na medicina, na advocacia, no magistério, no commercio e na industria, sem falar na sua precípua missão domestica no lar, preparando os futuros defensores da patria. Gozamos, hoje no Brasil, desses direitos. Não abusemos delles.

São Paulo manda à Assembléa Constituinte uma paulista digna dessa honraria. Está bem não precisamos de mais senhoras na nossa bancada. Ella nos representará com procuração bastante e perfeitamente. Nós já cumprimos o nosso dever, comparecendo ás urnas para suffragar os nossos representantes. E que bonito movimento cívico! [...]

Pode-se perceber, da leitura do excerto acima, a veiculação de vários argumentos destacados ao longo desta dissertação e que tratam da participação feminina no mundo público masculino. É, no mínimo, intrigante perceber que uma advogada, ocupando o inédito cargo de juíza eleitoral, continue a perpetuar os mesmos (pré)conceitos que os dos setores mais conservadores da sociedade ao tratar da questão de uma maior participação da mulher no mundo público. Outro ponto a se destacar é que a entrevistada parece dar maior importância à educação formal da mulher do que a sua participação na vida política, setor onde acredita que a sua participação deva ser restrita ao mero ato de votar.

Também deve ser levado em conta o destaque que o *Correio do Povo* deu a esta entrevista, colocando-a na contracapa da sua edição, na parte superior da folha no lado direito. Como já se salientou em outro ponto desta dissertação, a escolha dos fatos para serem publicados nunca é tão inocente como parecem num primeiro momento a um leitor desavisado. Talvez fosse o momento de se perguntar o que estava acontecendo no país para que o *Correio do Povo* desse uma razoável visibilidade a essa entrevista que, ao mesmo tempo em que aborda a questão das conquistas femininas (primeira mulher juíza eleitoral), também diminui o seu impacto com a escolha do tema a ser salientado, como se pôde constatar na exposição de alguns trechos da entrevista.

A próxima entrevistada é, mais uma vez, Bertha Lutz. Sob o título de *A Setima Conferencia Pan Americana*, tomamos conhecimento que, “por iniciativa da dra. Bertha Lutz, foi [...] aqui instituído um directorio para organizar a filial da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.” Lembre-se, que até o momento descrito nesta matéria (janeiro de 1934), não havia nenhum diretório da FBPF no Rio Grande do Sul, mas somente algumas representantes, tal como se pode constatar no capítulo anterior⁴⁴¹. Em passagem pela capital dos gaúchos, a caminho do Rio de Janeiro, vinda de Montevidéu, onde participou como

⁴⁴¹ Ver entrevistas com a dra Noemy Valle Rocha, em dezembro de 1932.

membro da delegação brasileira na conferência mencionada no título dessa matéria, Bertha Lutz recebe homenagens do Centro Feminista Annita Garibaldi.

Lutz é descrita como “uma das mais antigas e incansáveis batalhadoras dos ideais femininos no país” e é recebida com festa em Porto Alegre, sendo prestigiada com uma deferência especial do prefeito da capital, Alberto Bins, que colocou o seu automóvel particular à disposição da líder feminista, o que parece demonstrar o prestígio e o reconhecimento que o trabalho de Bertha Lutz já havia adquirido em todo o país. Questionada sobre o movimento feminista no Brasil, a entrevistada se pronuncia explanando resumidamente as conquistas adquiridas até o momento. Sobre a questão da concessão do voto feminino, assim se pronuncia:

[...] O primeiro passo grande foi dado com a concessão do voto feminino pelo Estado do Rio Grande do Norte, de então, [sic] dr. Juvenal Lamartine, tem sido um dos maiores propulsores do feminismo brasileiro. Esta concessão foi feita em 1928. Em 1929 já tínhamos eleito varias intendentess (conselheiras municipaes) e uma prefeita (intendente municipal) a sra. Alzira Soriano. Depois com as outras autoridades brasileiras pela revolução de outubro de 1930 o interventor revolucionário declarou que a administração dessa mulher estava acima de qualquer accusação. Foi ella a primeira mulher sul-americana que exerceu cargo politico.

E Bertha Lutz continua a dar o seu parecer sobre os últimos acontecimentos que levaram a uma maior participação feminina no antes interdito mundo político:

Com o triumpho da revolução, o exemplo do presidente Juvenal Lamartine foi extendido a todo o paiz, obtendo a mulher o voto em condições iguaes ao homem. As mulheres votaram em todo o Brasil para a Assembléa Constituinte. O voto distribuiu-se por todos os grupos e partidos, segundo a sympathia de cada eleitora, mas foi eleita uma deputada constituinte, a dra. Carlota Pereira de Queiroz, medica de São Paulo, mulher muito sensata e poderosa, que representa a serenidade, e a capacidade e collaboradora da mulher nos negocios publicos.

Termina a sua explanação com as palavras: “O nosso paiz é hoje um dos mais adiantados da América, em relação á mulher que trabalha unida e cohesa pelos seus ideaes e pelo progresso do paiz.” A seguir, a entrevistada comenta sobre a sua participação na conferência pan-americana. Como era de se esperar, Bertha Lutz expõe as conquistas femininas e, de forma diversa da outra entrevista aqui apresentada, salienta o lado mais positivo da participação da mulher na política. Com estas palavras em mente, passo agora a apresentar os artigos encontrados no *Correio do Povo*.

5.2.3 OS ARTIGOS

Pela observação do quadro de análise 22, pode-se verificar que todos os 17 artigos foram publicados na página três, ocupando preferencialmente as colunas centrais da referida página. Pelo número de linhas, acredito ser válido conferir uma importância entre média e grande para os artigos que tratam do sufrágio feminino. Porém, de forma diversa da apresentada nos meses anteriores (e que pode se conferida nos capítulos três e quatro), observei que, 47% dos artigos tratam do assunto de forma neutra e apenas 23,5% apresentam argumentos contrários à participação feminina no pleito eleitoral.

Quadro 22

Distribuição espacial dos artigos no *Correio do Povo*

Dados básicos		Localização nas colunas									Dados adicionais	
<i>data</i>	<i>página</i>	<i>C1</i>	<i>C2</i>	<i>C3</i>	<i>C4</i>	<i>C5</i>	<i>C6</i>	<i>C7</i>	<i>C8</i>	<i>C9</i>	<i>linhas</i>	<i>Argumento</i>
07/05/33	3			x							57	Neutro
10/05/33	3					x					43	Contra
12/05/33	3					x	x	x			177	Pró
14/05/33	3							x	x	x	298	Contra
18/05/33	3							x	x	x	182	Pró
25/08/33	3			x							57	Neutro
17/11/33	3								x	x	188	Contra
03/12/33	3			x	x	x	x				374	Pró
14/01/34	3						x	x			181	Neutro
	3			x	x	x	x				448	Neutro
07/03/34	3						x	x	x	x	196	Pró
21/03/34	3				x	x	x	x			243	Neutro
10/04/34	3			x	x						242	Contra
05/05/34	3							x	x	x	288	Pró
10/07/34	3						x	x	x		204	Neutro
18/07/34	3				x	x					140	Neutro
	3						x	x	x	x	233	Neutro

Outro ponto a ser destacado é que cinco dos 17 artigos foram publicados no mês de maio de 1933, comentando as eleições, exceção feita ao artigo veiculado em 14 de maio, que trata da questão da profissionalização da mulher, mas que se coloca claramente contra a participação feminina nas pugnias eleitorais, lembrando dos malefícios que isto acarreta na família, destacando que,

sejam quaes forem as suas presumpções de independência, com ou sem direito de voto, usando ou não usando gravata, uma tal creatura é sempre ‘alterocentrista’ e tente a necessidade de ter em torno de si e perto de si um pequeno mundo fixo, de pessoas a amar e pelas quaes se deve fazer amar. Isto é o que, mais dia, menos dia, talvez a salve, restituindo-a totalmente ao lar, á maternidade, convencendo-a de que nada no mundo vale tanto quanto uma casa cheia de garotos e que um bom marido ainda é a melhor das folhas de pagamento.

Depois desta verdadeira pregação de volta ao lar, pelo articulista do artigo citado, destaco os artigos que comentam as eleições realizadas no dia 3 de maio. Nesta temática, encontrei um total de quatro matérias veiculadas no mês de maio de 1933, o último artigo sendo publicado quinze dias após as eleições. O primeiro deles é assinado por Lucia Regina e descreve as eleições na cidade de Porto Alegre⁴⁴². Da sua leitura, percebe-se um clima de entusiasmo e expectativa que parece perpassar todos que circulam pela cidade. “Porto Alegre oferece um aspecto tranquillo, de solemne compenetração,” como é destacado no artigo, que assim descreve o dia das eleições na cidade:

Movimento commercial paralyzado. Portas cerradas. Algumas fachadas que se embandeiraram... Os diferentes grupos vão e vêm, satisfeitos, sem alarido. Sente-se que um pensamento unico e convergente, empolga todos os animos. Mas em vão se buscariam, agitação, impaciência ou nervosismo, Em parte alguma, se nota effervescencia febril. Não há excitamento ou paixões. Ha consciencia activa e serena animação. Nada perturba esta atmosphaera grave, de contentamento e cordealidade.

Nem mesmo a inédita participação feminina parece trazer qualquer alvoroço a este dia, sendo assim descrito: “cercadas de respeitoso acolhimento, as filhas de Eva apparecem simples, votando com a mesma naturalidade dos suffragistas experimentados...” E a articulista continua sua exposição, contando-nos que

o pleito corre sempre normal, bastante concorrido e um pouco moroso. As primeiras sombras da noite encontram ainda, salas repletas. Dezenas de eleitores continuam aguardando sua vez de votar...E, assim, escoaram as

⁴⁴² *Correio do Povo*, 07/05/33, p.3. Este é o artigo que teve alguns de seus trechos escolhido como epígrafe desse capítulo.

horas, no espectáculo confortador, de edificante civismo. O pleito sério coroando honrosamente uma phase tumultuosa, de trepidações sucessivas...

A eleição na Capital Federal é comentada em dois artigos e, tal como a matéria antes referida, também acentua o clima de entusiasmo, ordem e segurança manifestados neste dia. Além das seções repletas de eleitores e eleitoras, remete à participação feminina na eleição (lembrada como positiva), sendo também acentuado o respeito destinado à mulher que decidiu votar pela primeira vez⁴⁴³. O artigo do dia 12 de maio destaca:

Pela primeira vez no registro da vida urbana se vê essa cousa inaudita: param, ansiosas as mulheres, atirando as mãos para os papezinhos que veem, bamboleando no ar. Ajuntam-se nas esquinas e falam – com uma segura serenidade sobre as suas aspirações cívicas. Todas têm candidatos, e têm carteiras, quer por idealismo, quer por uma noção corajosa dos deveres de cidadania. [...]

O toque humorístico foi dado por Amadeu Leite que, sob o título de *Estas são boas...* traz algumas piadas sobre as eleições, e entre estas, mais uma vez são veiculados os já conhecidos preconceitos sobre a mulher. Acompanhem suas palavras:

No Tribunal Eleitoral. As urnas são abertas e conferidas calmamente, Juizes, funcionarios, candidatos e fiscaes teem os olhos exageradamente arregalados. Súbito, um fiscal protesta:
- Esse envelope não está bem fechado...
- Por isso não haja duvida... Só pode conter um voto femenino... Aparteou o dr. Alberto de Brito.
- !?
- Você não sabe que as moças tinham medo de manchar o envelope com “rouge”, para evitar que o voto fosse descoberto?...⁴⁴⁴

Três dos artigos analisados têm como direção principal serem contrários ao sufrágio feminino. Mais uma vez, a voz de Othelo Rosa é a que se ergue contra a mulher. Os argumentos por ele propalados, como já se pôde constatar em capítulos anteriores, continuam os mesmos. Em novembro de 1933, escreve um longo artigo intitulado *O Feminismo Recua?* onde, partindo de uma história fictícia sobre um marido que apanha da mulher, Othelo Rosa narra que tal história lhe veio à memória ao ler “nos jornaes, a noticia de que o Senado francez [...] negou-se a considerar como objecto de deliberação uma moção attinente ao suffragio feminino.” E complementa com os dizeres: “[...] fui, sou, e creio que sempre serei

⁴⁴³ *Correio do Povo*, 12 e 18 de maio de 1933.

⁴⁴⁴ *Correio do Povo*, 10/05/33, p.3.

contra o voto feminino.” Até aqui, nenhuma novidade. Afinal, todos os leitores do jornal que tenham acompanhado seus artigos, veiculados em 1931, já sabiam de tal posicionamento.

O que Othelo Rosa questiona, neste artigo, é se o fato de se negar o direito de voto à mulher, na França, faz com que o feminismo recue, não só naquele país, mas em todos os outros. Segundo ele, “sob isso [...] é que eu nutro as minhas duvidas... As mulheres, é esta a inquestionável verdade, nos últimos tempos invadiram a vida, em todos os seus aspectos e sectores.”

O articulista aponta a guerra mundial de 1914 como “[...] sendo uma desgraça para a humanidade foi, para ellas, incalculável benefício.”⁴⁴⁵ Segundo Rosa, “o que é indubitável, incontestável, é que a mulher tem hoje, no conjunto das actividades humanas, um papel enorme, uma influencia indisfarçável. Mulheres na política, votando, nos parlamentos, [...] mulheres na sciencia; na literatura, em todas as artes.” Ele nos fornece uma longa lista com todas as áreas em que a presença feminina já era uma constante inegável (em 1933), para então inferir que “[...] a mulher, hoje, representa uma grande, poderosa força, pois que nella se terá necessariamente creado uma mentalidade diferente, mais convincente ao genero das actividades que ella exerce, em tão grande escala, no mundo actual.” E nos dá a sua derradeira conclusão sobre o porquê é contra a participação feminina na política, pois:

Não supponha ninguem que seja o medo dessa força que me faz contrario ao voto feminino. Já observou um sociólogo, e demonstrou-o, que o suffragio da mulher tem sempre se definido em um sentido médio, conservador, tendendo, invariavelmente para as soluções que conduzem á estabilidade, á harmonia social.

De que ellas, as mulheres, valem uma força, dia a dia, em progressão, no alvoroço e no bulício da vida moderna, não o pode negar ninguem. E de que essa força constitua uma ameaça, não tenho duvida. A mulher é absorvente, enleiante, como advertia o venerável padre Manuel Bernardes: ‘...desde que Eva se poz a conversar com a serpente parece que se pegou um não sei que de serpente a todo esse sexo...’

Mais uma vez, quando todas as outras justificativas contra o direito de participar da vida política para as mulheres caem por terra, é que um dos últimos bastiões se levanta, o sempre lembrado e nunca provado fato de que o voto feminino seria um voto conservador, sempre dado às facções mais conservadoras e em prol do *status quo* e de uma dita estabilidade e moralidade. Será mesmo? Nada do que foi exposto nas matérias apresentadas até aqui me

⁴⁴⁵ Conclusão a que também cheguei nesta pesquisa, e que está exposta no capítulo um dessa dissertação.

poderia levar a afirmar tal preconceito. Mas não se pode negar que este era um recurso muito utilizado pelos detratores do voto feminino, não só no Brasil, como também na Espanha, tal como pôde ser constatado em outros pontos nesta dissertação.

Em abril de 1934, aparece mais um artigo assinado por Othelo Rosa, cujo conteúdo novamente é desfavorável à mulher. Este artigo é dedicado a expor a instabilidade feminina e a dar um “voto de confiança” ao deputado Aarão Rebelo que, como vimos, também era contrário ao voto feminino. O deputado chegou inclusive a apresentar uma emenda ao projeto da constituição para retirar este direito conquistado pelas mulheres, em 1932. Apesar de não concordar com o deputado, no que diz respeito ao enxovalhamento que este fez da figura feminina, alegando que as mulheres são em tudo inferiores ao homem, Othelo Rosa concorda com ele

em certos pontos, em referencia á acção política da mulher, adhiro rasgadamente ás idéas do sr. Rabello. Essa graciosas senhoras, afinal, estão ludibriando a nossa boa fé, estão zombando da onssa [sic] credulidade, do nosso cavalheirismo. Reclamam a igualdade. Pleiteiam os direitos políticos. Invadem as repartições publicas, arrancando-nos os empregos, e os respectivos vencimentos. Tomam de assalto as assembléas políticas, usurpando-nos os mandatos, e os honorários. Podem ser deputados, senadores, presidentes de Estado, ministros, presidente da Republica. E não podem ser jurados, porque são relativamente incapazes... Nem podem prestar serviços militares, porque são delicadas e frágeis... Adquirem todas as vantagens: e deixam para nós, com o mais encantador dos sorrisos, todos os onus...

Neste artigo, Othelo Rosa chama a atenção para a questão do serviço militar e da controvertida questão da participação das mulheres no corpo de jurados que, como vimos, sempre estavam sendo associados ao fato de a mulher já ter adquirido o direito ao voto. A justificativa lembrada pelo redator destas linhas é de que a mulher não poderia exercer tais funções, por ser considerada como “relativamente incapaz.” Talvez Othelo Rosa tenha esquecido convenientemente de citar que somente a mulher casada é que era considerada incapaz perante a lei, e não podia exercer certos atos, senão autorizada legalmente pelo marido, conforme determinado pelo Código Civil Brasileiro de 1917.

Sobre este tema, Ana Maria Colling (na sua tese sobre a cidadania da mulher brasileira) salienta que, no Brasil,

o princípio formal da igualdade entre os sexos proclamado na Constituição coexistiu com um Código Civil que institucionalizava a desigualdade das

mulheres casadas, explicitando um paradoxo de cidadania: cidadãs políticas com plenos poderes de um lado e menores perpétuas de outro.⁴⁴⁶

Todavia, não eram apenas as mulheres casadas que podiam votar no Brasil, como já explicitado, mas este era um dos argumentos mais utilizados pelas próprias mulheres para pedir o seu desligamento do corpo de jurados (a sua inferioridade jurídica), como divulgado em muitas matérias do *Correio do Povo*, algumas já citadas ao longo desta dissertação.

Tal fato também foi explorado por Othelo Rosa e por outros articulistas do jornal, como por exemplo, Fay de Azevedo, que assina um artigo no dia 14 de janeiro de 1934, onde se questiona: “Se a mulher pode ser eleitora, por que não participar do júri?” Azevedo acredita que

Se a mulher, hoje, é eleitora, funcionaria publica, medica, advogada, engenheira, commerciante, industrial, agricultora, operaria, empregada no commercio, deve integralizar a sua missão social, prestando, também, a sua collaboração á Justiça atravez do tribunal popular.

E conclui a sua explanação, com as palavras: “Quem sabe se a effectiva intervenção da mulher não salvará a velha instituição do crescente desprestigio em que os homens cada vez mais a afundam?” Outra e outra vez, tem-se a vinculação clara da questão do voto com os outros deveres concernentes a um pleno cidadão e mais uma vez é dado um destaque inusitado à expectativa de que a presença feminina traga um “aspecto moralizador” a todos os lugares em que é admitido, tal como se observa numa leitura atenta deste artigo.

No ano de 1934, também ressaltam três artigos assinados por Marcelo de Andrade, sendo dois publicados no mês de março e o último em 5 de maio. Nestes, o autor enfatiza que a conquista do voto pelas mulheres apesar de valorosa, não é o primeiro e mais necessário passo para a emancipação feminina pois, segundo suas palavras,

o voto feminino é o ultimo dique que o homem tenta oppor a torrente das reivindicações da mulher. Não é o reconhecimento de um direito nem a

⁴⁴⁶ COLLING, op. cit., p. 202. Ainda segundo essa autora o “Código de Napoleão, de 1804, influenciou a condição da mulher ocidental, dando corpo à idéia de que a mulher é propriedade do marido, e de que sua função primordial é gerar filhos. [...] O Código Napoleônico, encarnação da modernidade, editado logo após a Revolução Francesa, determinou por mais de um século a subordinação privada das mulheres e influiu decisivamente na negação à sua cidadania política” (p. 216). “O Código Civil, na parte que rege as relações mais íntimas, como a de marido e mulher, foi alterado em 1962, pela Lei 4.121, que dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada, lei reconhecida como *Estatuto da Mulher Casada*, a partir do qual esta deixou de ser considerada incapaz. Antes e depois dela, outras revisões ocorreram modificando parcialmente questões relativas à mulher e à família” (p. 247). Para maiores detalhes sobre o Código Civil, consultar o quarto capítulo da referida tese.

consagração de uma igualdade, mas tão somente um meio occulto e machiavelico par fazel-a esquecer outras pretenções que ferem fundo o egoísmo e orgulho masculino.⁴⁴⁷

Para Marcelo de Andrade, enquanto a mulher não tiver acesso pleno à educação e a uma independência econômica comprovada, não pode dizer que está emancipada, ou seja, para ele, a mulher precisa de três coisas: “educação, independência econômica e igualdade; sem isso ella continuará a ser a escrava a quem por ironia se denomina Senhora.”⁴⁴⁸

Quanto à oposição ao voto feminino, que voltou às discussões do jornal graças ao deputado Aarão Rebelo, assim comenta Marcelo de Andrade:

[...] Vê-se que o orador está conforme com a situação de dependência em que sempre viveu a mulher, prompto para lutar ferozmente para que continue esse feliz estado de coisas. [...] Rainha (governante), Soberana (escrava), Deusa sugeita á vontade e capricho dos crentes, a mulher tem, para a felicidade do genero humano, a missão precípua de organizar a casa, perpetuar a especie, pela producção de senhores (apenas escravizados ás cadeias de preconceitos e futura carne de canhão) e algumas outras mulheres indispensáveis, Além disso a obrigação importante de amar e amimar o dono que não escolheu e que é obrigada a acceitar pela necessidade de ter quem subvenha á sua manutenção. [...] Francamente dá gosto ser homem, bastando para viver tranquilo e feliz um bom egoismo inconsciente.⁴⁴⁹

O articulista nos brinda com estas linhas para chegar à mesma conclusão dos artigos anteriores, ou seja, de que a emancipação da mulher, “antes da conquista dos direitos políticos, que tanto ellas como a grande maioria dos homens são incapazes ainda de exercer com sabedoria, deve visar a sua independencia economica e liberdade affectiva.” Sua voz se junta às que faziam esta analogia ainda antes da promulgação do Código Eleitoral, como se pode constatar no capítulo três. Marcelo de Andrade, de modo semelhante, vincula a independência feminina (econômica, social e afetiva) com a sua cidadania política.

Encerro estas ponderações, tomando mais uma vez as palavras de Lucia Regina de empréstimo. Agora, de seu artigo publicado no *Correio do Povo* no dia 25 de agosto de 1933, onde a articulista relata a situação da mulher dos primeiros anos da década de trinta. Acompanhem suas ponderações:

[...] Quem reconheceria, na mulher livre e desembaraçada d’agora, a dama recatada de outros tempos?... Finas e insinuantes, ellas foram invadindo a officina, a academia, a política e o commercio... E, todos os campos da

⁴⁴⁷ *Correio do Povo*, 07/03/34, p.3.

⁴⁴⁸ *Correio do Povo*, 21/03/34, p.3.

⁴⁴⁹ *Correio do Povo*, 05/05/34, p.3.

actividade humana se enriqueceram do concurso de suas qualidades preciosas, e encanto ineffavel... [...] A mulher typica de hoje, é uma conquistadora. No terreno mental, politico, social... Será, por tal, menos digna de respeito e affecto? Um bem, ou um mal, a emancipação feminina? O porvir o dirá... Em todo caso, factio consumado... [...] Sob a indumentária nova, Eva é sempre a mesma mulher. [...] Mulher, e sempre mulher...

Com este capítulo, encerro a análise do *corpus documental* sobre o mote do sufrágio feminino encontrado no jornal *Correio do Povo*. Na parte referente aos meses de maio de 1933 até julho de 1934 verificou-se uma queda, já esperada, na temática do voto feminino. Uma vez passada a novidade da participação inédita das mulheres nas eleições, tal mote tenderia mesmo a se perder entre os muitos assuntos inéditos e atuais veiculados pelo jornal.

No quadro abaixo, pode-se acompanhar a totalização desta última parte das matérias encontradas no *Correio do Povo*. Na conclusão estes dados serão retomados.

Quadro 23

**Totalização para a terceira parte
e distribuição por tipo definida para o *Correio do Povo***

Tipo	Quantidade	Percentagem	Página de maior incidência	Percentagem	Argumento		
					Pró	Contra	Neutro
Artigo	17	33,3%	3	100%	5	4	8
Notícia	15	29,4%	1 e ultima	60%	0	0	15
Nota	9	17,6%	1	77,7%	0	0	9
Suelto	8	15,7%	1 e ultima	50%	7	1	0
Entrevista	2	4,0%	-	-	2	0	0
Total	51	100%	1-3-última		14	5	32

Devo confessar que me surpreendi em ver os mesmos argumentos negativos serem novamente revividos, agora em plena sessão da Constituinte, para justificar uma emenda contra o voto feminino. Acredito que isso só vem reforçar o que tentei aclarar, desde o primeiro capítulo desta dissertação, ou seja, que as mudanças nas estruturas mentais são as que demoram mais tempo para se completar. Como salientei, idéias como a da natural inferioridade feminina estavam há muito tempo como que “cristalizadas” no imaginário coletivo. Assim, não é de admirar que o eco das deliberações contrárias ao voto feminino possam ainda ser ouvidas, mesmo depois de sua conquista irrefutável, em 1932.

Com a nova Constituição, que entrou em vigor em 17 de julho de 1934, o Brasil passa a ser um dos poucos países do Ocidente em que a mulher poderia votar livremente e exercer sua plena cidadania política. A expectativa gerada pela promulgação da Constituição é assim resumida por Dionysio Marques no artigo intitulado *O Império da Lei*:

Com a nova Constituição inicia-se uma nova phase da vida social e política do nosso caro Brasil, que deve ser de harmonia e operosidade constructora. Contém a nossa Magna Carta conquistas de direitos e garantias que constituíam justas aspirações do povo e que, sendo respeitadas integralmente, lhe proporcionarão uma vida feliz, a par do progresso moral e material da nossa Nação, de modo perduradouro, a consolidar a sua unidade.” [...] Moços e moças, esperanças da regeneração social e política do nosso Brasil, a quem a nova Constituição pelo art. 108, concedendo o direito de voto, desde que tenham atingido 18 anos, se alistem como eleitores na forma da lei, confia papel importante no futuro, na organização do nosso governo, concito-vos a banirdes, repelirdes os homens accomodatícios e os políticos profissionaes, sempre as voltas com conluios e accomodações pessoaes em sacrificio dos princípios, dos ideaes superiores. Moços e moças, congregae, autonomamente, vossos esforços, formae a legião sagrada de combatentes pela instituição de leis justas e pelo seu império, afim de podermos ser dignos dos abençoados céos, terras e aguas do Brasil, engrandecendo este grande paiz.⁴⁵⁰

Curiosa é a expressão utilizada por Getúlio Vargas para se referir à nova Constituição do Brasil. Em seu diário, são com estas palavras que ele descreve a passagem dos dias 14 a 16 de julho de 1934: “Afim, chegou esse dia. Entre festas e demonstração de regozijo, foi promulgada a nova Constituição. Parece-me que ela será mais um entrave do que uma fórmula de ação. Amanhã, será a eleição de presidente [...].”⁴⁵¹

⁴⁵⁰ *Correio do Povo*, 28/07/34, p.3.

⁴⁵¹ VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas: Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol.1, 1995, p. 306-307.

Evoco novamente a expressão, utilizada por Reinhart Koselleck, “horizonte de expectativas” que é a que me parece mais apropriada para encerrar esta narrativa. Afinal, com o advento da nova Carta Magna, o país finalmente saiu de um governo provisório para o regime da lei e da ordem, tão bem lembrado no artigo citado. E mais uma vez um futuro incerto, mas muito, muito esperado, abre-se para todos os brasileiros e em especial para as mulheres, agora participantes ativas do mundo público e político.

Considerações Finais

*Articular historicamente o passado
não significa conhecê-lo
'como ele de fato foi'.
Significa apropriar-se
de uma reminiscência,
tal como ela relampeja
no momento de um perigo.*

Walter Benjamin⁴⁵²

Se toda história tem um começo, também tem que ter um final. É chegada à hora de se tentar fazer um “balanço geral” do que foi tratado até aqui. O objetivo principal da minha pesquisa era saber o que foi publicado nas páginas do *Correio do Povo*, entre dezembro de 1930 e julho de 1934, sobre o mote do sufrágio feminino. Na epígrafe acima, Walter Benjamin lembra que *articular historicamente o passado não significa conhecê-lo 'como ele de fato foi'*, e nem essa é mais a pretensão de nenhuma pesquisa histórica nos dias atuais. Desde os tempos de Leopold von Ranke (em que se acreditava que se podia resgatar das páginas dos documentos *o que realmente aconteceu no passado*), tal premissa não faz mais parte de nenhum estudo histórico e nem está na mente de nenhum historiador.

Como foi exposto, ao longo desta dissertação, o que se desejou fazer foi tão somente um resgate do que o jornal *Correio do Povo* considerou importante evidenciar, e, portanto publicar, sobre a questão do voto feminino no Brasil, no período denominado Governo Provisório da República Nova. Para conseguir alcançar tal objetivo, tomei alguns cuidados, de modo que, desde o capítulo inicial, tentei compreender como os homens e as mulheres desse

⁴⁵² Walter Benjamin cita estas palavras no seu ensaio intitulado “Sobre o conceito da história.” Originalmente publicado em BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222 – 232. Também disponível em <<http://www.rae.com.pt/wb2.pdf>> Acesso em 02.dez.2007.

passado (nem tão distante) pensavam o seu mundo e, especialmente, sobre a inserção feminina nas pugnas eleitorais.

Nos dois capítulos teóricos, procurei esclarecer algumas dúvidas que me perseguiram, desde a elaboração do projeto de pesquisa. Primeiro, sobre a questão do sufrágio universal, e depois, sobre o uso do jornal como fonte primária. O que se destaca, da leitura do primeiro capítulo, é o longo caminho que as mulheres percorreram até poderem ser consideradas como cidadãs. Neste capítulo, também foi possível constatar que o pensamento dominante, no Rio Grande do Sul (na época em questão), em nada se diferenciava do restante do país, pelo menos no que dizia respeito à questão da emancipação feminina, de um modo geral, e do sufrágio, em particular.

Outro ponto a se salientar foi a importância que um conflito bélico (como a Primeira Guerra Mundial) assumiu, não só no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e industrial, mas também na conquista de certos direitos pelas mulheres. Como foi destacado, tal guerra realmente trouxe muitas vantagens para as mulheres, principalmente na sua luta por uma maior participação na vida pública e, de modo mais preciso, na sua inserção no mundo do trabalho. Ainda mais por ter sido, a partir de tal momento, que as contestações femininas tomaram um rumo mais decisivo e organizado e, no caso brasileiro, pode-se constatar o súbito aparecimento de Bertha Lutz nos meios de comunicação. Tais fatos, somados, impulsionaram as antes esparsas reivindicações femininas a se organizarem em torno de Ligas e Federações espalhados por todo o país.

Muitos autores também apontam que poucas mulheres se interessaram em se envolver nesta luta (mais organizada) para reivindicar o direito de participar do pleito eleitoral e escolher livremente seus representantes. De qualquer forma, chamo a atenção do leitor para o fato de que foi com a obtenção e a garantia deste direito, no Brasil (respectivamente no Código Eleitoral de 1932 e na Constituição de 1934), que as mulheres passaram a poder escolher se queriam ou não participar da vida política do país. Decisão que, até aquele momento, era-lhes vetada.

O segundo capítulo foi proposto devido à necessidade de compreender a fonte utilizada - o jornal. Como se pôde constatar, cada vez mais se tem agregado esse tipo de material às pesquisas históricas, motivo pelo qual procurei acentuar as diferenças entre as profissões do jornalista e do historiador e o modo como cada profissional age diante de sua

fonte de informação. Uma vez que esta pesquisa se propôs a desvendar o que o *Correio do Povo* veiculou sobre o tema do sufrágio feminino, uma breve apresentação do jornal se fez também necessária. Constatei, ao longo da minha pesquisa, que tal periódico, já na década de 1930, era um jornal com grande aceitação e credibilidade junto ao seu público consumidor; sendo através de suas páginas que muitos porto-alegrenses ficavam sabendo do que se passava na sua cidade, no seu país e no mundo.

A análise do *corpus documental* da pesquisa foi dividida entre capítulos três, quatro e cinco. Cada um deles procurou acentuar um momento de transição no que diz respeito à questão do sufrágio feminino. Assim, o **capítulo três** colocou em evidência as discussões que sacudiram o país com o anteprojeto da lei eleitoral e a novidade da possível incorporação das mulheres como futuras eleitoras. Uma vez conquistado tal direito (de participar do mundo político), a nova campanha deflagrada no país foi pelo alistamento feminino. Afinal, o voto não foi considerado obrigatório para elas no Código Eleitoral. Este assunto foi explorado no **quarto capítulo**. A inédita participação das mulheres nas eleições é um dos temas do **quinto capítulo**, que também procurou evidenciar os últimos suspiros da oposição ao voto feminino, que ainda se faziam ouvir ao longo da elaboração da Carta Magna.

Percorremos, nesta pesquisa, um período de tempo turbulento, recortado por uma guerra civil, pela insegurança de que as eleições talvez não acontecessem, que o governo provisório se transformasse numa ditadura, ou mesmo que a Assembléia Constituinte não fosse realmente convocada. Tudo isso gerou uma expectativa alta entre os que escreviam no jornal, tanto os seus editores, quanto os seus articulistas. A questão do voto feminino também criou controvérsias e dividiu as opiniões, como se pode acompanhar ao longo de minha narrativa. Comecei a verificar o posicionamento do *Correio do Povo* um pouco antes da publicação do decreto que instigou a feitura do anteprojeto da lei eleitoral e, encerrando a análise, poucos dias depois da promulgação da nova Carta Constitucional do país.

Como um dos objetivos da minha pesquisa era identificar a **forma** como as matérias do sufrágio feminino foram veiculadas no *Correio do Povo*, esta foi uma preocupação constante, como o leitor conferiu ao longo dos capítulos de análise. Resta, agora, fazer uma totalização dos dados apresentados. De modo análogo ao procedimento adotado até aqui, inicio a exposição pela parte quantitativa destacando, assim, a forma que o jornal utilizou para apresentar as matérias sobre o voto feminino. Retomo os dados apresentados nos capítulos anteriores, para fazer a totalização dos mesmos. Num primeiro momento, agrupo-os por ano,

número de edições consultadas e quantidade de matérias encontradas por ano no jornal. Logo após, exponho outros dados que considero relevantes de destacar.

Tabela 10

Totais Encontrados para o *Correio do Povo*

<i>Ano de consulta</i>	<i>Nº. edições consultadas</i>	<i>Meses</i>	<i>Referências encontradas</i>
1930	25	Dezembro	3
1931	310	Janeiro – Dezembro	70
1932	307	Janeiro – Dezembro	72
1933	302	Janeiro – Dezembro	95
1934	176	Janeiro – Julho	22
Totais	1120	-	262

A maior concentração de matérias sobre o voto feminino pode ser constatada no ano de 1933. Não custa relembrar que no dia 3 de maio, ocorreram às eleições para a Assembléia Constituinte, as primeiras de que as mulheres puderam participar, amparadas pela lei, em todo o país.

Na observação dos gráficos de barras número sete e oito, destaca-se claramente alguns picos de interesse sobre o tema, respectivamente em setembro e outubro de 1931, janeiro de 1932 e um crescendo de matérias entre setembro de 1932 até maio de 1933, quando se observa uma queda acentuada do tema nas páginas do jornal. Como vimos, estas podem ser consideradas datas significativas para o mote do sufrágio feminino, tais como: as discussões em torno do anteprojeto de lei eleitoral, o apelo para que as mulheres se alistassem e, finalmente, as eleições.

Este é um bom exemplo que coloca em evidência uma das características da fonte aqui utilizada, ou seja, o aspecto de *noticiabilidade*, sendo a própria atualidade do fato narrado, somado ao seu ineditismo, que o elege como um acontecimento merecedor de ser publicado no jornal, o que destaco ao longo de minha dissertação.

Gráfico 7

Totalização das matérias encontradas no *Correio do Povo*

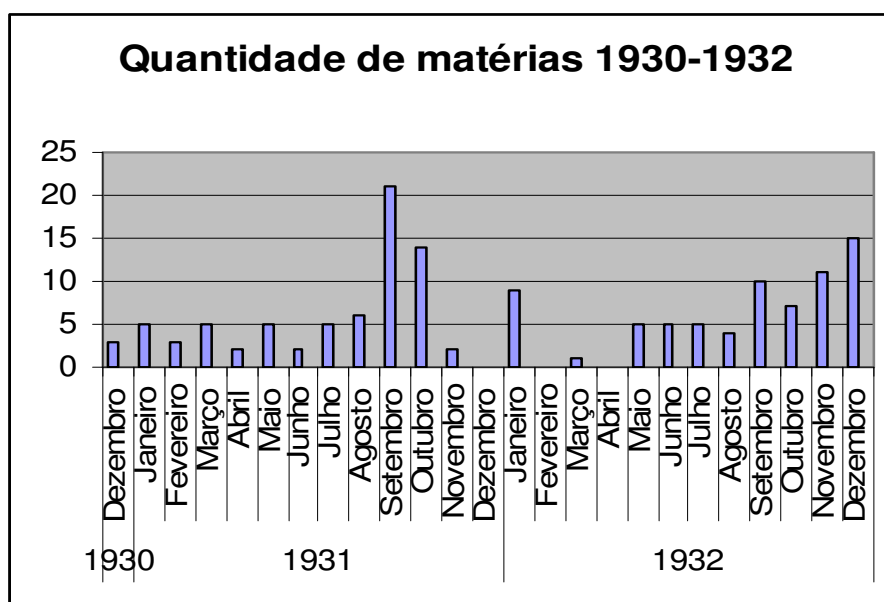
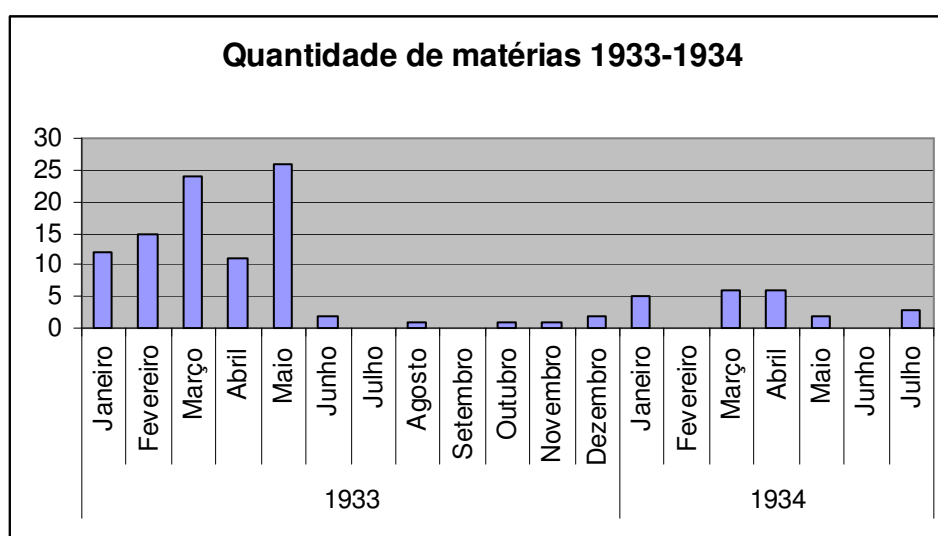


Gráfico 8

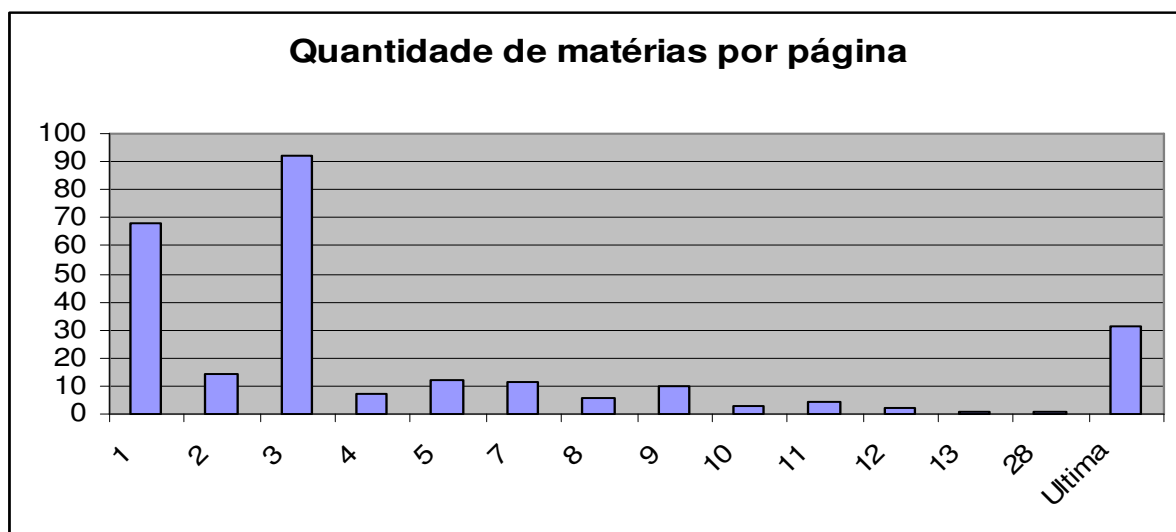
Totalização das matérias encontradas no *Correio do Povo*



A distribuição das 262 matérias por página pode ser conferida no gráfico de barras nove. Da sua análise, destaco que 73% das matérias, que têm como mote o sufrágio feminino, foram publicadas nas páginas mais nobres do *Correio do Povo*. O que me leva a concluir que o jornal deu um destaque que pode ser considerado mediano (ou mesmo considerável) ao tema nas edições em que informou e comentou a questão do voto feminino.

Gráfico 9

Quantidade de matérias por página – totalização



A última totalização que trago é a dos tipos trabalhados nesta pesquisa. A sua distribuição, ao longo dos 44 meses aqui analisados, pode ser conferida no quadro de análise 24, que também destaca a direção dos argumentos encontrados em cada grupo. A sua distribuição, mês a mês, pode ser conferida nos capítulos anteriores. Relembro que, para fins de análise, o *corpus documental* foi dividido em duas partes: o material dito informativo e o opinativo.

As matérias de cunho opinativo foram as responsáveis pelo maior número de matérias, totalizando 59,5% de todo o material encontrado no jornal sobre o voto feminino. Mesmo assim, é importante assinalar que, apesar de mais da metade dos artigos apresentarem argumentos contrários à participação das mulheres no pleito eleitoral, os argumentos tanto pró quanto neutros se destacam na totalização dos dados. Como se pode verificar, ao longo da minha explanação, o jornal deu uma grande ênfase, na sua parte informativa, a fatos ocorridos no centro do país (em especial na Capital Federal e em São Paulo), publicando uma grande quantidade de notícias com origem nestas regiões (em especial na capa e contracapa).

O material considerado informativo tem 100% de direção neutra⁴⁵³, e no material definido como opinativo, a maior incidência é de argumentos favoráveis ao acesso da mulher ao sufrágio, no qual identifiquei 71 matérias que se inclinam nesta direção. Apesar dos artigos apontarem uma maior incidência de argumentos negativos, a soma de todo o material considerado opinativo dá essa percepção favorável ao sufrágio feminino. Destaque seja dado aos editoriais do *Correio do Povo*: apenas três se mostraram desfavoráveis à concessão do voto feminino.

Quadro 24

Totalização - distribuição por tipo definida para o *Correio do Povo*

Tipo	Quantidade	Porcentagem	Argumento		
			Contra	Neutro	Pró
Artigo	75	28,6 %	38	19	18
Notícia	54	20,6 %	-	54	-
Nota	52	19,9 %	-	52	-
Suelto	32	12,2 %	8	2	22
Entrevista	24	9,2 %	-	10	14
Editorial	16	6,1 %	3	5	8
A pedidos	9	3,4 %	-	-	9
Total	262	100%	49	142	71

Com tais dados devidamente apresentados e destacados, o que se pode concluir sobre o *sentido* das matérias sobre o sufrágio feminino?

Os principais aspectos negativos, evocados para se negar a concessão do voto à mulher, em todos os meses aqui analisados, foram basicamente os mesmos, ou seja, a da suposta fragilidade, doçura e despreparo feminino para exercer qualquer atividade fora do

⁴⁵³ Não custa salientar que os argumentos neutros foram definidos sempre que, na leitura da matéria, não fosse possível verificar nenhum juízo de valor, ou quando apenas fosse mencionado o sufrágio feminino entre outras informações.

ambiente doméstico. Afinal, a sua “natureza” não permitiria que ela (a mulher) exercesse esse privilégio com a devida responsabilidade. Outro argumento recorrente era o de que a mulher se tornaria um homem se continuasse a insistir em se imiscuir em assuntos fora de sua alçada. Todos estes estereótipos podem ser encontrados bem enraizados em toda a época analisada, uma vez que os mesmos argumentos eram utilizados pelos dois lados, ou seja, pelos que eram a favor de ampliar o eleitorado brasileiro, incorporando as mulheres no pleito eleitoral, e pelos que lhe eram radicalmente contra.

A idéia de que a mulher assumiria características masculinas (tanto físicas quanto psíquicas), ao se intrometer em áreas que não eram da sua competência (ao assumir qualquer papel fora dos limites que lhe eram tradicionalmente reservados), não era nenhuma novidade no Ocidente. Christine de Pisan⁴⁵⁴, considerada a primeira feminista do Ocidente, já acreditava que as mulheres deveriam se transmutar em homem para poder modificar a sua posição na sociedade. Na sua obra, publicada em 1405, intitulada *O Espelho de Cristina*, chega a conclamar as mulheres a terem “coração de homem” para que pudessem saber de todas as coisas e não serem enganadas por ninguém.⁴⁵⁵

A leitura dos argumentos negativos (principalmente nos artigos do jornal) aponta para um clima de insegurança em torno das mudanças que estavam ocorrendo na vida, tanto na sociedade, quanto na familiar, mudanças que foram salientadas no capítulo inicial desta dissertação. A discussão em torno da incorporação da mulher no mundo político parecia congrega todos os males em torno de si, corrompendo a mulher e os altos princípios morais que o ideário positivista a ela conferia.

Assim, o direito da mulher de votar e escolher os seus representantes políticos foi encarado, por alguns articulistas do jornal, com desconfiança pois, segundo eles, a abertura desse precedente poderia pôr em risco a família, desagregando-a. A mulher, ao obter o direito a participar mais ativamente da vida política do seu país, ao exercer o direito de voto, estaria subvertendo a ordem natural e universal dos sexos, ao intrometer-se no mundo público masculino, desorganizando a vida doméstica e maculando a imagem do ‘anjo do lar’, como

⁴⁵⁴ Christine de Pisan é considerada a mais importante poetisa medieval e a primeira mulher a viver de sua arte, a escrita, no Ocidente.

⁴⁵⁵ Para mais informações sobre Christine de Pisan ver KARAWAJCZYK, Mônica. Um Manual de Comportamento Feminino no Final da Idade Média: O Espelho de Cristina de Christine de Pisan (1405). *Revista Eletrônica História e-História*. URL: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=35>. Publicado em 24 de agosto de 2006.

foi salientado ao longo dos capítulos. Os argumentos positivos também apontam nesta direção, porém, rebatendo cada um desses conceitos e preconceitos. Palavras como **entusiasmo**, **ordem** e **euforia** foram encontradas em todas as etapas aqui percorridas, sempre se referindo a participação das mulheres, tanto no alistamento, quanto no pleito eleitoral.

Um fato que não deve ser esquecido, é que o proprietário do jornal (nos primeiros anos da década de trinta) era uma mulher - Dolores Alcaraz Caldas - que, apesar de não comandar diretamente o jornal, era a única dona do periódico. Talvez isso explique a posição tomada nos editoriais do jornal, praticamente todos favoráveis à incorporação das mulheres no pleito eleitoral. Mas talvez não. Acredito que a grande quantidade de matérias “neutras” aponte mais para o tão propalado lema do jornal, que desde a sua fundação é insistentemente lembrado. Evoco aqui, mais uma vez, as palavras do fundador do *Correio do Povo* para esclarecê-las:

[...] Independente, nobre e forte – procurará sempre sel-o o *Correio do Povo*, que não é orgam de nenhuma facção partidária, que não se escravisa a cogitações de ordem subalterna.[...] Jornal aberto a todas as manifestações de pensamento, [...] estas colunas estarão sempre francas a quantos queiram, [...] tratar de assumptos de interesse geral, discutindo idéias e opiniões sobre a política ou litteratura, industria ou commercio, sciencias ou artes. Este jornal [...] procurará esclarecer imparcialmente a opinião, apreciando com isenção de espírito os sucesos que se forem desenrolando e os actos dos governantes, para censural-os, quando reprovaveis, para applaudil-os quando meritórios. Com taes intuitos, de que jamais se apartará, o *Correio do Povo* espera poder conquistar as sympathias do publico, que o verá sempre disposto a servil-o.⁴⁵⁶

Esta tão propalada neutralidade e imparcialidade do jornal foram seguidas por sua viúva (quando assumiu o jornal), e tanto ela quanto o seu irmão, Alexandre Caldas (um dos diretores do jornal, na época abarcada por esta pesquisa), procuraram sempre se manter alheios às lutas partidárias.⁴⁵⁷ Contudo, mesmo levando em consideração que esta neutralidade, apesar de perseguida, nunca é realmente conseguida, acredito ser correto concluir que o posicionamento do jornal frente à questão do sufrágio feminino apenas reflete esta proposta seguida pela direção e implementada desde a fundação do *Correio do Povo*.

Até onde eu pude apurar, não há nenhum estudo específico sobre a questão do sufrágio feminino no Rio Grande do Sul, na década de 1930. O que indica que este ainda é um campo rico, que merece estudos mais aprofundados do que este que aqui se encerra. Afinal, a historiografia está carente de pesquisas nesta área. O posicionamento das outras religiões, que

⁴⁵⁶ *Correio do Povo*, 1/10/1895, p.1.

⁴⁵⁷ Tal como informa CD-ROM - verbete “Dolores Caldas”.

não a católica, sobre o voto da mulher, também merece uma apreciação e um estudo. Gostaria também de acentuar a carência de dados sobre as eleições de 1933, entrei em contato com o Centro de Memória do TSE (Brasília) que informou não possuir nenhum dado sobre tal pleito no seu acervo (nem das listas de alistamento), mas possivelmente se poderia encontrar tais dados nos Tribunais Eleitorais locais. Esta é uma possibilidade de pesquisa que não foi aqui verificada, principalmente pela exigüidade de tempo para se completar uma dissertação de mestrado.

Em relação à cidadania feminina e a sua luta para participar do mundo político, somente gostaria de apontar mais um dado que não se deve nunca esquecer: a humanidade já esteve repleta de certezas. Quem poderia negar, por exemplo, que a Terra era quadrada e que o Sol girava em torno dela? A “natural” inferioridade da mulher em relação ao homem foi somente mais uma dentre tantas certezas irrefutáveis, que demoraram a ser contestadas e reconhecidas como falsas.

E se esta pesquisa se iniciou com as notícias veiculadas no *Correio do Povo* sobre a perseguição implacável a Lampião e seu bando pelos sertões brasileiros, ela se encerra com a notícia de sua morte, em julho de 1934. Não antes de lembrar que, em junho desse ano, o porto-alegrense ficou atento olhando para o céu, à espera da passagem do Zepellin. Todos estes parecendo ser claros indícios dos novos tempos, tempos de ordem, sob os auspícios da lei. Um novo tempo que se descortinava à frente dos brasileiros, com suas promessas de cumprimento da lei e da ordem e que a promulgação da tão esperada Carta Magna do país e a ampliação da cidadania para as mulheres, pareciam ser um sinal claro que apontava o rumo de um futuro muito melhor. Mas esta já é outra história.

LOCAIS DE PESQUISA

Acervo de Jornais e Pesquisa do Correio do Povo

Rua Caldas Junior, 219 - 2º andar
Centro
Porto Alegre RS

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

Av. Bento Gonçalves, 1129
Bairro Partenon
Porto Alegre RS

Biblioteca Central PUCRS – Irmão José Otão

Av. Ipiranga, 6681
Prédio 16 Bairro Partenon
Porto Alegre RS

Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades
BSCSH - UFRGS

Av. Bento Gonçalves, 9500
Prédio 43321 Campus do Vale
Porto Alegre RS

Biblioteca da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
FABICO - UFRGS

Rua Ramiro Barcelos, 2705 - 4. andar
Prédio 22201 Campus da Saúde
Porto Alegre RS

Biblioteca Unisinos

Av. Unisinos, 950
Bairro Cristo Rei
São Leopoldo RS

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa

Rua dos Andradas, 959
Centro
Porto Alegre RS

FONTES

Tabela com o corpus documental da pesquisa

Data	Página	Coluna	Título da matéria	Tipo
24/12/30	2	7	O que querem as mulheres brasileiras	Nota
28/12/30	1	1-9	Uma entrevista com o sr Arthur Bernardes	Entrevista
31/12/30	3	9	O suffragio universal	Artigo
09/01/31	1	2	A mulher e a república nova	Nota
11/01/31	1	4	O feminismo e a futura constituinte	Nota
11/01/31	20 (u)	3	Política Nacional – Batalhão Feminino	Nota
14/01/31	3	9	O voto feminino	Artigo
18/01/31	3	3	Se as mulheres	Artigo
05/02/31	2	3	Turquia	Nota
07/02/31	2	1-2	Os direitos femininos reclamados pelas mulheres turcas	Nota
25/02/31	3	3	Impressões	Artigo
10/03/31	1	3	O voto feminino	Nota
12/03/31	3	7-8	O voto feminino	Artigo
15/03/31	20 (u)	9	O voto feminino	Nota
22/03/31	3	7-8	Ainda o voto feminino	Artigo
29/03/31	10	1-2	Pelos direitos da mulher	Entrevista
01/04/31	3	4-6	A mulher moderna	Artigo
23/04/31	8	1-2	O movimento liberal na America	Entrevista
07/05/31	2	1	A situação política em Portugal	Nota
19/05/31	3	8-9	Comícios fora do tempo	Artigo
22/05/31	3	9	O commentario	Artigo
24/05/31	11+(u)	6-8+ 8-9	Carta a uma amiga	Artigo
27/05/31	3	3	Feminismo	Editorial
05/06/31	3	2-3	Impressões	Artigo
23/06/31	3	3	Congresso Feminista	Editorial
11/07/31	2	3	Portugal – a propósito da concessão do direito de voto às mulheres	Nota
14/07/31	1	1	A reforma eleitoral	Notícia
18/07/31	3	9	O commentario	Artigo
19/07/31	3	9	Theoria e prática do casamento	Artigo
29/07/31	2	1	A questão do voto feminino na Hespanha	suelto
02/08/31	3	3-5	O dr. Gilberto Amado na Succursal do “Correio do Povo”	Entrevista
09/08/31	24(u)	5	Declarações do sr. Mario Pinto Serva ao “Correio da Tarde”, de São Paulo	Nota
11/08/31	1	3-5	O “Diário de Noticias” e os boatos em torno do assumpto	Nota
11/08/31	1	7	A “enquête” da “Vanguarda”	Nota
11/08/31	4	5	O voto feminino na Hespanha	suelto
30/08/31	24(u)	8	A constitucionalisação do paiz – Propedêutica moral	Noticia
10/09/31	3	9	O commentario	Artigo
13/09/31	20(u)	3-7	O ante-projecto da reforma da lei do alistamento eleitoral	Notícia

Data	Página	Coluna	Título da matéria	Tipo
15/09/31	1	3-4	O ante-projecto da nova lei eleitoral	Notícia
15/09/31	1	7-8	Commentaris do “Correio da Manhã” [sic]	Notícia
15/09/31	3	2-3	A reforma eleitoral	Editorial
15/09/31	1	5	“A Pátria” e o suffragio feminino	suelto
15/09/31	1	5	O que diz “A Esquerda”	suelto
15/09/31	1	5	A opinião de uma “leader” feminista	suelto
15/09/31	1	6	A opinião do sr. Mario Pinto Serva	suelto
16/09/31	3	1-3	A reforma eleitoral	Editorial
17/09/31	1	4	O sr. Mauricio de Lacerda fala ao “Correio da Manhã” sobre o alistamento eleitoral	Nota
17/09/31	1	5-7	O prof. João Cabral revida as declarações do sr. Mario Pinto Serva	Notícia
17/09/31	1	4	O projecto eleitoral e o voto feminino	Nota
17/09/31	3	9	O commentario	Artigo
18/09/31	1	8-9	O alistamento eleitoral	Notícia
18/09/31	3	7-8	A mulher eleitora	Artigo
22/09/31	1	5-6	O sr. Levy Carneiro e o projecto eleitoral	Notícia
23/09/31	10(u)	1	O voto feminino	Nota
24/09/31	1	2-3	Duas opiniões sobre o voto feminino	suelto
24/09/31	14(u)	3-4	O ex-senador Thomaz Rodrigues fala sobre o projecto eleitoral	suelto
27/09/31	1	7	O voto feminino	Notícia
02/10/31	3	3	Aspectos do feminismo	Editorial
10/10/31	3	4-8	A Refoma eleitoral III	Artigo
11/10/31	3	7-8	A reforma eleitoral IV	Artigo
13/10/31	1	8-9	A regulamentação do trabalho feminino	Nota
13/10/31	3	2-3	O suffragio feminino	Editorial
14/10/31	7	4-6	O suffragio feminino, uma serie de artigos e um tópico...	Artigo
15/10/31	2	7	A concessão de direitos políticos á mulher boliviana	Nota
16/10/31	3	4-6	A reforma eleitoral	Artigo
17/10/31	1	1-2	Uma conferencia no Instituto dos Advogados sobre o voto feminino	suelto
18/10/31	3	9	O commentario	Artigo
22/10/31	3	2-3	Da minha columna	Artigo
25/10/31	3	2-3	Surpresas do feminismo	Editorial
27/10/31	3	4-6	O sr. Assis Brasil, o sr. Raul Pilla, a reforma eleitoral, e eu...	Artigo
29/10/31	5	4-6	Política e políticos	Entrevista
05/11/31	3	5-7	Cinco minutos feministas	Artigo
24/11/31	3 e 11	4-9 + 7-8	Democracia Representativa	Notícia
06/01/32	12(u)	7-9	Política e políticos – o voto feminino suscitou discussões	Notícia
09/01/32	12(u)	4-5	Em torno da constituição	Notícia
15/01/32	10(u)	3-4	O Código Eleitoral	Notícia
15/01/32	3	4-7	As mulheres d’hontem e de hoje	Artigo

Data	Página	Coluna	Título da matéria	Tipo
20/01/32	7 +12	4-7 + 9	O futuro código eleitoral	Entrevista
21/01/32	3	6-7	À margem...	Artigo
22/01/32	4	2-3	A Federação Feminina e o alistamento eleitoral	Notícia
27/01/32	3	1-2	O projecto da lei eleitoral	Editorial
29/01/32	5	5	O novo código eleitoral	Nota
11/03/32	1	6	A propósito do voto feminino	Entrevista
01/05/32	11	4-8	Direitos políticos para as mulheres mexicanas	Artigo
12/05/32	1	4-7	A fundação do Partido Republicano Liberal	Notícia
12/05/32	3	4-7	Partidos economicos e de classes	Artigo
13/05/32	7	5-6	Quanto custará à Nação o futuro eleitorado?	Notícia
22/05/32	13	2-3	Os Progressos do Feminismo	charge
26/05/32	7	1-4	As classes conservadoras e a actual momento politico	Entrevista
26/05/32	16(u)	4-6	[sobre as eleições]	charge
02/06/32	1	5-6	A escriptora Anna Amelia é favoravel ao voto feminino	Suelto
08/06/32	12(u)	1-2	“Biologia e Feminismo”	Entrevista
09/06/32	8	3-7	As Tres Surpresas da Lei Eleitoral	Entrevista
14/06/32	3	9	Voto feminino	Artigo
26/06/32	3	6-8	Cinco preceitos legaes em forma de Conselhos	Artigo
03/07/32	24(u)	3	No Superior Tribunal Eleitoral	Notícia
23/07/32	3	4-6	Política no Lar e na Escola	Artigo
24/07/32	3	7-9	A mulher e a economia	Artigo
26/07/32	3	2-3	Voto Feminino	Artigo
26/07/32	9	8-9	Os Estados Unidos vistos por uma mulher brasileira	Entrevista
03/08/32	3	2-3	Impressões	Artigo
24/08/32	3	9	Tão bom como tão bom	Artigo
27/08/32	2	5	O feminismo no Perú	Nota
30/08/32	3	2-4	Terrorismo feminista?	Editorial
04/09/32	2	4-6	O excedente de mulheres na Hespanha constitue um problema deveras importante	Notícia
13/09/32	1	5-6	A Execução do alistamento eleitoral	Nota
16/09/32	1	7	Inaugurou-se o alistamento no Rio	Nota
22/09/32	3	2-3	Os votos femininos na Hespanha	Artigo
23/09/32	1	8-9	O novo alistamento	Suelto
24/09/32	1	9	Escola Eleitoral Feminina	Nota
24/09/32	1	2-3	A Mulher no Jury	Notícia
25/09/32	1	4-6	Dois assumptos femininos	Notícia
25/09/32	11	1-2	Feminismo e feminilidade	Artigo
27/09/32	3	9	Feminismo e feminilidade	Artigo
12/10/32	4	9	Os primeiros eleitores qualificados no Rio	Notícia
12/10/32	5	3-4	Deve a mulher ser jurado?	Entrevista
19/10/32	1	7	As declarações do padre Riou	Entrevista
20/10/32	3	2-3	A mulher e o suffragio I	Artigo
20/10/32	1	1-3	As declarações do Padre Riou	Entrevista
20/10/32	3	3-4	Feminismo burocrata	Editorial
25/10/32	3	2-3	A mulher e o suffragio II	Artigo

Data	Página	Coluna	Título da matéria	Tipo
01/11/32	3	3-5	A mulher e o suffragio III	Artigo
06/11/32	3	2-3	A mulher e o suffragio IV	Artigo
08/11/32	1	8-9	Pela Constituição	Nota
09/11/32	3	2-3	Enthusiasmo e realidade	Editorial
10/11/32	10	4-7	Noticias Religiosas	Notícia
11/11/32	3	7-8	A mulher e o suffragio V	Artigo
11/11/32	3	9	Disturbios femininos	Artigo
12/11/32	7	1-2	Os trabalhos do alistamento eleitoral	Notícia
22/11/32	3	4-7	A mulher e o suffragio VI	Artigo
30/11/32	4	6	Liga Eleitoral Catholica	Nota
30/11/32	2	4-5	As eleições parlamentares belgas	Notícia
01/12/32	3	7-9	A mulher e o suffragio VII	Artigo
03/12/32	12(u)	4-6	Carta Aberta	A pedidos
04/12/32	7	7	Alistamento eleitoral feminino	Nota
04/12/32	7	7-9	Os trabalhos da Liga Eleitoral Catholica	Notícia
04/12/32	8	1-3	Carta Aberta	A pedidos
07/12/32	3	3	Maridas...	Artigo
08/12/32	1	4-5	As Feministas se alistam	Nota
09/12/32	1	6	Assumptos do momento	Suelto
09/12/32	3	8-9	A mulher e o suffragio VIII	Artigo
13/12/32	1	5	Ainda o serviço militar feminino	Entrevista
13/12/32	5	7-9	Carta Aberta	A pedidos
15/12/32	3	4-6	A mulher e o suffragio IX	Artigo
16/12/32	9	1-6	Noticias Religiosas	Entrevista
17/12/32	2	5	O direito de voto á mulher, no Uruguay	Nota
17/12/32	8	1-2	Noticias Religiosas	Entrevista
18/12/32	10	8-9	Os trabalhos da Liga Eleitoral Catholica	Notícia
04/01/33	3	8-9	A mulher e o suffragio X	Artigo
06/01/33	3	2-3	Decadencia do voto	Artigo
10/01/33	7	8-9	Prophecias para 1933	Entrevista
11/01/33	1	7	A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino facilita o alistamento eleitoral	Nota
12/01/33	16(u)	7	Associação Cívica Feminina	Suelto
20/01/33	10(u)	4-6	A revisão de jurados e as mulheres	Notícia
25/01/33	3	3	No barbeiro	Artigo
27/01/33	1	5	Interpretando o Codigo Eleitoral	Nota
28/01/33	3	5-7	As mulheres e o alistamento eleitoral	Artigo
28/01/33	1	9	As Mulheres de Diamantina não querem saber de direitos e deveres políticos	Suelto
29/01/33	3	3-4	Bilhete ás mineiras	Artigo
29/01/33	9	1-6	Religião e Politica	A pedidos
31/01/33	1	8-9	O sr. Adolpho Bergamini fala ao "Diário Carioca"	Entrevista
03/02/33	1	1	Alistamento Eleitoral	Nota
03/02/33	1	9	O Caso das Senhoras de Diamantina	Nota
05/02/33	3	2-3	Em torno do voto feminino	Editorial
05/02/33	5	1-2	O Voto Feminino	A pedidos
07/02/33	3	8-9	Exemplo Salutar	Artigo

Data	Página	Coluna	Título da matéria	Tipo
08/02/33	1	2	As Mulheres e o Jury	Suelto
09/02/33	12(u)	7-9	As Mulheres e o Voto	Suelto
16/02/33	1	8-9	“O exemplo de S. Paulo”	Suelto
16/02/33	3	3	O voto dos menores	Editorial
18/02/33	12	2	Propaganda eleitoral feminina	Nota
19/02/33	7	2	S. Jeronymo – Alistamento eleitoral	Nota
19/02/33	3	7-9	Religião e política	Artigo
19/02/33	5	1-6	Voto e a Consciencia	A pedidos
22/02/33	4	8-9	O Tribunal do Jury e o sexo feminino	Suelto
23/02/33	3	4-6	Os trabalhos da Justiça Eleitoral	Notícia
24/02/33	3	4-6	Legião Feminina Pró Estado Leigo	Notícia
25/02/33	1	3	O Alistamento Eleitoral	Nota
02/03/33	1	9	O Alistamento Paulista	Nota
04/03/33	1	6-7	Serviço eleitoral	Suelto
04/03/33	12(u)	7-9	As surpresas do novo Codigo Eleitoral Brasileiro	Suelto
05/03/33	24(u)	4-6	A mulher e o “sport”	Artigo
10/03/33	12(u)	2-5	Elevação do nivel cultural das mulheres paulistas	Suelto
12/03/33	24(u)	1	Freiras que se alistam em S. Paulo	Nota
12/03/33	5	1-3	Palestra ás Filhas de Maria	A pedidos
14/03/33	1	8-9	A divisão eleitoral dos Estado (sic)	Nota
16/03/33	3	3-4	As freiras de São Paulo	Artigo
18/03/33	3	4-6	Bello, mas inoperante	Editorial
19/03/33	4	1-2	Os trabalhos para as próximas eleições	Notícia
19/03/33	5	1-6	Um Caso de Consciencia	A pedidos
19/03/33	1 + 24(u)	6-9 + 1	O sr. Flores da Cunha no Rio de Janeiro	Entrevista
21/03/33	16(u)	4-6	O caso das religiosas que se qualificaram eleitoras	Entrevista
22/03/33	1	5-6	O Clero e os religiosos podem votar	Nota
22/03/33	3	9	A Qualificação Feminina em Novo Hamburgo	Nota
23/03/33	5	3-4	As proximas eleições á Constituinte	Notícia
24/03/33	2	1-2	Noticias da França	Notícia
24/03/33	3 + 12(u)	7-9 + 8- 9	As proximas eleições da Constituinte	Notícia
25/03/33	12(u)	4	“Miss Alegrete” e a Frente Unica	Suelto
26/03/33	5	1-4	Objectivos da Liga Eleitoral Catholica e a Mulher Brasileira	A pedidos
28/03/33	7	1	Os Retratos das irmãs de caridade	Nota
29/03/33	12(u)	7	As Freiras Paulistas não poderão ser eleitoras	Nota
01/04/33	3	4-6	As senhoras e a Constituinte	Editorial
02/04/33	1	3	A Alliança Nacional de Mulheres Assentou a Candidatura da Dra. Nathercia Silveira	Nota
02/04/33	3	2	Por causa de saias	Editorial
05/04/33	3	8-9	As proximas eleições para a Constituinte	Notícia
08/04/33	1	4	Duas Resoluções da Convenção Eleitoral Feminina	Nota
09/04/33	1	4-6	As orelhas e o alistamento	Suelto
11/04/33	3	3	Feminismo	Artigo

Data	Página	Coluna	Título da matéria	Tipo
16/04/33	13	1-3	As proximas eleições para a Constituinte	Notícia
18/04/33	2	4-6	A mulher hespanhola nas próximas eleições (sic)	Artigo
19/04/33	5	3-8	As proximas eleições para a Constituinte	Notícia
27/04/33	14(u)	3-7	As proximas eleições para a Constituinte	Entrevista
02/05/33	1	7	Um candidato original	Suelto
03/05/33	9	1-9	Realisam-se hoje em todo o paiz as eleições á Constituinte	Notícia
03/05/33	8	1-9	Realisam-se hoje em todo o paiz as eleições á Constituinte	Notícia
03/05/33	3	3	Infancia e politica	Artigo
05/05/33	1	1-9	Segundo noticias chegadas ao Rio de Janeiro correram normalmente as eleições em todo o paiz	Notícia
05/05/33	14(u)	5-6	O pleito em São Paulo	Notícia
05/05/33	14(u)	3-7	[fotos da quatro candidatas pelo Distrito Federal]	Notícia
05/05/33	9	1-9	Realisaram-se, ante-hontem, as eleições para a Constituinte	Notícia
05/05/33	8	1-9	Realisaram-se, ante-hontem, as eleições para a Constituinte	Notícia
06/05/33	14(u)	1-3	O “Jornal do Commercio” e a consulta à Nação	Suelto
06/05/33	14(u)	1-2	A imprensa e as eleições	Suelto
06/05/33	1	8-9	O entusiasmo da mulher paulista	Nota
06/05/33	14(u)	4	Como correu o pleito nos Estados	Nota
07/05/33	3	3	Eleições	Artigo
09/05/33	1	7	Os aspectos ineditos do pleito	Nota
10/05/33	3	5	Estas são boas...	Artigo
11/05/33	1	9	Provas de civismo	Nota
12/05/33	3	5-7	O Voto	Artigo
14/05/33	3	7-9	Ellas e Elles	Artigo
18/05/33	3	7-9	Espiando as eleições no Rio de Janeiro	Artigo
26/05/33	1	4	A mulher e a política	Suelto
04/06/33	28(u)	8-9	Política Paulista – Uma feminista decidida	Entrevista
27/06/33	1	3	Um gesto estranho	Notícia
25/08/33	3	3	Eva immortal	Artigo
15/10/33	11	7-8	O paraiso do feminismo	Suelto
17/11/33	3	8-9	O Feminismo Recua?	Artigo
03/12/33	3	3-6	As Mulheres e o Suffragio	Artigo
16/12/33	14(u)	1-9	Os Films da Semana	Charge
28/12/33	16(u)	6-7	Não existe mais o eleitor de cabresto	Nota
05/01/34	4	2	Um interessante caso sobre a inclusão de uma senhora na lista dos jurados	Suelto
05/01/34	5	4-8	A Setima Conferencia Pan Americana	Entrevista
14/01/34	3	6-7	A Mulher no Jury	Artigo
14/01/34	3	3-6	A ultima revolução hespanhola	Artigo
16/01/34	7	4-7	As senhoras no Tribunal do Jury	Suelto
04/03/34	3	6-9	Voto Feminino	Artigo
21/03/34	3	4-7	Dilemma	Artigo
21/03/34	1	4	Abolindo o voto feminino	Nota
27/03/34	1	1-2	A sra. Carlota Queiroz fala ao “O Globo” sobre	Nota

Data	Página	Coluna	Título da matéria	Tipo
			os direitos e deveres da mulher	
06/04/34	1	3	O discurso do sr. Aarão Rebello	Nota
10/04/34	3	3-4	A mulher, a política e o sr. Rabello	Artigo
14/04/34	1	7-8	Ataques a dra. Carlota	Nota
24/04/34	1	7	O prosseguimento do alistamento eleitoral	Suelto
05/05/34	3	7-9	A opposição ao voto femenino	Artigo
23/06/34	16(u)	1-2	Salva!...	Charge
10/07/34	3	6-8	A Senhora Prefeita	Artigo
10/07/34	3	4-5	Sobre o actual systema eleitoral	Artigo
18/07/34	3	6-9	As senhoritas modernas	Artigo

Tabela dos Artigos do Correio do Povo

AHPoaMV = Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Velinho

MUSECOM = Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa

ACP = Arquivo Correio do Povo

Data	Página	Coluna	Título do artigo	Autor	Local da Pesquisa
31/12/30	3	9	O suffragio universal	F.T.	ACP
14/01/31	3	9	O voto feminino	A.L.	MUSECOM
18/01/31	3	3	Se as mulheres votassem...	Roque Callage	MUSECOM
25/02/31	3	3	Impressões	João Henrique	MUSECOM
12/03/31	3	7-8	O voto feminino	Othelo Rosa	MUSECOM
22/03/31	3	7-8	Ainda o voto feminino	Othelo Rosa	MUSECOM
01/04/31	3	4-6	A Mulher Moderna	Geraldino Silveira	MUSECOM
19/05/31	3	8-9	Comícios fora do tempo	João Chrisostomo	MUSECOM
22/05/31	3	9	O Commentario	De Sousa Junior	MUSECOM
24/05/31	11+ult.	6-8 + 8-9	Carta a uma amiga	Albina Bordini	MUSECOM
05/06/31	3	2-3	Impressões	João Henrique	MUSECOM
18/07/31	3	9	O Commentario	De Sousa Junior	MUSECOM
19/07/31	3	9	O Commentario	De Sousa Junior	MUSECOM
10/09/31	3	9	O Commentario	De Sousa Junior	MUSECOM
17/09/31	3	9	O Commentario	De Sousa Junior	MUSECOM
18/09/31	3	7-8	A mulher eleitora	João Chrisostomo	MUSECOM
10/10/31	3	4-8	A reforma eleitoral III	Othelo Rosa	MUSECOM
11/10/31	3	7-8	A reforma eleitoral IV	Othelo Rosa	MUSECOM
14/10/31	7	4-6	O suffragio feminino, uma serie de artigos e um tópico...	Othelo Rosa	MUSECOM
18/10/31	3	9	O Commentario	De Sousa Junior	MUSECOM
22/10/31	3	2-3	Da minha columna	Olmiro da Azevedo	MUSECOM
27/10/31	3	4-6	O sr. Assis Brasil, o sr. Raul Pilla, a reforma eleitoral, e eu...	Othelo Rosa	MUSECOM
15/01/32	3	4-7	As mulheres d'hontem e de hoje	João Grave	MUSECOM
21/01/32	3	6-7	Á margem...	C. de S.	MUSECOM
01/05/32	11	4-8	Direitos políticos para as	Povoas de	MUSECOM

Data	Página	Coluna	Título do artigo	Autor	Local da Pesquisa
			mulheres mexicanas	Siqueira	
12/05/32	3	4-7	Partidos economicos e de classes II	Bastian Pinto	MUSECOM
14/06/32	3	9	Voto feminino	F.B.	AHPoaMV
26/06/32	3	6-8	Cinco preceitos legaes em forma de Conselhos	Anor Butler Maciel	AHPoaMV
23/07/32	3	4-6	Politica no Lar e na Escola	S.P.	AHPoaMV
24/07/32	3	7-9	A mulher e a economia	Marcilo Tedd	AHPoaMV
26/07/32	3	2-3	Voto feminino	Lucia Regina	AHPoaMV
03/08/32	3	2-3	Impressões	João Henrique	ACP
24/08/32	3	9	Tão bom como tão bom	F.B.	ACP
22/09/32	3	2-3	Os votos femininos na Hespanha	Jaime Menendez	MUSECOM
25/09/32	11	1-2	Feminismo e feminilidade	Juana de Ibarbourou	MUSECOM
27/09/32	3	9	Feminismo e feminilidade	F.B.	MUSECOM
20/10/32	3	2-3	A mulher e o suffragio I	Egydio Itaqui	MUSECOM
25/10/32	3	2-3	A mulher e o suffragio II	Egydio Itaqui	MUSECOM
01/11/32	3	3-5	A mulher e o suffragio III	Egydio Itaqui	MUSECOM
06/11/32	3	2-3	A mulher e o suffragio IV	Egydio Itaqui	MUSECOM
11/11/32	3	7-8	A mulher e o suffragio V	Egydio Itaqui	MUSECOM
11/11/32	3	9	Disturbios femininos	João Chrysostomo	MUSECOM
22/11/32	3	4-7	A mulher e o suffragio VI	Egydio Itaqui	MUSECOM
01/12/32	3	7-9	A mulher e o suffragio VII	Egydio Itaqui	MUSECOM
07/12/32	3	3	Maridas...	Fernando Borba	MUSECOM
09/12/32	3	8-9	A mulher e o suffragio VIII	Egydio Itaqui	AHPoaMV
15/12/32	3	4-6	A mulher e o suffragio IX	Egydio Itaqui	MUSECOM
04/01/33	3	8-9	A mulher e o suffragio X	Egydio Itaqui	MUSECOM
06/01/33	3	2-3	Decadencia do voto	S.P.	MUSECOM
25/01/33	3	3	No barbeiro	S.G.	MUSECOM
28/01/33	3	5-7	As mulheres e o alistamento eleitoral	Ophelia Mareense	MUSECOM
29/01/33	3	3-4	Bilhete ás mineiras	S.P.	MUSECOM
07/02/33	3	8-9	Exemplo Salutar	Almeida Cavaca	MUSECOM
19/02/33	3	7-9	Religião e Politica	Caetano Rossi Berlese	MUSECOM
05/03/33	24(ult)	4-6	A mulher e o "sport"	Manuel Bueno	MUSECOM
16/03/33	3	3-4	As freiras de São Paulo	João Chrysostomo	MUSECOM
11/04/33	3	3	Feminismo	Lucia Regina	MUSECOM
18/04/33	2	4-6	A mulher hespanhola nas proximas eleiçõe [sic]	Jaye Menendez	MUSECOM
03/05/33	3	3	Infancia e política	X.	MUSECOM
07/05/33	3	3	Eleições	Lucia Regina	MUSECOM
10/05/33	3	5	Estas são boas...	Amadeu Leite	MUSECOM

Data	Página	Coluna	Título do artigo	Autor	Local da Pesquisa
12/05/33	3	5-7	O Voto	Cacy Cordovil	MUSECOM
14/05/33	3	7-9	Ellas e Elles	Agrippino Grieco	MUSECOM
18/05/33	3	7-9	Espiando as eleições no Rio de Janeiro	A. Gomes Carmo	MUSECOM
25/08/33	3	3	Eva immortal	Lucia Regina	MUSECOM
17/11/33	3	8-9	O Feminismo recua?	Othelo Rosa	MUSECOM
03/12/33	3	3-6	As Mulheres e o suffragio	João Grave	MUSECOM
14/01/34	3	6-7	A mulher no Jury	Fay de Azevedo	MUSECOM
14/01/34	3	3-6	A ultima revolução hespanhola	João Grave	MUSECOM
07/03/34	3	6-9	Voto feminino	Marcelo de Andrade	MUSECOM
21/03/34	3	4-7	Dilemma	Marcello de Andrade	MUSECOM
10/04/34	3	3-4	A mulher, a política e o sr. Rabello	Othelo Rosa	MUSECOM
05/05/34	3	7-9	A opposição ao voto feminino	Marcelo de Andrade	MUSECOM
10/07/34	3	6-8	A Senhora Prefeita	Othelo Rosa	MUSECOM
18/07/34	3	4-5	Sobre o actual systema eleitoral	A. Gomes Carmo	MUSECOM
18/07/34	3	6-9	As senhoritas modernas	Mauricio Bedel	MUSECOM

Referências Bibliográficas

Anais

BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: Um olhar e duas temporalidades. In: COLÓQUIO HISTÓRIA E IMPRENSA, 1998, Rio de Janeiro. *Anais do colóquio História e Imprensa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

SIMPÓSIO Nacional de História. *Caderno de Programação* do 24º Simpósio Nacional de História. São Leopoldo/RS, 15 a 20 de julho de 2007: Oikos, 2007.

Artigos de Periódicos

BERNARDES, Cristiane Brum. A credibilidade como estratégia de identidade de um jornal massivo. *Em Questão*. Porto Alegre, v.10, n.1, pp.23-39, jan./jun. 2004.

BRESCIANI, M. S. O Anjo da Casa. *História & Perspectivas*. Uberlândia, n° 7, pp.191-223, jul./dez. 1992.

CAPELATO, Maria Helena. Imprensa, uma mercadoria política. *História & Perspectivas*. Uberlândia, n° 4, pp. 131-139, jan./jun. de 1991.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos de estudos (PPG – História UFRGS)*, Porto Alegre, n. 13, pp. 19-29, dez. 1995.

ESPERANÇA, Clarice Gontarski. Testemunhas ou fontes: relações e desencontros entre jornalistas e historiadores. *Em Questão*, Porto Alegre, v.12, n.2, pp. 235-251, jun./dez. 2006.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, PUCRS, v. XXIV, n° 2, pp. 269-289, dezembro de 1998.

KARAWEJCZYK, Mônica. “O Voto de saias”: breve análise das imagens veiculadas na *Revista do Globo* (1930-1934). *História, imagem e narrativas* n°3, ano 2, setembro de 2006, pp. 26-56.

URL: <http://www.historiaimagem.com.br/edicao3setembro2006/votodesaias.pdf>

_____. Um Manual de Comportamento Feminino no Final da Idade Média: *O Espelho de Cristina* de Christine de Pisan (1405). *Revista Eletrônica História e-História*. Publicado em 24 de agosto de 2006.

URL: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=35>.

MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: fotografia e história interfaces. *Tempo*. Rio de Janeiro, vol 1, n.2, 1996, pp.73-98.

URL: <http://www.historia.uff.br/labhoi/publicacoes>

Acesso em: 19 de maio de 2006.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. *Educação*. Porto Alegre, PUCRS, n° 37, pp. 7-32, março de 1999.

MOTTER, Maria Lourdes. História e imprensa. *Revista Comunicações e Artes*. São Paulo, USP, n° 24, pp. 55-61, setembro/dezembro 1990.

NICOLAU, Jairo. A Participação Eleitoral no Brasil.

URL: <http://www.brazil.ox.ac.uk/workingpapers/Nicolau26.pdf> .

Acesso em: 24 de abril de 2007 .

ORIÁ, Ricardo. Mulheres no Parlamento Brasileiro Carlota Pereira de Queirós. *Plenarium*. Brasília, n.1, pp. 240-246, [2003?].

URL: <http://www2.camara.gov.br/internet/publicacoes/edicoes/plenarium1>

Acesso em: 09 de agosto de 2007.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n° 15, pp. 97-117, set/out/nov/dez. 2000.

SOUSA, Jorge Pedro. Elementos de jornalismo impresso. Porto, 2001, p. 201.

URL:<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>.

Acesso em 16 de setembro de 2007.

VENANCIO, Giselle Martins. Lugar de Mulher é...na fábrica; estado e trabalho feminino no Brasil (1910-1934). *História: Questões & Debates*. Curitiba, n.34, pp.175-200, 2001.

ZICMAN, Renée Barata. História através da Imprensa – algumas considerações metodológicas. *Projeto História*. São Paulo, n° 4, pp.89-102, junho de 1985.

Livros

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

AZEVEDO, José Afonso de Mendonça. *Elaborando a constituição nacional: atas da Subcomissão elaboradora do anteprojeto 1932/1933*. Ed. fac-similar. Brasília: Senado Federal, 2004.

BAHIA, Juarez. *Jornal, técnica e história*. São Paulo: Ática, 1990.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARTHES, Roland. *O Óbvio e o Obtuso*. Ensaios Críticos III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

BESSE, Susan K. *Modernizando a Desigualdade*. Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil. 1914-1940. São Paulo: EDUSP, 1999.

- BRESSER -PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. São Paulo: Ed.34, 2003.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOBBIO, Norberto (org.) *Dicionário de política*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. Verbetes “Participação Política”.
- BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (org.). *Passados Recompuestos – campos e canteiros da História*. Ed. UFRJ-FGV: Rio de Janeiro, 1998.
- BURKE, Peter. *O Que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. *Testemunha ocular*. História e imagem. São Paulo: EDUSC, 2004.
- _____. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.
- _____. (org.) *A Escrita da História*. Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.
- CANÊDO, Leticia. B. (org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.
- CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.
- CARDOSO, C.; VAINFAS, R. (org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1982.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (Orgs.). *A Leitura de Imagens na Pesquisa Social*. História, Comunicação e Educação. São Paulo: Cortez, 2004.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*. A História entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2002.
- _____. *A História Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- CHAVEAU, Agnes (org.). *Questões para a história do presente*. São Paulo: EDUSC, 1999.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da História Cultural Francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DE GRANDI, Celito. *Diário de Notícias. O Romance de um jornal*. Porto Alegre: L&PM, 2005.
- DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Renascimento*. Lisboa: Estampa, 1994. vol. II.
- DILLENBURG, Sérgio R. *Correio do Povo: História e Memórias*. Passo Fundo: EDUPF, 1997.
- DOMENACH, Jean-Marie. *Abordagens à modernidade*. Lisboa: Piaget, 1995.
- DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. São Paulo: Papirus, 1993.
- DUBY, Georges; PERROT; Michelle (org.). *História das Mulheres no Ocidente*. vol. 4 e 5. Porto: Afrontamento, 1998.
- DUMOND, Loius. *O individualismo – Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- _____. (org.). *O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- FERRARETTO, Luiz Artur. *Rádio no Rio Grande do Sul (anos 20,30 e 40): dos pioneiros às emissoras comerciais*. Canoas: Ed. da Ulbra, 2002.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A Evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro*. Brasília: TSE/SDI, 2005.
- FLÔRES, Onici. *A Leitura da Charge*. Canoas: Ed. da Ulbra, 2002.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998, 3ª edição.
- FUNDAÇÃO de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do Rs:1803-1950*. Porto Alegre: FEE, 1981.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- GALVANI, Walter. *Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.
- GAY, Peter. *A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira*. Nove Reflexões sobre a Distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GOMES, Ângela de Castro et all. *O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- HABERMAS, Jürgen. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. *A Mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios. 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- INDURSKY, F., FERREIRA, M. (org.) *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzato, 1999.
- ISAIA, Artur Cesar. *Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- ISMÉRIO, Clarisse. *Mulher. A moral e o imaginário. 1889-1930*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- JOBIM, Danton. *O Espírito do Jornalismo*. EDUSP/Comarate, 1992.
- KAZ, Leonel; LODDI, Nigge. *Século XX: a mulher conquista o Brasil*. Rio de Janeiro: Aprazível, 2006/2007.

- KIENTZ, Albert. *Comunicação de Massa - análise de conteúdo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Pasado*. Para una semântica de los tiempos históricos. Barcelona : Paidós, 1993.
- KOSSOY, Boris. *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. São Paulo: Ateliê, 2002.
- KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.
- LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. vol. II. Lisboa: Estampa, 1995.
- _____. *História e Memória*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1990.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- _____. *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LE GOFF, Jacques, SCHMIDT, Jean Claude.(org.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002.
- LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil Contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.
- LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MACHADO, José A. P. *Breno Caldas. Meio século de Correio do Povo*. Glória e Agonia de um Jornal. Porto Alegre: LP&M, 1987.
- MARIANI, Bethânia. *O PCB e a Imprensa*. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- MELO, José Marques de. *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas*. História e memórias da cidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org). *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- NICOLAU, Jairo. *Sistemas Eleitorais*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004.
- NOLL, Maria I, TRINDADE, Hélió. *Estatísticas Eleitorais do Rio Grande da América do Sul. 1823/2002*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.
- PENSAMENTO de Comte. *Caderno de História Memorial do Rio Grande do Sul*. N° 24, 2ª edição, 2007. Secretaria de Estado da Cultura – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
- PESAVENTO, Sandra J. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- _____. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.
- _____. *O cotidiano da República*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1990.
- PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005.
- PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (org.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

- PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- PINTO, Céli Jardim Regina. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PORTO, Walter Costa. *História Eleitoral do Brasil*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1989.
- RABAÇA, Carlos; BARBOSA, Gustavo Guimarães. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- RIBEIRO JÚNIOR, João. *O que é positivismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RIBEIRO, Maria Thereza Rosa (org.) *Intérpretes do Brasil – leituras críticas do pensamento brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.
- ROSA, Otelo Rodrigues. *A reforma eleitoral : crítica ao ante-projeto, projeto de regulamento eleitoral , o voto feminino*. Porto Alegre : Livraria do Globo, 1931.
- RÜDIGER, Francisco. *Tendências do Jornalismo*. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 1993.
- RUSCHEL, Nilo. *Rua da Praia*. Porto Alegre: s.n., 1971.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos (org.). *Votos e partidos: almanaque de dados eleitorais: Brasil e outros países*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2002.
- SCALZO, Marília. *Jornalismo de Revista*. São Paulo: Contexto, 2003.
- SILVA, Jandira M. M. da, CLEMENTE, Elvo, BARBOSA, Eni. *Breve Histórico da Imprensa Sul-Rio-Grandense*. Porto Alegre: CORAG, 1986.
- SILVA, Raul M.; CACHAPUZ, Paulo B.; LAMARÃO, Sergio (org.). *Getúlio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro: BNDES, 2004.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. República: da Belle Epoque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 3.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. Porto Alegre: Sulina, 1973, vol. 3.
- _____. *Construtores do Rio Grande*. Porto Alegre: Sulina, 1969, vol. 2.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, Ed. Unicamp, 2000.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.
- URBIM, Carlos (org.). *Rio Grande do Sul: um século de história*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.
- VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas: Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1995, vol. 1.
- VEYNE, Paul et al. *Indivíduo e poder*. Lisboa: Ed. 70, 1988.
- VICENTINI, Paulo F. *A crise dos anos 20: conflitos e transição*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

Teses e dissertações

COLLING, Ana Maria. *A Construção da Cidadania da mulher brasileira: Igualdade e Diferença*. 2000. 383 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

COMPANY, Zeli T. *Os salvadores das garras da morte: medicamentos populares, medicina humoral em Bom Jesus/RS (1898-1927)*. 2006. 257f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

LEAL, Elisabete da Costa. *O Positivismo, o Partido Republicano Rio-Grandense, a Moral e a Mulher (1891-1913)*. 1996. 272 f. Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

NASCIMENTO, Kelly Cristina. *Entre a Mulher Ideal e a Mulher Moderna: representações femininas na imprensa mineira – 1873-1932*. 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PETERSEN, Áurea Tomatis. *Trabalhando no Banco: Trajetória de Mulheres Gaúchas desde 1920*. 1999. 374 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Sites e CD-ROM

<http://www.priberam.pt>

<http://www.presidencia.gov.br>

http://www.casaruibarbosa.gov.br/expo/const_pdf.htm

<http://www.tse.gov.br/internet/index.html>

<http://www.al.rs.gov.br/portaleleicoes/ap/legislacaoEleitoral.asp>

CD-ROM: Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro pós-1930. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) – Fundação Getúlio Vargas.

Material Avulso

MULHERES NA POLÍTICA. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

VIEIRA, Marco Antonio Damasceno. *Presença Feminina das Forças Armadas*. Nota Técnica. Câmara dos Deputados, dezembro de 2001.

URL: <http://www2.camara.gov.br/internet/publicacoes/estnottec/tema3/pdf/112264.pdf>.

Acesso no dia 12 de novembro de 2007.

Livros e Artigos Consultados

CARVALHO, Nanci (org.). *A Condição Feminina*. São Paulo: Vértice, 1988.

DALMÁZ, Mateus. *A Imagem de Hitler e da Alemanha na Revista do Globo de Porto Alegre (1933-1945)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

GHILARDI, Maria Inês. O humor na charge jornalística. *Comunicarte*. Campinas, v. 12, n° 20, pp. 86- 92, 1995/1996.

LAGE, Nilson. *Estrutura da Notícia*. São Paulo: Ática, 2003.

_____. *Linguagem jornalística*. São Paulo: Ática, 2002.

LE GOFF, Jacques (org.) *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MORRIS, Colin. *The discovery of the individual. 1050 – 1200*. Toronto: Mart 19, 1995.

PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.15, n°29, pp. 09-27, 1995.

PORTO, Walter Costa. *Dicionário do voto*. São Paulo: Giordano, 1995. Verbetes: “Código Eleitoral de 1932”, “Voto da Mulher”.

PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. *A Mulher na História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

SCHMITT, Jean-Claude. *Le Corps, Les Rites, Les Rêves, Le Temps. Essais d'antropologie médiévale*. Paris: Gallimard, 2001.

TOURAINÉ, Alain. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 1999.

TRINDADE, Hélió (org.). *Revolução de 30: Partidos e Imprensa no Rio Grande do Sul (1928-1937)*. Porto Alegre: LP&M, 1980.

APÊNDICES

Apêndice A

Ficha de análise

Jornal	Local da Pesquisa	Temática/Categoria	
Título			
Data	Página	Coluna	Nº Linhas

Tipo: <input type="checkbox"/> editorial <input type="checkbox"/> artigo assinado _____ <input type="checkbox"/> entrevista <input type="checkbox"/> notícia <input type="checkbox"/> nota - local _____ <input type="checkbox"/> charge <input type="checkbox"/> suelto <input type="checkbox"/> a pedidos
Tema Principal:
Argumento: <input type="checkbox"/> Pró <input type="checkbox"/> Neutro <input type="checkbox"/> Contra
Citações:

Apêndice B

Lista dos candidatos

*Candidatos à Assembléia Constituinte
Rio Grande do Sul*

FRENTE ÚNICA:

1. Dr. Joaquim Mauricio Cardoso
2. Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil
3. Dr. Bruno de Mendonça Lima
4. Dr. Sergio Ulrich de Oliveira
5. Dr. Edgar Luiz Schneider
6. Dr. Oscar Carneiro da Fontoura
7. Dr. Joaquim Luiz Osório
8. Dr. Euclides Minuano de Moura
9. Dr. Adroaldo Mesquita da Costa
10. Dr. Camillo Teixeira Mercio
11. Dr. Oswaldo Fernandes Vergara
12. Dr. João Gonçalves Vianna

PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL:

1. Dr. Augusto Simões Neto
2. Dr. Heitor Annes Dias
3. Dr. Frederico Wolfenbuttel
4. Dr. João Simplicio Alves de Carvalho
5. Dr. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos
6. Dr. João Ascanio de Moura Tubino
7. Dr. Raul Jobim Bittencourt
8. Coronel Argemyro Dornelles
9. Dr. Frederico Dahne
10. Dr. Demetrio Mercio Xavier
11. Dr. Gaspar Saldanha
12. Sr. João Fanfa Ribas
13. Dr. Pedro Vergara
14. Dr. Renato Barbosa
15. Dr. Adalberto Corrêa
16. Dr. Victor Russomano

LEGIÃO PRÓ-ESTADO LEIGO:

1. Dr. Manoel Seraphim Gomes de Freitas
2. Dr. Fernando de Souza do O'
3. Reverendo Eduardo Menna Barreto Jayme
4. Dr. Lucidio Ramos
5. Dr. Alcides Feijó das Chagas Carvalho
6. Sr. Agnello Cavalcanti
7. Almirante Arthur Thompson

CANDIDATO AVULSO:

1. Dr. José Pereira da Silva

Apêndice C

Dados da eleição

Resultado Geral da Apuração

Eleição para Deputado Constituinte maio 1933 Por Partido

Porto Alegre

Partido	Votos
Partido Liberal	12.082
Frente Única	4.057
Estado Leigo	198
Sem legenda	462
Total	16.799

Rio Grande do Sul

Partido	Votos
Partido Liberal	124.503
Frente Única	33.722
Estado Leigo	777
Sem legenda	9620
Total	168.622

Fonte: *Correio do Povo*, 23 de junho de 1933, p.5

Resultado Geral da Apuração

Eleição para Deputado Constituinte maio 1933
Rio Grande do Sul
Apuração

LISTAGEM POR ORDEM DECRESCENTE DOS VOTOS:

Nome do Candidato	Partido	Votos obtidos
1. Heitor Annes Dias	PRL	138.282
2. Frederico João Wollfenbuettell	PRL	138.252
3. João Simplicio Alves de Carvalho	PRL	138.207
4. Renato Barbosa	PRL	138.152
5. Augusto Simões Lopes	PRL	138.146
6. Demetrio Mercio Xavier	PRL	138.138
7. Victor Russomano	PRL	138.129
8. João Ascanio de Moura Tubino	PRL	138.100
9. Pedro Vergara	PRL	137.866
10. Frederico Dahne	PRL	137.364
11. João Fanfa Ribas	PRL	133.215
12. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos	PRL	132.748
13. Argemyro Dornelles	PRL	132.592
14. Gaspar Saldanha	PRL	132.555
15. Raul Jobim Bittencourt	PRL	132.523
16. Adalberto Corrêa	PRL	132.351
17. Joaquim Mauricio Cardoso	Frente Única	45.764
18. Sergio Ulrich de Oliveira	Frente Única	45.568
19. Adroaldo Mesquita de Costa	Frente Única	45.460
20. Oswaldo Fernandes Vergara	Frente Única	45.344
21. Joaquim Luiz Osorio	Frente Única	41.161
22. João Gonçalves Vianna Filho	Frente Única	40.981
23. Euclides Minuano de Moura	Frente Única	40.564
24. Bruno de Mendonça Lima	Frente Única	40.443
25. Oscar Carneiro da Fontoura	Frente Única	40.405
26. Edgar Luiz Schneider	Frente Única	40.354
27. Camillo Teixeira Mercio	Frente Única	40.350
28. Joaquim Francisco de Assis Brasil	Frente Única	40.190
29. Manoel Serafim Gomes de Freitas	Pró Estado Leigo	1.740
30. Fernando Souza do O'	Pró Estado Leigo	1.696
31. Eduardo Menna Barreto Jayme	Pró Estado Leigo	1.683
32. Lucidio Ramos	Pró Estado Leigo	1.657
33. Agnello Cavalcanti de Albuquerque	Pró Estado Leigo	1.650
34. Alcides Feijó das Chagas Carvalho	Pró Estado Leigo	1.648
35. Alm. Arthur Thompson	Pró Estado Leigo	1.639
36. José Pereira da Silva	Avulso	4
Total		180.723

Segundo as disposições no Código Eleitoral

(24 de fevereiro de 1932)

Para calcular o quociente eleitoral:

Deve-se dividir o número de votos considerados válidos no Rio Grande do Sul (180.723) pelo número de cadeiras a serem preenchidas, no caso, 16.

Total: 11.295 é o número do quociente eleitoral

Para calcular o quociente partidário:

Deve-se dividir o quociente eleitoral pelo número de votos obtidos pelo partido em cédulas da mesma legenda.

Assim se obtém o número de representantes de cada partido.

Resultado por partido:

Partido Republicano Liberal - PRL

Número de votos obtidos pelo PRL em cédulas da mesma legenda = 132.056

Quociente Partidário: 11

ELEITOS EM PRIMEIRO TURNO:

Dos 11 representantes, dois são eleitos por virem os seus nomes colocados em primeiro lugar nas cédulas e terem obtido quociente eleitoral.

1. Augusto Simões Lopes – 67.329 votos
2. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos – 64.086 votos

Restam nove que são os mais votados do partido, excluídos aqueles dois, somando-se os votos sob a mesma legenda aos votos sem legenda ou sob legenda diversa.

3. Heitor Annes Dias – 138.282 votos
4. Frederico João Wollfenbeurtel – 138.252 votos
5. João Simplicio Alves de Carvalho – 138.207 votos
6. Renato Barbosa – 138.152 votos
7. Demetrio Mercio Xavier – 138.138 votos

8. Victor Russomano – 138.129 votos
9. João Ascanio Moura Tubino – 138.100 votos
10. Pedro Vergara – 137.866 votos
11. Frederico Dahne – 137.364 votos

FRENTE ÚNICA

Número de votos obtidos por essa aliança de partidos em cédulas da mesma legenda = 37.430

Quociente Partidário: 3

ELEITOS EM PRIMEIRO TURNO:

1. Joaquim Mauricio Cardoso – 20.155 votos
2. Joaquim Francisco de Assis Brasil – 16.423 votos

Resta um candidato que é escolhido entre os mais votados dentro da aliança, excluídos aqueles dois, somando-se os votos sob a mesma legenda aos votos sem legenda ou sob legenda diversa.

3. Sergio Ulrich de Oliveira – 45.568 votos

Como ainda faltam dois candidatos para preencher as 16 vagas que pertencem ao estado do Rio Grande do Sul, os mesmos são escolhidos pelo segundo turno.

Devem ser tirados dentre os mais votados na ordem da votação geral, excluídos os já eleitos pelos quocientes eleitorais e partidários.

ELEITOS EM SEGUNDO TURNO:

PRL

1. João Fanfa Ribas – 133.215 votos
2. Argemiro Dornelles – 132.292 votos

Totalizando pra o Estado do Rio Grande do Sul:

14 candidatos eleitos pelo primeiro turno
2 candidatos eleitos pelo segundo turno

Suplentes:

PRL

1. Gaspar Saldanha – 132.555 votos
2. Raul Jobim Bittencourt – 132.523 votos
3. Adalberto Correa – 132.351 votos

FRENTE ÚNICA

4. Adroaldo Mesquita da Costa – 45.460 votos
5. Oswaldo Fernandes Vergara – 45.344 votos
6. Joaquim Luiz Osório – 41.161 votos
7. João Gonçalves Vianna Filho – 40.981 votos
8. Euclides Minuano Moura – 40.564 votos
9. Bruno de Mendonça Lima – 40.443 votos
10. Oscar Carneiro da Fontoura – 40.405 votos
11. Edgar Luiz Schneider – 40.354 votos
12. Camillo Teixeira Mercio – 40.359 votos

Os candidatos sob a legenda Pró Estado Leigo não obtiveram votação nem para o quociente partidário, nem para o quociente eleitoral.

Membros da Comissão Relatora:

Innocencio Borges da Rosa – relator

Alfredo Lisboa

João Amorim de Albuquerque

Theophanes Caminha – secretário

Soma Total dos votos apurados em toda a região: 180.723

Soma Total das cédulas não apuradas: 2.264

Quociente eleitoral: 11.295

FONTE: *Correio do Povo*, 06 de julho de 1933, p.9.

Apêndice D

Dados sobre a População

Dados Estatísticos sobre População - 1920

Tabela 1

População, por sexo e nacionalidade
Rio Grande do Sul - 1920

Sexo	Brasileira	Estrangeira	Ignorada	Total
Homem	1.014.905	87.031	2.050	1.103.986
Mulher	1.013.185	63.994	1.548	1.078.727
Total	2.028.090	151.025	3.598	2.182.713

Tabela 2

População, por sexo e grau de instrução, acima dos 15 anos
Rio Grande do Sul - 1920

Sexo	Acima dos 15 anos	Sabem ler e escrever
Homem	619.461	384.167
Mulher	609.066	298.128
Total	1.228.527	682.295

Tabela 3

População, por sexo e grau de instrução, acima dos 15 anos
Porto Alegre - 1920

Sexo	Acima dos 15 anos	Sabem ler e escrever
Homem	47.038	45.466
Mulher	53.005	41.652
Total	100.043	87.118

FONTE: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO ESTADO (FEE). *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre, 1981. Adaptação feita pela autora sobre dados apresentados nas p. 124, 125, 129 e 131.

Dados Estatísticos sobre População - 1940

Tabela 4

População, por sexo e nacionalidade
Rio Grande do Sul - 1940

Sexo	Brasileira	Estrangeira	Ignorada	Total
Homem	1.705.958	49.056	226	1.664.058
Mulher	1.614.818	41.654	159	1.656.631
Total	3.229.594	90.710	385	3.320.689

Tabela 5

População por sexo, acima dos 15 anos
Rio Grande do Sul - 1940

Sexo	Acima dos 15 anos
Homem	940.825
Mulher	952.893
Total	1.893.718

Tabela 6

População por instrução, acima dos 5 anos,
Rio Grande do Sul - 1940

Sexo	Sabem ler e escrever
Homem	802.522
Mulher	722.640
Total	1.525.162

FONTE: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO ESTADO (FEE). *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre, 1981. Excluído 1583 homens e 1772 mulheres que dizem ignorar sua idade. Adaptação feita pela autora sobre dados apresentados nas p. 143, 144 e 151-152.

Tabela 7

População por sexo, acima dos 10 anos
Porto Alegre - 1940

Sexo	Acima dos 10 anos
Homem	104.698
Mulher	112.599
Total	217.297

Tabela 8

População por instrução, acima dos 5 anos
Porto Alegre - 1940

Sexo	Sabem ler e escrever
Homem	93.910
Mulher	93.121
Total	187.031

Tabela 9

População presente no momento do censo

Data	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	Brasil
1°/09/1920	179.263	2.182.713	30.635.605
1°/09/1940	272.232	3.320.689	41.236.315

FONTE: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO ESTADO (FEE). *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre, 1981. Excluídas 232 homens e 284 mulheres que declararam desconhecer sua idade. Para os dados apresentados para o censo de 1940 (tabela 9) não foram contabilizados no total geral da população do Brasil 16.713 pessoas que foram recenseadas no Amazonas e em São Paulo devido ao extravio do material da coleta. Adaptação feita pela autora sobre dados apresentados nas p. 151, 156-157 e 188.

ANEXOS

Anexo A

Excertos do Código Eleitoral

DECRETO N. 21.076 – DE 24 DE FEVEREIRO DE 1932
- **Excertos** -

PARTE PRIMEIRA

Introdução

Art. 1º Este Código regula em todo o país o alistamento eleitoral e as eleições federais, estaduais e municipais.

Art. 2º E' eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código.

Art. 3º As condições de cidadania e os casos em que se suspendem ou perdem os direitos de cidadão, regulam-se pelas leis atualmente em vigor, nos termos do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, art. 4º, entendendo-se, porem, que:

a) o preceito firmado no art. 69, n. 5, da Constituição de 1891, rege igualmente a nacionalidade da mulher estrangeira casada com brasileiro;

b) a mulher brasileira não perde sua cidadania pelo casamento com estrangeiro;

c) o motivo de convicção filosófica ou política é equiparado ao de crença religiosa, para os efeitos do art. 72, § 29, da mencionada Constituição;

d) a parte final do art. 72, § 29, desta, somente abrange condecorações ou títulos que envolvam foros de nobreza, privilégios ou obrigações incompatíveis com o serviço da República.

Art. 4º Não podem alistar-se eleitores:

a) os mendigos;

b) os analfabetos;

c) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior.

Parágrafo único. Na expressão praças de pré, não se compreendem:

1º) os aspirantes a oficial e os sub-oficiais;

2º) os guardas civís e quaisquer funcionários da fiscalização administrativa, federal ou local.

PARTE TERCEIRA

Do alistamento

TÍTULO I

Da qualificação

Art. 36. Faz-se a qualificação ex-officio ou por iniciativa do cidadão.

CAPÍTULO I

DA QUALIFICAÇÃO "EX-OFFICIO"

Art. 37. São qualificados ex-officio:

a) os magistrados, os militares de terra e mar, os funcionários públicos efetivos;

b) os professores de estabelecimentos de ensino oficiais ou fiscalizados pelo Governo;

c) as pessoas que exerçam, com diploma científico, profissão liberal;

d) os comerciantes com firma registada e os sócios de firma comercial registada;

e) os reservistas de 1ª categoria do Exército e da Armada, licenciados nos anos anteriores.

§ 1º Os chefes das repartições públicas, civís ou militares, os diretores de escola, os presidentes das ordens dos advogados, os chefes das repartições onde se registem os diplomas e as firmas sociais, são obrigados; nos 15 dias imediatos à abertura do alistamento, a fornecer ao juiz eleitoral, sob cuja jurisdição estejam, listas de todos os cidadãos qualificáveis ex-officio.

§ 2º Devem as listas conter, em referência a cada cidadão, o nome e prenome, o cargo e profissão que exerça, e o que conste quanto à nacionalidade, idade e residência.

§ 3º Recebidas as listas, declara o juiz qualificados os que se encontrem nas condições legais, dando disto conhecimento ao Tribunal Regional.

§ 4º Sempre que as listas sejam omissas, podem os interessados reclamar perante o juiz, o qual deve pedir informações a quem tenha de prestá-las, nos termos do § 1º.

§ 5º As secretarias dos Tribunais, ou os cartórios eleitorais, fornecerão aos qualificados, diretamente ou pelo correio, as fórmulas para a inscrição.

CAPÍTULO II *DA QUALIFICAÇÃO REQUERIDA*

Art. 38. Deve o requerimento de qualificação:

- 1) ser escrito e firmado pelo peticionário, com a letra e assinatura legalmente reconhecidas;
- 2) declarar a idade, naturalidade, filiação, estado civil, profissão e residência do alistando;
- 3) conter a afirmação de se achar o mesmo, segundo a lei, quite quanto ao serviço militar, ou de não estar obrigado a este;
- 4) ser instruído com a prova:
 - a) de maioridade do alistando;
 - b) da qualidade de nacional, se nascido no estrangeiro o requerente.

§ 1º Apresentado o requerimento, é permitido ao alistando identificar-se, no cartório de seu domicílio eleitoral, mesmo antes de deferida a sua qualificação.

§ 2º Deferida a qualificação, entrega-se o processo ao requerente, mediante recibo, em livro especial, sob a guarda do escrivão.

TÍTULO II *Da inscrição*

Art. 39. Qualificado, ex-officio ou não, deve o alistando, para ser inscrito, comparecer à secretaria do Tribunal ou ao cartório eleitoral, onde será identificado, se já o não tiver sido, na forma do § 1º do artigo anterior.

CAPÍTULO I *DO MODO DA INSCRIÇÃO*

Art. 40. O pedido de inscrição é acompanhado:

- a) de três fotografias do alistando;
- b) da prova de qualificação, quando requerida (art. 38, § 2).

Parágrafo único. As fotografias, com as dimensões aproximadas de três centímetros por quatro, apresentarão a imagem nítida da cabeça descoberta, tomada de frente.

Art. 41. O pedido de inscrição é entregue contra recibo, em que o funcionário da secretaria ou do cartório eleitoral, se já não tiver sido identificado o alistando, ou não for possível identificá-lo imediatamente, marcará, observando a ordem da apresentação, o dia e a hora em que deve este comparecer para identificar-se.

Parágrafo único. Não sendo tomado em consideração o pedido, pode o alistando requerer sua inscrição ao presidente do Tribunal Regional, ou ao juiz eleitoral.

Art. 42. Compete à secretaria do Tribunal ou ao cartório eleitoral.

1) organizar a ficha datiloscópica do peticionário, em três vias, tomando-lhe a assinatura e as impressões digitais das duas mãos, sucessivamente, a começar pela direita, e fazendo as anotações que no caso caibam;

2) preparar três vias do título eleitoral, devendo cada uma conter a fotografia do alistando, sua assinatura e impressão dígito-polegar direita, ou, na falta do polegar, a de outro dedo, que é então indicado.

§ 1º Se, por qualquer motivo, deixa o alistando de comparecer no dia e hora designados, pode a identificação ser feita a qualquer tempo, depois de atendidos os que já estejam presentes para o mesmo fim.

§ 2º É necessária a presença do alistando, apenas, para a tomada das impressões e assinatura.

Art. 43. Aos delegados de partido, ou a qualquer eleitor, é lícito, dentro de cinco dias depois de noticiada em edital, impugnar, por escrito, qualquer inscrição.

Parágrafo único. O processo de impugnação será o do art. 55.

Art. 44. Os cartórios eleitorais remeterão semanalmente os processos concluídos à secretaria do Tribunal Regional, e esta, à secretaria do Tribunal Superior, as peças destinadas ao seu arquivo.

CAPÍTULO II *DA EXPEDIÇÃO DO TÍTULO*

Art. 45. Cabe aos Tribunais Regionais ordenar às respectivas secretarias a entrega imediata do título eleitoral:

- a) quando não impugnada, no prazo legal, a inscrição do alistando;
- b) quando rejeitada a impugnação em sentença irrecorrível.

Parágrafo único. Deve o título ser entregue ao eleitor ou a quem apresente e restitua o recibo mencionado no art. 41, com a assinatura do eleitor no verso.

CAPÍTULO III *DO DOMICÍLIO ELEITORAL*

Art. 46. Ao cidadão é permitida, para o exercício do voto, a escolha de domicílio diferente de seu domicílio civil.

Parágrafo único. Domicílio eleitoral é o lugar onde o cidadão comparece para inscrever-se.

Art. 47. O eleitor que preferir outro domicílio deverá promover sua transferência no respectivo registro.

§ 1º Mudando-se o domicílio dentro da mesma região, basta o requerimento de transferência.

§ 2º Sendo a mudança para outra região, deve-se repetir, na secretaria do Tribunal ou no cartório eleitoral, o processo estabelecido no art. 42.

§ 3º Não se admite mudança de domicílio senão um ano, pelo menos, depois de inscrito o eleitor, ou de anotada a mudança anterior.

§ 4º O eleitor que transferir seu domicílio eleitoral não poderá votar antes de decorridos três meses.

§ 5º Os funcionários públicos, civis ou militares, quando removidos, poderão requerer transferência de domicílio sem as restrições estabelecidas nos §§ 3º e 4º deste artigo.

Art. 48. A secretaria do Tribunal Regional do novo domicílio registrará a mudança, comunicando o fato à secretaria do Tribunal Superior, para os devidos efeitos.

Parágrafo único. A mudança de domicílio é anotada no título do eleitor.

PARTE QUARTA

Das eleições

CAPÍTULO II

DA REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL

Art. 58. Processa-se a representação proporcional nos termos seguintes.

1º E' permitido a qualquer partido, aliança de partidos, ou grupo de 100 eleitores, no mínimo, registrar, no Tribunal Regional, até cinco dias antes da eleição, a lista de seus candidatos, encimada por uma legenda.

Parágrafo único. Considera-se avulso o candidato que não conste de lista registrada.

2º Faz-se a votação em dois turnos simultâneos, em uma cédula só, encimada, ou não, de legenda.

3º Nas cédulas, estarão impressos ou datilografados, um em cada linha, os nomes dos candidatos, em número que não exceda ao dos elegendos mais um, reputando-se não escritos os excedentes.

4º Considera-se votado em primeiro turno o primeiro nome de cada cédula, e, em segundo, os demais, salvo o disposto na letra b do n. 5.

5º Estão eleitos em primeiro turno:

a) os candidatos que tenham obtido o quociente eleitoral (n. 6);

b) na ordem da votação obtida, tantos candidatos registrados sob a mesma legenda quantos indicar o quociente partidário (n. 7).

§ 1º Para o efeito de apurar-se a ordem da votação, contam-se ao candidato de lista registrada os votos que lhe tenham sido dados em cédulas sem legenda ou sob legenda diversa.

§ 2º Tratando-se de candidato registrado em maio de uma lista, considera-se o mesmo eleito sob a legenda em que tenha obtido maior número de votos.

6º Determina-se que o quociente eleitoral, dividindo o número de eleitores que concorreram à eleição pelo número de lugares a preencher no círculo eleitoral, desprezada a fração.

7º Determina-se o quociente partidário, dividindo, pelo quociente eleitoral o número de votos emitidos em cédulas sob a mesma legenda, desprezada a fração.

8º Estão eleitos em segundo turno os outros candidatos mais votados, até serem preenchidos os lugares que não o foram no primeiro turno.

9º Contendo a cédula um só nome e legenda registrada, considera-se esse nome votado em primeiro turno, e, em segundo, toda a lista registrada sob a referida legenda.

10º Contendo a cédula legenda registrada e nome estranho à respectiva lista, considera-se inexistente a legenda.

11º Contendo a cédula apenas legenda registada, considera-se voto para a respectiva lista em segundo turno e voto em branco no primeiro.

12º Pode-se repetir o primeiro nome da cédula: neste caso, considera-se votado o candidato em primeiro e segundo turno, muito embora não se deva reputar simultaneamente eleito nos dois turnos.

13º Não se somam votos do primeiro turno com os do segundo, nem se acumulam votos em qualquer turno.

14º Em caso de empate, está eleito o candidato mais idoso.

15º Nas secções eleitorais onde se use a máquina de votar, serão observadas estas regras:

a) o voto é dado na máquina, dispensando-se a cédula;

b) é obrigatório o registo dos candidatos até cinco dias antes da eleição;

c) a máquina estará preparada de modo que cada eleitor não possa votar, no primeiro turno, em mais de um nome, e só o possa, no segundo, até o número de lugares a preencher.

16º São suplentes dos candidatos registados, na ordem decrescente da votação, os demais candidatos votados em segundo turno sob a mesma legenda.

Anexo B

Título de Eleitor

5429rem sup 1934.02.02



4a. Via

N. 317

TITULO DE ELEITOR

DISTRICTO FEDERAL

2.^a zona

Domicilio eleitoral GLORIA

Numero de ordem da inscriçao 1.447

Data da inscriçao no cartorio 18 de Janeiro de 1933

NOME E SOBRENOME DO ELEITOR (por extenso)

DR. GETULIO DORNELLES VARGAS

Qualificativos

Filiação General Mancel do Nascimento Vargas

Naturalidade S. Borja - Rio Grande do Sul

Idade 49 annos — Data do nascimento 19 de Abril de 1883

Estado civil Casado

Profissao Advogado

Getulio Vargas
ASSIGNATURA DO ELEITOR

Em 10 de Outubro de 1934.

F. de Barros Bastos
Juiz Eleitoral



CARIMBO

Formula dactyloscopica

Pollegar direito



V2233
V2222

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

K18v Karawejczyk, Mônica
O voto da costela : o sufrágio feminino nas páginas do *Correio do Povo* (1930-1934) / Mônica Karawejczyk – Porto Alegre, 2008.
291 f.

Diss. (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Programa de Pós-Graduação em História. Mestrado em História.
PUCRS, 2008.

Orientação: Profa. Dra. Sandra Maria Lubisco Brancato.

1. Mulheres – Sufrágio. 2. Imprensa – Rio Grande do Sul.
3. Análise de Conteúdo. 4. Jornalismo - Rio Grande do Sul.
I. Título.

CDD 324.3

Bibliotecário Responsável

Ginamara Lima Jacques Pinto
CRB 10/1204